



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Mariana da Silva Rodrigues de Lima

A fé na arena pública: lutas simbólicas e representações sociais no discurso político dos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* na década de 1860

Rio de Janeiro

2023

Mariana da Silva Rodrigues de Lima

A fé na arena pública: lutas simbólicas e representações sociais no discurso político dos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* na década de 1860



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Camila Borges da Silva

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

L732 Lima, Mariana da Silva Rodrigues de.
A fé na arena pública: lutas simbólicas e representações sociais no discurso político dos jornais Imprensa Evangelica e O Apostolo na década de 1860 / Mariana da Silva Rodrigues de Lima. – 2023.
261 f.

Orientadora: Camila Borges da Silva.
Coorientadora: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Religião e política – História – Teses. 2. Religião e imprensa – História – Teses. 3. Periódicos – História – Teses. I. Silva, Camila Borges da. II. Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das, 1952-. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 32:2 (091)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Mariana da Silva Rodrigues de Lima

A fé na arena pública: lutas simbólicas e representações sociais no discurso político dos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* na década de 1860

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 15 de fevereiro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Camila Borges da Silva (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dr.^a Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (Coorientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Galante Delmas

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi

Universidade Federal do Maranhão

Rio de Janeiro

2023

AGRADECIMENTOS

É certo que muito tempo de escrita solitária foi gasto para que esta dissertação fosse produzida, mas ao longo deste caminho breve que é o mestrado foi possível contar com o apoio e a companhia de algumas pessoas. Primeiramente, agradeço a Deus, que tantas vezes renovou minhas forças para continuar nesta jornada. Depois, agradeço a minha família pelo incentivo e compreensão. Em seguida, agradeço a Prof.^a Dr.^a Camila Borges da Silva, minha orientadora, e a Prof.^a Dr.^a Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, minha coorientadora, pelo acompanhamento nesta trajetória acadêmica e por terem acreditado no potencial do meu trabalho. Agradeço também a Prof.^a Dr.^a Ana Carolina Galante Delmas e ao Prof.^o Dr. Ítalo Domingos Santirocchi, que enquanto avaliadores desta pesquisa contribuíram com suas observações, críticas e elogios. Agradeço também a Charles Mattos por ter me recebido no Centro de Documentação da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro (CENDOC). Deixo registrada a minha gratidão à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa que me foi concedida. Agradeço à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a quem devo minha formação na área da História, e ao Programa de Pós-Graduação em História desta instituição pelo ensino de qualidade do qual pude desfrutar. Por fim, agradeço a todos(as) aqueles(as) que me apoiaram neste período.

La parole publique c'est une parole politique [...], elle est aussi le fait d'un produit d'une bataille politique.

Benjamim Stora

RESUMO

LIMA, Mariana da Silva Rodrigues de. *A fé na arena pública: lutas simbólicas e representações sociais no discurso político dos jornais Imprensa Evangelica e O Apostolo na década de 1860*. 261 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Este trabalho tem como tema de pesquisa as relações entre política e religião no Império do Brasil. O seu objeto de estudo consiste no discurso político produzido na década de 1860 pelos jornais religiosos Imprensa Evangelica, fundado por protestantes, e O Apostolo, representante dos ideais católicos ultramontanos. Estes periódicos foram criados em um contexto de agitação política, conhecido na historiografia como Renascer liberal, no qual houve a expansão da esfera pública, causando a intensificação dos debates políticos. Entre os temas debatidos nesta conjuntura estavam as relações entre política e religião, cuja discussão apontava a insuficiência do regalismo e atentava para a necessidade de medidas de secularização política. Neste cenário, modelos de secularização estiveram em disputa e os jornais estudados mostraram sua adesão ao modelo mais adequado às suas demandas políticas. A criação discursiva destes periódicos foi influenciada pela dinâmica do campo religioso da época, em que católicos ultramontanos possuíam a posição de religião dominante, enquanto os protestantes ocupavam o lugar de religião dominada. Seguindo a lógica do campo religioso, o discurso político das publicações expressou-se em lutas simbólicas, as quais mobilizavam representações do mundo social. Esta pesquisa tem suas bases teóricas ancoradas na História Política renovada e na História Cultural e usa conceitos como poder simbólico, campo religioso, *habitus*, luta simbólica, arena pública e secularização. A metodologia utilizada para a análise do discurso político dos jornais baseia-se no conceito de representação da História Cultural. Em suma, no contexto dos anos 1860 grupos religiosos produziram jornais para difundir não apenas seus pensamentos religiosos, mas também seus projetos políticos, com o objetivo de promover aquilo que consideravam o progresso e a civilização da nação brasileira.

Palavras-chave: Política e religião. Imprensa religiosa. Jornal Imprensa Evangelica. Jornal O Apostolo. Renascer liberal. Secularização política.

RÉSUMÉ

LIMA, Mariana da Silva Rodrigues de. *La foi dans l'arène publique: lutes symboliques et représentations sociales dans le discours politique des journaux Imprensa Evangelica et O Apostolo dans la décennie de 1860*. 261 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Ce travail a comme thème de recherche les relations entre politique et religion dans l'Empire du Brésil. Son objet d'étude consiste dans le discours politique produit dans la décennie de 1860 par les journaux religieux Imprensa Evangelica, fondé par protestants, et O Apostolo, représentant des idéaux catholiques ultramontains. Ces périodiques ont été créés dans un contexte d'agitation politique, connu dans l'historiographie comme Renascer liberal, dans lequel eut l'expansion de l'esphère publique, en causant l'intensification des débats politiques. Entre les thèmes débattus dans cette conjoncture furent des relations entre politique et religion, à laquelle discussion pointait l'insuffisance du régéralisme et attenta pour la nécessité de mesures de sécularisation politique. Dans ce scénario, modèles de sécularisation furent en dispute et les journaux étudièrent montrèrent leurs adhésions au modèle plus adéquat aux leurs questions politiques. La création discursive de ces périodiques a été influencée par la dynamique du champ religieux de l'époque, dans laquelle des catholiques ultramontains possédèrent la position dominante, tandis que des protestants occupèrent le lieu de religion domineé. En suivant la logique du champ religieux, le discours politique de ces publications s'est exprimé en lutes symboliques, lesquelles mobilisèrent représentations du monde social. Cette recherche a ses bases théoriques ancrées dans l'Histoire Politique renouvelée et dans l'Histoire Culturelle et utilise concepts comme pouvoir symbolique, champ religieux, *habitus*, lute symbolique, arène publique et sécularisation. La méthodologie utilisée pour l'analyse du discours politique des journaux est basée dans le concept de représentation de l'Histoire Culturelle. En résumé, dans le contexte des années 1860 groupes religieux produisirent journaux pour ne seulement pas diffuser leurs pensées religieuses, mais aussi leurs projets politiques, avec l'objectif de promouvoir ce qu'ils considéraient le progrès et la civilisation de la nation brésilienne.

Mots-clés: Politique et religion. Presse religieuse. Journal Imprensa Evangelica. Journal O Apostolo. Renascer liberal. Sécularisation politique.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	CAMPO RELIGIOSO E SECULARIZAÇÃO POLÍTICA NO RENASCER LIBERAL: DIMENSÕES POLÍTICAS E CULTURAIS	28
1.1	Revisitando o Renascer liberal	30
1.1.1	<u>O ostracismo da década de 1860 na historiografia</u>	30
1.1.2	<u>As tramas dos anos 1860: Guerra da Tríplice Aliança e instabilidade política interna</u> ..	36
1.1.3	<u>Na imprensa e na tribuna: os principais debates políticos do Renascer liberal</u>	46
1.2	Campo religioso e secularização política na década de 1860	60
1.2.1	<u>Reconfigurações do campo religioso: tensões e debates</u>	65
1.2.2	<u>Secularização política e cidadania: a religião e os direitos em discussão</u>	78
1.2.3	<u>Secularização política e regalismo: as vitórias ultramontanas contra o Estado</u>	89
2	A FÉ NA ARENA PÚBLICA: IMPRENSA CONFSSIONAL E ATUAÇÃO DE PROTESTANTES E CATÓLICOS ULTRAMONTANOS	100
2.1	Expansão da imprensa confessional na década de 1860	101
2.1.1	<u>Características da imprensa religiosa na década de 1860: jornais em busca de um público leitor</u>	103
2.1.2	<u>Imprensa Evangelica e O Apostolo: criação, recepção e materialidade dos principais jornais religiosos da Corte</u>	111
2.1.3	<u>As funções das publicações: sentidos dos jornais em suas comunidades religiosas</u>	128
2.2	Imprensa Evangelica e O Apostolo: redatores, conteúdo e atuação política	135
2.2.1	<u>As vozes: redatores e colaboradores</u>	137
2.2.2	<u>Fundamentos liberais e tradicionalistas: o político e o <i>habitus</i> religioso nos jornais</u> ...	152
2.2.3	<u>A fé na arena pública: os jornais como instrumento de participação política</u>	159
3	PELO PROGRESSO E CONTRA O INDIFERENTISMO RELIGIOSO: PROJETOS DE CIVILIZAÇÃO E LUTAS SIMBÓLICAS NO DISCURSO POLÍTICO DOS JORNAIS IMPRENSA EVANGELICA E O APOSTOLO	165
3.1	O progresso e a civilização: o diagnóstico da época e a solução para os problemas do Brasil nos anos 1860	167

3.1.1	<u>Os meios necessários para o progresso da nação: os projetos de civilização protestante e ultramontano</u>	170
3.1.2	<u>O combate às influências despóticas e revolucionárias: o papel do Estado e a secularização política nos projetos de civilização dos jornais</u>	185
3.2	Os pomos da discórdia: as principais pautas antagônicas nos projetos de civilização dos jornais <i>Imprensa Evangelica</i> e <i>O Apostolo</i>	195
3.2.1	<u>Entre a liberdade religiosa e a tolerância religiosa</u>	196
3.2.2	<u>Entre o sacramento do matrimônio e o casamento civil</u>	206
3.2.3	<u>A sepultura eclesiástica e o enterro de acatólicos</u>	215
3.2.4	<u>Um diálogo possível? Pautas de interesse comum entre protestantes e católicos ultramontanos</u>	224
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
	REFERÊNCIAS	236
	APÊNDICE A – Relação de gabinetes políticos da década de 1860	252
	APÊNDICE B – Condenações do <i>Syllabus</i> por blocos temáticos	253
	APÊNDICE C – Jornais religiosos que circularam no Brasil (1830-1860)	258

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema de pesquisa as relações entre política e religião e seu objeto de estudo é o discurso político presente nos jornais religiosos *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*. O primeiro era protestante e o segundo era católico ultramontano, tendo sido criados em 1864 e 1866, respectivamente. Os dois jornais tiveram a década de 1860 como o momento inicial de suas circulações, um contexto conturbado nas políticas interna e externa do Império do Brasil, pois vivia-se, simultaneamente, a instabilidade dos gabinetes progressistas e a Guerra da Tríplice Aliança. Desta forma, os periódicos selecionados foram fundados em um ambiente político de agitação, marcado pela reabilitação dos discursos políticos na arena pública. Nesta conjuntura, cunhada como *renascer liberal*, discutiram-se diversos temas políticos, e, entre eles as relações entre política e religião, demonstrando o desgaste do regime regalista imperial e a necessidade de medidas de secularização política. Diante de tal cenário, estes jornais não foram alheios à cena pública em que estavam inseridos e além de produzirem discursos religiosos também gestaram discussões políticas. Deixando, por conseguinte, sua contribuição para o debate político na arena pública da época e exercendo sua participação política.

Para mais, a produção deste discurso esteve alinhada com as posições que os grupos religiosos representados pelas publicações ocupavam no campo religioso, em que católicos faziam parte da religião dominante do Império e protestantes eram membros de uma religião dominada.¹ Disto, sucedeu-se que os católicos ultramontanos de *O Apostolo* se esforçaram para manter sua dominação e os protestantes do *Imprensa Evangelica* buscaram questionar a legitimidade deste lugar social. Assim, se verificou em seus discursos lutas simbólicas pela proeminência no campo religioso brasileiro. Tal dinâmica acompanhou o discurso dos jornais durante os anos 1860, que para ambos eram tempos de indiferentismo religioso e imoralidade, em que a população não se importava com as práticas religiosas e nem com a moral. Em contrapartida, buscava-se alcançar o progresso e a civilização, ideais que para os jornais não poderiam ser conquistados sem que se desse atenção à religião. Logo, o discurso político destas publicações não visava apenas à solução de problemas político-religiosos pontuais, antes foi confeccionando sob a forma de um projeto de civilização específico, com o objetivo de fornecer

¹ Os termos “religião dominante” e “religião dominada” são oriundos da perspectiva do sociólogo Pierre Bourdieu sobre o campo religioso. Mais do que posições em uma estrutura social religiosa, estes lugares ocupados pelas religiões supracitadas orientavam sua produção discursiva na imprensa. Cf. BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: *A economia das trocas simbólicas*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 27-78. (Estudos, 20); BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 8-12. (Memória e Sociedade).

as diretrizes políticas, religiosas e morais para que o Império se tornasse uma civilização cristã, tal como cada grupo a definiu.

A década de 1860 foi herdeira da política da Conciliação encetada pelo Marquês de Paraná nos anos 1850, a qual tinha a proposta de pacificação da vida política ao mesclar políticos conservadores e políticos liberais em seu gabinete. Nesta proposta, foi implementada uma reforma eleitoral que provocou em 1860 o retorno dos políticos liberais à Câmara. Depois da morte de Paraná em 1856, seguiu-se um período de indefinição política até 1868, no qual, apenas em 1862 se assinalou alguma definição com a consolidação da proposta da Liga Progressista, composta de elementos conservadores e liberais. O primeiro gabinete desta nova situação foi presidido por Zacarias de Góes e Vasconcelos em 1862 e, em 1864, a Liga foi elevada ao estado de partido, o Partido Progressista.² Entretanto, em pouco tempo a proposta demonstrou sua fraqueza com o surgimento de conflitos no interior do novo partido, causado pela radicalização dos liberais históricos que passaram a disputar com os conservadores dissidentes pelo poder de decisão. Esta conjuntura foi responsável pela instabilidade ministerial ocorrida entre 1864 e 1868, a maior de todo o Segundo Reinado, no mesmo período em que o país atravessava a Guerra da Tríplice Aliança. Foi a guerra que causou o fim da situação, em 16 de julho de 1868, com a queda do gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcelos e o retorno dos conservadores, representados pelo gabinete do visconde de Itaboraí.³ Portanto, o final dos anos 1860 representou o esgotamento da tentativa de união entre liberais e conservadores, além de marcar o início do fim do regime imperial brasileiro com os acontecimentos que se dariam de 1868 em diante.⁴

Entretanto, instabilidade política e guerra não foram os únicos acontecimentos na década de 1860. Esta década foi marcada também por uma intensa produção de textos políticos das mais diversas colorações, com textos de conservadores, reformistas e radicais. Várias obras foram publicadas nesta época, bem como programas de partidos políticos e manifestos.⁵ Este movimento foi resultado da expansão da esfera pública de participação política nos anos 1860,

² CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 b, p. 22-23. CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”: os radicais da década de 1860. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018, p. 23, 25.

³ Idem. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 26-28.

⁴ IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.). *O Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002, p. 112. (História Geral da Civilização Brasileira, 5).

⁵ CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 a, p. 31.

que em meio ao estado de crise política possibilitou a difusão de impressos.⁶ Neste contexto, críticas muito acentuadas foram realizadas às instituições políticas e sociais basilares do Império, tais como o Poder Moderador, a escravidão, o sistema judiciário, as eleições, os partidos e a religião oficial.⁷ Neste ponto cabe esclarecer que o regime imperial estabeleceu a religião católica como a religião oficial do Império, permitindo o culto doméstico e particular às outras religiões, em locais sem aparência de templo religioso. Todavia, nos anos 1860 notava-se o esgotamento deste modelo. Aliás, visando o sucesso da política imigrantista, desde os anos 1850 via-se a necessidade de mudança nas leis civis do país, as quais privilegiavam os católicos. Isto era necessário para que colonos protestantes viessem para o Brasil.⁸

Neste sentido, como se verá neste trabalho, a elite política da época viu a necessidade de se empreender reformas de secularização política, as quais seriam bem recepcionadas pelos protestantes e condenadas pelos católicos ultramontanos. Desta forma, verificou-se na década de 1860 o conflito entre modelos de secularização, embate que fez parte de toda a segunda metade do século XIX brasileiro. Os padrões de secularização em disputa foram o regalista, o intransigente romano e o liberal. O primeiro, adotado pelo Estado brasileiro e hegemônico até meados dos oitocentos, tinha como marca principal a ideia da religião católica como a religião do Estado e a proeminência do governo frente à Igreja. O segundo modelo foi adotado pela redação de *O Apostolo* e consistia na afirmação dos direitos da Igreja e na ideia de que ela era uma instância independente do poder civil. O último modelo foi utilizado pela redação do *Imprensa Evangelica* e visava à garantia da liberdade religiosa, compreendendo Estado e Igreja como instâncias separadas, em resumo, uma visão laica sobre as relações entre política e religião, defendendo a postura de neutralidade do Estado nos assuntos religiosos.⁹

Estas posturas dos jornais quanto ao tema da secularização política permeou a construção de seus discursos nos anos 1860. Além disso, outro dado fundamental que

⁶ BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos P. (Org.). *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 42, 62.

⁷ CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 17.

⁸ BARROS, Roque Spencer M. de. Vida Religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.). *O Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel, 1974, p. 319. (História Geral da Civilização Brasileira, 6). ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019, p. 222-223. (História da Vida Privada no Brasil, 2).

⁹ CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal ultramontano O Apostolo (1866-1901)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018, p. 24-26. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1244?mode=full>. Acesso em: 11 fev. 2022.

influenciou sobremaneira a formação do discurso destes grupos religiosos foi o seu posicionamento no campo religioso brasileiro da época, marcado pelo conflito entre católicos e protestantes. O catolicismo era o detentor do monopólio legítimo do capital religioso no Brasil e se tornou alvo dos protestantes do *Imprensa Evangelica*, que buscaram questionar a legitimidade desta posição. *O Apostolo*, por sua vez, adotou a postura defensiva ultramontana, combatendo os “erros” modernos e difundindo proposições que preservassem o monopólio de produção e transmissão do capital religioso da igreja e de seus representantes.¹⁰ Este espaço de tensões constantes proporcionou que os discursos produzidos pelos jornais, os quais constituíam seus projetos de civilização, seguissem a lógica de lutas simbólicas, cujo objeto de disputa era a percepção sobre o mundo, fazendo-se das palavras o alvo da luta política.¹¹ Lutas que tinham como armas as representações.¹²

Ao eger a década de 1860 como o recorte temporal deste trabalho, busca-se contribuir com os estudos sobre este período histórico, fornecendo uma análise sobre as relações entre política e religião da época. Além disso, ao se ter como objeto de estudo o discurso político de jornais confessionais, procura-se oferecer colaborações para a área da História da Imprensa no Brasil, cujos trabalhos sobre imprensa religiosa ainda são escassos em comparação com a quantidade de produções sobre a imprensa política ou a imprensa feminina. A título de exemplo, ainda não se tem uma obra que aborde o desenvolvimento da imprensa religiosa no Brasil, o que há são produções que enfocam os periódicos de religiões específicas. No segundo capítulo desta dissertação realizou-se um esboço de uma história da imprensa religiosa brasileira entre 1830 e 1860, que resultou a elaboração de uma tabela, presente no Apêndice deste trabalho, com os títulos das publicações citadas. Ademais, ao selecionar como fontes principais os jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* objetiva-se acrescentar novos dados à produção acadêmica sobre estes periódicos. Nos últimos anos tem-se notado o crescimento de trabalhos com estas fontes (como se verá na revisão bibliográfica), entretanto, um estudo que visasse uma comparação extensiva entre os dois jornais ainda não tinha sido realizado. Foi a esta lacuna que se dedicou a produção desta dissertação.

¹⁰ SILVA, Ana Rosa Clocllet da; CAMPOS, Breno Martins; CARVALHO, Thaís da Rocha. A liberdade religiosa nas páginas do jornal *Imprensa Evangelica* (1864-1892). In: LEONEL, João; SILVA, Ivanilson Bezerra da; SOUZA, Silas Luiz de. (Org.). *O jornal 'Imprensa Evangelica' e o protestantismo brasileiro*. 1. ed. Votorantim: Linha Fina, 2020, p. 79, 92-93, 82.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 161-162.

¹² CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, jul./dez., 2011 b, p. 20. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>. Acesso em: 11 mar. 2022.

Ter estes dois jornais como as fontes basilares desta pesquisa conduz, necessariamente, a um exame sobre os grupos religiosos por trás destas publicações. Deste modo, a pesquisa também colabora para os estudos sobre a inserção protestante e a difusão do pensamento ultramontano no Brasil. Em relação a este último, este trabalho fornece também, em seu Apêndice, uma tradução das 80 condenações presentes no documento *Syllabus*, de suma importância para a organização do pensamento ultramontano. Para mais, ao possuir o tema da secularização política como uma de suas preocupações centrais, o trabalho fomenta o desenvolvimento de um assunto pouco explorado na historiografia brasileira sobre o século XIX que é o processo de secularização. Tal fato se dá porque o conceito de secularização ainda se encontra relacionado à ideia de fim da influência religiosa sobre a sociedade, o que leva a conclusão da ausência de um processo de secularização no Brasil oitocentista. Em suma, esta dissertação oferece à comunidade acadêmica contribuições diversas para a História do Brasil com grande potencial de auxiliar a confecção de trabalhos futuros sobre temas correlatos aos abordados aqui.

Para a produção desta dissertação contribuem obras clássicas e obras recentes. No conjunto de obras clássicas sobre a década de 1860 destaca-se o trabalho clássico *Um Estadista do Império*, biografia escrita por Joaquim Nabuco. Este relato biográfico sobre a vida de José Thomaz Nabuco de Araújo permitiu o conhecimento sobre dados específicos sobre a conjuntura política dos anos 1860 e sobre o protagonismo do personagem na política progressista. Além disso, a obra também expôs a discussão sobre o casamento civil e as ideias de Nabuco de Araújo sobre o tema, auxiliando na abordagem acerca das relações entre política e religião no Império. A obra *Política e políticos do império* de Wanderley Pinho, publicada em 1930, possibilitou o esclarecimento sobre detalhes concernindo a política dos anos 1860. Neste grupo também tiveram relevância capítulos de volumes da Coleção História da Civilização Brasileira, como o capítulo “Vida política, 1848/1868” de Francisco Iglésias, publicado no 5º volume, e o capítulo “A letra e o espírito do regime” de Sérgio Buarque de Holanda, publicado no 7º volume.

O primeiro autor traçou um relato circunstanciado sobre a política do período entre 1848 e 1868, além fazer menção ao debate sobre os casamentos acatólicos e o segundo lançou uma nova perspectiva sobre a política progressista, ressaltando que esta não se tratava de um segundo quinquênio liberal. Outra obra clássica que versou sobre os anos 1860 e foi importante para este trabalho foi o capítulo “O Renascimento liberal e a República” de Raymundo Faoro, publicado em seu livro *Os donos do poder*. Esta pesquisa também se serviu de dados elencados por José Murilo de Carvalho em seu livro *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*, em que

o autor aborda a dinâmica partidária dos anos 1860 e fornece dados sobre as relações entre política e religião, assinalando a emergência do movimento ultramontano. Outra perspectiva sobre a formação do Estado imperial que auxiliou o entendimento sobre a década de 1860 foi a desenvolvida na obra *O Tempo Saquarema* de Ilmar Rohloff de Mattos. Embora sua visão sobre a construção do Estado monárquico não tenha sido incorporada à pesquisa, suas observações sobre a década de 1860 tiveram relevância para o trabalho. Ainda foi utilizado seu artigo “Do Império à República”, publicado na revista *Estudos Históricos* em 1989.

No grupo de obras de publicação recente sobre a década de 1860 destaca-se a produção de José Murilo de Carvalho e Silvana Mota Barbosa. De Barbosa destacam-se seus trabalhos sobre a política progressista, como os capítulos “Panfletos vendidos como *canela*: anotações em torno do debate político dos anos 1860” (2007) e “A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860” (2009), publicados nos livros *Nação e cidadania no Império: novos horizontes* e *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade*, respectivamente. De Carvalho ressalta-se sua produção sobre as conferências radicais e a conjuntura política dos anos 1860. Neste conjunto de obras estão o capítulo “As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate”, presente no livro *Nação e cidadania no Império: novos horizontes* de 2007; o trabalho “Liberalismo, radicalismo e republicanismismo nos anos sessenta do século dezenove”, publicado em 2007; o capítulo “Radicalismo e republicanismismo” publicado em 2009 no livro *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade*; a sua “Apresentação” a obra *Cartas de Erasmo* de José de Alencar (2009); e, o capítulo “A vida política”, publicado no segundo volume da coleção *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Todas estas obras de Carvalho trabalharam com a conjuntura política dos anos 1860 e foram importantes para a pesquisa, assim como o livro “*Clamar e agitar sempre*”: os radicais da década de 1860” (2018), que fornece a versão mais atual das considerações do autor sobre o período.

Outros trabalhos recentes que apresentam pontos relevantes sobre a década de 1860 são: o capítulo “O Império Brasileiro: Panorama Político” de Marcello Otávio N. de C. Basile, publicado em *História Geral do Brasil*; o capítulo “O gigante e o espelho” de Ilmar Rohloff de Mattos, presente no segundo volume da coleção *O Brasil Imperial*; o capítulo “A Guerra do Paraguai” de Vitor Izecksohn, disponível no livro citado anteriormente; o artigo de Christian Edward Cyril Lynch de título “Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista” (2017) publicado na revista *Lua Nova*, que possibilitou o conhecimento de um movimento de renovação conservadora nos anos 1860; e, o

livro *Capítulos de história do Império* de Sérgio Buarque de Holanda. Este último constitui-se em uma coleção de escritos não publicados do autor que foram organizados por Fernando Novais, em que vários capítulos mencionam questões interessantes sobre a década de 1860. Em suma, a seleção de obras de autores diferentes foi importante para a construção narrativa do contexto político em que os jornais foram publicados.

Todavia, o contexto religioso também precisou ser considerado na produção desta dissertação e para aprofundar os conhecimentos sobre esta conjuntura também foram consultadas obras clássicas e recentes. Entre as obras clássicas destaca-se o capítulo “Vida religiosa” escrito por Roque Spencer M. de Barros e publicado no 6º volume da coleção História Geral da Civilização Brasileira. Outro trabalho deste grupo foi o capítulo “A Igreja no Segundo Império: 1840-1889” de George C. A. Boehrer, publicado no livro *Conflito e continuidade na sociedade brasileira – Ensaio*. O livro *O Regalismo brasileiro*, de Brasil Gérson, contribuiu para a pesquisa com seu relato circunstanciado sobre diversos impasses políticos brasileiros ocorridos devido a sua postura regalista. Para mais, tanto Boherer quanto Gérson mencionam o jornal *O Apostolo* em suas obras. Uma obra clássica de grande relevância para esta dissertação é o livro *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, publicado em 1980 por David Gueiros Vieira. Esta obra foi fundamental para a pesquisa, na medida em que forneceu muitos dados sobre o movimento ultramontano e a inserção protestante no Brasil, além de questões relacionadas a cidadania dos acatólicos. De mais a mais, Vieira mencionou também em seu livro os jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*.

Acerca da inserção protestante no Brasil ressaltam-se os livros *Anais da Primeira Igreja Presbiteriana de S. Paulo (1863-1903)*, de Vicente Themudo Lessa, e *O Celeste Porvir: A inserção do protestantismo no Brasil*, de Antonio Gouvêa Mendonça. O primeiro traçou a história do presbiterianismo no Brasil com ricos detalhes e o segundo buscou apresentar as bases teológicas do pensamento presbiteriano. Quanto ao catolicismo, o livro *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900* de Martha Abreu auxiliou a pesquisa com suas informações sobre o catolicismo romanizado e o jornal *O Apostolo*. Entre as obras recentes sobre as relações entre política e religião no Brasil Império destaca-se o capítulo “A religião do império e a Igreja” de Guilherme Pereira das Neves, publicado no primeiro volume da coleção *O Brasil Imperial*. Este trabalho é importante na medida em que apresenta uma síntese sobre as relações entre Estado e Igreja durante o regime imperial. Outra obra muito relevante para esta dissertação foi o livro *Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)* de Ítalo Domingos

Santirocchi. Tal obra oferece um panorama detalhado sobre a reforma ultramontana no Brasil e sobre as relações entre política e religião durante o Império. Por fim, o livro *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900): Missionários, pastores e leigos do século XIX* de Alderi S. Matos contribui para a pesquisa com informações importantes sobre o presbiterianismo no Brasil e com biografias sobre os redatores do jornal *Imprensa Evangelica*.

Para a compreensão da dinâmica dos jornais em tela e seus discursos foi imprescindível a consulta a obras recentes. Sobre o jornal *Imprensa Evangelica* assinala-se a relevância do livro *O jornal Imprensa Evangelica: Diferentes fases no contexto brasileiro (1864-1892)* de Edwiges Rosa dos Santos. Esta obra foi de grande importância por concentrar-se na trajetória do jornal, além de abordar os pontos importantes do discurso do jornal durante suas variadas gestões. A dissertação de Pedro Barbosa de Souza Feitoza “*Que venha o Teu Reino*”: *estratégias missionárias para a inserção do protestantismo na sociedade monárquica (1851-1874)* permitiu o aprofundamento sobre as funções que a publicação buscava atender. Os trabalhos de Pedro Henrique Cavalcante de Medeiros contribuíram em grande medida para este trabalho. Sua dissertação defendida em 2014, *Pelo progresso da sociedade: a imprensa protestante no Rio de Janeiro imperial (1864-1873)*, foi fundamental para esta pesquisa, além de seu exame sobre o jornal e seu discurso, o autor também mencionou dados importantes sobre *O Apostolo*.

Outra produção de Cavalcante que contribuiu para a pesquisa foi o capítulo “A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade do protestantismo nacional: a missão presbiteriana e o jornal Imprensa Evangélica”, publicado no livro *Imprensa, livros e política no Oitocentos*, que consiste em uma versão resumida de seus argumentos da dissertação. Sua tese defendida em 2020, *Por Cristo e pela Pátria brasileira: Abolicionismo, Laicidade e Conservadorismo na imprensa protestante Oitocentista (1880-1904)*, também auxiliou nesta pesquisa. Para finalizar, salienta-se a contribuição oferecida a este estudo pelo livro *O jornal ‘Imprensa Evangelica’ e o protestantismo brasileiro*, organizado por João Leonel, Ivanilson Bezerra da Silva e Silas Luiz de Souza. Publicado em 2020, esta coletânea de textos de diferentes autores apresentou, com exceção do primeiro capítulo que é uma narrativa contextual, diversos olhares sobre o jornal *Imprensa Evangelica*, enriquecendo este trabalho com perspectivas atuais sobre o periódico.

Os trabalhos recentes sobre *O Apostolo* consistem em textos publicados em anais de eventos, artigos e dissertações. Em toda esta produção têm destaque as publicações de Ana Rosa Clochet da Silva, que por meio da História dos Conceitos, contribuiu imensamente para a

análise do discurso político do jornal. De seus trabalhos foram utilizados nesta dissertação os seguintes: “As experiências da modernidade e da secularização no discurso ultramontano da segunda metade do século XIX: uma discussão a partir da História dos Conceitos” e “Matizes ibéricas da Teologia política no pensamento ultramontano brasileiro do século XIX”, publicados em anais de eventos. E o artigo “Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal O Apóstolo”, publicado em 2020 na revista *Horizonte*. Para esta dissertação também foi de grande relevância um trabalho orientado por Silva, a dissertação de Thaís da Rocha Carvalho sobre o conceito de liberdade religiosa no discurso político de *O Apóstolo*.

O trabalho de título *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal ultramontano O Apóstolo (1866-1901)* além de permitir o aprofundamento acerca da visão do jornal sobre este tópico, foi fundamental para a compreensão do processo de secularização no Brasil oitocentista. A dissertação de Renata Batista Brotto, *Médicos e padres: maternidade e representações dos papéis sociais da mulher (1860-1870)*, embora versasse sobre a mulher no discurso médico e católico, apresentou dados interessantes sobre o jornal, além de ter auxiliado na escrita sobre a imprensa católica. Os artigos “A emancipação dos escravos no Ceará em um jornal católico” de Alceste Pinheiro e “Clama itaque, ne cesses: a trajetória do periódico católico O Apóstolo em defesa da educação católica” de Eveline Viterbo Gomes, publicados nas revistas *Revista Brasileira de História da Mídia* e *PLURA* também contribuíram para compreender a trajetória do jornal ultramontano. Assim como os trabalhos “O Apóstolo, ano I: a autocompreensão de um jornal católico do século XIX” de Alceste Pinheiro e “A imprensa católica no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: O Apóstolo” de Carolina Silveira Fróes, publicados em anais de eventos.

Em suma, os trabalhos citados sobre os jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apóstolo* auxiliaram sobremaneira a construção da presente pesquisa. No entanto, nenhum deles se propôs a fazer um estudo comparando o discurso dos dois periódicos de forma extensiva. Pedro Henrique Cavalcante de Medeiros em sua dissertação trabalhou com os dois periódicos, porém, sua análise esteve majoritariamente voltada para o discurso do jornal protestante, de modo que poucos aspectos do discurso de *O Apóstolo* foram trabalhados. Diante desta lacuna na historiografia formulou-se a proposta desta dissertação de analisar o discurso dos dois jornais durante a década de 1860, momento que marcou o início de suas publicações. Esta proposta teve como alicerces teóricos a História Política renovada e a História Cultural, utilizando-se também de conceitos formulados por Pierre Bourdieu como poder simbólico, campo religioso,

lutas simbólicas e *habitus*. Além disso, os conceitos de arena pública e secularização foram também usados nesta pesquisa, bem como, em menor grau, a perspectiva da História dos Conceitos para se contextualizar os conceitos de secularização, progresso e civilização.

Por meio da História Política renovada foi possível valorizar as forças religiosas como um elemento de explicação política.¹³ O que mobilizaria membros da elite política imperial à formulação de medidas de secularização política sem que não houvesse pressões religiosas para isso? Ou o que explicaria a existência de discursos políticos nos jornais religiosos em tela sem que se considerasse que o religioso possui implicações políticas? Desta forma, esta pesquisa foi viável por adotar a perspectiva de que as forças religiosas fazem parte do tecido do político, informando o político sobre as demandas religiosas, ao passo que o político fornece material para o discurso religioso. O político coloca questões às igrejas e lhes apresenta alternativas, de modo que elas não podem alhearem-se da esfera política. E nesta interação entre política e religião, as comunidades religiosas, principalmente seus líderes, formulam suas expectativas sobre o mundo político. Em resumo, a política não cessa de instigar as igrejas, impondo questões, questionando e provocando posições tanto destas instituições religiosas quanto dos cristãos. REVER Assim, a religião continua possuindo relações com a política, possibilitando o seu campo de reflexão e ação.¹⁴ E uma das fontes privilegiadas para o exame das forças religiosas em suas interações políticas é a imprensa confessional.¹⁵

Utilizando-se desta perspectiva das relações entre política e religião e da premissa de que o religioso possui implicações políticas e o político intervêm sobre o religioso, elegeu-se como as fontes principais desta pesquisa os jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*. Compreendendo que estes periódicos, por serem publicações confessionais, funcionavam como órgãos militantes, cujo objetivo era fazer penetrar na sociedade a mensagem cristã e cuja criação significava, por conseguinte, o nascimento de uma corrente de opinião.¹⁶ E enquanto veículos de opinião tais jornais eram portadores de um discurso político e para analisá-lo foi imprescindível adotar o olhar teórico da História Cultural. Por este viés cultural o discurso político dos jornais foi examinado como composto por representações, conceito que permitiu desvelar a forma como protestantes e ultramontanos pensavam e liam a realidade social de sua época. Estas representações visavam os interesses de seus respectivos grupos religiosos, os

¹³ COUTROT, Aline, Religião e política. In: RÉMOND, René. (Dir.). *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 331

¹⁴ Ibid. p. 331, 335

¹⁵ Ibid. p. 340.

¹⁶ Ibid. p. 348-349.

quais estavam intrinsecamente relacionados às posições que ocupavam.¹⁷ Desta forma, para analisar este discurso foi necessário determinar teoricamente os posicionamentos destes grupos. Para isto foi necessário adotar a postura teórica da História Cultural, que propõe à História Política o estudo das relações de poder como relações de força simbólica,¹⁸ o que por sua vez, acarretou a utilização de conceitos como poder simbólico, campo religioso, lutas simbólicas e *habitus* nesta pesquisa.

Determinar a posição de católicos ultramontanos e protestantes na conjuntura religiosa brasileira da década de 1860 foi possível pelo uso do conceito de campo religioso, ao qual é subjacente o conceito de poder simbólico, pois a religião no campo religioso é compreendida como um sistema simbólico.¹⁹ Para Pierre Bourdieu, os sistemas simbólicos são ferramentas de conhecimento e comunicação e são formados por estruturas estruturadas e estruturas estruturantes. A estrutura estruturada diz respeito ao ordenamento dos grupos na sociedade, os quais são dispostos em hierarquias, pois todo sistema simbólico opera pela lógica da distinção que estabelece um grupo como superior a outro. A estrutura estruturante diz respeito à função política dos sistemas simbólicos enquanto ferramentas de imposição ou de legitimação da dominação. Assim, os diferentes grupos sociais estão permeados pela luta simbólica, cujo objetivo é impor uma definição do mundo social de acordo com seus interesses. Desta forma, a produção simbólica reproduz o campo das posições sociais.²⁰

Este funcionamento do sistema simbólico só é possível devido ao poder simbólico, que se caracteriza como um poder de construção da realidade. Além disso, a força dos sistemas simbólicos depende do poder simbólico que torna irreconhecíveis as relações de força que se operam no sistema. O poder simbólico tem a capacidade de construir o dado pela enunciação, de confirmar ou transformar uma visão de mundo. Ele promove a legitimidade do discurso de um grupo e do próprio grupo.²¹ No que tange à religião enquanto um sistema simbólico ela assume a forma de um campo religioso. O campo religioso é originado a partir da divisão do

¹⁷ CHARTIER, Roger. Introdução. Para uma sociologia histórica das práticas culturais. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990, p. 16-17. (Memória e Sociedade).

¹⁸ Idem. La nouvelle histoire culturelle existe-t-elle? *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, Paris, n. 31, 2003, p. 9. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ccrh/291#:~:text=4La%20nouvelle%20histoire%20culturelle,de%20l'histoire%20intellectuelle%20classique>. Acesso em: 28 jun. 2020.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: *A economia das trocas simbólicas*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 43. (Estudos, 20).

²⁰ Idem. Sobre o poder simbólico. In: *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 8-12. (Memória e Sociedade).

²¹ Ibid. p. 9, 14-15.

trabalho religioso, que por sua vez produz a autonomia deste campo, observada na constituição de um corpo de especialistas que monopolizam a gestão dos bens de salvação. Este corpo de especialistas religiosos possui reconhecimento social, sendo, assim, legitimados para produzirem e reproduzirem os conhecimentos religiosos, logo, são os detentores do capital religioso. Aqueles que não pertencem a este grupo seletivo, os especialistas religiosos, são os leigos.²² Entretanto, a religião enquanto sistema simbólico está destinada a cumprir a função de distinção, portanto, um sistema de práticas e crenças é visto como uma religião inferior, ocupando uma posição dominada na estrutura de relações de força simbólica.²³

Para mais, toda religião dominada se constitui como uma contestação do monopólio de gestão do sagrado e, por extensão, da legitimidade dos detentores de tal monopólio. Diante da assimetria na estrutura de distribuição do capital religioso, diferentes instâncias religiosas podem concorrer entre si, utilizando-se do capital religioso que possuem, pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e pelo exercício do poder religioso. O poder religioso tem a capacidade de mudar de forma duradoura as representações e as práticas dos leigos, por meio da inculcação de um *habitus* religioso, através do qual os pensamentos, ações e percepções destes indivíduos serão gerados em conformidade com as regras de uma determinada visão política do mundo social. Nesta dinâmica a religião dominante, aquela que conseguiu impor a legitimidade de seu monopólio, busca impedir a entrada de outras religiões e a busca individual por salvação. A religião dominada, por sua vez, questiona o monopólio da religião dominante.²⁴ No que concerne à uma análise histórica, é importante considerar a autonomia do campo religioso. Analisando as configurações da estrutura das relações travadas entre as instâncias religiosas em disputa como momentos de um sistema de transformações.²⁵

Desta maneira, a religião é trabalhada nesta dissertação como um sistema simbólico formado por estrutura estruturada e estrutura estruturante. Assim, neste trabalho a estrutura religiosa brasileira é compreendida como formada por uma hierarquia composta por uma religião dominante, o catolicismo, e religiões dominadas, entre as quais estava o protestantismo. Estas duas instâncias religiosas concorriam pela gestão dos bens de salvação e pela posse do poder religioso. Para mais, a religião configurada enquanto campo religioso cumpria uma outra função, além da imposição de hierarquias sociais. Em seu funcionamento como estrutura estruturante as tensões oriundas das posições sociais destes grupos religiosos se refletiram em

²² BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso..., p. 34, 38-39

²³ Ibid. p. 43.

²⁴ Ibid. p. 45, 57-59.

²⁵ Ibid. p. 59.

sua comunicação, expressa nos periódicos, gerando lutas simbólicas. Tais lutas tinham a finalidade de modificar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, estabelecendo-se como alvo de luta política as palavras que construíam a realidade social.²⁶ Em resumo, a partir dos conceitos de poder simbólico, campo religioso e luta simbólica foi possível dar base teórica para a análise dos discursos políticos dos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*. Sem este aporte teórico não haveria como estudar a dinâmica existente nas representações inscritas nestes discursos.²⁷

Portanto, o conceito de campo religioso foi de grande importância para a viabilidade da análise empreendida nesta dissertação. Embora o conceito de campo possa ser visto, tal como apontou José Murilo de Carvalho, como problemático para o século XIX brasileiro devido à indiferença entre as esferas da vida social presentes neste período histórico,²⁸ sua utilização se mostrou adequada ao objeto de estudo desta pesquisa. Como mencionado, o objeto de análise deste trabalho consistiu no discurso político dos jornais em tela, o qual foi analisado pelo viés da História Cultural por meio do conceito de representação. Entretanto, como destacado acima, havia-se a necessidade de um instrumental teórico que possibilitasse determinar as posições ocupadas pelos grupos religiosos representados pelos jornais, a qual foi sanada pelo conceito de campo religioso. Tanto o catolicismo como o protestantismo possuíam um corpo de especialistas e um público leigo. A organização da religião durante o período dos anos 1860 obedecia a uma lógica de distinção, em que o catolicismo era a religião dominante, sendo inclusive a religião oficial do Império, e o protestantismo e outras religiões eram as religiões dominadas. Ademais, os meios de comunicação dos grupos religiosos estudados reproduziam a tensão originada pelas posições que tais grupos ocupavam.

No entanto, os conceitos de poder simbólico, campo religioso e lutas simbólicas não foram os únicos da sociologia bourdieiana a serem utilizados nesta pesquisa. Para se trabalhar com o ideário político inerente aos grupos religiosos produtores dos periódicos usou-se o conceito de *habitus*. Para mais, como explicitado, a própria dinâmica do campo religioso inclui este conceito enquanto um *habitus* religioso, o qual conduziria a produção dos pensamentos, ações e percepções dos leigos segundo uma visão política do mundo social. Em resumo, o conceito permitiu a apreensão do conteúdo fundante da visão política específica de

²⁶ BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico..., p. 162.

²⁷ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991, p. 179. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 16 jun. 2021.

²⁸ BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. 3. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 117. (Ensaio geral, 3).

ultramontanos e protestantes. O *habitus* consiste nas estruturas mentais pelas quais os agentes apreendem o mundo social.²⁹ Na pesquisa realizou-se uma delimitação para a instrumentalização do conceito apenas no que se relacionava com a visão política destes grupos, portanto, buscou-se por meio desta noção examinar uma espécie de *habitus* religioso político, visando compreender as ideias políticas que orientavam a produção discursiva nos jornais, a qual era difundida na arena pública.

Arena pública foi um termo que também fez parte desta pesquisa. Sua utilização foi importante para reforçar a produção destes grupos religiosos na imprensa enquanto uma forma de participação política. Este termo pode ser entendido a partir do conceito de esfera pública, definido por Jürgen Habermas como uma categoria histórica, cujo significado remonta a um público de pessoas privadas que discutem por meio do uso da razão. Entretanto, com este conceito Habermas se referia, especificamente, a uma “esfera pública burguesa”, uma vez que o público consistia em burgueses, pois estes liam. Esta esfera pública era uma esfera crítica, pois discutia a interferência pública nos domínios da vida privada.³⁰ Em suma, a esfera pública permitia a sociedade civil afirmar sua existência política independente diante do poder do Estado. No entanto, este modelo possui seus limites para tratar do espaço ibero-americano oitocentista, pois até o final do século XIX não circulou neste ambiente a palavra “burguesia”. Além disso, a análise habermasiana centrou-se em países como França, Alemanha e Inglaterra, excluindo-se as realidades da Itália e do mundo ibérico. Assim, para o mundo ibero-americano, no qual se inclui o Brasil, o mais apropriado seria o termo “espaços públicos”, entendendo a esfera pública como um espaço abstrato e imaterial, de cujo circuito fazem parte os impressos, a difusão e recepção deles, as práticas de leitura, entre outros. Em suma, nos espaços públicos modernos os homens congregam-se, comunicam e atuam.³¹

Desta forma, os jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* são compreendidos como integrantes da dinâmica destes espaços públicos, uma vez que estes impressos ampliavam os debates políticos e constituíam-se em arenas para polêmicas.³² Por fim, outro conceito importante para a pesquisa foi o de secularização, o qual foi utilizado para nortear a

²⁹ BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico..., p. 158.

³⁰ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 90-91, 130-132.

³¹ GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick. Introducción. In: GUERRA, François Xavier. *et al. Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México: Centro de Estudios mexicanos y centroamericanos, 2008, p. 8. Disponível em: <https://books.openedition.org/cemca/1446>. Acesso em: 26 abr. 2020.

³² BARBOSA, Marialva. Introdução. In: *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 13.

problemática, as hipóteses e os objetivos da pesquisa. O aprofundamento nas questões relacionadas ao processo de secularização fez parte deste estudo, pois por meio desta discussão foi possível relacionar os atores, isto é, os grupos religiosos, com um contexto mais amplo,³³ estritamente ligado às discussões sobre política e religião, que é o tema desta dissertação. Assim, a teoria da secularização utilizada nesta pesquisa foi a formulada pelo historiador argentino Roberto Di Stefano. Ele propôs o estudo do processo de secularização ibero-americano baseado nos estudos de Jean Báuherot para o caso francês, no qual este autor utilizou-se da noção de umbrais da laicização. Di Stefano compreende o conceito de secularização como uma adaptação e recomposição do religioso, de modo que ele não desaparece nas sociedades. A perda da autoridade religiosa sobre a sociedade faz sim parte da secularização, como também a recomposição da religião.³⁴

O historiador argentino divide o processo de secularização em umbrais e o primeiro deles produziu três modelos de secularização distintos. O primeiro umbral de secularização tem seu início em meados do século XVIII, que no caso hispano-americano correspondeu às reformas borbônicas e no Brasil colonial tomou a forma das reformas pombalinas. Nesta época as Coroas das metrópoles se distanciaram do poder pontifício e as experiências acumuladas neste período se tornariam fundamentais para a gestação do modelo de secularização galicano, que no Brasil assumiu o título de regalista. Este modelo alegava que o catolicismo era a religião oficial do Estado, que a Igreja era um segmento religioso dele e que o padroado era legitimado pela soberania do povo e não pela concessão pontifícia, além disso, este modelo admitia a tolerância religiosa.³⁵ Outro modelo de secularização foi o intransigente romano, que entendia o padroado como concessão pontifícia, defendia o catolicismo como a religião do Estado e tinha a Igreja como uma sociedade perfeita, sem relações com o poder civil. Este modelo também previa a defesa da autonomia institucional da Igreja, bem como de seus direitos. O último modelo de secularização é o modelo liberal. Este modelo defendia a liberdade religiosa, como

³³ GUERRA, François-Xavier. El renacer de la historia política: razones y propuestas. In: ANDRÉS-GALLEGO, José. (Dir). *New History, Nouvelle Histoire: Hacia una Nueva Historia*. Madrid: Actas, 1993, p. 241.

³⁴ DI STEFANO, Roberto. Disidencia religiosa y secularización en el siglo XIX iberoamericano: cuestiones conceptuales y metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, v. 37, ago./dez., 2008, p. 159, 161-162. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/3050>. Acesso em: 24 mai. 2022.

³⁵ CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 23-25. DI STEFANO, Roberto. Por una historia de la secularización y de la laicidad en la Argentina. *Quinto Sol*, La Pampa, v. 15, n. 1, ene./jun. 2011, 4-6. Disponível em: <https://cerac.unlpam.edu.ar/index.php/quintosol/article/view/116>. Acesso em: 09 nov. 2022.

também a neutralidade do Estado em matérias religiosas. Ademais, concebia Estado e Igreja como instâncias diferentes.³⁶

Estes três modelos de secularização são encontrados no Brasil oitocentista. Até meados do século XIX o modelo regalista foi hegemônico, entretanto, a partir de meados deste século passa-se a constatar disputas entre os três modelos citados. Neste contexto, *O Apostolo* assumiu o modelo intransigente romano³⁷ e o *Imprensa Evangelica* o modelo liberal. Em suma, a proposta teórica de Di Stefano sobre o processo de secularização foi imprescindível para este trabalho e proporcionou um instrumental de análise que permitiu tornar a questão da secularização um dos tópicos fundamentais para entender o discurso dos jornais. Para finalizar, cabe registrar que nesta pesquisa também foram utilizadas algumas contribuições da História dos Conceitos com o objetivo de auxiliar na compreensão de como alguns conceitos foram mobilizados pelos jornais, tais como progresso e civilização. Para mais, este instrumental também auxiliou na contextualização do conceito de secularização no recorte temporal trabalhado, esclarecendo que a secularização de que se tratava era uma secularização política. Por meio desta metodologia buscou-se relacionar os referidos conceitos com as estruturas políticas e sociais em que eram utilizados, isto é, a interação dos conceitos com uma realidade específica.³⁸

As hipóteses deste trabalho consistem em uma hipótese principal e duas hipóteses secundárias derivadas da primeira. A hipótese principal da pesquisa afirma que protestantes e católicos ultramontanos interagiram com o processo de secularização em seus jornais, elaborando suas demandas políticas da questão da secularização. A primeira hipótese secundária consiste na afirmação que as lutas simbólicas encontradas no discurso dos jornais foram produzidas em consonância com o processo de secularização e com a hierarquia do campo religioso. A segunda hipótese secundária apresenta que a relação dos grupos religiosos em tela com o processo de secularização teve como resultado a formulação de projetos políticos, estudados aqui como projetos de civilização, que visavam ao progresso do Brasil. Em concordância com as hipóteses aventadas, o objetivo principal da pesquisa foi analisar o comportamento político de protestantes e católicos ultramontanos em relação às demandas de secularização política dos anos 1860, tendo como fonte de análise os discursos dos jornais.

³⁶ CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 24-25.

³⁷ *Ibid.* p. 25-26.

³⁸ JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. (Org.). *História dos conceitos: Debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/ Edições Loyola/ IUPERJ, 2006, p. 23, 25.

Os objetivos específicos do trabalho consistiram em: compreender como os debates político-religiosos foram articulados em relação ao processo de secularização nos anos 1860; analisar como os grupos religiosos trabalhados agiram e atuaram na arena pública e como mobilizaram seu *habitus* religioso; e, por fim, estudar o discurso político criado pelos jornais com o propósito de entender as lutas simbólicas existentes, além de contrastar os projetos de civilização ultramontano e protestante. Considerou-se ainda a relação entre estes projetos de civilização e os modelos de secularização adotados pelos jornais. Nesta pesquisa fontes com tipologias variadas foram utilizadas. Para esclarecer as passagens bíblicas citadas nos jornais consultou-se um exemplar da bíblia em português publicado em 1877, a *A Biblia sagrada contendo o velho e o novo testamento traduzido em portuguez pelo padre João Ferreira D'Almeida revista e correcta*. Utilizou-se também o diário pessoal do missionário Ashbel Green Simonton, cujas entradas puderam fornecer informações sobre o referido personagem e sobre a dinâmica do jornal *Imprensa Evangelica*. Fontes oficiais, isto é, as produzidas pelo Estado, foram consultadas como discursos parlamentares publicados nos *Annaes do Parlamento Brasileiro* e a fala do trono de 1859 publicada no volume *Fallas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889, acompanhadas dos respectivos votos de graça da Camara temporaria e de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinarias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões com um quadro das epochas e motivos que deram lugar a reunião das duas camaras e competente historico*.

Impressos também foram consultados como um capítulo da obra de Moreira de Azevedo *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*, partes do livro *Os Programas dos partidos e o 2º Império* de Américo Brasiliense, que contém os programas dos partidos da década de 1860 e uma versão francesa da Enciclia *Quanta Cura* e do *Syllabus: Le Syllabus et L'Encyclique. Texte officiel et quelques notes, 5ª édition augmentée du texte latin du Syllabus*, publicada em 1877. Consultou-se também a legislação da época, importante para entender as regras que regiam as relações às quais estes grupos estavam submetidos³⁹ no que concernia a administração estatal sobre a religião. Neste grupo estão os decretos 1.144, 3.069, o decreto de 3 de novembro de 1827, o Código Criminal do Império do Brasil de 1830 e a Constituição Política do Império do Brasil de 1824, todos publicados na *Collecção das Leis do Imperio*. Um panfleto também foi consultado: *Pagina da Actualidade – Os Partidos* (1866), de José de Alencar.

³⁹ GUERRA, François-Xavier. El renacer de la historia política: razones y propuestas..., p. 241.

Os periódicos foram uma fonte largamente usada neste trabalho, cuja menção aos diversos títulos tornaria exaustivo este texto, mas a relação dos jornais consultados encontra-se no final desta dissertação. Ainda no domínio dos periódicos, cabe-se ressaltar aqui os jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*. Suas edições estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, sendo passíveis de acesso tanto pelo site da instituição⁴⁰ quanto por endereços eletrônicos específicos que encaminham para os acervos dos respectivos jornais, com a possibilidade de efetuar o download das edições em formato pdf.⁴¹ No entanto, o acervo do jornal *Imprensa Evangelica* encontra-se incompleto nesta instituição, de modo que se tornou necessário consultar edições faltosas do periódico no Centro de Documentação da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro (CENDOC). Nesta pesquisa também se consultou um exemplar do periódico *The Foreign Missionary*, presente no acervo da New York Public Library por meio da plataforma HathiTrust.

Obras de referência como dicionários bibliográficos e dicionários de época foram consultados nesta pesquisa, como volumes do dicionário bibliográfico de Sacramento Blake e um tomo do dicionário bibliográfico de Inocêncio Silva. Entre os dicionários de época estão o *Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos ate ´ o presente* de Antonio de Moraes e Silva e o *Diccionario da Lingua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto. Em suma, a pesquisa utilizou-se de uma gama de fontes diferentes, às quais demandaram cuidados quanto ao seu manuseio ao longo da pesquisa. Ao trabalhar com o diário de Simonton buscou-se utilizar dados intimistas do missionário para corroborar determinadas questões. O procedimento com as fontes oficiais visou exibir o discurso do Estado sobre relações específicas entre política e religião. Os impressos forneceram informações sobre pontos relacionados ao *O Apostolo* e ao movimento ultramontano. A legislação permitiu conhecer como o Estado organizava as práticas religiosas no período em tela, permitindo a visualização das condições a que os grupos religiosos trabalhados estavam sujeitos. Por fim, as obras de referência possibilitaram a elucidação das trajetórias pessoais de redatores e colaboradores dos jornais, além do esclarecimento de alguns conceitos mobilizados na época.

Esta dissertação tem seu desenvolvimento organizado em três capítulos. O primeiro capítulo tem o propósito de cumprir o estabelecido no primeiro objetivo específico da pesquisa e para isto fornece uma contextualização ampla sobre a política do Renascer liberal e sobre as

⁴⁰ <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴¹ Para o acervo do jornal *Imprensa Evangelica* consultar: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>. Para o acervo do jornal *O Apostolo* consultar: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

relações entre política e religião neste contexto, visando a questão da secularização política. Neste capítulo foi realizado um levantamento bibliográfico acerca da política da década de 1860, um exame profundo sobre as configurações do campo religioso neste momento e uma análise sobre as mudanças e propostas na e para a legislação da época sobre a questão dos casamentos. Para mais, também se discutiu a participação de leigos nos debates políticos envolvendo a religião, participação que se deu através das páginas de jornais diários. O segundo capítulo foi orientado pelo segundo objetivo específico desta pesquisa, de modo que resultou na realização de um panorama sobre a imprensa confessional dos anos 1860. Além disso, este capítulo também analisou a criação e a recepção dos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*, mencionando seus redatores e colaboradores.

Neste capítulo também foi trabalhado o *habitus* religioso dos jornais e a forma como estes periódicos se tornaram instrumentos de participação política. Por fim, o derradeiro capítulo foi destinado ao estudo de caso subjacente ao terceiro objetivo específico da pesquisa, de modo que sua análise foi centrada nas lutas simbólicas e nos projetos de civilização que permearam o discurso político dos jornais. Neste capítulo foram esclarecidas as posições dos jornais frente ao processo de secularização e os modelos de secularização identificados em cada jornal. Entre as pautas trabalhadas nestes discursos estão: a imigração, a educação religiosa, a moral, a liberdade religiosa, o casamento civil e os sepultamentos de acatólicos. A dinâmica da luta simbólica permeou toda a construção discursiva dos jornais, de modo que as propostas de um eram completamente contrárias às proposições do outro. Entretanto, como se verá, os jornais concordaram em alguns pontos em seus projetos de civilização.

1 CAMPO RELIGIOSO E SECULARIZAÇÃO POLÍTICA NO RENASCER LIBERAL: DIMENSÕES POLÍTICAS E CULTURAIS

[...] o Estado tem necessidade da fé como uma base de estabilidade, como fundamento da religião, que é o principal elemento, o móvel poderoso da civilização e da moral.⁴²

José Thomaz Nabuco de Araújo

Romanismo é a religião do Estado, embora Protestantismo seja tolerado pelo Império (tradução nossa).⁴³

The Foreign Missionary

O regime imperial brasileiro, durante os seus 67 anos de existência, esteve fundado sob a aliança entre a Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado. Desta combinação resultou a formação de um Estado confessional cujo relacionamento com a sua religião oficial foi permeado por conflitos e negociações. Estas relações entre o Estado imperial e a Igreja Católica foram estabelecidas com o padroado⁴⁴ e o regalismo⁴⁵ cujas práticas remontavam ao período

⁴² NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, v 1, p. 305.

⁴³ *The Foreign Missionary*, New York, v. XXVI, July, 1867, p. 48. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=nyp.33433068278328&view=1up&seq=1&skin=2021>. Acesso em: 10 fev. 2022. O texto em língua estrangeira é: “Romanism is the religion of the State, though Protestantism is tolerated throughout the Empire”.

⁴⁴ O sistema de padroado na monarquia portuguesa consistia em uma troca de obrigações e deveres entre a Igreja e um Padroeiro, que poderia ser um indivíduo ou uma instituição. Com origem na Idade Média, a Igreja concedia o direito de padroado para que em um determinado território fosse feita a expansão e manutenção da fé católica. Após a luta com os mouros em Portugal, a Igreja deu ao rei não apenas o padroado sobre territórios, mas também a habilitação do monarca criar dioceses, fazer a escolha dos bispos e promover a sua apresentação ao Papa e o beneplácito, o direito de o rei aprovar previamente as resoluções da Santa Sé que diziam respeito ao seu reino. Este conjunto de atribuições conferidas ao rei pela Igreja era o padroado régio. Estes dois tipos de padroado, o medieval e o régio, foram unidos em 1456. Na construção do Estado imperial brasileiro, o discurso fundador do padroado foi modificado. Cf. NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do Império e a Igreja. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 392. Idem. Padroado. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 466. SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência: Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)*. Belo Horizonte/São Luís: Fino Traço/EDUFMA, 2015, p. 61. (História).

⁴⁵ O regalismo é entendido como a predominância do poder civil sobre o poder eclesiástico. Seus fundamentos também foram alterados no processo de emancipação política do Brasil. Cf. CASTRO, Zília Osório. Antecedentes do Regalismo Pombalino: O Padre José Clemente. In: *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, 1 v, p. 323. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/site/geral.aspx?id=3&tit=Lista%20de%20autores&tp=4&a=Castro&n=Zilia%20Os%C3%B3rio%20de&ida=800>. Acesso em: 06 out. 2021. SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência:*

colonial. Todavia, a forma que assumiram durante o regime imperial era diferente e mesclou aspectos da política moderna⁴⁶ com a política antiga⁴⁷. Deste modo, a implantação das políticas regalistas e das práticas do padroado não seguiram o modelo antigo de consultas prévias à Santa Sé e acordos com o Sumo Pontífice, mas baseou-se na autoridade da Constituição e da soberania do povo. Ainda que em 1827 a bula papal *Praeclara Portugaliae* concedesse os poderes de padroeiro a d. Pedro I tais como eles haviam sido exercidos pelos reis portugueses, ela foi rejeitada pela Câmara sob a alegação de ser contrária à Constituição.⁴⁸ De modo que se fez valer a instituição do padroado como estava estabelecida na Constituição. O padroado e o regalismo eram suficientes para investir o Imperador de poder para intervir na Igreja. As intervenções do Estado imperial no âmbito religioso foram realizadas debaixo de críticas, reações e aceitações. O período do Segundo Reinado (1840-1889) concentrou a maior parte dos conflitos entre política e religião no Império do Brasil.

A presente pesquisa tem como recorte temporal a década de 1860, cunhada na historiografia como o período do Renascer liberal, caracterizada como o momento dos debates políticos mais intensos de todo o Segundo Reinado. Esta época de agitações políticas internas, causadas pelos desdobramentos da política progressista, e externas, devido a Guerra da Tríplice-Aliança, será trabalhada neste capítulo. Em primeiro lugar, objetiva-se expor o contexto político dos anos 1860 com a finalidade de ressaltar os movimentos políticos que caracterizaram o Renascer liberal. Nesta primeira seção do capítulo buscar-se-á também valorizar este recorte temporal na História Política brasileira, uma vez constatado o pouco número de trabalhos historiográficos sobre esta época. Em segundo lugar, serão examinadas neste capítulo as relações entre política e religião nos anos 1860. Nesta abordagem serão enfatizados aspectos como: o processo de secularização política existente neste contexto, a reconfiguração do campo religioso brasileiro, a ascensão do ultramontanismo, a inserção protestante e a participação política de religiosos nos debates sobre política e religião nesta conjuntura.

Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889). Belo Horizonte/São Luís: Fino Traço/EDUFMA, 2015, p. 61. (História, 57).

⁴⁶ Por política moderna compreende-se as formas políticas oriundas das revoluções de fins do século XVIII e início do século XIX. Cf. GUERRA, François-Xavier. De la política antigua a la política moderna: algunas proposiciones. *Anuario IEHS*: Instituto de Estudios histórico Sociales, Buenos Aires, n. 18, 2003, p. 201. Disponível em:

<http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/resumenes/2003/6%20De%20la%20pol%C3%ADtica%20antigua%20a%20la%20pol%C3%ADtica%20moderna%20algunas%20proposiciones.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

⁴⁷ A política antiga, isto é, característica do Antigo Regime, tinha como ponto principal a ideia de que a política não era um campo separado da atividade humana. Cf. GUERRA, François-Xavier. De la política antigua a la política moderna: algunas proposiciones..., p. 204.

⁴⁸ NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do império e a Igreja..., p. 397, 399.

1.1 Revisitando o Renascer liberal

Uma época ainda esquecida na historiografia, o Renascer liberal dos anos 1860 têm recebido novos olhares que vêm possibilitando a reavaliação de sua importância para a História Política do Brasil Império. Apesar de ter sido mencionada em obras importantes para a História do Brasil, este recorte temporal ainda carece de análises mais circunstanciadas que permitam expor os detalhes sobre as realidades vividas por aqueles homens e mulheres do século XIX. Nesta dissertação, objetiva-se abordar a conjuntura político-religiosa dos anos 1860, entretanto, isto não seria possível sem antes compreender-se o panorama político da época e a isto esta seção é dedicada. Julga-se neste trabalho que para analisar o discurso veiculado na arena pública por protestantes e ultramontanos nos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*, se faz necessário analisar os contextos que englobavam estes atores políticos.⁴⁹ E para isto, a apresentação da situação política da época é essencial.

Longe de se fazer uma história *événementielle*, esta seção, assim como todo este capítulo, busca expor o solo histórico que sustentava estes atores políticos, o qual influenciou muitos de seus comportamentos. Em resumo, a década de 1860 foi de extrema agitação, uma vez que se viviam tempos de instabilidade política tanto interna quanto externa. Ademais, neste recorte temporal os debates políticos sobre questões religiosas começavam a crescer, em um ambiente de expansão da esfera pública.⁵⁰ A seguir, será apresentado um panorama detalhado sobre a política e os debates políticos dos anos 1860, partindo, primeiramente, de uma reavaliação historiográfica sobre a importância desta época. A fim de auxiliar o acompanhamento da dinâmica dos gabinetes que orientaram a política interna da década de 1860, apresenta-se uma tabela (Tabela 1) no Apêndice desta dissertação, adaptada do livro *Um Estadista do Império* de Joaquim Nabuco.⁵¹

1.1.1 O ostracismo da década de 1860 na historiografia

A historiografia, em especial a da História das Ideias, não tem dedicado muitos estudos aos anos 1860. No que concerne a História Política brasileira, tal fato pode ser explicado por uma questão de cronologia. Isto é, a década de 1860, assim como a de 1850, por estar situada

⁴⁹ GUERRA, François-Xavier. *El renacer de la historia politica: razones y propuestas...*, p. 241.

⁵⁰ BASILE, Marcello. *Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos...*, p. 62.

⁵¹ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2 v, p. 1172-1176.

entre as décadas de 1840 e 1870 teve a sua relevância ofuscada. Explica-se, os anos 1840 foram um período de agitação, marcado por intensas agitações e aprovações de projetos regressistas, foi também um tempo de revoltas como a Farroupilha e as Revoltas Liberais. De modo geral, as décadas de 1850 e 1860 são tratadas como conjunturas de pouca expressão política, nas quais os únicos marcos foram a política conciliatória encetada em 1853 e a queda dos progressistas em 1868. Outro aspecto que contribuiu para o ostracismo da vida política dos anos 1860 na historiografia foi a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a qual canalizou as atenções da produção historiográfica.⁵²

No que tange a década de 1870, as influências de Sílvio Romero proporcionaram o esquecimento da década de 1860 pela historiografia. A resposta de Romero ao discurso de Euclides da Cunha, realizado na Academia Brasileira de Letras em 18 de dezembro de 1906, assinalou o início de um movimento de ebulição intelectual, cujo início teria se dado em 1868. Entretanto, a História Intelectual brasileira excluiu os anos de 1868 e 1869 e cunhou a expressão “Geração de 1870”, uma época de intensa produção política e intelectual. Desta maneira, a década anterior foi obliterada dos estudos, indicando que nela não se havia produzido obras intelectuais relevantes. Não se objetiva aqui desconsiderar a importância dos anos 1870, para Romero a inovação intelectual deste período no Brasil foi a introdução de filosofias europeias, tais como: as teorias positivistas, darwinistas, organicistas, raciais, o cientificismo e as filosofias da história. As quais substituíam o escolasticismo, ecletismo e beletismo brasileiros. Nota-se que a motivação de Romero era enfatizar o debate intelectual filosófico e não as discussões políticas, as quais emergiram torrencialmente nos anos 1860, pondo em xeque as instituições políticas e sociais fundamentais do Império.⁵³

Apesar de seu ostracismo na historiografia, a década de 1860 é crucial para a compreensão da crise do regime imperial. Trata-se do momento em que as primeiras fissuras apareceram para processar o desgaste do edifício imperial, proporcionando o esfacelamento do regime, cujo fim se daria duas décadas depois. Em suma, foi o recorte temporal em que as deficiências ocultas do sistema político imperial foram desveladas, as quais há muito tempo estavam encobertas por uma imagem de estabilidade.⁵⁴ A fim de valorizar a importância deste

⁵² CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 15-16.

⁵³ Ibid. p. 16-17.

⁵⁴ BARBOSA, Silvana Mota. “Panfletos vendidos como *canela*”: anotações em torno do debate político dos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 156. PALTÍ, Elias José. O século XIX brasileiro, a nova história política e os esquemas teleológicos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.), *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 590-591.

recorte temporal no seio da historiografia política brasileira, apresentam-se a seguir as interpretações que autores importantes deram a este período. Os quais são Joaquim Nabuco na obra *Um Estadista do Império*; Francisco Iglésias em *História Geral da Civilização Brasileira*; Sérgio Buarque de Holanda em *Capítulos de história do Império e História Geral da Civilização Brasileira*; Raymundo Faoro em *Os donos do poder*; José Murilo de Carvalho em *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras* e “*Clamar e agitar sempre*”: os radicais da década de 1860; e Ilmar Rohloff de Mattos em *O Tempo Saquarema* e outros textos selecionados.

Em *Um Estadista do Império* Joaquim Nabuco traçou o perfil biográfico de seu pai, José Thomaz Nabuco de Araújo (1813-1878), senador do Império, lançando luz sobre diversos meandros da política imperial. A periodização que Nabuco filho seguiu foi a seguinte: 1822-1831, o momento da inexperiência, com lutas entre os elementos monárquico e democrático; 1831-1836, o período do triunfo democrático; 1836-1853, a época da dominação do princípio monárquico reagindo contra as obras do momento democrático; 1863 é visto como o ano da vitória democrática, isto é, liberal, e o terceiro gabinete Zacarias (1866-1868) é interpretado como um ponto crítico. Além disso, Nabuco viu na morte de seu pai uma relação com o declínio do regime imperial.⁵⁵ Falecido em 1878, Joaquim Nabuco afirmou na biografia que escreveu sobre o pai que ele havia morrido no fim da monarquia brasileira e que o que se seguiu após a sua morte foi a propaganda abolicionista e que nenhum estadista nos Partidos Conservador ou Liberal quis assumir a responsabilidade de tratar com os proprietários de terra sobre a questão.⁵⁶

Sobre a década de 1860, Nabuco oferece um panorama detalhado sobre os gabinetes formados neste período, enfatizando a atuação de seu genitor nestas conjunturas. Destacou as eleições de 1860, afirmando que elas marcaram uma época na história política brasileira. Era o começo da “maré democrática”, liberal, a qual desde a reação monárquica de 1837, isto é, o Regresso Conservador, estava baixa.⁵⁷ Em suma, caracterizando conservadores como monárquicos e liberais como democráticos, Nabuco interpretou a década de 1860 como o momento do retorno dos liberais à cena política e três dos oito Livros em que a obra foi dividida foram dedicados à política dos anos 1860. Ademais, sua obra, publicada originalmente em três volumes entre 1897 e 1899, continua sendo obrigatória para a história do Segundo Reinado.⁵⁸

⁵⁵ FAORO, Raymundo. História e Arte. In: NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 1 v, p. 21, 29-30. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império...*, p. 31.

⁵⁶ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2 v, p. 1085.

⁵⁷ Idem. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 1 v, p. 421.

⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 19, nota 7.

Outro conjunto de obras importante para o estudo do Segundo Reinado são os volumes dedicados ao regime monárquico da Coleção História Geral da Civilização Brasileira. Sobre a década de 1860, destaca-se o texto de Francisco Iglésias publicado no quinto volume da coleção. Para este autor, a década de 1860 é um momento de relativa estabilidade e obras materiais significativas até 1864. De 1864 a 1870 o cenário tinha sido dominado pela guerra com o Paraguai. Assinalou a presença de conflitos externos e internos durante o período, o externo era a referida guerra, ao passo que o interno dizia respeito à política dos ministérios. Afirmou que entre 1862 e 1868 foi o momento do predomínio da Liga Progressista, composta por liberais e conservadores moderados, permeado por lutas e conflitos recorrentes. A união viria apenas com a queda da situação, conduzindo progressistas a aliarem-se com os liberais históricos e os radicais e caminharem para o republicanismo. 1868 marcou a recomposição das forças políticas e a partir deste ano a onda que derrubaria a monarquia começava a crescer. Iglésias definiu este ano como o ponto inicial do declínio do Império, encerrando os seus dias de esplendor e abrindo as portas para as crises que culminariam no seu fim.⁵⁹

Interpretação parecida com a de Iglésias é a de Sérgio Buarque de Holanda. Para ele, 1868 também foi o ano em que começou a crescer a onda que causaria a derrocada do regime imperial. Todavia, sua visão sobre a política da década de 1860 era um pouco distinta, para ele o período pode ser visto como um segundo “quinquênio liberal”, o primeiro havia terminado em 1848 e o segundo foi extinto em 1868.⁶⁰ O quinquênio liberal compreendeu o período entre 1844 e 1848, foi composto por seus gabinetes liberais e teve seu fim marcado pela subida de um gabinete conservador.⁶¹ Entretanto, Holanda assevera que os títulos de “quinquênios liberais” são discutíveis, uma vez que o domínio deste partido não foi total nem no período de 1844 a 1848 e nem entre 1863 e 1868. Realmente liberais tinham sido apenas o gabinete Paula Sousa no primeiro “quinquênio” e o gabinete Furtado no segundo, ambos de curta duração.⁶² Em resumo, tanto Iglésias quanto Holanda posicionam os anos 1860, especialmente o ano de 1868, como o momento do início do fim do regime imperial.

Utilizando-se também da metáfora das ondas, Raymundo Faoro caracterizou a década de 1860 como o momento de formação das novas ondas que turbaram a superfície do conservadorismo imperial. Enfatizou, assim como Joaquim Nabuco, o papel importante das

⁵⁹ IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868..., p. 9, 112.

⁶⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. Organização de Fernando A. Novais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 145, 179.

⁶¹ IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868..., p. 9, 12.

⁶² HOLANDA, Sérgio Buarque. A letra e o espírito do regime. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.). *O Brasil Monárquico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 26-27. (História Geral da Civilização Brasileira, 7). HOLANDA, Sérgio Buarque. *Capítulos de história do Império*..., p. 179.

eleições de 1860, que provocaram o retorno das aspirações liberais à cena pública. Ademais, repetiu a expressão “maré democrática” de Nabuco, para designar o movimento de 1860, tal “maré” teria começado a subir nesta época. Diferente de Iglésias e Holanda, Faoro apontou o ano de 1870 como a data de início do fim do regime monárquico.⁶³ A seguir, serão abordadas as interpretações de José Murilo de Carvalho e Ilmar Rohloff de Mattos. As principais obras destes dois autores, *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras* e *O Tempo Saquarema*, são fundamentais para a historiografia do Brasil Imperial, pois são dedicadas a explicar o processo de construção do Estado Imperial brasileiro.

Em *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras* a hipótese defendida para compreender a formação do Estado Imperial é que para ela muito contribuiu o tipo de elite política existente no Brasil à época da Independência, a qual foi gestada pela política colonial portuguesa. Essa elite possuía uma homogeneidade tanto ideológica quanto de treinamento e a sua condução política possibilitou a adoção do regime monárquico, a manutenção da unidade territorial e a consolidação de um governo estável.⁶⁴ Entretanto, na segunda metade do século XIX, principalmente após 1871, houveram mudanças que abalaram a homogeneidade de treinamento e socialização desta elite.⁶⁵ No que concerne a década de 1860, Carvalho assinalou que neste período começaram as pressões por maior participação, uma vez que a acumulação de poder pela elite durou até a década de 1850. Tal situação pode ser ilustrada com a emergência de novos partidos durante a década de 1860, como os partidos Progressista, Radical, Republicano e o novo Partido Liberal de 1869.⁶⁶

Se *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras* foi dedicada ao processo de composição do Império do Brasil, “*Clamar e agitar sempre*”: *os radicais da década de 1860* é uma obra voltada para o estudo dos elementos políticos e intelectuais da desconstrução da ordem, tendo como fontes as conferências radicais. Tais elementos tinham a crença de que poderiam mudar o Brasil, país cuja tradição política possui um conservadorismo arraigado.⁶⁷ Outro ponto destacado por Carvalho diz respeito a profusa variedade do debate político nos anos 1860, o movimento republicano reduziu suas discussões a forma de governo e caracterizou-se como um retrocesso em comparação às reformas defendidas por liberais e radicais na década de 1860.⁶⁸

⁶³ FAORO, Raymundo. O Renascimento liberal e a República. In: *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5. ed. 9. reimpr. São Paulo: Globo, 2020, p. 503-504.

⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 21.

⁶⁵ Ibid. p. 139.

⁶⁶ Ibid. p. 115, 205-207.

⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 9, 61.

⁶⁸ Ibid. p. 57.

Outro autor importante para a historiografia do Brasil imperial é Ilmar Rohloff de Mattos, cuja visão sobre a formação do Estado distingue-se da de José Murilo de Carvalho. Seus argumentos são sustentados no livro *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*, tal “tempo saquarema” compreende o período entre os dois últimos anos das Regências e o Renascer Liberal dos anos 1860.⁶⁹

Mas não somente isto, este tempo foi produto da ação saquarema. Saquarema era a denominação dada aos conservadores da província do Rio de Janeiro, os quais eram dirigidos pela “trindade saquarema” representada por Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queiroz. Para Ilmar Rohloff de Mattos este grupo empreendeu a “direção saquarema”, cujos objetivos eram a manutenção de uma determinada ordem e a difusão de um ideal de civilização, seguindo estas diretrizes esse grupo político possibilitou a construção do Estado Imperial e a formação da classe senhorial. Para o historiador, a política saquarema dominou a política imperial do fim do Período Regencial até o Renascer Liberal, de modo que até mesmo a Conciliação, promovida pelo Marquês de Paraná, completou a ação de governo e administração saquaremas.⁷⁰ Para Mattos, o Renascer Liberal foi um período marcado pela ascensão da ideia de indivíduo no que tange a luta pelo poder e isto era um sinal das mudanças estruturais que começavam a atingir a sociedade imperial. Entretanto, a força deste debate não foi suficiente para romper com a problemática criada pelos saquaremas.⁷¹

Mattos enfatizou também o papel das eleições de 1860, cujo destaque havia sido a derrota dos saquaremas. Outro ponto abordado foi o debate sobre o Poder Moderador ocorrido nos anos 1860. Refletindo sobre o Renascer liberal o historiador afirmou que os liberais desta época tinham como canais de divulgação de suas ideias e projetos reformistas as páginas da imprensa periódica, com destaque para o jornal *Atualidade*, criado em 1858 na Corte. Nesta conjuntura também teve importância as *Cartas do Solitário* de Tavares Bastos, publicadas em 1862. Ademais, segundo o autor, o movimento do Renascer Liberal abriu as portas para a chegada do republicanismo no Brasil.⁷² Movimento que com o seu *Manifesto Republicano*, publicado em *A Republica*, contestou a direção política, intelectual e moral saquarema. Para estes republicanos, surgidos no último ano da década de 1860, a monarquia não era mais capaz

⁶⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Access Editora, 1994, p. 2.

⁷⁰ Ibid. p. 2-3, 102, 161. MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 166.

⁷¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema...*, p. 142, nota 145.

⁷² Ibid. p. 158. MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial, volume II: 1830-1870*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 46-47.

de atender aos anseios da sociedade. Em suma, o *Manifesto* encerrou os anos 1860 com uma crítica à direção saquarema exercida por mais de três décadas.⁷³

Para concluir, o objetivo da realização deste *recueil* historiográfico foi apresentar diferentes interpretações sobre a década de 1860 a fim de reposicionar este recorte temporal no seio da historiografia da vida política brasileira. Ao recorrer a autores tão diversos buscou-se não somente promover a valorização desta conjuntura, reafirmando sua suma importância para a compreensão do processo de desgaste do regime imperial brasileiro. Diante do exposto, pôde-se verificar que para os autores mencionados a década de 1860, isto é, o Renascer liberal, foi um momento de mudanças importantes no Segundo Reinado, cuja agitação provocou questionamentos contundentes acerca da estrutura política imperial. Em um processo de desconstrução da ordem ou de contestação da direção saquarema, a “maré democrática” encetada pelas eleições de 1860 contribuiu para a formação das ondas que, por fim, submergiram o regime imperial. A seguir, serão apresentados os movimentos que caracterizaram a política dos anos 1860.

1.1.2 As tramas dos anos 1860: Guerra da Tríplice Aliança e instabilidade política interna

Para que se possa compreender a dinâmica política da década de 1860 convém estabelecer como ponto de partida de sua contextualização o ano de 1848. Este ano marcou o final do quinquênio liberal (1844-1848) com a subida de um gabinete conservador.⁷⁴ O quinquênio liberal durou de 2 de fevereiro de 1844 a 28 de setembro de 1848, totalizando seis gabinetes com a direção de políticos liberais. Estes gabinetes não foram engajados em derrubar as reformas centralistas conservadoras do Regresso Conservador e os conflitos frequentes na Câmara dos Deputados proporcionaram o desgaste do governo liberal. Diante deste cenário o ministro do último gabinete desta situação liberal, Paula Sousa, decidiu pedir a demissão do gabinete. O Imperador aceitou o pedido e indicou para a Presidência do Conselho de Ministros José da Costa Carvalho, Visconde de Monte Alegre, que recusou o cargo. Frente a esta declinação, d. Pedro II nomeou Pedro de Araújo Lima, Visconde de Olinda. Olinda na direção do novo gabinete significou o retorno dos conservadores ao poder.⁷⁵ No ano seguinte, Monte Alegre substituiu Olinda na Presidência do Conselho de Ministros. Neste gabinete foram

⁷³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Do Império à República...*, p. 166, 168-169.

⁷⁴ CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 19.

⁷⁵ IGLÉSIAS, Francisco. *Vida política, 1848/1868...*, p. 9, 12. BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O Império Brasileiro: Panorama Político*. In: LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História Geral do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016, p. 230.

nomeados para as pastas da Justiça, Fazenda e dos Negócios Estrangeiros os membros da tríade saquarema:⁷⁶ Eusébio de Queiroz Matoso da Câmara, Joaquim José Rodrigues Torres, que futuramente se tornaria o Visconde de Itaboraí, e José Soares de Sousa, futuro Visconde de Uruguai, respectivamente.⁷⁷

Este predomínio dos conservadores na chefia dos gabinetes estendeu-se de 29 de setembro de 1848 a 11 de maio de 1852, encerrando-se com o primeiro governo de Itaboraí.⁷⁸ Este período encerrou um período de revoltas, iniciado no Período Regencial, cujo ponto final foi a derrota da Revolução Praieira em 1849. Nesta época, as Câmaras, compostas por políticos conservadores, aprovaram a lei do fim do tráfico de escravizados, a lei de terras, a lei da Reforma da Guarda Nacional e a lei do Código Comercial. Os liberais, por sua vez, tinham representação minoritária no Senado, no Conselho de Estado e na imprensa.⁷⁹ O gabinete seguinte inaugurou a política da Conciliação, o qual teve Honório Hermeto Carneiro Leão, que naquele momento era Visconde de Paraná e se tornaria Marquês em 1854, como Presidente do Conselho de Ministros. Carneiro Leão formou o novo gabinete com políticos jovens, à exceção dele e de Limpo de Abreu, como Nabuco de Araújo, Paranhos e João Maurício Wanderley. Desta maneira, Paraná cindiu o Partido Conservador e se afastou dos pilares saquaremas: os viscondes de Itaboraí e do Uruguai e Eusébio de Queiroz.⁸⁰

O programa do gabinete resumiu-se na palavra conciliação, a qual continha a ideia de apaziguamento entre os partidos. Este ideal estava sendo defendido tanto na imprensa quanto no parlamento e era, sobretudo, uma bandeira dos liberais, que viam na derrota da Revolução Praieira o fim do período revolucionário do partido. Em suma, a política da Conciliação partidária visava retirar os liberais de seu ostracismo político e, assim, superar as disputas políticas entre liberais e conservadores. Os liberais receberam bem a nova política, ao passo que os conservadores a rejeitaram e a acusaram de enfraquecer as identidades políticas.⁸¹ O

⁷⁶ Nesta dissertação esta perspectiva da direção saquarema não é utilizada, a interpretação sobre a formação do Estado Imperial que se segue é a formulada por José Murilo de Carvalho. Ademais, para este autor o termo saquarema, no trabalho de Ilmar Rohloff de Mattos, envolve domínios sociais e culturais, não apenas políticos. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *“Clamar e agitar sempre”*..., p. 20, nota 9.

⁷⁷ BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O Império Brasileiro: Panorama Político*..., p. 233.

⁷⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*..., p. 176.

⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. *“Clamar e agitar sempre”*..., p. 20.

⁸⁰ Idem. *“Clamar e agitar sempre”*..., p. 20. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*..., p. 163.

CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.), *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 a, p. 22.

⁸¹ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*..., p. 171-172. CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de. (Coord.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020, p. 103. (História do Brasil Nação: 1808-2010, 2). CARVALHO, José Murilo de. *“Clamar e agitar sempre”*..., p. 23.

gabinete de Paraná conseguiu realizar reformas no sistema eleitoral, promovendo a introdução do voto por distrito que diminuiria a influência governamental na formação das Câmaras, possibilitando, logo, a representação da oposição.⁸² A lei que implementou esta mudança foi a Lei dos Círculos, aprovada em 1855, que substituiu o voto provincial pelo voto distrital. No modelo do voto provincial, os deputados de cada província eram eleitos pelos eleitores em conformidade com o sistema majoritário.⁸³

Cada eleitor tinha que votar conforme a quantidade de candidatos que a província elegia, vendo isto, os partidos e os candidatos passaram a criar chapas, de modo a apresentar para os eleitores uma listagem com os nomes em que se deveria votar. Isto resultou na eleição de bancadas compostas por deputados de um só partido, promovendo o fenômeno das Câmaras unânimes. O modelo do voto distrital, por sua vez, tinha o objetivo de fazer a integração entre os diversos distritos no pleito eleitoral, estabelecendo relações diretas entre os eleitores e os candidatos. O voto distrital consistia na eleição de um deputado por cada distrito, para isto as províncias foram divididas em distritos. Sua adoção possibilitou o fim das Câmaras unânimes, entretanto, é importante salientar que este projeto, aprovado durante a Conciliação, não surgiu de uma discussão espontânea, mas foi o resultado de um período de debates no parlamento.⁸⁴ O Marquês de Paraná faleceu, em 3 de setembro de 1856, antes da primeira eleição sob o sistema distrital. Sua morte causou forte impacto na época e foi entendida como um enorme desfalque na política da Conciliação.⁸⁵

Seu lugar na Presidência do Conselho de Ministros foi ocupado, primeiramente, pelo Marquês de Caxias, seguido pelo Marquês de Olinda. Ambos não conseguiram injetar novos ânimos à Conciliação, ainda que tivessem continuado com o discurso pautado nesta política e permanecido com a formação de gabinetes mistos. As eleições de 1857, por sua vez, ocorreram debaixo do voto distrital, com menos intervenção do governo e nela foram eleitos 17 políticos liberais. Em resumo, a política da Conciliação de Paraná deixou marcas profundas na política do Segundo Reinado, provocando a reconfiguração do sistema partidário durante a década de 1860. Ademais, do ano de sua morte, 1856, até 1868 a política imperial assumiu uma face indefinida, em que gabinetes sem definição política clara se sucediam de forma rápida. Apenas

⁸² CARVALHO, José Murilo de. A vida política..., p. 103.

⁸³ DOLHNIKOFF, Miriam. Governo representativo e eleições no século XIX. *R.IHGB*. Rio de Janeiro, v. 474, p. 15-46, mai./ago., 2017, p. 37. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-474/item/108562-governo-representativo-e-eleicoes-no-seculo-xix.html>. Acesso em: 9 jun. 2021.

⁸⁴ *Ibid.* p. 37-38, 44. CARVALHO, José Murilo de. Liberalismo, radicalismo e republicanism nos anos sessenta do século dezenove. *Working Paper*. Oxford: Centre for the Brazilian Studies, n. 87, 2007 c, p. 3. Disponível em: <https://www.lac.ox.ac.uk/sites/default/files/lac/documents/media/wp87-murilo.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

⁸⁵ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império...*, p. 348.

nos idos dos anos 1860 que uma proposta política mais incisiva passou a ser ventilada: a política progressista.⁸⁶

Para o surgimento desta política foi crucial a volta dos políticos liberais à Câmara em 1860. Se nas eleições para a 10ª Legislatura (1857-1860) foram eleitos 17 liberais, nas eleições para a legislatura de 1861-1863 a quantidade destes políticos foi superior a vinte. Neste grupo de 23 liberais eleitos estavam: Teófilo e Cristiano Otoni, Francisco Otaviano, Saldanha Marinho e José Bonifácio, o Moço. Estas eleições foram o “primeiro rebate”, caracterizado pelo retorno das antigas aspirações liberais representadas por seus líderes que voltavam à Câmara. Era também o início do período do Renascer liberal dos anos 1860.⁸⁷ O início deste período foi marcado pela volta de Teófilo Otoni e pela organização da proposta de um Liga composta por liberais e conservadores. Os idealizadores desta proposição, mais tarde chamados de progressistas, tinham como órgão o jornal *Correio Mercantil*, no entanto, não eram um grupo bem consolidado e eram alvo de críticas tanto de liberais, quanto de conservadores. A ideia da Liga não era bem-vista pela maior parte dos políticos, durante o ano de 1861 seus propugnadores foram criticados na imprensa, na Câmara dos Deputados e no Senado. O que mais se questionava era a possibilidade real de composição de um grupo/partido com políticos cuja formação e ideias fossem tão divergentes ou mesmo excludentes.⁸⁸

Na imprensa artigos com críticas à Liga foram publicados no jornal *Correio da Tarde*.⁸⁹ Em sua edição de 28 de janeiro de 1861 alguns desses textos foram publicados, um deles foi um aviso, assinado por “Um liberal”, na seção “Publicações a pedido”. O texto alertava os eleitores de uma deliberação dos liberais da freguesia de Santa Anna, os quais tinham “a astúcia desses demagogos da liga!”. Para o articulista era tempo de os eleitores abrirem os olhos para salvar tanto a pátria, quanto o Partido Liberal “desses intrusos”.⁹⁰ Outro texto crítico foi publicado na seção “Espelho” nesta mesma edição do jornal: “A missão da liga”. O artigo iniciava afirmando que para a redação do jornal não era “possível saber o que querem

⁸⁶ BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império Brasileiro: Panorama Político..., p. 240. CARVALHO, José Murilo. Radicalismo e republicanism..., p. 22-23. CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 24-25.

⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate..., p. 22. CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 24. FAORO, Raymundo. O Renascimento liberal e a República..., p. 503. BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império Brasileiro: Panorama Político..., p. 241.

⁸⁸ BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 303-305.

⁸⁹ Ibid. p. 303.

⁹⁰ Um liberal. ATENÇÃO! *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1861, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. As fontes de época trabalhadas nesta dissertação estão com suas respectivas grafias atualizadas.

seriamente os homens da liga”. Em seguida, comentava que esses políticos haviam se reunido em oposição ao ministério da época, mas não indicavam que políticos substituiriam os nomes do gabinete da situação e não explicitavam seus “princípios administrativos, políticos e econômicos”. O artigo também continha admoestações, com alertas de que diante do apresentado por Otoni, “o mais influente chefe da liga”, o sistema que a Liga defendia iria provocar “tempestades e abalos”, além de ser incapaz de organizar algo que fosse sólido ou regular.⁹¹

Por fim, finalizava o texto com a afirmação de que o sistema da Liga aspirava inúmeras reformas, em que algumas não poderiam ser feitas facilmente, o que causaria incômodos e divisões “no seio eleitoral”. Tal situação geraria muitas desconfianças no Império, além de prejudicar o “progresso legal”, retardando-o.⁹² A seu turno, uma defesa dos propositores da Liga foi publicada no jornal *Correio Mercantil* em 23 de fevereiro de 1861: um comunicado cujo título era “A liga e os liberaes ou turbulentos”.⁹³ Após descrever a oposição formada pelos políticos conservadores e o afastamento dos liberais, afirmou-se no comunicado que “a liga constitucional” era formada por “homens que, tendo pertencido a diverso credo político”, mostravam em sua união terem como objetivo “o bem do país”.⁹⁴ Ademais, asseverou que a Liga não precisava de reformas na Constituição “para obter para o país a liberdade prática política e industrial”, tão necessitada na visão dos membros da Liga. Em seguida, afirmava-se que os desordeiros e turbulentos não estavam com a Liga e nem os que desejavam reformas constitucionais. O texto também apresenta o programa da Liga: reforma policial, reforma da Guarda Nacional, restabelecimento da liberdade de associação, de trabalho e de indústria. Além de reformas financeiras visando a redução dos impostos, assim como o emprego dos impostos “em despesas justificadas”.⁹⁵

Na conclusão do comunicado fez-se as boas-vindas à “liga constitucional” e assegurou-se que a ela não faltariam o “apoio geral da nação” e nem “a cooperação de todos os habitantes do Império”. Com este suporte a Liga conseguiria “restabelecer no Império o sistema representativo”, além de colocar “o Brasil nas vias do progresso moral, intelectual e material”.⁹⁶

⁹¹ A MISSÃO da liga. *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1861, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁹² A MISSÃO da liga..., p. 2.

⁹³ Silvana Mota Barbosa, no texto “A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860”, compreendeu que este comunicado da Liga foi uma resposta a um editorial de *A Marmota*, publicado em maio de 1861. Entretanto, o comunicado havia sido publicado em fevereiro daquele ano no *Correio Mercantil*.

⁹⁴ A LIGA e os liberaes ou turbulentos. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1861, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁹⁵ A LIGA e os liberaes ou turbulentos..., p. 2.

⁹⁶ A LIGA e os liberaes ou turbulentos..., p. 2.

Entretanto, as críticas persistiram e mais um exemplo delas é o editorial de *A Marmota*, transcrito do jornal *Correio da Tarde*, publicado em 25 de maio de 1861. O editorial “Política” iniciou mencionando a origem do texto, publicado no jornal supracitado no dia anterior e “escrito por mão de mestre”, o qual era “a pintura viva e verdadeira da Situação atual”.⁹⁷ O editorial descrevia os defensores da Liga como homens que não possuíam “princípios” e nem “crenças”, que reuniam em torno de si “todos os descontentes, exaltados, sem fé pura ou esperança legítima”. Ademais, qualquer um, que fosse “relapso ousado”, poderia ser o chefe deste novo “partido”, cujo objetivo era o ataque a tudo que fosse “durável e grande” para substituir “por um ambicioso mesquinho, ou uma novidade impraticável”.⁹⁸

Afirmava que o programa da liga era a agitação, que o seu futuro era o acaso e que seu passado era a revolta.⁹⁹ Ao mencionar o passado de revolta dos propositores da Liga, o articulista fazia uma referência ao passado do Partido Liberal, principalmente, às Revoluções Liberais de 1842, ocorridas nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, e à Revolução Praieira de 1848.¹⁰⁰ Além disso, na visão do articulista estes políticos eram liberais: “Chamam-se *liberais* e não querem ser *justos*”.¹⁰¹ Após denunciar o programa da Liga, o texto menciona seus integrantes: Otoni, Martinho de Campos, Urbano, Souza Franco e Dantas. Em seguida, lançou questões para que seus membros respondessem, a primeira era: caso a Liga assumisse o poder o Senado poderia recuperar seu “prestígio perdido” e o país o seu “ *pudor* ”? A segunda questão foi: “Por que meio se conseguirá tanta ventura?”. Por fim, terminava o texto exigindo da Liga uma resposta a fim de que não fizesse “segredo do bem da pátria”.¹⁰² No curso do ano de 1861, os debates envolvendo a criação da Liga foram também assunto nas discussões na Câmara dos Deputados e no Senado. Um dos argumentos contrários era de que a proposta refletia a decadência dos partidos políticos, como também uma crise dos princípios políticos.¹⁰³

Um ponto importante de se observar é que os maiores críticos à Liga nas duas casas se tornariam no ano seguinte, 1862, as colunas da Liga: Zacarias de Góes e Vasconcelos e José Thomaz Nabuco de Araújo.¹⁰⁴ Este último durante 1861 era apoiador do gabinete e em 1862 se tornou parte da oposição e em um de seus discursos descreveu a situação da época, na sua visão

⁹⁷ POLITICA. *A Marmota*, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1861, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁹⁸ POLITICA. *A Marmota*, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1861, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁹⁹ POLITICA..., p. 2.

¹⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A vida política...*, p. 97-98.

¹⁰¹ POLITICA..., p. 1.

¹⁰² POLITICA..., p. 2. Grifos do autor.

¹⁰³ BARBOSA, Silvana Mota. *A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860...*, p. 308-309.

¹⁰⁴ *Ibid.* p. 309.

o Parlamento estava dividido em três partidos: o Conservador puro, o Moderado e o Liberal. Ainda segundo Nabuco de Araújo, este cenário era anterior às eleições de 1860 e mesmo após o pleito ele não havia mudado. Diante disto, aconselhava a união entre os Moderados e os Liberais para a criação de um partido que não fosse semelhante aos partidos anteriores.¹⁰⁵ Quatro dias após o seu discurso, o gabinete caiu por votação na Câmara e Zacarias de Góes e Vasconcelos foi chamado para a Presidência do Conselho de Ministros, significando assim a vitória da Liga.¹⁰⁶

O gabinete de 24 de maio de 1862 foi o primeiro presidido por Zacarias de Góes e Vasconcelos. Efêmero, chamado de “ministério dos anjinhos” por ter morrido antes de começar a engatinhar, teve a duração de apenas quatro dias e foi o governo mais curto do Segundo Reinado, em 30 de maio outro gabinete foi composto, com Olinda à frente.¹⁰⁷ Entretanto, em 1864 Zacarias voltou a comandar um ministério, se em 1862 fez sua estreia como liderança da Liga Progressista, em 1864 a liga se consolidou como um partido, o Partido Progressista.¹⁰⁸ Mas, o novo partido nascera dividido, o quadro não era mais o mesmo de 1862, em que liberais e moderados congraçavam-se. A nova situação era de conflitos entre as partes, de modo que os liberais históricos passaram a concorrer com os conservadores egressos do Partido Conservador, progressistas, pela hegemonia do poder. Estas disputas fizeram do período entre 1864 e 1868 o de maior instabilidade ministerial de todo o Segundo Reinado. Ainda em 1864 o segundo gabinete de Zacarias foi derrubado, mesmo com uma Câmara de maioria progressista e minoria conservadora.¹⁰⁹

O gabinete seguinte teve como presidente Francisco José Furtado, um liberal histórico. Foi um gabinete com propostas oriundas do programa progressista, o qual enfrentou forte oposição de conservadores e progressistas. Passou por uma forte crise financeira em 1864, a Quebra do Souto, causada pelas reformas de Sousa Franco durante o gabinete Olinda em fins da década de 1850. Sousa Franco havia autorizado a emissão de moeda a diversos bancos, provocando um surto inflacionário. Outra adversidade atravessada pelo gabinete Furtado foi a eclosão da guerra com o Paraguai em novembro de 1864. O conflito fora motivado pelo apresamento do navio *Marquês de Olinda* a mando de Solano López.¹¹⁰ O ataque de López foi

¹⁰⁵ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império...*, p. 432-433.

¹⁰⁶ BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860..., p. 312. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império...*, p. 438.

¹⁰⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império...*, p. 87-89, 101.

¹⁰⁸ O termo “progressista” foi proposto por um dos componentes da Liga, José Antônio Saraiva, deputado e ex-ministro. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império...*, p. 98.

¹⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo..., p. 22-23. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império...*, p. 448.

¹¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo..., p. 23-24.

uma resposta à intervenção brasileira no Uruguai e o navio em questão transportava o presidente da província de Mato Grosso, além de documentos, armamentos e alimentos para as guarnições da província. O apresamento do navio resultou também na prisão de sua tripulação e no confisco de sua carga.¹¹¹

Após o apresamento do navio, o Paraguai iniciou a invasão ao Brasil com o desembarque de uma expedição fluvial na cidade de Coimbra, localizada na província do Mato Grosso. De forma rápida, a província foi logo tomada, causando a fuga da população do sul e oeste da província.¹¹² As notícias sobre esses ocorridos chegaram à Corte em fins de dezembro de 1864 e de lá foram difundidas por todo o Império, mobilizando manifestações de indignação e repulsa pelos atos do Paraguai.¹¹³ Numa *mise-en-scène* composta por oposição de dissidentes e conservadores, crise bancária e guerra o gabinete Furtado não teve como prevalecer, caiu por votação na Câmara em 1865, no mês de maio. O gabinete seguinte teve a chefia de Olinda, orientado a formar um governo apolítico, com foco no enfrentamento da guerra. Durante seu gabinete, as dissensões entre liberais e dissidentes continuaram, ademais, o governo não poderia buscar a cooperação de generais conservadores como Caxias, Vieira Tosta ou Manuel Felizardo. D. Pedro II, em sua visita a Uruguiana, foi acompanhado de Caxias, provocando as suscetibilidades de Ângelo Ferraz, Ministro da Guerra, irritando-o.¹¹⁴

Foi durante o gabinete Olinda que o Império obteve vitória na batalha em Uruguiana, em setembro de 1865. Em maio daquele ano, o Império assinou o Tratado da Tríplice Aliança com a Argentina e o Uruguai, o qual firmava um pacto entre as nações: não recuar até a queda de López. Além disso, o tratado também possuía cláusulas secretas: a destruição das instalações militares do Paraguai, a desmobilização do exército paraguaio e a resolução de conflitos territoriais consoante os interesses dos membros da Tríplice Aliança.¹¹⁵ Paralelamente ao desenrolar bélico e à dinâmica da política progressista, outro movimento político surgiu na década de 1860: a renovação conservadora. O conservadorismo consolidado na formação do Partido Conservador, em 1837, seguiu de forma relativamente uniforme até os anos 1860. Este partido se organizou para debelar desafios políticos do momento de sua fundação e se reuniram em torno do ideal de um Estado centralizado. A denominação “Partido Conservador” foi

¹¹¹ IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.) *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 394-395.

¹¹² Ibid. p. 395.

¹¹³ Ibid. p. 396.

¹¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo..., p. 24-25.

¹¹⁵ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império...*, p. 580. IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai..., p. 399-400.

adotada apenas nos anos 1850, até então utilizava-se o nome “Partido da Ordem”.¹¹⁶ Ademais, o Partido Conservador teve como pontos principais de sua agenda: a interpretação do Ato Adicional com restrições às incumbências das Assembleias Provinciais, a observação rigorosa da Constituição e a resistência às “inovações políticas” que não tivessem sido “*maduramente estudadas*”.¹¹⁷

Além disso, também defendiam o retorno do Conselho de Estado e a centralização política, unindo a força, a autoridade e as “leis de compreensão” no combate às “forças anarquizadoras”. A centralização promoveria a restituição e restauração da paz, da ordem e do progresso, além de proporcionar “*a unidade do império sob o regime representativo e monárquico*”, o qual seria capaz de “*fazer a nação prosperar e engrandecer-se*”.¹¹⁸ No entanto, durante a década de 1860 o partido entrou em um movimento de renovação de seus ideais, devido à entrada de uma geração mais nova, que teve seu maior representante em José Martiniano de Alencar, deputado e escritor. Foi nos anos 1860 que Alencar fez sua estreia na política militante, elegeu-se, primeiramente, para a 11ª legislatura (1861-63) com o apoio de Eusébio de Queiroz e conservadores de sua província, Ceará. Depois, retornou à Câmara na 14ª legislatura (1869-1871), chegando a ocupar o ministério da Justiça.¹¹⁹ Seu conservadorismo pautava-se na questão da prudência na condução de reformas, além de críticas aos liberais e ao seu próprio partido.¹²⁰ No próximo tópico serão trabalhados aspectos da obra política de Alencar, assim como as mudanças no Partido Conservador ocorridas na década de 1860.

Retornando às vicissitudes da dinâmica progressista, o gabinete Olinda, sucessor de Furtado, durou pouco mais de um ano. Olinda pediu demissão e indicou Zacarias para compor o próximo gabinete, o qual teve início em agosto de 1866. Este terceiro gabinete de Zacarias teve seu período de duração de 3 de agosto de 1866 a 16 de julho de 1868, conjuntura difícil, marcada por reveses na guerra. Em setembro 1866, os exércitos aliados sofreram uma derrota

¹¹⁶ LYNCH, Christian Edward Cyril. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. *Lua Nova*, São Paulo, n. 100, 2017, p. 335. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452017000100313&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 24 mar. 2021. NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 10, nov. 2009, p. 8, 12. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11722>. Acesso em: 24 mar. 2021.

¹¹⁷ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878, p. 12. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179482>. Acesso em: 28 mar. 2020. Grifos do autor.

¹¹⁸ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 12. Grifos do autor.

¹¹⁹ LYNCH, Christian Edward Cyril. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista..., p. 335. CARVALHO, José Murilo de. Apresentação. In: ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. Organizador José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009 b, p. XVIII-XIX. (Coleção Afrânio Peixoto). Disponível em: <https://www.academia.org.br/publicacoes/cartas-de-erasmo>. Acesso em: 15 jun. 2021.

¹²⁰ LYNCH, Christian Edward Cyril. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista..., p. 337.

em Curupaiti, a qual impactou fortemente a dinâmica bélica, ocasionando a paralisação das atividades em um ano.¹²¹ Outros elementos agravaram o cenário como: o *crescendo* de conflitos entre os chefes militares brasileiros e mesmo entre as lideranças aliadas. Acuado pelas circunstâncias, Zacarias aceitou nomear Caxias, conservador, para comandar as tropas brasileiras na guerra. Julgou que Caxias era o único que teria capacidade para pôr termo aos conflitos, que embaraçavam as estratégias no combate ao Paraguai. Entretanto, esta nomeação provocou a saída do almirante Tamandaré, aliado aos liberais, e de Ângelo Ferraz do Ministério da Guerra, devido à sua inimizade com Caxias, que por sua vez aceitou o cargo.¹²²

Durante um ano, os esforços foram canalizados para o combate ao cólera e para a reorganização das forças bélicas. No Rio de Janeiro, Corte, os desentendimentos políticos avolumavam-se e o país era atravessado por um sentimento de oposição à guerra. Após a passagem do Humaitá, outra crise política se instalou na Corte, ocasionada pelo pedido de demissão de Caxias em fevereiro de 1868. O pedido foi endereçado à Zacarias, uma vez que este era o Presidente do Conselho de Ministros, e repercutia as impressões de Caxias, que por meio de sua correspondência pessoal e de jornais da Corte tomou ciência de que o gabinete não tinha confiança nele. Zacarias decidiu por pedir sua própria demissão, a situação foi levada ao Imperador e ao Conselho de Estado, este último dividiu-se entre a saída do general e do gabinete. Mas, no fim decidiu-se por manter os dois, todavia, em julho de 1868, Zacarias pediu demissão novamente tendo como motivo a escolha de Sales Torres Homem para senador, a qual Zacarias não quis referendar por não concordar.¹²³

D. Pedro II, absorto como o problema da guerra, optou por manter Caxias e formar o novo gabinete com políticos de seu partido, desta forma, o Visconde de Itaboraí foi escolhido. Contudo, a decisão do Imperador, mesmo legal, causou grande reação, porque conforme a prática do parlamentarismo o chefe do próximo gabinete deveria pertencer ao partido da maioria do Parlamento, o Partido Progressista. Na época, o Partido Conservador não tinha mais de dez deputados, a subida deste partido fez com que os dissidentes se unissem aos liberais históricos e eles negaram confiar em Itaboraí.¹²⁴ Diante da negativa, a Câmara foi dissolvida e em 25 de

¹²¹ CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo..., p. 24-25. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império...*, p. 737. CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 27.

¹²² CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 27. A rixa entre Ferraz e Caxias motivou Zacarias a demitir o primeiro do Ministério da Guerra. Ao ser informado da decisão de convidar Caxias, Ferraz aceitou que a nomeação fosse feita, mas que ele se retirava do gabinete. Cf. PINHO, Wanderley, *Política e políticos do império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 61-63.

¹²³ CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 27. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império...*, p. 760. CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo..., p. 25.

¹²⁴ CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo..., p. 25-26. CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 27.

julho de 1868 foi realizada uma reunião na residência de Nabuco de Araújo, cujos convidados eram políticos progressistas, liberais e liberais históricos. A reunião resultou na criação do Centro Liberal, em outubro de 1868, composto por senadores liberais e liderado por Nabuco de Araújo. Em março de 1869, o Centro Liberal lançou um manifesto e em maio veio à lume o seu programa. Neste ínterim, em abril, reunidos na residência de Tavares Bastos foi fundado o Clube da Reforma, cujo órgão na imprensa foi o jornal *A Reforma*.¹²⁵

Outro grupo político, os radicais, não aderiram ao Centro Liberal e nem ao Clube da Reforma, mas trilharam seu próprio caminho. Os radicais constituíam um grupo composto por políticos jovens, entre eles estavam os fundadores do jornal *Opinião Liberal*: Henrique Limpo de Abreu, Francisco Rangel Pestana e José Luís Monteiro de Sousa. Em 1866, os dois primeiros saíram da redação do *Opinião Liberal* e fundaram outro periódico radical: o *Correio Nacional*. Eles também ajudaram a fundar o Clube Radical no Rio de Janeiro em 1868, iniciativa que teve forte apoio do senador por Goiás José Inácio Silveira da Mota. Outros clubes radicais foram fundados por todo o Império, em 1869 o Clube da Corte passou a fazer conferências públicas, o que foi seguido em outras províncias como São Paulo e Recife. O Clube teve curta duração, pois seus membros aderiram à propaganda republicana, o que resultou na criação do Clube Republicano do Rio de Janeiro em dezembro de 1870, ano do término da guerra, anunciada por um manifesto.¹²⁶ Terminava assim a década de 1860, com o retorno dos conservadores e o fim da política progressista, além do despontar da propaganda republicana no Império.

1.1.3 Na imprensa e na tribuna: os principais debates políticos do Renascer liberal

No início do Segundo Reinado os espaços para o debate político restringiam-se a imprensa e a tribuna do Parlamento, entretanto, o debate concentrava-se mais na imprensa, pois a tribuna tinha seu funcionamento limitado a quatro meses de sessões. Desta forma, a imprensa tinha grande destaque nessa época e atingia um público maior em comparação à tribuna ou aos clubes.¹²⁷ Na década de 1860 verifica-se um fenômeno de expansão da esfera pública no Rio de Janeiro, consequência da crise política vivida nesta conjuntura. Em um cenário como este, de *crítica e crise*, a produção e difusão de impressos foi fomentada. Conforme a guerra com o

¹²⁵ CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 28. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*..., p. 771. CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate..., p. 24. CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo..., p. 28.

¹²⁶ CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo..., p. 30. CARVALHO, José Murilo de. A vida política..., p. 110.

¹²⁷ Idem. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate..., p. 19.

Paraguai caminhava para o seu desfecho, aumentava-se o sentimento crítico em relação às antigas estruturas.¹²⁸ Logo, os anos 1860 caracterizam-se como o período em que ocorreram os maiores debates políticos e sociais de todo o Segundo Reinado. Neles foram produzidas as críticas mais incisivas sobre as instituições políticas e sociais fundamentais do Império, de modo que foram alvo de comentários: o Poder Moderador, as eleições, a religião oficial, os partidos, o sistema judiciário e a escravidão. Foi uma década rica e fértil na produção de textos políticos, fossem eles de viés reformista, conservador ou radical.¹²⁹

Este movimento de publicações teve seu início na década anterior, 1850, com a publicação do folheto *Ação, reação e transação* de Justiniano José da Rocha em 1855. Em 1857, o livro *Direito público brasileiro e a Constituição do Império* de Pimenta Bueno foi publicado e em 1859 Brás Florentino Henrique de Souza publicou *O Casamento civil e o casamento religioso. Exame da proposta do governo, apresentada a câmara dos deputados na sessão de 19 de julho do ano próximo passado*, uma defesa do sacramento do casamento. Em 1860, veio à lume a *Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas-Gerais*, escrita por Teófilo Otoni. Uma narrativa das trajetórias políticas do político e do país, com lembranças da antiga luta dos liberais, além da apresentação dos princípios de seu autor. Um panfleto lançado neste ano foi *Os Cortesãos e a viagem do imperador* de Landolfo Medrado. Em 1860 também foi publicado o livro *Da Natureza e Limites do Poder Moderador* de Zacarias de Góes e Vasconcelos, o qual foi republicado em 1862. A obra era uma crítica forte ao Poder Moderador e suas influências na Constituição. Em 1862 foi a vez do Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque publicar *Reflexões sobre o sistema eleitoral*. Uma série de textos importantes na década de 1860 foram as *Cartas do Solitário*, trinta cartas publicadas no jornal *Correio Mercantil* e escritas por Tavares Bastos. A obra constituiu-se como uma exposição de princípios liberais, contendo defesas da descentralização política e administrativa, da separação da Igreja do Estado, da liberdade de culto, entre outros.¹³⁰

¹²⁸ BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos..., p. 62. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 231.

¹²⁹ CARVALHO, José Murilo de. O papel e a complexidade do liberalismo no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 76, Set./Dez. 2012, p. 393. Entrevista concedida a Estudos Avançados. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000300033. Acesso em: 24 mar. 2021. CARVALHO, José Murilo de. "Clamar e agitar sempre"..., p. 17.

¹³⁰ Idem. Radicalismo e republicanismo..., p. 31. CARVALHO, José Murilo de. "Clamar e agitar sempre"..., p. 29-30. SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência*..., p. 255-256. BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O Império Brasileiro: Panorama Político*..., p. 241. LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo Católico em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988, p. 76, 103.

Outras produções de Tavares Bastos na década de 1860 foram: *Os males do presente e as esperanças do futuro* (1861) e *A Província* (1870). Em 1864, numa resposta à Zacarias, Brás Florentino Henrique de Souza publicou *Do Poder Moderador*. Na segunda metade da década, veio à lume a obra *A escravidão no Brasil, ensaio histórico, jurídico e social*, escrita por Agostinho Marques Perdigão Malheiro em três volumes, a obra foi publicada entre 1866 e 1867. Saldanha Marinho, futuro republicano, também deu sua contribuição para o debate da década de 1860 com *O rei e o Partido Liberal* (1869).¹³¹ Como observado na obra *Cartas do Solitário*, assuntos relacionados à religião também foram comentados na década de 1860. Como mencionado acima, o fluxo de produção das obras políticas da década de 1860 teve seu início nos anos 1850, o que não foi diferente em relação às obras voltadas para a discussão das relações político-religiosas. Em 1859, houve a publicação do supracitado livro de Brás Florentino e em 1860 foi a vez do lançamento de *Lições sobre a infalibilidade e o poder temporal dos Papas* do Dr. Aprígio Justiniano da Silva Guimarães.¹³²

Outra obra sobre o tema do poder temporal do Papa foi publicada em 1862: *O poder temporal do Papa*, da pena do Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque. A questão da liberdade religiosa foi também um tópico muito explorado em obras da década de 1860, como as seguintes: *Doze proposições sobre a legitimidade religiosa da verdadeira tolerância dos cultos* (1864), cujo autor identificou-se pelo pseudônimo Ephraim; *Da liberdade religiosa no Brasil: estudo de Direito Constitucional* (1865) de Antônio Joaquim de Macedo Soares; *A liberdade religiosa segundo o Sr. Dr. A. J. de Macedo Soares: magistrado brasileiro* (1866), opúsculo de autoria anônima publicado no Pará e transcrito pelo jornal católico ultramontano *O Missionario Catholico* do Rio de Janeiro; *Exposição dos verdadeiros princípios sobre que se basêa a liberdade religiosa, demonstrando ser a separação entre a Igreja e o Estado uma medida de direito absoluto e de suma utilidade* (1866), assinado com o pseudônimo Melasporos; e o opúsculo *A religião do Estado e a liberdade de cultos* (1867) de José Soriano de Souza, publicado no Recife.¹³³

A questão do regalismo e dos poderes do Estado sobre a religião católica foram objetos de críticas em obras como *Direito Civil e Eclesiástico Brasileiro Antigo e Moderno em suas Relações com o Direito Canônico [...]* (1866) de Cândido Mendes de Almeida, considerado

¹³¹ CARVALHO, José Murilo de. “Clamar e agitar sempre”..., p. 30

¹³² LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo Católico em Pernambuco...*, p. 76.

¹³³ Ibid. p. 76, 90. MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade: a imprensa protestante no Rio de Janeiro imperial (1864-1873)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. 2014, p. 107-108, 116. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5388?mode=full>. Acesso em: 29 abr. 2022.

como um manifesto ultramontano, no qual seu autor combateu o *placet régio*; *Estudo sobre o recurso a coroa. A propósito da lei aprovada pela câmara dos deputados na sessão de 1866, revogando o art. 21 do decreto n. 1911 de 28 de março de 1857* (1867) de Brás Florentino; e *Discurso combatendo a medida de venda dos bens das corporações monásticas, e a conversão do respectivo produto em apólices da dívida pública* (1869) de Cândido Mendes de Almeida.¹³⁴ A produção de tantas obras visando debater as relações político-religiosas foi um reflexo do ambiente de mudanças que se viveu na década de 1860. Não apenas as mudanças políticas que fomentaram a expansão da esfera pública, como mencionado acima, mas também as modificações na estrutura religiosa do Império, isto é, seu campo religioso. Na próxima seção estes aspectos serão esclarecidos propriamente.

Nesta conjuntura fértil de produção de textos políticos, também teve espaço a renovação conservadora dos anos 1860. O início se deu em 1862 com a publicação de *Ensaio sobre o Direito Administrativo* de autoria do Visconde de Uruguai, líder conservador, que em 1865 lançou também *Estudos Práticos sobre a Administração das Províncias no Brasil*.¹³⁵ Sua primeira obra complementou os princípios do Partido Conservador, de modo que a eles foi incorporado que os “atos do Poder Moderador” eram executáveis “sem a referenda e sem a responsabilidade, quer legal, quer moral, dos ministros”.¹³⁶ No entanto, como mencionado anteriormente, o intelectual mais expressivo do movimento foi José Martiniano de Alencar. Como conservador, ele tinha como principal valor a questão da prudência na condução das reformas. Alencar criticou o liberalismo e determinadas ideias que sustentavam o seu próprio partido. Para ele, o Partido Conservador deveria buscar apoio na aristocracia rural e não nos setores comerciais e industriais, pois estes seriam a sustentação do Partido Liberal.¹³⁷

Entre os anos de 1865 e 1868, fora da Câmara, ele deixou momentaneamente os seus trabalhos literários e dedicou-se a produção de escritos políticos, desempenhando uma militância fervorosa. Seu último romance deste período foi *Iracema*, publicado em junho de 1865, e as suas próximas obras de literatura seriam publicadas apenas em 1870: *O Gaúcho* e *A Pata da Gazela*. Afastado da literatura, Alencar publicou neste período o panfleto *Página da Actualidade – Os Partidos* (1866), *Cartas de Erasmo* (1867), *Ao Imperador*, *Novas Cartas*

¹³⁴ NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do Império e a Igreja. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial, Volume I: 1808-1831*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 416.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 258, 256, 261.

¹³⁵ BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O Império Brasileiro: Panorama Político...*, p. 241.

¹³⁶ BRAZILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 13.

¹³⁷ LYNCH, Christian Edward Cyril. *Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista...*, p. 335, 337-338.

Políticas de Erasmo (1867-68) e *Sistema Representativo* (1868).¹³⁸ Seu panfleto foi uma crítica aguda à Liga Progressista e ao seu sucessor, o Partido Progressista. Via-os como produto da Conciliação, de modo que a decadência dos partidos datava de 1853, em 1857 havia ocorrido a derrota final, isto é, durante o gabinete Olinda.¹³⁹ Dividido em sete partes, Alencar abordou a situação dos partidos na “cena política” da época, a qual era composta por três partidos: o conservador, o liberal e o progressista, “fruto da liga”. Este último partido possuía “interesses efêmeros, sem uma sucessão de ideias”, era “superficial e anômalo”.¹⁴⁰

Ademais, Alencar defendeu em seu panfleto a dualidade, dito de outra forma, a existência de apenas dois partidos: “Os partidos governamentais no sistema representativo não podem ser mais que dois”.¹⁴¹ Para solucionar o problema era necessário que liberais e conservadores se unissem “para a exterminação da liga e a regeneração do sistema representativo”.¹⁴² Outro texto de forte teor crítico foi o panfleto *A conferência dos divinos* (1867) de Ferreira Viana. Tratava-se de uma alegoria crítica ao Poder Moderador, em que d. Pedro II era representado como um déspota disfarçado que conversa com dois tiranos, os quais queixavam-se de não terem conseguido dominar sobre os desejos de liberdade e justiça de seus povos. D. Pedro então lhes explica como conseguia exercer seu poder sem restrições com a ausência do uso de meios violentos, seu método era usar seu poder pessoal para controlar seus súditos.¹⁴³

O retorno dos conservadores à chefia de gabinetes no final da década de 1860, mais precisamente no ano de 1868, também provocou a adição de mais um princípio aos fundamentos do ideário conservador oitocentista. Durante o gabinete presidido por José Joaquim Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, foi-se incluído o seguinte princípio: “O imperador impera, governa e administra”. Tal frase havia sido proferida em um discurso de Rodrigues Torres no Senado em 1869.¹⁴⁴ Em suma, diante do exposto pode-se verificar que a renovação conservadora dos anos 1860 não apresentava um pensamento unânime, ao lado dos líderes conservadores como o Visconde de Uruguai e o Visconde de Itaboraí, novos nomes

¹³⁸ CARVALHO, José Murilo de. Apresentação..., p. XIX, VIII. CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 30-31. CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo..., p. 26.

¹³⁹ CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo..., p. 26.

¹⁴⁰ ALENCAR, José de. *Página da Actualidade – Os Partidos*. Rio de Janeiro: Typ. De Quirino e Irmãos, 1866, p. 4. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179472>. Acesso em: 28 mai. 2021.

¹⁴¹ ALENCAR, José de. *Página da Actualidade – Os Partidos*..., p. 5.

¹⁴² ALENCAR, José de. *Página da Actualidade – Os Partidos*..., p. 27.

¹⁴³ CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 30. BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império Brasileiro: Panorama Político..., p. 242.

¹⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. Apresentação..., p. XIV. BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império*..., p. 13.

emergiram como o de José de Alencar. Ademais, o fato de serem conservadores não inibiu a verve crítica de alguns membros do partido, tal como se viu no panfleto de Ferreira Viana, que atacou o Poder Moderador.

Em resumo, a década de 1860 mostrou-se rica no que concerne a produção de textos políticos, fossem livros ou panfletos. Entretanto, outro tipo de texto político também teve o seu fluxo de produção iniciado na década de 1860: os programas de partidos políticos. Em 1864, o Partido Progressista foi o primeiro a apresentar um programa escrito e o último programa elaborado nos anos 1860 foi o do Partido Republicano em 1870.¹⁴⁵ O programa do Partido Progressista foi o primeiro a ser redigido e publicado, sua apresentação foi feita por Silveira da Mota no Senado em 6 de junho de 1864 e suas temáticas principais estavam relacionadas às ideias de Zacarias e Nabuco de Araújo, este último considerado o principal líder do partido.¹⁴⁶ Silveira da Mota iniciou seu discurso dizendo que o Partido Progressista significava “a liga de liberais e conservadores moderados” e depois anunciou o programa do partido.¹⁴⁷ Afirmou que o partido era um partido novo, que não tinha a responsabilidade de guardar as crenças e tradições dos partidos Liberal e Conservador. Portanto, aceitava “sem distinção”, não importando o passado político, todos os que os quisessem “acompanhar no pensamento de fazer realizar na administração do país os princípios e regras” do seu respectivo programa.¹⁴⁸

O programa era composto por cinco afirmativas que condensavam as propostas às quais o partido se opunha e dezenove proposições por ele defendidas. As cinco propostas opostas ao pensamento do partido eram: a reforma da Constituição, a eleição direta, a descentralização política, o exclusivismo nos cargos públicos e a jurisdição administrativa em matéria penal.¹⁴⁹ Por outro lado, o partido defendia: a regeneração do sistema representativo e parlamentar, o que implicava a responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador e a verdade do orçamento; a prática da liberdade individual; a defesa dos direitos e interesses das províncias e dos municípios, sendo para isso crucial a execução do Ato Adicional e a descentralização administrativa. A economia das rendas públicas; a responsabilidade dos empregados públicos; a reforma da lei eleitoral, com ênfase nas questões das incompatibilidades e da representação das minorias; a reforma e organização judiciária; a separação da política e justiça. A habilitação do júri para julgar todos os tipos de delitos; as absolvições do júri designadas para a correção e

¹⁴⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras...*, p. 205.

¹⁴⁶ Idem. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 25. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras...*, p. 206.

¹⁴⁷ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 15.

¹⁴⁸ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 15-16.

¹⁴⁹ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 16-17.

responsabilidade; a organização do Código Civil; a reforma hipotecária e organização do crédito territorial; a revisão do Código Comercial. A reforma municipal; a remuneração de vereadores; a reforma da guarda nacional; decretação de prisões preventivas somente em caso facultativo do art. 175 do Código do Processo e realizada pelos juízes de direito; e, por fim, a educação e regeneração do clero.¹⁵⁰

O programa tinha sido redigido por Nabuco de Araújo, Zacarias e Dias Vieira e foi aprovado pela maioria dos membros do partido em uma reunião na residência do senador Dom Manuel de Assis Mascarenhas. A influência de Nabuco de Araújo é vista em oito das proposições do partido e tratavam de temas como o funcionamento da polícia, do ministério público e do judiciário. De modo geral, estas ideias estavam relacionadas à garantia dos direitos civis. Quanto a Zacarias, sua influência no programa era perceptível na defesa da responsabilidade dos ministros, no que tange os atos do Poder Moderador. O texto do programa do Partido Progressista era moderado, negando a possibilidade de reforma da Constituição, de eleições diretas e da descentralização política.¹⁵¹ Nas margens, uma outra vertente política nascia, era formada pelos liberais históricos que desde 1864 começaram a se afastar dos progressistas. Em 1866, a divisão se acentuou e um de seus resultados foi a fundação do jornal *Opinião Liberal* no Rio de Janeiro. Os princípios defendidos pelos seus redatores se tornaram, em 1869, o programa do Partido Radical ou Liberal-radical, quando o periódico foi acolhido como o veículo do Clube Radical.¹⁵²

O programa consistiu em uma lista de reformas no frontispício do jornal. Ademais, a redação afirmava professar “a doutrina liberal em toda a sua plenitude” e defendia as reformas que julgava “essenciais” na época.¹⁵³ As quais eram: a descentralização; o ensino livre; a polícia eletiva; a abolição da guarda nacional; o Senado temporário e eletivo; a extinção do poder moderador; a separação da judicatura da polícia. O voto direto e generalizado; a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre; a eleição dos presidentes de província pela mesma; a suspensão e responsabilidade dos magistrados no que concerne os tribunais superiores e o poder legislativo. A magistratura independente e incompatível, além da escolha de seus membros sem a intervenção do governo; a proibição do aceite de cargos públicos, títulos e condecorações aos

¹⁵⁰ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 17-20.

¹⁵¹ CARVALHO, José Murilo de. *Radicalismo e republicanismo...*, p. 32.

¹⁵² BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 23. CARVALHO, José Murilo de. *Radicalismo e republicanismo...*, p. 32.

¹⁵³ CARVALHO, José Murilo de. *As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate...*, p. 26. *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1869, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

representantes da nação; e na eleição de funcionários públicos, estes deveriam escolher entre manter seu emprego ou exercer o cargo de representação nacional.¹⁵⁴ Em 3 de novembro de 1869, foi criado o jornal *Correio Nacional* no Rio de Janeiro, que apoiava as mesmas ideias do *Opinião Liberal* e em seu prospecto afirmava ser radical “*a sua doutrina política*”.¹⁵⁵

Em outro artigo, após uma série de observações e comentários, a redação radical afirmava defender um programa de reformas. O qual prezava pela abolição do Poder Moderador, da guarda nacional, do Conselho de Estado e do elemento servil. E buscava implementar: o ensino livre; a polícia eletiva; a liberdade de associação e de cultos; o voto direto e generalizado; a separação da judicatura da polícia; o Senado temporário e eletivo; a derrogação da jurisdição administrativa. A eletividade dos presidentes de províncias; a responsabilidade civil dos ministros e demais agentes da administração; a responsabilidade e independência da magistratura. A proibição de senadores e deputados de aceitarem títulos, condecorações e cargos públicos, ou qualquer comissão paga pelo governo. A única exceção para o aceite de comissões era o caso de licença concedida pela respectiva Câmara; e, na ocasião de eleição de um empregado público, ele deveria optar entre o emprego ou o cargo de representação nacional.¹⁵⁶

Como se observa, as propostas radicais eram mais profundas que as progressistas. Defendiam a extinção do Poder Moderador, da Guarda Nacional, do Conselho de Estado, da polícia e das eleições indiretas. Queriam também o fim do Senado vitalício e a eleição dos presidentes de província, no entanto, não rejeitavam a Monarquia. Uma parte de seu programa de reformas estava relacionado aos princípios clássicos do liberalismo, como a liberdade de cultos, de ensino e de associação. Outra parte concernia temas políticos da época abordando a questão das eleições, da Guarda Nacional, da polícia eletiva, entre outros.¹⁵⁷ Em suma, os radicais viam-se como uma vanguarda, formada por elementos puros que lutavam contra um sistema político corrompido.¹⁵⁸ 1869 também marcou uma mudança de posição no Partido Liberal, motivada pelos acontecimentos de 1868, que operou a transformação de progressistas em liberais.¹⁵⁹ Conforme mencionado anteriormente, após a queda do gabinete Zacarias, Nabuco de Araújo fez uma reunião e depois os novos liberais criaram o Clube da Reforma e o

¹⁵⁴ *Opinião Liberal*, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1869, p. 1. Disponível em:

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

¹⁵⁵ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 26. Grifos do original.

¹⁵⁶ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 26, 29-30.

¹⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Radicalismo e republicanismo...*, p. 38-39.

¹⁵⁸ Idem. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 46.

¹⁵⁹ Idem. *Radicalismo e republicanismo...*, p. 36.

jornal *A Reforma*. Em novembro de 1868, o Clube aconselhou que os liberais optassem pela abstenção nas eleições.¹⁶⁰

Para sua justificativa, em março de 1869 os liberais lançaram um manifesto.¹⁶¹ O *Manifesto do Centro Liberal* foi publicado no *Jornal do Commercio* e em folheto.¹⁶² E era o cumprimento da promessa que haviam feito na circular de 20 de novembro de 1868, em que recomendaram a abstenção.¹⁶³ A abstenção tinha sido orientada porque no Império o governo tinha “grande influência do poder”, e, além disso, também empregava “a violência para impedir a livre intervenção da oposição liberal”. Neste cenário, a abstenção não era fraqueza, uma vez que a luta política era impossível e até um crime, ademais, além do cidadão ser vencido no pleito, ele também era “perseguido por causa da eleição”.¹⁶⁴ Interpretavam a subida do Partido Conservador ao poder, em 1868, como inesperada e resultado de “um golpe de Estado”. O ministério de Itaboraí tinha seu pensamento fixado “na ditadura” e o seu “absolutismo” tinha se revelado nos seus primeiros atos.¹⁶⁵ Por fim, a conclusão do *Manifesto do Centro Liberal* era que a abstenção do Partido Liberal era um sinal de que a situação da época exigia uma reforma ou uma revolução. Preferiam a “reforma para conjurar a revolução”, ainda que a revolução fosse vista “como consequência necessária da natureza das cousas, da ausência do sistema representativo, do exclusivismo e oligarquia de um partido”.¹⁶⁶

Entre a reforma e a revolução não havia motivos de hesitação em escolher “A REFORMA!”. Somente por este meio o país seria salvo. O *Manifesto do Centro Liberal* foi assinado por: José Thomaz Nabuco de Araújo; Bernardo de Souza Franco; Zacarias de Góes e Vasconcelos; Antonio Pinto Chichorro da Gama; Francisco José Furtado; José Pedro Dias de Carvalho; João Lustosa da Cunha Paranaguá; Teófilo Benedito Otoni e Francisco Otaviano de Almeida Rosa.¹⁶⁷ Outro passo na definição dos princípios do novo Partido Liberal seria dado em 1869 com a publicação de seu programa, e, um novo vigor havia sido injetado no partido

¹⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 28.

¹⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 28.

¹⁶² BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. XXXI. A versão do *Manifesto do Centro Liberal* analisada nesta dissertação é a publicada no supracitado livro de Américo Brasiliense. Esta versão não está completa, pois o autor optou por omitir a segunda parte do documento. Sua justificativa para tal foi que esta era a parte mais extensa do manifesto e ela não tinha a mesma importância política que as outras. Cf. BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. XLIX, nota 1.

¹⁶³ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. XXXI.

¹⁶⁴ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. XXXII.

¹⁶⁵ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. XXXVI, XXXVIII.

¹⁶⁶ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. LVI.

¹⁶⁷ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. LVI. Grifos do autor.

com a criação do Clube da Reforma e do jornal *A Reforma*.¹⁶⁸ Ademais, foi nas páginas deste periódico que o seu programa tornou-se público, o qual era o resultado das discussões entre os membros do Clube. Endereçado aos seus concidadãos, o texto afirmava que o Centro Liberal não tinha o objetivo de criar um programa doutrinário para o Partido Liberal, pois os seus princípios já eram conhecidos. Além disso, este partido tinha como missão tornar real e desenvolver o “elemento democrático” presente na Constituição.¹⁶⁹

Em seguida foram listadas as principais crenças do Partido Liberal: a responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador; a máxima – o rei reina e não governa; a organização do Conselho de Ministros para pôr em prática os dois primeiros princípios; a descentralização. A liberdade de comércio e indústria, implicando o fim dos privilégios e dos monopólios; a garantia da liberdade de consciência; a liberdade de ensino; a independência do poder judiciário. A unidade da jurisdição do poder judiciário, levando ao fim a jurisdição administrativa; o Conselho de Estado como auxiliar administrativo e não político; a reforma do Senado para extinguir sua vitaliciedade; e a redução das forças militares durante os tempos de paz.¹⁷⁰ Após a reafirmação de seus valores basilares, o texto apontou que as necessidades e condições de uma dada época que motivavam a criação de novos programas. Entretanto, o Partido Liberal não se propunha a fundar um programa doutrinário, mas concentrar sua atenção e esforços “em um certo número de medidas, mais urgentes” a fim de combater “o mal”.¹⁷¹

Logo, o programa apresentado pelo Centro Liberal seria apenas um “complemento e a consequência da situação definida no manifesto publicado em março” de 1869, o qual finalizava seus argumentos com a máxima: “Ou a reforma ou a revolução”.¹⁷² Dito isto, parte-se para a elucidação do teor desta reforma desejada pelo Partido Liberal, que visava a “regeneração do sistema representativo”. Enfim, o seu programa consistia em cinco reformas: a reforma eleitoral, a reforma policial e judiciária, a abolição do recrutamento, a abolição da Guarda Nacional e a emancipação dos escravizados. Para as duas primeiras propostas havia dois anexos nos quais constavam as bases para se empreender tais reformas.¹⁷³ Ao terminar de explicar suas ideias fez um apelo aos políticos liberais, pedindo que os liberais de todas as vertentes pudessem aderir ao programa proposto pelo Centro Liberal ao Partido Liberal. Os signatários do programa

¹⁶⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras...*, p. 207. BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 36.

¹⁶⁹ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 37

¹⁷⁰ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 37-39.

¹⁷¹ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 39-42.

¹⁷² BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 42.

¹⁷³ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 42-43.

foram: José Thomaz Nabuco de Araújo; Bernardo de Souza Franco; Zacarias de Góes e Vasconcelos; Antonio Pinto Chichorro da Gama; Francisco José Furtado; José Pedro Dias de Carvalho; João Lustosa da Cunha Paranaguá; Teófilo Benedito Otoni; e Francisco Otaviano de Almeida Rosa.¹⁷⁴

O último ano da década de 1860, 1870, foi marcado pela publicação de mais um programa partidário, que veio a ser o do Partido Republicano. Este partido foi formado por egressos da grei liberal radical, os quais entendiam que o regime monárquico não poderia comportar o seu programa de reformas.¹⁷⁵ A decisão pelo republicanismo se deu em novembro de 1870, depois de vários debates e reuniões, e a escolha foi acatada pela maioria dos radicais. Em 3 de dezembro do mesmo ano, o programa do novo partido foi publicado no *A Republica*, o seu órgão na imprensa.¹⁷⁶ Dedicado aos seus concidadãos, o *Manifesto Republicano* iniciou seu texto assinalando que este novo partido não necessitava “demonstrar sua legitimidade”, seus membros eram “homens livres”, submissos “aos interesses” da pátria e de nenhum modo queriam “convulsionar a sociedade”, mas proporcionar-lhe esclarecimento.¹⁷⁷ Caracterizavam a situação política da época como corrupta e sustentada por ficções, a causa do Partido Republicano era somente o progresso e a grandeza do país. Ademais, mencionavam que o estado de insatisfação era manifesto por “todos os lados políticos”, cujas queixas denunciavam “um vício grave” que ameaçava a liberdade ao anular o “elemento democrático”.¹⁷⁸

Para os republicanos, o Poder Moderador era ativo, onímodo, onipotente, perpétuo, superior tanto à lei quanto à opinião. Era um poder sagrado, inviolável, e, sobretudo irresponsável. O privilégio permeava todas as relações sociais, de modo que era “a fórmula social e política do nosso país”. Estes privilégios eram de variados tipos: de religião, de raça, de sabedoria, de posição, este último concernia “todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou de alguns sobre muitos”.¹⁷⁹ Afirmavam que qualquer estadista ou cidadão que tivesse “estudado os negócios públicos”, concordava com os republicanos que o poder pessoal do Imperador era pernicioso. Como solução aos problemas do país, defendiam o regime federativo, elevando as

¹⁷⁴ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 44, 54.

¹⁷⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras...*, p. 207. CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891). In: CARVALHO, José Murilo de. *et al.* (Org.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora de FGV, 2011, p. 15.

¹⁷⁶ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 59.

¹⁷⁷ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 59-60.

¹⁷⁸ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 60-61.

¹⁷⁹ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 62.

províncias à categoria de estados, encerrado na fórmula: “– *Centralização – Desmembramento. – Descentralização – Unidade*”.¹⁸⁰ Desacreditavam completamente do regime da “monarquia temperada, ou monarquia constitucional representativa”, pois este governo misto era uma utopia que buscava unir “dois elementos heterogêneos” e “irreconciliáveis”. A monarquia hereditária e o poder concedido pela graça de Deus não poderiam congruar de forma harmônica com a soberania nacional e o poder da vontade coletiva dos cidadãos.¹⁸¹ Em conclusão, assinalavam que as reformas desejadas eram complexas e abrangiam toda a sociedade, além disso, firmaram que a sua bandeira era a do partido republicano federativo. 57 foi o número dos signatários do *Manifesto Republicano*, entre os quais estavam Joaquim Saldanha Marinho; Aristides da Silveira Lobo; Cristiano Benedito Otoni; Flavio Farnese; Pedro Antonio Ferreira Viana; Lafayette Rodrigues Pereira; Francisco Rangel Pestana; Henrique Limpo de Abreu; Quintino Bocaiúva; José Lopes da Silva Trovão.¹⁸²

Além da publicação de obras políticas e programas partidários, a década de 1860 também foi o momento da criação de clubes e jornais. O primeiro clube a ser fundado na Corte foi Clube Radical criado em 1868, organizado na mesma época que o Centro Liberal, seguindo o exemplo do Rio de Janeiro, outros clubes radicais foram criados pelo país. No ano seguinte, o Clube adotou o programa do *Opinião Liberal*, mencionado anteriormente, e neste ano também passou a realizar conferências públicas em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, uma inovação na época.¹⁸³ Em maio de 1869, o Clube Radical fluminense situava-se na rua dos Ourives, 55, antes era localizado em um sobrado na rua da Quitanda, 41, e suas sessões ocorriam às terças e sextas. As conferências, por sua vez, eram realizadas aos domingos no Teatro Fênix Dramática, às 11 horas da manhã.¹⁸⁴ Em resumo, as conferências radicais abordaram temas como: a descentralização; o ensino livre; a polícia eletiva; a extinção da Guarda Nacional; o fim do Poder Moderador; o Senado temporário e eletivo; o voto direto e geral; a substituição do trabalho servil pelo livre. A condição de os funcionários públicos eleitores terem que escolher entre o cargo ou o mandato; a responsabilidade dos ministros; o rei reina e não governa; e a liberdade de consciência, comércio e indústria.¹⁸⁵

¹⁸⁰ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 70, 80

¹⁸¹ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 81.

¹⁸² BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império...*, p. 85-88.

¹⁸³ CARVALHO, José Murilo de. *Radicalismo e republicanismo...*, p. 30.

¹⁸⁴ Idem. *As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate...*, p. 27.

¹⁸⁵ Idem. *“Clamar e agitar sempre”...*, p. 48-49. Boa parte dos discursos proferidos nas conferências radicais encontra-se transcrito em CARVALHO, José Murilo de. *“Clamar e agitar sempre”...*, p. 69-352.

Outro meio de difusão de ideias adotado pelos radicais, além dos clubes e conferências públicas, foi a imprensa. O primeiro jornal radical foi o *Opinião Liberal*, publicado na Corte, ele foi o principal representante do radicalismo na imprensa. Foi criado em 21 de abril de 1866 por Francisco Rangel Pestana, Henrique Limpo de Abreu e José Luís Monteiro de Sousa e circulou até 17 de novembro de 1870. A verve do jornal concernia o combate aos progressistas, vistos como extremamente moderados em suas proposições. Em 1869, outro órgão radical surgiu na cidade do Rio de Janeiro, o *Correio Nacional*. Com publicação iniciada em 3 de novembro daquele ano, o periódico foi fundado por Henrique Limpo de Abreu e Francisco Rangel Pestana que haviam se desligado da redação do *Opinião Liberal*. Eles, no entanto, não forneceram esclarecimentos sobre suas partidas, assinalaram apenas que o *Correio Nacional* se propunha a incentivar as discussões, promovendo, inclusive, a publicação de artigos com opiniões divergentes. Utilizariam somente textos assinados, sem testas de ferro. O jornal não se declarou como órgão do Clube Radical, embora sua redação, sita à rua 7 de setembro, 64, também fosse utilizada como espaço para reuniões do Clube e o jornal publicasse notícias dele. O jornal circulou até 16 de novembro de 1870.¹⁸⁶

Outro jornal radical publicado na Corte foi *O Radical Acadêmico*, órgão de alguns estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Circulou no ano de 1870, entre 9 de junho e 17 de agosto. A província de São Paulo também teve seu representante radical no jornal *Radical Paulistano*, órgão do Clube Radical Paulistano, circulou de 1º de abril a 13 de novembro de 1869. Pernambuco teve seus órgãos radicais nos jornais *Idea Liberal* e *O Democrata Pernambuco* (14/11/1868 a 08/05/1869), publicados no Recife. Ademais, *O Tribuno* (05/09/1866 a 22/05/1869), foi outro jornal pernambucano que aderiu às pautas radicais. Na província de Minas Gerais o *Radical Sul Mineiro* foi o porta-voz do radicalismo.¹⁸⁷ Entretanto, o movimento radical teve seu fim em 1870, com a criação do Partido Republicano e do Clube Republicano, com esta transição do radicalismo para o republicanismo houve também o fim das conferências públicas. O representante do republicanismo na imprensa foi o jornal *A Republica*, cuja primeira edição foi publicada em 3 de março de 1870. Em 3 de dezembro do mesmo ano, o jornal publicou o *Manifesto Republicano*. Circulou até 28 de fevereiro de 1874 e teve como redatores Aristides da Silveira Lobo, Miguel Vieira Ferreira, Flavio Farnese, Lafayette Rodrigues Pereira e Pedro R. Soares de Meirelles.¹⁸⁸

¹⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 35-36.

¹⁸⁷ Ibid. p. 37.

¹⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo..., p. 40. CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 37.

Outro clube fundado na década de 1860 foi o Clube da Reforma, derivado do Centro Liberal. A criação do Clube se deu em 7 de abril de 1869, em uma reunião na residência de Tavares Bastos composta por vinte e sete membros, os quais eram políticos progressistas e liberais históricos.¹⁸⁹ A fundação do Clube foi noticiada pelo *Jornal do Commercio*, em 8 de abril de 1869. Na seção “Gazetilha” lia-se que diversos membros do Partido Liberal tinham se reunido na casa de Tavares Bastos na manhã do dia anterior. Informava também que os membros do Clube tinham nomeado “uma comissão administrativa”, formada pelos Dr. Gonzaga e Dr. Macedo e Pinto Peixoto, os quais tinham “poderes amplos para escolha e preparos da casa” em que o Clube iria funcionar.¹⁹⁰ Esta comissão publicou no mesmo jornal um anúncio, em 10 de abril de 1869, no qual tornavam pública a necessidade que ela tinha de alugar “uma casa em condições de servir para as reuniões” do Clube da Reforma. Indicavam suas preferências: o imóvel deveria situar-se entre as ruas Direita, do Hospício, Sete de Setembro e o Largo de São Francisco. Os proprietários interessados em alugar seus imóveis deveriam tratar com a Comissão administrativa do Clube da Reforma na rua Direita, 1.¹⁹¹

Para divulgarem suas ideias o Clube lançou em 12 de maio o jornal *A Reforma*, dirigido por Francisco Otaviano, que depois de um mês deixou o jornal. O jornal tinha como epígrafe a frase de Tácito “Resumedaе libertati tempus” e em seu frontispício a redação indicava não admitir testas de ferro, o que acarretou a presença obrigatória de assinatura em todos os artigos que fossem publicados no jornal. Era impresso na tipografia de Francisco Sabino de Freitas Reis, que depois foi adquirida pelo Centro Liberal.¹⁹² No entanto, nem mesmo o Clube da Reforma foi capaz de apaziguar os conflitos entre os progressistas e os liberais históricos. Tavares Bastos tinha Zacarias de Góes e Vasconcelos como seu desafeto, afirmando não suportar o ultramontanismo deste. Tais conflitos também eram expressos nas páginas do *A Reforma*.¹⁹³ Em resumo, os últimos anos da década de 1860 foram marcados por movimentos políticos intensos na esfera pública, como anteriormente citado, e o estopim para esta efervescência política foi a queda do terceiro gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcelos.

¹⁸⁹ CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo..., p. 28.

¹⁹⁰ GAZETILHA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1869, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

¹⁹¹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1869, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

¹⁹² CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo..., p. 28-29. BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003, p. 35-36.

¹⁹³ CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo..., p. 28-29.

Para concluir, a década de 1860 é um momento crucial para que se possa compreender o fim do regime monárquico brasileiro. Por mais que este recorte temporal tenha sido ofuscado por outros, faz-se necessário reavaliar seus desdobramentos a fim de contribuir para a escrita de uma História Política brasileira mais completa. Este foi um dos objetivos da primeira seção deste capítulo, no qual buscou-se explicitar os eventos que a caracterizaram e os movimentos políticos que proporcionaram a agitação política dos anos 1860. Foram expostos aqui os arranjos ministeriais, as dificuldades do período, seus movimentos políticos e a diversidade da produção de textos políticos que caracterizaram essa época. Dentre todos os debates ocorridos na década de 1860 destacam-se os debates político-religiosos, os quais se deram tanto na publicação de obras políticas, quanto nos programas partidários e conferências radicais. A emergência destes debates foi motivada não apenas pelo ambiente inquietante de produção de textos políticos, mas também pelas mudanças no campo religioso brasileiro, em que a entrada de religiões acatólicas e o movimento ultramontano acirraram a dinâmica religiosa naquele contexto. A seguir, esta conjuntura será exposta em detalhes.

1.2 Campo religioso e secularização política na década de 1860

Em meados do Segundo Reinado, os cultos acatólicos foram crescendo no Império do Brasil a partir da entrada do espiritismo e das missões protestantes, em que estas últimas eram dirigidas por igrejas nos EUA. Neste movimento de fomento da pluralidade religiosa no seio da sociedade imperial, o protestantismo consolidou-se como o maior opositor do catolicismo e mudanças jurídicas, introduzidas pela elite política, possibilitaram a presença crescente de imigrantes protestantes no país.¹⁹⁴ Tal tensão entre católicos e protestantes gerou um ambiente de disputas entre esses dois grupos religiosos e para compreender melhor esta dinâmica urge expor o ordenamento da estrutura religiosa desta época de meados dos Oitocentos. Neste contexto, a religião católica ocupava a posição de religião dominante, lugar ratificado, inclusive, pela Constituição Política de 1824. Desta forma, o catolicismo detinha o monopólio dos bens do capital religioso, ao passo que as outras religiões ocupavam a posição de religiões dominadas. Nesta posição, o protestantismo, a partir do engajamento de seus adeptos, buscou

¹⁹⁴ VIEIRA, Dilermando Ramos. A gestação de uma nova realidade religiosa nacional. In: *História do Catolicismo no Brasil (1500-1889)*: volume I. Aparecida: Editora Santuário, 2016, p. 445, 447, 462. SILVA, Ana Rosa Cloquet da; CAMPOS, Breno Martins; CARVALHO, Thaís da Rocha. A liberdade religiosa nas páginas do jornal *Imprensa Evangelica* (1864-1892). In: LEONEL, João; SILVA, Ivanilson Bezerra da; SOUZA, Silas Luiz de. (Org). *O jornal 'Imprensa Evangelica' e o protestantismo brasileiro*. 1. ed. Votorantim: Linha Fina, 2020, p. 96.

criticar a legitimidade desta posição do catolicismo, ao passo que os católicos procuraram combater as denominações protestantes.¹⁹⁵

No que concerne o recorte temporal desta pesquisa, cabe ressaltar que nos anos 1860 mudanças importantes contribuíram para o acirramento desta disputa entre protestantes e católicos. A inserção protestante ocorrida nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo durante a década de 1860 deu-se paralelamente ao movimento de reforma ultramontana, iniciado em 1844 com a nomeação de dom Antonio Vicente Ferreira Viçoso para bispo da diocese de Mariana (MG).¹⁹⁶ De mais a mais, a década de 1860 foi também um momento de tensão em Roma, cujos eventos viriam a impactar bastante a postura e a direção do movimento ultramontano brasileiro. A ocupação dos Estados pontifícios pelas tropas unionistas italianas provocou rejeição ao liberalismo pela hierarquia, ademais, o papado de Pio IX deu também outras contribuições para o ultramontanismo, como a publicação da *Encíclica Quanta Cura* e o *Syllabus*, em 1864, e a realização do Concílio Vaticano I (1869-1870).¹⁹⁷

Este contexto de intensas mudanças no campo religioso teve seus efeitos na dinâmica política imperial e impulsionou debates concernentes ao processo de secularização, discutindo-se sobre os poderes da Igreja Católica e sobre os direitos dos acatólicos. Por secularização entende-se o movimento de ganho de autonomia em que as diversas esferas da vida humana e social são emancipadas da tutela religiosa. Para tal, o processo de secularização possui uma dimensão subjetiva e social. Em sua dimensão subjetiva a secularização permite que o indivíduo explique a sua existência e o mundo sem recorrer à religião, ao passo que em sua dimensão social a secularização tem implicações socio-estruturais e culturais. Entre os efeitos socio-estruturais estão: a perda de influência da Igreja em áreas que antes eram de seu controle, a expropriação de seus bens, a separação da Igreja do Estado e a retirada da influência eclesiástica na educação. E entre as suas influências na cultura estão: a autonomia das ciências e a

¹⁹⁵ SILVA, Ana Rosa Clochet da; CAMPOS, Breno Martins; CARVALHO, Thaís da Rocha. A liberdade religiosa nas páginas do jornal Imprensa Evangelica (1864-1892)..., p. 79, 92-93, 87.

¹⁹⁶ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Por Cristo e pela Pátria brasileira: Abolicionismo, Laicidade e Conservadorismo na imprensa protestante Oitocentista (1880-1904)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020, p. 32-33. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9422810. Acesso em: 05 out. 2022.

¹⁹⁷ ANDRÉS-GALLEGO, José. Algunas claves para entender el papel de la Iglesia en el mundo moderno. *Prohistoria*. Historia, políticas de la historia. Rosario, n. 6, 2002, p. 255. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5839704>. Acesso em: 3 abr. 2021. VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 33. (Temas Brasileiros). DI STEFANO, Roberto. Por una historia de la secularización y de la laicidad en la Argentina. *Quinto Sol*, La Pampa, v. 15, n. 1, ene./jun. 2011, p. 12. Disponível em: <https://cerac.unlpam.edu.ar/index.php/quintosol/article/view/116>. Acesso em: 09 nov. 2022.

diminuição progressiva de motivos religiosos na arte, na literatura etc.¹⁹⁸ Entretanto, para compreender este processo na realidade brasileira faz-se necessário historicizá-lo e para isto utiliza-se aqui de contribuições da História dos Conceitos.

O conceito de secularização tem o seu significado na oposição entre o que é espiritual e o que é secular. Por secular, compreendia-se aquilo que é referente ao século, um período de “cem anos”. Entretanto, no Cristianismo *saeculum* (século) foi traduzido na *Vulgata* pelo termo *kósmos*, apresentando um sentido negativo e designando aquilo que era do “momento presente”, portanto, do “século” e não da eternidade, isto é, do reino de Deus. Por sua vez, a teologia agostiniana firmou a dicotomia entre o espiritual e o secular, de modo que *saeculum* adquiriu o sentido de “mundo” contrário ao “clero”. Assim fez-se a distinção entre as duas formas de vida, a religiosa e a mundana.¹⁹⁹ Esclarecido o significado de secular, passa-se para a explicação da formação dos vocábulos “secularizar” e “secularização”, dada na segunda metade do século XVI.²⁰⁰

O termo “secularizar” apareceu em um ensaio teológico-literário de Pierre Crespet e em escritos de Jean Papon e Pierre Grégoire para sinalizar a mudança do estatuto de um clérigo de regular para secular. Quanto ao termo “secularização”, a sua utilização se difundiu no fim da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) nas discussões sobre o Tratado de Vestefália. Nestes debates o duque de Longueville usou o termo para abordar a transferência de terras episcopais para as mãos do rei. Disto, o conceito de secularização passou a ser entendido como um ato jurídico de motivações políticas que visava reduzir ou expropriar os bens temporais da Igreja, dirigindo-os para fins profanos. Nesta esteira, os Estados modernos procuraram afirmar sua soberania frente ao poder eclesiástico.²⁰¹ Em resumo, a secularização possui um sentido canônico, referente ao estatuto dos clérigos, e um sentido jurídico-político, que permeou as relações entre a Igreja e o Estado. Por fim, o século XVIII apresentou um outro significado para a secularização derivado dos postulados da filosofia da história, resumidos na máxima de que as tarefas e os desafios da humanidade deveriam ser resolvidos no, com e pelo tempo histórico.²⁰²

¹⁹⁸ LÓPEZ, Emílio La Parra. Concepto de Iglesia y proceso de secularización: notas sobre España en el siglo XX. *Pasajes*: Revista de pensamiento contemporáneo, Valência, n. 18, 2005, p. 25-26. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2254583>. Acesso em: 21 abr. 2022.

¹⁹⁹ KOSELLECK, Reinhart. Abreviação do tempo e aceleração. Um estudo sobre a secularização. In: *Estratos do Tempo*: Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2014, p. 169. CATROGA, Fernando. A semântica da secularização. In: *Entre deuses e Césares*: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010, p. 48-50.

²⁰⁰ CATROGA, Fernando. A semântica da secularização..., p. 56.

²⁰¹ Ibid. p. 56-58.

²⁰² Ibid. p. 58.

Em suma, até 1800 a secularização possuía um sentido eclesiástico-jurídico, além de ser um processo político-jurídico, que transferiu os bens da Igreja para o Estado secular. A partir de 1800, a secularização tomou também um viés histórico-filosófico que substituiu a doutrina dos dois reinos pela história e pelo tempo histórico. De modo que, em 1851, no dicionário *Oxford* secularização significava uma moral baseada no bem-estar da vida presente, rejeitando-se todo critério oriundo de crenças.²⁰³ Entretanto, o *Dicionário de Moraes e Silva*, em circulação no Brasil, definia em 1823 a secularização como o “ato de secularizar”, e, por secularizar referia-se ao processo de secularização dos clérigos, isto é, a absolvição do voto de clausura. Entretanto, também definia o verbo como tornar secular o que era eclesiástico. E “secular” era definido como laical, oposto a clerical, eclesiástico, monacal e regular. “Um secular” era um homem não eclesiástico, um “sacerdote secular” era um clérigo não regular e o “braço secular” era o poder civil.²⁰⁴

Desta maneira, verifica-se que no Império do Brasil à época da construção do Estado a secularização era entendida nos seus sentidos canônico e político-jurídico. No recorte temporal desta pesquisa verifica-se também a predominância destes dois sentidos do conceito de secularização. Logo, se optou por utilizar o termo “secularização política” para designar os debates político-religiosos que concerniam o sentido político-jurídico do processo de secularização brasileiro. Tal dimensão estava estritamente relacionada às relações entre o Estado Imperial e a Igreja Católica e as discussões originadas neste embate eram sobre pontos relacionados ao poder institucional da Igreja e às matérias que estavam sob a sua jurisdição, como, por exemplo, os casamentos. Desta forma, nos anos 1860 o processo de secularização em seu viés político proporcionou discussões político-religiosas, em que o regalismo imperial e a cidadania dos acatólicos eram os principais pontos de debate. Um debate que não mobilizou apenas a elite política imperial, mas também atingiu clérigos e leigos católicos, protestantes e escritores, os quais mobilizavam propostas de secularização distintas para o Estado brasileiro. Estes modelos surgiram no período do primeiro umbral de secularização²⁰⁵ e são os seguintes:

²⁰³ KOSELLECK, Reinhart. Abreviação do tempo e aceleração. Um estudo sobre a secularização..., p. 171. CATROGA, Fernando. A semântica da secularização..., p. 60.

²⁰⁴ SILVA, Antonio de Moraes e. *Diccionario da lingua portuguesa recopilado de todos os impressos ate' o presente*. 3. ed. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823, p. 654 Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562936>. Acesso em: 15 dez. 2022. Não foi possível consultar a sexta edição deste dicionário publicada na década de 1850, por isto utilizou-se a sua terceira edição de 1823.

²⁰⁵ Em sua proposta de historicização do processo de secularização na Argentina, o historiador Roberto Di Stefano, baseado nos trabalhos do historiador Jean Baubérot sobre a laicidade na França, traçou uma periodização. Ela consiste em dois umbrais de secularização, o primeiro situado entre o final do século XVIII e meados do século XIX, compreendendo, assim, o período dos movimentos independentistas e a construção dos Estados. E o segundo umbral de secularização com início no fim do século XIX, cuja maior marca será a

intransigente romano, galicano (regalista) e liberal.²⁰⁶ O modelo de secularização intransigente romano compreende a Igreja como uma sociedade perfeita independente do Estado, não nega a necessidade de reformas, mas elas só poderiam ser feitas se aprovadas pela Santa Sé. Defende uma Igreja ligada e submissa à Roma e protegida pelo Estado, opõe-se à tolerância do culto público dos acatólicos. A luta pela autonomia e pelos direitos da Igreja, enfatizando que Estado e Igreja eram entidades separadas e diferentes, dão a tônica secular a este modelo.²⁰⁷ O modelo galicano, isto é, regalista, postulava o catolicismo como religião oficial do Estado e a Igreja como um estrato religioso dele, ou seja, o clero fazia parte do seu corpo de funcionários públicos. Neste modelo o padroado era concebido como constituinte da soberania do povo, portanto, não dependia mais de uma autorização do Papa. A tolerância religiosa também compunha este modelo.²⁰⁸

Por fim, o modelo de secularização liberal defendia o fim do padroado e a substituição da tolerância religiosa pelo reconhecimento da liberdade de consciência. A maior marca neste modelo foi a luta pela liberdade religiosa, além disso compreendia-se que Estado e Igreja deveriam ser independentes entre si.²⁰⁹ Estas três formas de secularização estiveram presentes nos discursos político-religiosos do Brasil oitocentista. Até a metade do século XIX viveu-se a hegemonia política do modelo regalista, ao passo que o modelo intransigente romano emergiu a partir de 1844, se tornando presente também no parlamento imperial. Este também foi o momento de ascensão do modelo liberal. Para concluir, estes três modelos de secularização estavam em disputa e em conflito na segunda metade do século XIX, ademais, seus propugnadores concorriam pela sua legitimidade diante do Estado. Na tribuna e na imprensa vozes foram alçadas mobilizando estes tipos de secularização, e, no que concerne os jornais que são objeto desta pesquisa adianta-se que o *Imprensa Evangelica* alinhou-se ao modelo liberal e *O Apostolo* foi um ferrenho defensor do modelo intransigente romano.²¹⁰

laicidade. Cf. DI STEFANO, Roberto. Disidencia religiosa y secularización en el siglo XIX iberoamericano: cuestiones conceptuales y metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, v. 37, p. 157-178, ago./dez. 2008.

Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/3050>. Acesso em: 24 mai. 2022. DI STEFANO, Roberto. Por una historia de la secularización y de la laicidad en la Argentina. *Quinto Sol*, La Pampa, v. 15, n. 1, p. 1-30, ene./jun. 2011. Disponível em:

<https://cerac.unlpam.edu.ar/index.php/quintosol/article/view/116>. Acesso em: 09 nov. 2022.

²⁰⁶ CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 23-25.

²⁰⁷ DI STEFANO, Roberto. Por una historia de la secularización y de la laicidad en la Argentina..., p. 10. Idem. Disidencia religiosa y secularización en el siglo XIX iberoamericano: cuestiones conceptuales y metodológicas..., p. 168. CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 25.

²⁰⁸ CARVALHO, Thaís Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 25.

²⁰⁹ DI STEFANO, Roberto. Por una historia de la secularización y de la laicidad en la Argentina..., p. 10. DI STEFANO, Roberto. Disidencia religiosa y secularización en el siglo XIX iberoamericano: cuestiones conceptuales y metodológicas..., p. 169.

²¹⁰ CARVALHO, Thaís Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 25-26.

1.2.1 Reconfigurações do campo religioso: tensões e debates

Antes de conhecer a configuração do campo religioso brasileiro nos anos 1860 é necessário expor a importância que a religião católica teve na formação da sociedade brasileira, e, conseqüentemente na fundação do Estado imperial brasileiro. Para isto, faz-se necessário rememorar o papel que o catolicismo teve em Portugal, que colonizou as terras brasileiras. O catolicismo foi o elemento principal do movimento de Reconquista da Península Ibérica, uma luta entre católicos e mouros, árabes, pelo domínio do território. Deste movimento se desenvolveu uma cultura religiosa católica, que se difundiu nas Américas com a chegada dos portugueses e espanhóis no século XVI. Na América Portuguesa a Igreja foi uma de suas instituições fundamentais, controlada pela Coroa por meio dos dispositivos do padroado e do regalismo lusitanos.²¹¹ Por meio do padroado²¹² o monarca, investido de poder pela Igreja, podia criar novas dioceses, escolher os bispos e exercer o beneplácito. Com o passar do tempo, o padroado afastou-se de seu significado fundador – promover a manutenção e difusão do catolicismo – e se tornou um instrumento da Coroa para subordinar a Igreja aos seus interesses.²¹³

Assim, primeiramente designou-se ao clero regular obrigações para a manutenção do culto, possibilitando que os dízimos fossem empregados em outros fins. A partir da segunda metade do século XVIII, o clero secular foi submetido ao posto de funcionário da Coroa.²¹⁴ Neste mesmo período ocorreu um forte impulso regalista, que no Brasil, como na Europa e na América espanhola, traduziu-se na afirmação da soberania do Estado sobre a Igreja, com o objetivo de tornar a igreja nacional – isto é, a Igreja Católica – menos vinculada à Roma. Eram os tempos das reformas pombalinas, que com suas prerrogativas absolutistas buscou afastar a monarquia da influência da religião.²¹⁵ O padroado e o regalismo lusitanos foram uma das

²¹¹ AZEVEDO, Ferdinand. A inesperada trajetória do ultramontanismo no Brasil Império. *Perspectiva teológica*, Belo Horizonte, v. 20, n. 51, 1988, p. 209. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1680>. Acesso em: 11 mar. 2022. NEVES, Guilherme Pereira das. Igreja. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 292.

²¹² Ver nota 44.

²¹³ NEVES, Guilherme Pereira das. Padroado. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 466.

²¹⁴ Ibid. p. 466-467.

²¹⁵ WEHLING, Arno. Absolutismo e regalismo: a alegação jurídica do Bispo Azeredo Coutinho. *R.IHGB*. Rio de Janeiro, v. 439, abr./jun., 2008, p. 255-256. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-439/item/108504-absolutismo-e-regalismo-a-alegacao-juridica-do-bispo-azeredo-coutinho.html>. Acesso em: 06 out. 2021. NEVES, Guilherme Pereira das. Reformas pombalinas. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 501-502.

heranças político-culturais deixadas pela colonização portuguesa ao Brasil, que em 1822 tornou-se independente.²¹⁶

A independência do Brasil, inserida no contexto da modernidade, possibilitou que a nova monarquia das Américas adotasse instituições da política moderna. A modernidade pode ser compreendida como um contexto de transformações políticas ocorridas entre o final do século XVIII e o começo do século XIX. Neste conjunto de mudanças inserem-se o ideal de soberania, os direitos individuais, o constitucionalismo, o individualismo, o contratualismo, a representação política, a sociabilidade moderna, a secularização etc. Entretanto, no Brasil independente, estas instituições modernas coexistiram com a escravidão, a exclusão social²¹⁷ e as hierarquias sociais, em que a religião foi um dos elementos de distinção. Tal situação não representava uma anomalia, uma vez que a modernidade, enquanto um movimento de mudança de ideias, imaginários e práticas, não existiu em uma forma pura em lugar algum. Logo, a difusão de seus modelos políticos e culturais ocorreram de maneira hibridizada, onde o antigo e o moderno cruzavam-se.²¹⁸

Esta hibridização é vista também na forma como o Império do Brasil lidou com a questão da religião, ao conservar o padroado, o regalismo e instituir o catolicismo como a religião oficial do Império. Todavia, estes elementos sustentavam-se a partir de novas ideias, oriundas da política moderna, e, paralelamente a este movimento, o Estado imperial brasileiro operava a consolidação do modelo de secularização regalista. O discurso no qual se apoiavam o padroado e o regalismo portugueses, mesmo no período pombalino, remetia à um conjunto de práticas do passado concernindo os direitos dos pontífices e o direito divino dos reis, as concessões papais, os concílios e a autonomia da Igreja entre outros pontos. Ao passo que no Brasil independente, o discurso que fundamentava a prática do padroado e do regalismo possuía referências à aclamação popular, que sustentava a soberania do Imperador, e à Constituição Política do Império. Disto derivava-se o entendimento de que o Imperador tinha direito ao padroado porque o povo o havia aclamado e porque a Constituição lhe assegurava este direito.²¹⁹

Assim, baseado na soberania popular e no constitucionalismo o padroado e o regalismo tinham a sua justificativa. O Estado imperial brasileiro foi construído como um Estado

²¹⁶ NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do império e a Igreja..., p. 386.

²¹⁷ NEVES, Lúcia M. Bastos P. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1830*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 97-98.

²¹⁸ GUERRA, François-Xavier. De la política antigua a la política moderna: algunas proposiciones..., p. 203-204.

²¹⁹ GUERRA, François-Xavier. De la política antigua a la política moderna: algunas proposiciones..., p. 211-212.

²¹⁹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 58, 66.

confessional, cujo discurso fundador de sua união com a Igreja era firmado em elementos da política moderna.²²⁰ Exemplos desta questão podem ser encontrados no capítulo três da Constituição de 1824, que tratava das atribuições do Poder Executivo. O artigo 102 inciso II afirmava que era prerrogativa do Imperador nomear os bispos e prover os benefícios eclesiásticos. Ademais, o inciso XVI do mesmo artigo apontava que o Imperador também tinha direito de conceder ou negar beneplácito aos decretos conciliares, letras apostólicas ou qualquer outro documento eclesiástico que não fossem contra o disposto na Constituição.²²¹ Na letra da Constituição também estava a ratificação dos princípios ordenadores da estrutura religiosa do Império, isto é, o seu campo religioso.

O artigo quinto da Constituição determinou que a “Religião Católica Apostólica Romana” continuaria “a ser a religião do Império” e que todas “as outras religiões” seriam “permitidas com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isto destinadas, sem forma alguma exterior de Templo”.²²² Assim, a religião católica assumiu o posto de religião oficial do Império do Brasil, algo que no final dos anos 1860 seria visto pelo movimento republicano como o princípio criador do privilégio de religião na sociedade.²²³ De mais a mais, a posição de religião oficial também conferia ao catolicismo o estatuto de religião dominante no campo religioso brasileiro. Enquanto um sistema simbólico,²²⁴ a religião possui uma função de distinção, dito de outra forma, de hierarquia, em que a religião dominante impõe aos dominados o reconhecimento de seu monopólio da gestão dos bens de salvação e do poder religioso. Ao passo que as religiões dominadas são vistas como religiões inferiores.²²⁵ Em suma, o artigo quinto contribuiu para confirmar a posição dominante do catolicismo no sistema simbólico religioso brasileiro e as outras religiões, dominadas, tinham seu culto permitido na forma doméstica.

²²⁰ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 67-68.

²²¹ BRASIL. [Constituição (1824)]. Constituição Política do Império do Brasil. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1824*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 21-22. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html.

Acesso em: 9 mar. 2020.

²²² BRASIL. [Constituição (1824)]..., p. 7.

²²³ MATTOS, Ilmar Rohloff. *Do Império à República...*, p. 168.

²²⁴ Sistemas simbólicos (religião, arte etc.) são estruturas estruturadas e estruturantes que funcionam pela lógica da distinção, criando hierarquias sociais. São instrumentos de conhecimento e de comunicação, que pela enunciação, discurso, têm o poder de manter ou transformar visões de mundo. Enquanto estruturas estruturadas, os sistemas simbólicos operam a ordenação dos atores sociais na sociedade, estabelecendo-os em posições dominantes ou dominadas. Como estruturas estruturantes, os sistemas simbólicos produzem lutas políticas de dominação, em que os agentes estabelecidos em posições dominantes e dominadas concorrem pelo monopólio de produção intelectual legítima, cujo detentor pode estabelecer a visão de mundo dominante. Cf. BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 7-16. (Memória e Sociedade).

²²⁵ BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: *A economia das trocas simbólicas*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 43, 58, 57. BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico..., p. 10.

Aos membros dos cultos dissidentes o Estado imperial assegurava uma proteção a possíveis perseguições. Na Constituição, o inciso cinco do artigo 179 declarava que ninguém poderia ser perseguido no Império por motivos religiosos, desde que tal indivíduo respeitasse a religião do Estado e não ofendesse a moral pública.²²⁶ Para concluir, a Carta de 1824 tornou o catolicismo a religião oficial e instaurou uma liberdade religiosa precária para os cultos acatólicos. Simultaneamente, o Estado continuou a exercer suas prerrogativas regalistas, penetrando na esfera eclesiástica, de modo a também estabelecer no Império o modelo de secularização regalista. Modelo cujas suas principais marcas foram a promoção do catolicismo ao posto de religião oficial e o tratamento do clero como parte do funcionalismo público, o padroado fundamentado no ideal de soberania e o estabelecimento da tolerância religiosa.²²⁷

As relações entre o Estado e a Igreja foram permeadas por conflitos, que na segunda metade do século XIX se tornaram mais intensos devido ao movimento ultramontano no seio da Igreja, que se insurgiu contra o regalismo do Estado.²²⁸ Assim, a união entre o Trono e o Altar trouxe diversas consequências ao longo de todo o regime imperial. Considerando-se o recorte temporal desta pesquisa, a década de 1860, enumeram-se os seguintes conflitos: as pressões do clero ultramontano contra as medidas regalistas e o posicionamento crescente de políticos liberais por reformas jurídicas visando a ampliação dos direitos dos acatólicos. O acirramento destas disputas políticas nos anos 1860 foi fortemente influenciado por eventos ocorridos nos anos 1850, como a suspensão do noviciado, o fracasso de uma tentativa de Concordata com a Santa Sé, em 1858, e os constrangimentos envolvendo os casamentos de Catharina Scheid e Margarida Kerth. Os quais impulsionaram a elite política imperial a criar uma solução para os casamentos protestantes, a fim de que os movimentos de imigração e colonização não fossem prejudicados. Estes eventos serão mencionados nos próximos tópicos.

Por ora, objetiva-se abordar, detalhadamente, a composição religiosa do campo religioso na década de 1860, caracterizado pela expansão do pluralismo de confissões e pelo fortalecimento do movimento ultramontano no Brasil. O ultramontanismo, ou transmontanismo, é um termo que significa “para além dos montes”, ou seja, além dos Alpes. Originário da França, o termo passou a ser utilizado no século XIII para nomear os papas que eram escolhidos ao norte dos Alpes e no século XIX o uso do termo foi direcionado para designar aqueles cujas ideias eram alinhadas à Roma, isto é, conforme a posição da Santa Sé.

²²⁶ BRASIL. [Constituição (1824)]..., p. 32.

²²⁷ BARROS, Roque Spencer M. de. A Vida Religiosa..., p. 319-320. CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 25.

²²⁸ BARROS, Roque Spencer M. de. A Vida Religiosa, p. 319-320. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras...*, p. 187.

Ademais, neste século o ultramontanismo constituiu-se em forma de movimento, caracterizado por um conjunto de posicionamentos da Igreja Católica contra as tendências de pensamento fomentadas pela Revolução Francesa e a secularização. Em resumo, o ultramontanismo foi um movimento que teve os seguintes objetivos: fortalecer a autoridade do Papa sobre as igrejas locais, consolidar a escolástica, restabelecer a Companhia de Jesus, e, principalmente, definir as “ameaças” que afrontavam a Igreja.²²⁹

Entre essas “ameaças” estavam: o galicanismo,²³⁰ o jansenismo,²³¹ o regalismo, o liberalismo, o protestantismo, a maçonaria, o deísmo, o racionalismo,²³² o socialismo, o casamento civil, a liberdade de imprensa etc. Este conjunto de “ameaças” foi condenado através da *Encíclica Quanta Cura* e do “*Sílabo dos Erros*”, este último anexo à encíclica, ambos publicados em 1864. O ápice do movimento se deu no Concílio Vaticano I (1869-1870), com a definição do dogma da infalibilidade papal. Em resumo, o ultramontanismo não foi apenas um movimento religioso de reação a vertentes eclesiásticas como o galicanismo e o jansenismo, mas também um movimento político que buscou se opor às transformações nas relações entre o Estado e a Igreja durante o século XIX.²³³ De mais a mais, o Papa Pio IX²³⁴ foi o pontífice que mais apoiou o movimento, proporcionando o seu grande crescimento na Europa. No Brasil oitocentista, o Imperador dom Pedro II que possibilitou, guiado por motivos mais morais do

²²⁹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 161.

²³⁰ O galicanismo é caracterizado por um conjunto de teorias francesas sobre as relações entre a Igreja Católica da França, o papado e o Estado. Esta vertente entendia que a Igreja e o clero franceses eram independentes de Roma, ademais, a ideia de padroado estava também relacionada a esta matriz de pensamento. Cf. VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 28.

²³¹ O jansenismo foi uma tentativa de reforma na Igreja Católica durante o século XVII. Seu idealizador foi Fleming Cornelius Otto Jansen (1563-1638), o qual buscava mudar a teologia da Igreja do tomismo para o augustinismo. Seus preceitos eram que o homem era dependente de Deus e que a justificação era um processo gradual, ademais, defendia a leitura diária da Bíblia e a Igreja católica como a única e verdadeira. O jansenismo foi difundido no Brasil por meio dos padres e prelados formados em Coimbra. Cf. VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 29-30.

²³² O racionalismo é uma forma de pensamento fundada na ideia de que o único modo de se chegar ao conhecimento é por meio da razão. Designado também como racionalismo científico ou racionalismo experimental, este método rejeita a metafísica e as formas de conhecimento derivadas da revelação e da intuição. Se trata de um método aplicado tanto para os fatos naturais quanto para o entendimento da sociedade. Cf. KAHANE, Ernest. *Rationalisme. Raison présente*, Paris, n. 55, 2º trimestre. 1980, p. 35. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/raipr_0033-9075_1980_num_55_1_2077. Acesso em: 28 dez. 2022.

²³³ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 161-162.

²³⁴ Pio IX (Giovanni Mastai Ferretti) foi o Papa sucessor de Gregório XVI. Ele teve o pontificado mais longo do século XIX, inicialmente era conhecido como um “Papa liberal”, entretanto, depois tornou-se um crítico ferrenho do liberalismo e defensor dos direitos da Igreja Católica. Proclamou em 8 de dezembro de 1854 o dogma da Imaculada Conceição da Virgem Maria e impulsionou a devoção ao Sagrado Coração. Em 1869 convocou o Concílio Vaticano I, no qual, em 18 de julho de 1870, proclamou o dogma da Infalibilidade papal. Durante o seu papado o poder temporal pontifício foi abolido devido a tomada de Roma pelo exército piemontês. Isto se deu pois em 1870 Vitor Emanuel de Savóia se tornou o primeiro rei da Itália reunificada, retirando o poder temporal do papa e realocando-o para o Vaticano. Cf. SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 272. GÉRSON, Brasil. *O regalismo brasileiro*. Rio de Janeiro/Brasília: Editora Cátedra/Instituto Nacional do Livro, 1978, p. 145.

que religiosos, o desenvolvimento do ultramontanismo no país. E as ordens religiosas e leigos cultos proporcionaram a longevidade do movimento, levando-o até o começo do século XX.²³⁵

Não é possível firmar uma data exata para a entrada do ultramontanismo no Brasil, porém, sabe-se que entre os seus primeiros propugnadores estavam religiosos lazaristas que estabelecidos na província de Minas Gerais. No entanto, o começo do século XIX não foi um cenário favorável para a implantação do ultramontanismo no Brasil, pois neste momento vigorava o jansenismo e o regalismo no ambiente político e eclesiástico. Entretanto, o ultramontanismo não chegou a ser extirpado e suas ideias foram alcançando o clero de forma lenta, de modo que no Primeiro Reinado destacaram-se como clérigos ultramontanos os bispos: D. José da Santíssima Trindade (Mariana); D. Romualdo Antônio de Seixas (Bahia); D. Marcos Antônio de Souza (Maranhão); e D. João da Purificação Marques Perdigão (Pernambuco). Os padres polemistas Luís Gonçalves dos Santos e William Paul Tilbury também foram importantes para o movimento ultramontano neste período.²³⁶ No começo do Segundo Reinado a Igreja encontrava-se em más condições e em termos administrativos era composta por oito bispados, cujas sés eram nas cidades de Belém (Pará), Mariana (Minas Gerais), Olinda (Pernambuco), São Paulo (São Paulo) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro).²³⁷

Havia também uma província com a sé metropolitana, a província da Bahia que abrigava o Arcebispado em Salvador. Em 1848, foi criado o bispado do Rio Grande do Sul com sé em Porto Alegre, separando este território da diocese do Rio de Janeiro. E em 1854, foram criados os bispados do Ceará com sé em Fortaleza e outro bispado em Minas Gerais, com sé em Diamantina. As áreas que estes bispados cobriam eram muito extensas, a título de exemplo, cita-se o caso do bispado do Rio de Janeiro, que compreendia a cidade e a província do Rio de Janeiro, as províncias do Espírito Santo e Santa Catarina e a parte oriental de Minas Gerais.²³⁸ Além de uma configuração administrativa deficitária, tendo em vista a extensão territorial do Império, outro problema recorrente era a falta de padres para suprir as igrejas e a questão da baixa moralidade do clero.²³⁹

Deste modo, o estado do clero no começo do Segundo Reinado era o de um clero regalista, politizado, com pouca instrução e faltoso com os costumes. No que tange a questão da política, padres participaram das revoluções liberais de 1842 em São Paulo e Minas Gerais,

²³⁵ AZEVEDO, Ferdinand. A inesperada trajetória do ultramontanismo no Brasil Império..., p. 201.

²³⁶ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 163-164.

²³⁷ BOEHRER, George C. A. A Igreja no Segundo Reinado: 1840-1889. In: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S. F. (Org.). *Conflito e continuidade na sociedade brasileira – Ensaio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 139.

²³⁸ Ibid. p. 139-140.

²³⁹ Ibid. p. 144, 146.

além disso, diversos padres envolveram-se em movimentos rebeldes. Entretanto, depois de 1850 a participação dos padres na política reduziu-se. Diante do cenário do começo do Segundo Reinado, d. Pedro II buscou reformar o clero a partir da própria hierarquia, com o objetivo de findar com as desordens públicas causadas pelos clérigos e com a decadência moral e intelectual dos eclesiásticos. No entanto, as nomeações do Imperador para os cargos de bispos recaíram sobre ultramontanos. Assim, o próprio Imperador que deu início à reforma ultramontana da Igreja, o que mais tarde a colocaria contra as diretrizes regalistas do Estado imperial. O primeiro bispo ultramontano nomeado por d. Pedro, em 1844, foi Antonio Ferreira Viçoso para a diocese de Mariana.²⁴⁰ Todos os bispos ultramontanos que foram nomeados após Dom Viçoso seguiram de certa forma o mesmo modelo de reforma.²⁴¹

As principais diretrizes desta reforma foram: o resgate da autoridade pontifícia e eclesiástica; a luta pela autonomia da Igreja em relação ao Estado, o que, conseqüentemente, levou ao combate do regalismo. A reforma moral e intelectual do clero através da condenação do concubinato; da educação do clero em seminários dirigidos por ordens religiosas reformadas; da rigidez na ordenação dos sacerdotes; no envio de sacerdotes e seminaristas para estudarem em seminários europeus; da homogeneidade do ministério clerical e episcopal; da correção e moralização do clero; e da condenação e da falta de apoio às atividades políticas e administrativas dos párocos. Outras características da reforma foram: a rigidez na escolha dos beneficiários a serem nomeados pelo Imperador, a entrada de ordens reformadas femininas e masculinas e a reforma e educação dos fiéis, isto é, dos laicos. Para esta instrução dos laicos, eram importantes: a reforma do clero; o fortalecimento do senso de hierarquia; a limitação da ingerência dos laicos na administração da Igreja; a difusão da catequese nos moldes de Trento, o estímulo à participação nos sacramentos; a interferência da hierarquia na administração dos centros de romaria e das irmandades; e a importação de devoções e movimentos religiosos europeus.²⁴²

Os principais documentos do movimento ultramontano foram a *Encíclica Quanta Cura* e o *Syllabus*, publicados em 8 de dezembro de 1864 pelo Papa Pio IX. Eles circularam em grande parte do Império mesmo sem terem o beneplácito do Imperador e um exemplo disto foi a publicação de suas traduções no jornal religioso *A Esperança* do Recife, em edição de 4 de

²⁴⁰ BOEHRER, George C. A. *A Igreja no Segundo Reinado: 1840-1889...*, p. 146-147, 157. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras...*, p. 186, 191. NEVES, Guilherme Pereira das. *A religião do império e a Igreja...*, p. 402.

²⁴¹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 169.

²⁴² *Ibid.* p. 169.

fevereiro de 1865.²⁴³ Na *Encíclica Quanta Cura*²⁴⁴ Pio IX dirigiu-se “a todos os nossos Veneráveis Irmãos, os Patriarcas, Primazes, Arcebispos e Bispos em comunhão com a Santa Sé apostólica” (tradução nossa).²⁴⁵ Em seguida, o Papa fez referências à tradição deixada pelos seus antecessores de afastar as “ovelhas” das “pastagens envenenadas” e revelar e condenar “todas as heresias e todos os erros que são opostos” à “fé divina”, “à doutrina da Igreja Católica”, “à honestidade dos costumes e à salvação eterna dos homens” (tradução nossa).²⁴⁶ E em concordância com esta tradição, Pio IX afirmou que a hierarquia estava elevando a voz em condenação dos erros principais da época e citou alguns documentos de seu papado publicados em 1846, 1854 e 1862.²⁴⁷ Entre esses erros estavam o naturalismo, a liberdade de consciência, a liberdade de cultos, a perseguição às Ordens religiosas, o comunismo, o socialismo e o banimento da influência da Igreja na instrução e na educação.²⁴⁸ Diante de tantos males, o Pontífice conclama a hierarquia à reação:

Face a tantas opiniões perversas e depravadas, fiéis ao Nosso dever apostólico e plenos de solicitude por Nossa santa religião, pela sã doutrina, pela salvação das almas, que Deus nos tem confiado, e pelo bem da própria Sociedade temporal, Nós cremos que devemos elevar novamente Nossa voz apostólica (tradução nossa).²⁴⁹

Assim, o Papa chamava a atenção de todos os membros da hierarquia da Igreja para combaterem os erros mencionados por ele na encíclica e no *Syllabus* anexo a ela. Este combate era pela conservação da religião e da sã doutrina católica, pela salvação das almas e pelo bem da própria sociedade da época. O *Syllabus*, ou “Resumo dos principais erros de nosso tempo, assinalados nas alocações consistoriais, encíclicas e outras letras apostólicas do Nosso Muito

²⁴³ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 220.

²⁴⁴ O texto em latim da encíclica começa com as palavras *Quanta Cura*, por isso a encíclica se chamou *Quanta Cura*, que significa “com aquela solicitude”, uma referência à solicitude dos clérigos pela salvação das almas. Cf. PIE IX. *Le Syllabus et l’encyclique. Texte officiel et quelques notes. 5^e édition, augmentée du texte latin du Syllabus*. Paris: Sandoz et Fischbacher, 1877, p. 7-8. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k992615n.image>. Acesso em: 3 dez. 2021.

²⁴⁵ PIE IX. *Le Syllabus et l’encyclique. Texte officiel et quelques notes. 5^e édition, augmentée du texte latin du Syllabus*. Paris: Sandoz et Fischbacher, 1877, p. 7. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k992615n.image>. Acesso em: 3 dez. 2021. O texto em língua estrangeira é: “A tous nos Vénérables Frères les Patriarches, Primats, Archevêques et Évêques en communion avec le Saint-Siège apostolique”.

²⁴⁶ PIE IX. *Le Syllabus et l’encyclique...*, p. 7-8. O texto em língua estrangeira é: “brebis”, “détourner des pâturages empoisonnés”, “toutes les hérésies et toutes les erreurs qui sont opposées à”, “foi divine”, “à la doctrine de l’Église catholique”, “à l’honnêteté des mœurs et au salut éternel des hommes”.

²⁴⁷ PIE IX. *Le Syllabus et l’encyclique...*, p. 9-10.

²⁴⁸ PIE IX. *Le Syllabus et l’encyclique...*, p. 11-12, 14-17

²⁴⁹ PIE IX. *Le Syllabus et l’encyclique...*, p. 21-22. O texto em língua estrangeira é: “En face de tant d’opinions perverses et dépravés, fidèle à Notre devoir apostolique et plein de sollicitude pour Notre sainte religion, pour la saine doctrine, pour le salut des âmes, que Dieu nous a confiés, et pour le bien de la Société temporelle elle-même, Nous avons cru devoir élever de nouveau Notre voix apostolique”.

Santo Pai o Papa Pio IX” (tradução nosaa),²⁵⁰ era um conjunto de oitenta proposições condenadas pela Igreja. Estas oitenta proposições, vistas como malditas, eram divididas em dez blocos: Panteísmo, Naturalismo e Racionalismo absoluto; Racionalismo moderado; Indiferentismo, Latitudinarismo; Socialismo, Comunismo, Sociedades Secretas, Sociedades bíblicas, Sociedades clérico-liberais; Erros relativos à Igreja e aos seus direitos; Erros relativos à sociedade civil considerada em si, ou considerada nas relações com a Igreja; Erros concernindo a moral natural e cristã; Erros concernindo o casamento cristão; Erros sobre a Soberania temporal do Pontífice romano; e Erros relacionados ao liberalismo moderno.²⁵¹ Uma tabela sobre as proposições de cada bloco pode ser encontrada no Apêndice desta dissertação.

Como mencionando anteriormente, a partir do Segundo Reinado o movimento de reforma ultramontana teve o seu início no Brasil e nos anos 1860 ele foi reforçado por meio da publicação da *Encíclica Quanta Cura* e do *Syllabus*. Estes documentos enrijeceram a postura do clero ultramontano brasileiro, fazendo-o insurgir-se contra o regalismo imperial e à entrada de outras religiões no Império. Após elucidar o estado da religião dominante dos anos 1860, passa-se agora para o exame das religiões dominadas existentes neste contexto: o judaísmo, o espiritismo e o protestantismo. No século XIX havia judeus no Brasil, os quais ajudaram os protestantes em sua campanha pela liberdade de culto. A maioria das famílias judias que emigraram para o Império do Brasil no século XIX eram originárias da Alsácia-Lorena, da Alemanha, da Holanda e do Marrocos. Os primeiros estabeleceram-se no sul do Brasil, ao passo que os judeus marroquinos (sefarditas) se fixaram no Amazonas.²⁵² Segundo David Gueiros Vieira, o espiritismo ou espiritualismo é um termo utilizado para descrever o kardecismo e as práticas religiosas afro-indígenas que incluem a invocação de espíritos. Sabe-se que o espiritismo africano, em suas várias vertentes, existiu no Brasil durante o século XIX, fosse por meio do sincretismo com o catolicismo ou nas práticas ocultas de escravizados.²⁵³

No que tange o espiritismo kardecista²⁵⁴ a sua inserção no Brasil deu-se em 1860, no Rio de Janeiro, com a publicação da tradução de *Les temps sont arrivés* (Os tempos são

²⁵⁰ PIE IX. *Le Syllabus et l'encyclique...*, p. 31. O texto em língua estrangeira é: “Résumé des principales erreurs de notre temps, qui sont signalées dans les allocutions consistoriales, encycliques et autres lettres apostoliques de Notre Très-Saint Père le Pape Pie IX”.

²⁵¹ PIE IX. *Le Syllabus et l'encyclique...*, passim.

²⁵² VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 55.

²⁵³ Ibid. p. 54.

²⁵⁴ As precursoras do espiritismo foram as irmãs estadunidenses Margaret Fox (1833-1893) e Katherine Fox (1837-1892), que eram filhas adotivas do pastor metodista John David Fox. Residentes em Hydesville, aldeia no condado de Wayne (NY). As irmãs relataram, em 1848, que sua casa era assombrada e que elas conversavam com o espírito do falecido Charles B. Rosna. A partir disto as irmãs passaram a ser consideradas “médiuns”, isto é, intermediárias, e a elas juntou-se a terceira irmã mais velha, casada e filha biológica de Fox, Leah Fox (1814-

chegados) a pedido do francês Casimir Lieutad. Na segunda metade da década de 1860 ocorreu a organização das práticas espíritas kardecistas no Brasil, em 17 de maio de 1865 o baiano Olímpio Teles de Menezes (1825-1903) criou em Salvador o “Grupo Familiar do Espiritismo” e em 1869 passou a publicar um jornal espírita. A nova religião chamou a atenção do Arcebispo de Salvador, Dom Joaquim Manuel da Silveira, que em 1867 editou uma pastoral contra o que julgava ser os erros do espiritismo.²⁵⁵ No que concerne a entrada do protestantismo no Brasil, é necessário apontar que esta inserção teve duas naturezas distintas: o protestantismo de imigração e o protestantismo de missão. O protestantismo de imigração é caracterizado pelas primeiras comunidades de protestantes implantadas no Brasil, as quais eram formadas por estrangeiros e seus descendentes. O protestantismo de missão, por sua vez, consistiu na vinda de distribuidores de Bíblias e missionários estadunidenses para o Brasil.²⁵⁶

Os primeiros protestantes a se estabelecerem no Brasil foram os anglicanos, que imigraram nos anos posteriores ao Tratado de Comércio e Navegação firmado em 1810 com a Inglaterra. O Tratado estabelecia a liberdade religiosa para os súditos ingleses, o que provocou a vinda de clérigos anglicanos para o Brasil, de modo que em 1820 foi inaugurado no Rio de Janeiro o primeiro templo anglicano, isto é, o primeiro templo protestante no Brasil.²⁵⁷ Entretanto, neste momento a Igreja Anglicana se desenvolveu pouco, pois continuou submissa à supervisão de prelados britânicos, de forma que a escolha de capelães consulares dependia da Coroa inglesa, tendo como intermediário o ministério do exterior, *Foreign Office*. Após a nomeação, os clérigos tinham que ser licenciados pelo bispo de Londres, responsável pelas congregações que não tinham sido organizadas em diocese. Apenas em 1869 que as capelas anglicanas no Brasil foram visitadas pelo bispo de Honolulu, em nome do bispo de Londres.

1890). Elas fizeram apresentações mediante pagamento e com o passar do tempo outras médiuns foram surgindo nos EUA. Em 1852 as práticas espíritas, principalmente a das “mesas girantes”, foram difundidas na Europa, onde atraíram a burguesia. Na França Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869) foi o principal nome do espiritismo, em 1857 ele publicou *O Livro dos espíritos* e adotou o pseudônimo de Allan Kardec, pois acreditava que este tinha sido o seu nome “druida celta” em uma vida passada. Rivail publicou ainda as obras *O livro dos médiuns* (1861), *O Evangelho segundo o espiritismo* (1865), *O céu e o inferno* (1865) e *A Gênese* (1867), além de outras obras menores. Ele morreu em 31 de março de 1869 e um de seus sucessores foi Léon Denis (1846-1927). Em suma, existem duas vertentes do espiritismo: a anglo-saxônica e a latina, esta última admitiu a reencarnação e valorizou a obra de Allan Kardec. No Brasil difundiu-se a vertente espírita francesa que adotaria o nome de “kardecista”, a qual assume como data de fundação 18 de abril de 1857, dia da publicação de *O Livro dos espíritos*. Cf. VIEIRA, Dilermando Ramos. A gestação de uma nova realidade religiosa nacional..., p. 445-446.

²⁵⁵ VIEIRA, Dilermando Ramos. A gestação de uma nova realidade religiosa nacional..., p. 446.

²⁵⁶ Ibid. p. 448, 451. MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste Porvir: A inserção do protestantismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 47.

²⁵⁷ HAUCK, João Fagundes. O protestantismo no Brasil Imperial. In: HAUCK, João; FRAGOSO, Hugo; BEOZZO, José Oscar. *História da Igreja no Brasil: Segunda Época – A Igreja no Brasil no Século XIX*. Petrópolis: Vozes, t. 2, p. 237. (História Geral da Igreja na América Latina, II).

Foi também em 1869 que as capelas e paróquias da América do Sul, retirando-se as Guianas, foram organizadas em uma diocese, cujo bispo foi Waite Hockin Sterling.²⁵⁸

Outra comunidade protestante composta por imigrantes foi a luterana, formada por alemães que celebravam seus cultos em sua própria língua. Estabeleceram-se nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro (na Corte e nas cidades de Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo), São Paulo e Minas Gerais. Entre 1845 e 1861, havia 61 igrejas luteranas no Brasil, no entanto, poucos eram os seus ministros ordenados. Alguns deles vieram contratados com os primeiros imigrantes, ao passo que outros foram solicitados por intermédio de sociedades particulares promotoras da colonização. A comunidade luterana fluminense ficou sob a responsabilidade, desde 1837, do Conselho Eclesiástico Superior da Igreja Prussiana (*Evangelischer Oberkirchnrat*) e a Sociedade Missionária de Basileia (*Basler Missionsgesellschaft*) passou a enviar pastores para Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em 1861. Em 1864, foi criada pela Sociedade Missionária da Renânia (*Rheinische Missionsgesellschaft*) a Comissão para Alemães Protestantes do Brasil Meridional, cujas primeiras atividades foram na província do Rio Grande do Sul.²⁵⁹

O começo das missões protestantes no Brasil se deu em 1835 com a chegada do ministro metodista Fountain E. Pitts no Rio de Janeiro, enviado pela Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal. Pitts retornou aos EUA no ano seguinte e seus relatórios incentivaram o envio de Justin R. Spaulding para estabelecer um trabalho permanente no Rio de Janeiro. Em 1837, outro missionário, Daniel P. Kidder, da Igreja Metodista Episcopal fora enviado. A atuação dos missionários metodistas provocou reações, como o tratado *O Catholico e o Methodista* (1838) do padre Luís Gonçalves dos Santos. Entretanto, a missão metodista foi encerrada em 1840 por iniciativa da própria Conferência Geral. Neste mesmo ano, Kidder havia regressado aos EUA após a morte de sua esposa e Spaulding foi removido em 1841.²⁶⁰ O retorno dos metodistas ao Brasil se deu nos anos 1860 com a chegada de Junius Estaham Newman, ex-capelão do exército confederado e membro da Igreja Metodista Episcopal do Sul. Ele chegou ao Brasil em 1867 e em 1869 mudou-se para Saltinho (SP), onde, em 1871, estabeleceu a primeira igreja metodista local.²⁶¹

Outro grupo missionário que se inseriu no Brasil foram os congregacionais. Sua entrada no país se deu em 1855 com a chegada do missionário Robert R. Kalley, que aceitou vir ao

²⁵⁸ VIEIRA, Dilermando Ramos. A gestação de uma nova realidade religiosa nacional..., p. 448.

²⁵⁹ Ibid. p. 449-450. HAUCK, João Fagundes. O protestantismo no Brasil Imperial..., p. 239-240.

²⁶⁰ HAUCK, João Fagundes. O protestantismo no Brasil Imperial..., p. 241-242.

²⁶¹ VIEIRA, Dilermando Ramos. A gestação de uma nova realidade religiosa nacional..., p. 457.

Brasil após corresponder-se com James C. Fletcher, agente da Sociedade Bíblica, pastor presbiteriano e secretário da legação dos EUA. Kalley era um médico escocês que havia dirigido uma missão na Ilha da Madeira com o apoio da Comissão Colonial da Igreja Livre da Escócia, entretanto, deixou a ilha em 1846 após ter sido alvo de perseguições. No Brasil, ele fundou uma pequena comunidade em 1858, a Igreja Evangélica Fluminense.²⁶² Esta igreja fundada por Kalley era do tipo congregacionista, assim, a comunidade não era subordinada a nenhuma assembleia superior e os fiéis eram responsáveis juntamente pelo governo eclesiástico. Esta forma de governo era muito diferente da tradição presbiteriana na qual Kalley havia sido instruído, uma tradição marcada pela rigidez da ordem eclesiástica.²⁶³ Por sua vez, os presbiterianos chegaram ao Brasil em 1859, na figura do missionário Ashbel Green Simonton.²⁶⁴

Primeiramente, Simonton dirigiu cultos em navios ancorados no porto ou em casas de estadunidenses que moravam no Rio de Janeiro. Em 1860, seu cunhado e sua irmã, Alexander Latimer Blackford e Elizabeth Wiggins Simonton, chegaram para ajudá-lo. Em 1861, Simonton alugou uma sala em um prédio na rua Nova do Ouvidor e passou a ministrar aulas gratuitas de inglês com o objetivo de atrair prosélitos para as aulas de classe bíblica aos domingos. Neste mesmo ano, outro missionário veio auxiliá-lo, Francis Joseph Christopher Schneider, e no ano seguinte foi fundada a igreja presbiteriana do Rio de Janeiro. Em 1864, Simonton fundou o jornal *Imprensa Evangelica* e em 1865 organizou o primeiro presbitério (unidade eclesiástica regional), composto pela igreja do Rio de Janeiro e as comunidades de São Paulo e Brotas, que estavam sob a direção de Blackford, o presbitério era subordinado ao sínodo de Baltimore. Um seminário também foi criado em 1867 para a formação dos pastores nacionais, este era localizado em um sobrado na Praça da Aclamação. Ademais, os três andares do sobrado eram alugados pela missão. Por fim, o final dos anos 1860 foi marcado pela fundação de novas igrejas em Lorena (1868), Borda da Mata/Pouso Alegre (1869), Sorocaba (1869) e Hopewell/Santa Bárbara (1870).²⁶⁵

Simonton, Blackford e Schneider haviam sido enviados pela Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA), a Igreja do

²⁶² HAUCK, João Fagundes. O protestantismo no Brasil Imperial..., p. 242-243. VIEIRA, Dilermando Ramos. A gestação de uma nova realidade religiosa nacional..., p. 451.

²⁶³ HAUCK, João Fagundes. O protestantismo no Brasil Imperial..., p. 243.

²⁶⁴ VIEIRA, Dilermando Ramos. A gestação de uma nova realidade religiosa nacional..., p. 453.

²⁶⁵ Ibid. p. 453-454. HAUCK, João Fagundes. O protestantismo no Brasil Imperial..., p. 245. LESSA, Vicente Themudo. *Anais da Primeira Igreja Presbiteriana de S. Paulo (1863-1903)*. São Paulo: Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo, 1965, p. 111. MATOS, Alderi S. *Os Pioneiros Presbiterianos no Brasil (1859-1900)*: Missionários, pastores e leigos do século 19. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p. 545.

Norte. Com a Guerra Civil (1861-1865) a igreja dividiu-se e em 1861 foi criada a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), a Igreja do Sul, que também organizou sua agência missionária, o Comitê de Missões Estrangeiras, com sede em Nashville. Missionários da Igreja do Sul chegaram ao Brasil em 1869 e estabeleceram-se em Campinas (SP), eles eram George Nash Morton e Edward Lane. Em 1870, eles fundaram uma igreja presbiteriana no local. Em resumo, até o ano de 1869 havia no Brasil presbiterianos oriundos da Igreja do Norte, após esta data passaram a atuar no Brasil os missionários da Igreja do Sul.²⁶⁶ Por fim, em meados do século XIX houve também a entrada dos batistas, cujo representante, Thomas Jefferson Bowen, desembarcou no Rio de Janeiro com sua esposa em maio de 1860. No entanto, esta inserção dos batistas durou apenas nove meses, findando em fevereiro de 1861. Desta forma, Bowen voltou para os EUA, entretanto, imigrantes batistas estadunidenses passaram a chegar ao Brasil a partir de 1865, os quais organizaram em 1871 uma comunidade em Santa Bárbara do Oeste, cujo pastor foi Richard Ratcliff.²⁶⁷

Diante do exposto, nota-se que o cenário religioso brasileiro dos anos 1860 começava a se diversificar, ainda que o catolicismo fosse a religião majoritária na sociedade. Entretanto, ao lado do catolicismo ultramontano as religiões acatólicas fortaleceram a sua presença aos poucos, com a inserção do espiritismo e de ramos do protestantismo. Todavia, como mencionando anteriormente, o protestantismo foi o maior opositor do catolicismo, de modo que o embate entre as duas religiões acirrou a dinâmica do campo religioso. De mais a mais, a presença protestante no Império causou pressões por mudanças na legislação civil, pois entendia-se que estas leis privilegiavam os católicos. Com a realização destas modificações o fluxo imigratório poderia ser facilitado e nesta época, de meados do século XIX, a questão imigratória era importante, uma vez que o tráfico de escravizados tinha sido abolido em 1850. Isto se deu porque a aprovação da lei n. 581, de 4 de setembro de 1850, que aboliu o tráfico, provocou preocupações na elite política quanto a carência de mão de obra e uma das soluções para isso foi a imigração.²⁶⁸

²⁶⁶ MATOS, Alderi S. *Os Pioneiros Presbiterianos no Brasil (1859-1900)*..., p. 13-14. VIEIRA, Dilermando Ramos. *A gestação de uma nova realidade religiosa nacional*..., p. 456.

²⁶⁷ VIEIRA, Dilermando Ramos. *A gestação de uma nova realidade religiosa nacional*..., p. 458.

²⁶⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*..., p. 222-223. VIEIRA, Dilermando Ramos. *A gestação de uma nova realidade religiosa nacional*..., p. 462.

1.2.2 Secularização política e cidadania: a religião e os direitos em discussão

Como mencionado anteriormente, a aliança entre a Igreja e o Estado firmada no momento de construção do Estado imperial brasileiro teve consequências que se manifestaram durante todo o regime imperial. Neste tópico, objetiva-se tratar de uma das principais discussões da época concernindo os direitos dos acatólicos: a questão do casamento. Este debate se difundiu nos anos 1860 devido à repercussão dos casos Catharina Scheid e Margarida Kerth, ocorridos na década de 1850. Os quais chamaram a atenção da elite política e do Imperador para a proposição de uma solução aos casamentos acatólicos, o que resultou na aprovação de duas leis, em 1861 e 1863. Entretanto, o debate continuou e proporcionou a formulação de projetos para o casamento civil pelos políticos Nabuco de Araújo e Tavares Bastos. Além disso, protestantes anônimos também se manifestaram na imprensa, expressando seu descontentamento com as leis aprovadas. Para compreender esta demanda por secularização política e a cidadania deficitária dos acatólicos é importante lembrar o impacto que a união entre Estado e Igreja teve na definição dos direitos no Brasil oitocentista.

A união firmada entre o Estado imperial e a Igreja Católica compreendia que os padres eram funcionários públicos, os quais eram pagos pelos cofres do governo geral. Como visto anteriormente, esta atribuição dada ao clero fazia parte do modelo de secularização regalista. Posto isto, a Igreja tornava-se responsável pelos registros de nascimento, casamento e óbito e isto impactava nos direitos civis²⁶⁹ dos acatólicos, uma vez que a Igreja negava aos acatólicos o direito de serem registrados ou casarem-se de forma legal.²⁷⁰ Além disso, os direitos políticos²⁷¹ dos acatólicos também eram limitados, uma vez que não podiam ser eleitos pelo motivo de não professarem a religião do Império. Apenas com a Reforma Eleitoral de 1881 que

²⁶⁹ Direitos civis são os direitos relacionados à liberdade, à vida, à propriedade e à igualdade diante da lei. São os garantidores das relações civilizadas entre os indivíduos e a sociedade civil. Cf. CARVALHO, José Murilo de. Introdução: Mapa da viagem. In: *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 15.

²⁷⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras...*, p. 182. SILVA, Rafaela de Albuquerque. Imprensa, cidadania e política no Rio de Janeiro (1858-1861). In: SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA: POLÍTICA, CONFLITOS E IDENTIDADES NA MODERNIDADE. 9, 2014, Rio de Janeiro. *Anais[...]*. Rio de Janeiro: Programa da Pós-Graduação em História/UERJ, 2014, p. 2842-2843. Disponível em: <http://semanahistoriauerj.net/anais-da-semana-de-historia/>. Acesso em: 8 nov. 2019. SILVA, Rafaela de Albuquerque. Cidadania, religião, imigração e política no Brasil Imperial: apontamentos para um estudo da circularidade de impressos no Rio de Janeiro (décadas de 1850-1860). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE MOBILIDADE HUMANA E CIRCULAÇÃO DE IDEIAS. 1, 2016. Vitória. *Anais[...]*. Vitória: UFES, 2016, p. 179. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/lemm/article/view/12582/8733>. Acesso em: 12 dez. 2019.

²⁷¹ Direitos políticos são direitos relacionados à participação do cidadão no governo, compreendem o direito de organização de partidos, de promoção de demonstrações políticas e o direito de votar e ser votado. Cf. CARVALHO, José Murilo de. Introdução: Mapa da viagem..., p. 15.

este impedimento às práticas políticas-partidárias acatólicas cairia.²⁷² Assim, a cidadania, a forma como as pessoas relacionam-se com o Estado, dos acatólicos apresentava-se deficitária em meados do século XIX.²⁷³ Portanto, ainda que a Constituição permitisse o culto acatólico de forma privada e vedasse a prática da perseguição religiosa, estas leis não foram suficientes para promover uma cidadania satisfatória aos que não eram católicos.

Além disso, apenas o casamento canônico tinha efeitos legais e isto se deu porque o Império não tinha tradição de pluralismo religioso. O decreto de 3 de dezembro de 1827 definiu que os matrimônios celebrados no Império deveriam ser realizados em conformidade com o Concílio de Trento e com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.²⁷⁴ Logo, todos os bispados e todas as freguesias do Império deveriam observar as normas relativas ao matrimônio presentes nestes documentos.²⁷⁵ A celebração de casamentos fora destas regras era completamente vedada pelo *Código Criminal do Império do Brasil*, de 1830, nos artigos 247 e 248. O primeiro artigo proibia o clero de receber contraentes que não estivessem habilitados conforme as leis e o segundo proibia a prática de casamentos clandestinos. A pena para o primeiro delito era de “prisão por dois meses a um ano”, além de multa relativa “à metade do tempo”, ao passo que a pena para o segundo era “de prisão por dois meses a um ano”.²⁷⁶ Deste modo, a única forma aceita no Império para a celebração do matrimônio era a canônica, na qual o casamento era entendido como um sacramento.

O caráter sacramental do matrimônio foi estabelecido no século XIII, onde passou a ser regulado pelo direito canônico. No IV Concílio de Latrão (1215) firmou-se a sua indissolubilidade e no Concílio de Trento o casamento foi compreendido como uma instituição divina, portanto, não se tratava de uma invenção da Igreja.²⁷⁷ No que tange as *Constituições*

²⁷² SILVA, Rafaela de Albuquerque. Impressos, cidadania e política no Rio de Janeiro (1858-1861)..., p. 2843. SILVA, Rafaela de Albuquerque. Cidadania, religião, imigração e política no Brasil Imperial: apontamentos para um estudo da circularidade de impressos no Rio de Janeiro (décadas de 1850-1860)..., p. 179..

²⁷³ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: Tipos e Percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996, p. 341. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2029>. Acesso em: 5 jun. 2020.

²⁷⁴ HAUCK, João Fagundes. O protestantismo no Brasil Imperial..., p. 248. NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do império e a Igreja..., p. 408.

²⁷⁵ BRASIL. Decreto de 3 de novembro de 1827. Declara em efectiva observância as disposições do Concilio Tridentino e da Constituição do Arcebispado da Bahia sobre matrimonio. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 83, 1878. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html.

Acesso em: 30 jun. 2021.

²⁷⁶ BRASIL. Código Criminal do Imperio do Brazil. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1830*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876, p. 188. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html. Acesso em: 9 mar. 2020.

²⁷⁷ FARIA, Sheila de Castro. Casamento. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2000, p. 106. GÉRSO, Brasil. *O regalismo brasileiro*. Rio de Janeiro/Brasília: Editora Cátedra/Instituto Nacional do Livro, 1978, p. 68, nota 3.

Primeiras do Arcebispado da Bahia, é importante salientar que este documento foi o resultado do sínodo diocesano convocado por D. Sebastião Monteiro da Vide (1702-1722) em 1707. O sínodo foi realizado na Bahia com a presença de Vide e do bispo de Angola, pois os bispos do Rio de Janeiro, de Olinda e de São Tomé não puderam comparecer. No entanto, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* foram publicadas em carta pastoral em 1707 e impressas em Lisboa em 1719.²⁷⁸ Este documento foi o código canônico vigente no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, o qual seguiu as disposições tridentinas. Foi aplicado em todo o território imperial e as normas que regiam o casamento católico estavam no Título LXII, parágrafos 259 e 260.²⁷⁹

O primeiro parágrafo estabelecia o casamento como sacramento e como um contrato eterno e indissolúvel e o segundo parágrafo afirmava as três funções do casamento: a reprodução humana para a honra e culto a Deus, a fé e lealdade entre os cônjuges e a não separação dos mesmos.²⁸⁰ O parágrafo 267 do Título LXIV prescreveu as idades mínimas para a contração do matrimônio: 14 anos para os homens e 12 anos para as mulheres. O parágrafo 269 do mesmo título estabelecia a prática das denúncias para a verificação de possíveis impedimentos à união, as quais deveriam ser realizadas em três domingos ou dias santos contínuos. Os impedimentos, por sua vez, estavam elencados no Título LXVII e eram ao todo catorze. O primeiro era o erro de pessoa, em que os nubentes não se conheciam previamente; o segundo era o impedimento de condição, no qual um dos noivos é obrigado a casar sem que o outro o saiba. O terceiro era o de voto, proibindo o casamento caso um dos noivos tivesse feito algum voto solene ou tivesse Ordens Sagradas.²⁸¹

O quarto impedimento era o de cognação e agnação, impedimentos de parentesco de consanguinidade. O quinto era o de crime, quando um dos noivos ou ambos tivesse planejado a morte do cônjuge antecessor para possibilitar o casamento, possuindo ou não caso de adultério prévio. Ou quando um dos contraentes, sendo anteriormente casado, houvesse adulterado e feito promessa de se casar na hipótese de que a esposa ou o marido do contraente falecesse primeiro. Ou ainda casarem-se estando esta esposa ou marido vivos. O sexto impedimento era o de disparidade de religião, pois católicos não podiam casar-se com não católicos e caso contraíssem matrimônio nesta condição ele seria nulo. O sétimo era força ou medo, caracterizado pela coerção de um dos noivos a casar; o oitavo era Ordem, que compreendia os

²⁷⁸ NEVES, Guilherme Pereira das. *Constituições sinodais*. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 145.

²⁷⁹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 342.

²⁸⁰ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Tip. 2 de dezembro, 1853, p. 107 apud SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 342.

²⁸¹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 342-344.

casos em que um dos noivos tivessem Ordens Sagradas. O nono impedimento era o ligame, este era o caso em que um dos contraentes fosse casado por palavras de presente com outro/outra cônjuge, sendo este/esta vivo/viva. Esta condição impedia a contração do novo matrimônio e caso ele fosse realizado seria nulo.²⁸²

O décimo impedimento era o de pública honestidade, isto é, promessas de casamento, uma prática que no Segundo Reinado não tinha mais a mesma importância. O décimo primeiro era o impedimento de afinidade, o décimo segundo era o de impotência, incapacidade de reprodução ou cópula. O décimo terceiro era o caso de rapto, que compreendia o rapto de um dos noivos e a coerção para o casamento à força e o último impedimento era a ausência do pároco e das duas testemunhas na cerimônia.²⁸³ No entanto, alguns desses impedimentos poderiam ser retirados por meio de dispensas, as quais eram solicitadas aos bispos, ao Papa ou aos seus representantes. Os impedimentos dispensados pelo Papa eram os de consanguinidade, afinidade e de disparidade de religião. No Brasil, os bispos tinham recebido do Papa Pio VI (1717-1799) o poder de realizar estas dispensas por um Breve Pontifício, conhecido como *Breve dos 25 anos*, *Breve das Faculdades* ou *Breve das Concessões*.²⁸⁴ Este *Breve* havia sido enviado aos preladados brasileiros em 1796 e sua duração era de vinte e cinco anos, em 1822 o *Breve* foi renovado e esteve em vigor até 1847. O *Breve* e a sua renovação foram concedidos devido às dificuldades de comunicação entre o Brasil e Roma nos contextos mencionados.²⁸⁵

No entanto, quando a renovação do *Breve* terminou, em 1847, o cenário político brasileiro era outro. Havia um representante pontifício no Rio de Janeiro, a população havia aumentado e a entrada de imigrantes protestantes começava a crescer. O governo brasileiro um pouco antes do período de vigor do *Breve* acabar, entrou em contato com Roma, em 1845, a fim de obter a renovação das faculdades do documento por tempo ilimitado.²⁸⁶ Após negociações a Santa Sé concedeu ao governo brasileiro um novo *Breve* em 17 de março de 1848, ele tinha a mesma duração dos outros, vinte e cinco anos, e dava permissão aos bispos de dispensar 25 casos do 1º grau de afinidade e *ex copula licita* em linha transversal, 150 casos do 1º misto ao 2º grau de consanguinidade e 30 casos dos casamentos mistos, isto é, casamentos com disparidade de religião. Apesar da quantidade de casos ser limitada ao período de vinte e

²⁸² SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 343.

²⁸³ Ibid. p. 343-344.

²⁸⁴ Ibid. p. 344.

²⁸⁵ Ibid., p. 344-345.

²⁸⁶ Ibid., p. 345.

cinco anos de vigor do *Breve*, o governo brasileiro interpretou que a quantidade de casos era referente a cada ano durante esses vinte e cinco anos.²⁸⁷

Entretanto, outro Breve foi concedido pela Santa Sé, o Breve *Faecipius gravilasque causis*, em 1859, o qual aumentou o número de dispensas para casamentos mistos, estabelecendo 30 casos por ano por bispo. Além disso, os casos de dispensas do 1º grau de afinidade foram aumentados para 25 casos por ano por bispo. Os bispos de Goiás e Cuiabá podiam dispensar 18 casos de mista religião e 30 casos de 1º grau de afinidade por ano. Este Breve durou até 1873.²⁸⁸ Tal novo arranjo foi o resultado da insistência do governo com a Santa Sé, em um contexto no qual setores da sociedade imperial passaram a pressionar o governo para a instituição do casamento civil e em que o tema dos casamentos mistos, entre católicos e acatólicos, se tornou matéria de intensas discussões. Dois casos em específico fomentaram este debate, os casos Catharina Scheid e Margarida Kerth. O primeiro ocorreu em 1848 e gerou muitos comentários na opinião pública. Catharina Scheid era uma mulher protestante de 22 anos que havia se casado em 1847 com o português católico Francisco Fagundes, o casamento havia sido no rito acatólico e sem a intervenção eclesiástica ou dispensa matrimonial.²⁸⁹

Após um ano de matrimônio Catharina foi abandonada por Francisco, ela, então, pediu ao Ministério da Justiça a dissolução do casamento, pois sua religião o permitia. Entretanto, a união de Scheid e Fagundes era considerada um concubinato, portanto, sem garantia de direitos. A pasta da Justiça considerou o caso sem solução e passou a preocupar-se com a insegurança de direitos dos acatólicos. Para isto, propôs-se: a regular os casamentos entre protestantes e os casamentos mistos, conferindo-lhes os mesmos direitos que o casamento católico, a regulamentar os registros e provas destes casamentos, assim como os registros de nascimento de acatólicos, além de também organizar a prática e a gestão dos cultos tolerados.²⁹⁰ Esta preocupação com os direitos dos acatólicos foi expressa também no relatório da pasta de 1855, na seção “Casamentos Mistos e Evangélicos”. Nele assinalava-se que o crescimento da colonização proporcionava a elevação da população protestante no país e diante desta nova configuração devia-se assegurar os direitos das uniões e das famílias imigrantes.²⁹¹

O final dos anos 1850 foi o palco de mais uma polêmica envolvendo o tema dos casamentos mistos, a Questão Kerth. Ocorrido em 1857, o caso foi protagonizado pela colona

²⁸⁷ Ibid., p. 346.

²⁸⁸ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 355.

²⁸⁹ Ibid. p. 347.

²⁹⁰ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 347. GÉRSO, Brasil. *O regalismo brasileiro...*, p. 129. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império...*, p. 269-271.

²⁹¹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 347-348.

Margarida Kerth que quando era protestante havia se casado com João Schop, também protestante, em 1845. No entanto, Kerth abandonou o marido e tornou-se católica, assim, ela recorreu ao bispo do Rio de Janeiro para retratar-se do erro de ter sido protestante e confirmar sua conversão à religião católica. Ela também requereu do bispo a permissão para se casar com o católico Franklin Brasileiro Jansen Lima e o seu pedido foi aceito pelo bispo, que declarou seu casamento anterior nulo por meio de um decreto em 1857. O caso logo ganhou as páginas da imprensa.²⁹² Desta forma, nos anos 1850 um intenso debate sobre os casamentos acatólicos e mistos estabeleceu-se no Império, motivando, inclusive, um pronunciamento do Imperador em 1859. O pronunciamento em questão deu-se na Fala do Trono, que era um breve exame sobre a situação do país e um anúncio dos planos do governo para o ano.²⁹³

Em 10 de maio de 1859, na abertura da Assembleia Geral, o Imperador primeiramente abordou um falecimento em sua família. Em seguida, expressou um agradecimento à situação de “sossego e tranquilidade” do Império e depois mencionou os acordos que havia celebrado com nações estrangeiras.²⁹⁴ Apontou também alguns temas que deveriam ser debatidos como a herança de estrangeiros e a carestia dos alimentos. Mencionou ainda que o governo estava empregando esforços para “promover a imigração de colonos úteis e industriais”, com o objetivo de suprir a “falta de braços” da lavoura. Depois, comentou a questão do desenvolvimento das colônias, a navegação a vapor, epidemias, entre outros.²⁹⁵ E chamou a atenção para os casamentos dos colonos: “A moral pública e o futuro da colonização exigem providências sobre os efeitos dos casamentos não regulados pela atual legislação”.²⁹⁶ Por fim, o Imperador tratou de outros temas a serem considerados pela Assembleia Geral. Na resposta à Fala do Trono a questão dos casamentos não foi mencionada, apenas nos anos 1860 durante o gabinete Olinda que a questão do registro dos casamentos acatólicos seria discutida a fundo.²⁹⁷

O resultado foi a Lei 1.144, de 11 de abril de 1861, e o Decreto 3.069, de 17 de abril de 1863, que completava a lei. Esta legislação concedeu aos ministros das religiões acatólicas reconhecidos o direito de celebrarem casamentos com efeitos legais, além de regular o registro civil dos filhos de protestantes, assim como o registro de óbito e o sepultamento de

²⁹² SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 349.

²⁹³ IGLÉSIAS, Francisco. *Vida política, 1848/1868...*, p. 71. GÉRSO, Brasil. *O regalismo brasileiro...*, p. 107.

²⁹⁴ BRASIL. *Fallas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889, acompanhadas dos respectivos votos de graça da Camara temporaria e de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinarias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões com um quadro das epochas e motivos que deram lugar a reunião das duas camaras e competente historico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 533-534. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227319>. Acesso em: 31 jul. 2020.

²⁹⁵ BRASIL. *Fallas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889...*, p. 534-536.

²⁹⁶ BRASIL. *Fallas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889...*, p. 536.

²⁹⁷ IGLÉSIAS, Francisco. *Vida política, 1848/1868...*, p. 74, 90.

protestantes.²⁹⁸ A Lei 1.144 conferia efeitos civis aos casamentos que fossem celebrados em conformidade com as leis do Império; aos casamentos de pessoas não católicas celebrados fora do Império; aos casamentos de pessoas não católicas celebrados no Império antes da lei, desde que o mesmo fosse provado por certidão que atestasse a celebração do ato religioso; e aos casamentos de pessoas não católicas celebrados a partir da data da lei com a prova da celebração do ato religioso. No entanto, os casamentos acatólicos celebrados antes da lei que estivessem sujeitos a impedimentos não teriam efeitos civis.²⁹⁹

O Artigo 2º da Lei afirmava que o governo iria regular o registro e as provas destes casamentos acatólicos, os registros de nascimento e óbito dos acatólicos e estabelecer as condições para que os pastores pudessem realizar atos que conferissem efeitos civis.³⁰⁰ Tal regulamentação foi feita com o Decreto 3.069, dividido em quatro capítulos: Dos casamentos de pessoas não católicas a que são extensivos os efeitos civis dos casamentos católicos, Dos impedimentos dos casamentos de pessoas não católicas, Do registro de casamentos, nascimentos e óbitos de pessoas não católicas e Das condições necessárias para que pastores das religiões toleradas possam praticar atos que produzam efeitos civis. O primeiro capítulo estabelecia que o efeito civil do casamento acatólico era conferido pela celebração do ato religioso por um pastor ou ministro, formalmente reconhecido para tal, e o registro do casamento realizado dentro do prazo.³⁰¹ Os impedimentos para os casamentos acatólicos eram as dirimentes indispensáveis, este segundo capítulo também explicava a questão da nulidade dos casamentos e regulamentava a forma de como requerer da nulidade.³⁰²

Ademais, as dispensas deveriam ser concedidas na Corte pelo governo por meio do Ministério dos Negócios do Império e nas províncias por meio de seus presidentes.³⁰³ O terceiro capítulo abordava os detalhes para o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos de acatólicos. Os registros de casamento podiam ser requeridos pelos cônjuges, por seus pais,

²⁹⁸ HAUCK, João Fagundes. O protestantismo no Brasil Imperial..., p. 248.

²⁹⁹ BRASIL. Decreto n. 1.144, de 11 de setembro de 1861. Faz extensivo os efeitos dos casamentos, celebrados na forma das Leis do Império, aos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado, e determina que sejam regulados o registro e provas destes casamentos e dos nascimentos e óbitos das ditas pessoas, bem como as condições necessárias para que os Pastores de religiões toleradas possam praticar actos que produzão efeitos civis. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1861*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862, p. 21. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao6.html. Acesso em: 28 mar. 2020.

³⁰⁰ BRASIL. Decreto n. 1.144, de 11 de setembro de 1861..., p. 21.

³⁰¹ BRASIL. Decreto n. 3.069, de 17 de abril de 1863. Regula o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1863*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863, p. 86. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao6.html. Acesso em: 28 mar. 2020.

³⁰² BRASIL. Decreto n. 3.069, de 17 de abril de 1863..., p. 86-88.

³⁰³ BRASIL. Decreto n. 3.069, de 17 de abril de 1863..., p. 88.

parentes, tutores, curadores e pelo cônsul do país de um dos cônjuges. Os registros dos casamentos celebrados antes da lei deveriam ser feitos no prazo de três meses na corte e província do Rio de Janeiro e no prazo de nove meses nas demais províncias. Quanto aos casamentos celebrados após a lei, o prazo para realizar o registro era de um mês.³⁰⁴ Os registros de nascimento de acatólicos deveriam ser feitos mediante a participação do nascimento, no prazo de dez dias após a mãe ter dado à luz a criança. Eram obrigados a fazer a participação do nascimento o pai, no caso de filho legítimo, ou a mãe, na ausência do pai, ou pessoa autorizada pelos pais. No caso de filho ilegítimo, a mãe era obrigada a fazer a participação ou o pai, se este for reconhecido, ou outra pessoa autorizada para isto.³⁰⁵

Os registros de óbitos deveriam ser realizados por intermédio da participação, no prazo de dois dias após o falecimento nas cidades e nas vilas e de seis dias fora das cidades e das vilas. Eram obrigados a fazer a participação o cabeça da família, ou quem o suceder, ou a viúva ou viúvo; a pessoa que viu o falecimento, se o morto vivesse só, ou o vizinho que tiver notícia da morte e os administradores do estabelecimento em que for realizado o falecimento.³⁰⁶ Por fim, o último capítulo firmava a condição para que pastores e ministros pudessem efetuar atos com implicações civis. Para isto, era primordial que as suas nomeações ou eleições fossem registradas na Secretaria do Império, para os residentes na Corte, ou na secretaria das províncias, para os que não morassem na Corte. Para este registro era necessário apenas que o ministro ou pastor apresentasse ao chefe da secretaria a sua nomeação ou eleição, o chefe da secretaria por sua vez colocaria o visto. Caso a nomeação ou eleição tivesse sido feita fora do Império, era necessário que elas estivessem autenticadas pelo cônsul ou agente consular do Império nos países de origem.³⁰⁷

Os pastores e ministros eram proibidos de celebrarem casamentos sem os banhos³⁰⁸ ou as denúncias³⁰⁹ conforme os costumes do Império ou as prescrições de cada religião. A ausência dos banhos ou denúncias era considerada crime em conformidade com o Artigo 248 do *Código Criminal*. Os banhos podiam ser dispensados pelo juiz municipal, no caso de verificação de impedimentos os banhos deveriam prosseguir até sua conclusão e após isto o pastor ou ministro não poderia celebrar o casamento, caso o fizesse incorreria no Artigo 247 do

³⁰⁴ BRASIL. Decreto n. 3.069, de 17 de abril de 1863..., 88-92.

³⁰⁵ BRASIL. Decreto n. 3.069, de 17 de abril de 1863..., p. 93.

³⁰⁶ BRASIL. Decreto n. 3.069, de 17 de abril de 1863..., p. 94.

³⁰⁷ BRASIL. Decreto n. 3.069, de 17 de abril de 1863..., p. 95

³⁰⁸ Os banhos eram caracterizados pelo aviso do casamento nas missas e na consulta à comunidade para averiguar a existência de algum impedimento. Cf. FARIA, Sheila de Castro. Casamento..., p. 107. No caso dos acatólicos, os banhos seriam anunciados nos cultos.

³⁰⁹ As denúncias eram as denúncias de impedimentos que poderiam ser feitas por alguém da população. Cf. FARIA, Sheila de Castro. Casamento..., p. 107.

Código Criminal.³¹⁰ Diante da nova regulamentação, ministros protestantes procuraram conformar sua situação às leis do país:

Pela secretaria de estado dos negócios do império se comunica que, além dos títulos que já se achavam registrados do pastor da igreja evangélica presbiteriana A. L. Blackford; dos co-pastores da mesma igreja F. J. C. Schneider e A. G. Semonton [sic]: do pastor e professor da congregação alemã evangélica do Rio de Janeiro Hermann Billoth; e do ministro da igreja evangélica fluminense, Dr. Robert Reid Kalley: registrou-se mais a do pastor protestante Georg Gottlob-Strole.³¹¹

Apesar dos esforços para se regulamentar a situação dos direitos dos protestantes, parte dos políticos liberais passou a defender o casamento civil. A Lei 1.144 era vista como um mero paliativo e entre os políticos liberais da época Nabuco de Araújo destacou-se como defensor do casamento civil, o que o levou a exoneração do cargo de Ministro da Justiça e à queda do gabinete Olinda.³¹² Em 23 de março de 1866, Nabuco de Araújo informou na Câmara dos Deputados que iria apresentar um projeto de suma importância para corrigir problemas na lei e tais correções eram necessárias para atrair imigrantes.³¹³ Representando os interesses da pasta, Nabuco de Araújo anunciou que tinha um projeto para o casamento civil, o qual se referia tão somente “aos casamentos de católicos com acatólicos”. Não se tratava de uma lei para regulamentar todos os casamentos no Estado, mas uma “instituição para aqueles que não tem outra forma de constituir família”. O Ministro da Justiça também ressaltou que esta era uma necessidade urgente para o Império, o qual não podia chamar imigrantes, uma vez que dizia aos mesmos: “Vós não podeis fundar uma família ou não podeis ser chefe de uma família”. Por fim, afirmou que as resoluções da Santa Sé, isto é, o disposto no *Breve*, não eram suficientes para sanar as dificuldades da imigração, pois a quantidade de dispensas de disparidade de culto e as condições para impetrá-las estavam “muito longe das necessidades da nossa colonização”.³¹⁴

O projeto para o casamento civil de Nabuco de Araújo estabelecia que os casamentos mistos deveriam ser contraídos mediante escritura pública, criando-se, assim, o casamento misto civil, que também seria indissolúvel. O Ministro da Justiça, entretanto, apenas pôde anunciar seu projeto, mas não o apresentar.³¹⁵ No entanto, no ano seguinte, 1867, o liberal Tavares Bastos conseguiu apresentar um projeto sobre o casamento civil na Câmara em 18 de

³¹⁰ BRASIL. Decreto n. 3.069, de 17 de abril de 1863..., p. 96.

³¹¹ SECRETARIA de estado dos negocios do imperio. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1864, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

³¹² VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 226-227.

³¹³ Ibid. p. 230.

³¹⁴ *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados Terceiro anno da duodecima legislatura sessão de 1865*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1866, p. 78. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

³¹⁵ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império...*, p. 648, 650.

julho daquele ano. Em seu discurso, Tavares Bastos apontou que “um dos mais sérios assuntos” de que o governo deveria se ocupar era a imigração. Criticou a política de Zacarias de Góes e Vasconcelos sobre o assunto, na época ele era o Presidente do Conselho de Ministros, que negava aos estrangeiros naturalizados os cargos de senador e conselheiro de Estado. Além disso, Tavares Bastos aproveitou-se também da ocasião para demonstrar sua oposição ao gabinete. De mais a mais, o político também mencionou ser ligado a uma sociedade que discutia sobre os “interesses ligados à imigração”.³¹⁶

A sociedade em questão era a Sociedade Internacional de Imigração. Ela foi criada em janeiro de 1866 por um grupo de liberais e de estrangeiros, cujo líder era o Dr. Caetano Furquim de Almeida e Tavares Bastos foi um dos seus diretores.³¹⁷ Ele em seu discurso na Câmara comentou que a Sociedade estava discutindo em suas conferências temas como o casamento civil, a naturalização de estrangeiros, os contratos de parceria e locação de serviços, entre outros. Afirmou que iria enviar a mesa os projetos sobre estas matérias, os quais não continham ideias originais. Seu projeto para o casamento civil era baseado nas ideias de Nabuco de Araújo, ademais, Tavares Bastos pediu para que esse projeto passasse para a ordem do dia da forma mais rápida possível, pois se tratava de um projeto que consagrava o respeito aos direitos de família e a tranquilidade aos imigrantes.³¹⁸ Na sessão do dia seguinte, 19 de julho, o político liberal apresentou seu projeto para o casamento civil, o qual estabelecia que os casamentos mistos poderiam ser contraídos por escritura pública. Este casamento era indissolúvel e produzia os mesmos efeitos legais que os casamentos católicos. Os noivos, caso quisessem, também poderiam celebrar seu casamento misto perante a Igreja Católica por meio da dispensa de disparidade de culto.³¹⁹

Os casamentos mistos contraídos antes da lei eram considerados ratificados por esta e, portanto, produziam efeitos civis. O governo deveria regular a celebração e registro destes casamentos civis, assim como o registro dos nascimentos dos filhos desta união. Os impedimentos e nulidades impostas aos casamentos acatólicos no decreto 3.069 também eram válidas para os casamentos civis.³²⁰ No entanto, apesar da formulação de projetos para o casamento civil nenhum deles chegou a ser aprovado durante o regime imperial, apenas no

³¹⁶ *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados Primeiro ano da decima-terceira legislatura Sessão de 1867.* Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1867, p. 282. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

³¹⁷ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 223-224.

³¹⁸ *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados Primeiro ano da decima-terceira legislatura Sessão de 1867.* Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1867, p. 282-283. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

³¹⁹ *Annaes do Parlamento Brasileiro...*, p. 284-285.

³²⁰ *Annaes do Parlamento Brasileiro...*, p. 285.

período republicano que o decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890, estabeleceria o casamento civil. Além disso, até o ano de 1887 a legislação sobre os casamentos e registros de acatólicos encontrava-se sem execução.³²¹ Entretanto, mencionar estas tentativas de implementação do matrimônio civil nos anos 1860 é importante para se visualizar o delineamento de uma proposta de secularização política de cariz liberal, um dos modelos de secularização que estava em disputa na segunda metade do século XIX, como anteriormente comentado.

Neste debate sobre os casamentos os protestantes também se fizeram presentes por meio da imprensa diária. Em 3 de agosto de 1861, isto é, antes da aprovação da Lei 1.144, um artigo no *Correio Mercantil* assinado por “Christão-evangelico-protestante” abordava o tema dos casamentos acatólicos. O autor comentou seu descontentamento com as discussões sobre a matéria na Câmara, que passou a lei que muito pouco satisfazia as aspirações dos protestantes. Afirmou que esperava do Senado uma discussão mais detalhada da lei, entretanto, não foi isto que aconteceu e a validade dos casamentos acatólicos continuou sem debate. Por fim, o autor se viu no direito de pronunciar-se “para que não se diga que pelo seu silêncio os protestantes pareciam conformar-se com o teor do mencionado projeto de lei”.³²² Assim, afirma que os protestantes não hesitavam “em declarar em alto e bom som *que toda a lei nova que não tenha por base o reconhecimento da validade do casamento acatólico, seja conforme o rito de cada religião, seja por contrato civil, é absolutamente inútil e ociosa*”. Para concluir, o autor anônimo compara a situação do Brasil com a da Turquia e a da Áustria, países em que a lei estabelecia a igualdade entre todos, não importando sua religião.³²³

Em suma, durante os anos 1860 a disparidade entre a lei canônica, que regia as práticas matrimoniais, e a nova realidade do Império, que caminhava para o pluralismo religioso, entrou em conflito. De modo que diversos arranjos foram pensados para garantir a segurança dos direitos dos acatólicos e não ofender a aliança entre o Estado e a Igreja. No âmbito legislativo trabalhou-se pela aprovação de leis para regular os casamentos acatólicos, as quais não eram vistas como suficientes, visto o manifesto do protestante anônimo acima ou as tentativas de Nabuco de Araújo e Tavares Bastos para aprovar o casamento civil. O cenário era composto por um conflito entre dois modelos de secularização, o regalista, que queria manter sua união com a Igreja e para isto insistiu na ampliação das dispensas matrimoniais, e o liberal, que aos poucos buscava secularizar o casamento, introduzindo a proposta de casamento civil para as

³²¹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 383-384.

³²² CRISTÃO-EVANGÉLICO-PROTESTANTE. CASAMENTOS acatholicos. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1861, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

³²³ CRISTÃO-EVANGÉLICO-PROTESTANTE. CASAMENTOS acatholicos..., p. 3. Grifos do autor.

uniões mistas. No entanto, outro modelo de secularização, o intransigente romano, procurou colocar suas pautas em debate, combatendo tanto o modelo regalista e o modelo liberal, visando ampliar as liberdades da Igreja. Esta proposta será examinada a seguir.

1.2.3 Secularização política e regalismo: as vitórias ultramontanas contra o Estado

Como mencionado anteriormente, o clero brasileiro de meados do século XIX encontrava-se no processo de reforma ultramontana. No qual os bispos buscaram colocar o clero e, posteriormente, os leigos em harmonia com as práticas religiosas romanas. Para isto, eles esforçaram-se para enfatizar a união da Igreja brasileira com Roma, no entanto, suas atitudes pastorais, visando moralizar hábitos e crenças do clero, por vezes os colocaram em conflito com o Estado regalista, além de indispor os com o povo, segundo George Boeher.³²⁴ Neste contexto a Igreja reapareceu na cena política, pois após as rebeliões liberais dos anos 1840 os padres tinham se afastado da política nacional. Entretanto, sua postura era outra, portando um teor reacionário e obediente às diretrizes do Papa Pio IX. Tratava-se da ofensiva corporativa e ultramontana contra a política imperial regalista, na qual a principal questão não era mais a participação dos padres na política, mas o esforço da hierarquia para definir uma política da Igreja frente ao Estado.³²⁵ O Estado, por sua vez, não quis abandonar o controle da Igreja, pois ela oferecia um aparato administrativo barato e exercia forte influência sobre a população, o que beneficiava o Estado de forma indireta.³²⁶

No entanto, esta postura de distanciamento da Igreja do Império se definiu de forma gradativa. Primeiramente, a hierarquia buscou ser flexível com o Estado confessional, intentando, inclusive, celebrar uma Concordata na década de 1850. Todavia, o Estado imperial nas décadas de 1860 e 1870 continuou sua política regalista de intervenção, tentando penetrar na administração dos seminários. Desta forma, o objetivo dos católicos nacionais de estabelecer um acordo com o governo foi lentamente cedendo lugar para uma postura mais rígida de enfrentamento. A qual tinha o apoio de políticos do Império como Zacarias de Góes e Vasconcelos e Antônio Ferreira Vianna, aos quais se juntaria, em 1871, Cândido Mendes de Almeida.³²⁷ Assim, de um lado, o Estado imperial regalista pressionava para manter seu poder sobre a Igreja, ao passo que no seio da Igreja o clero inclinava-se cada vez mais ao

³²⁴ BOEHRER, George C. A. *A Igreja no Segundo Reinado: 1840-1889...*, p. 148.

³²⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras...*, p. 186-187.

³²⁶ Ibid. p. 187.

³²⁷ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 385-386, 262, 265, 256-257.

ultramontanismo, tornando-se defensor dos direitos da Igreja, frente à intervenção do Estado, e zeloso com matérias eclesiais internas.³²⁸ Em suma, um conflito entre os modelos regalista e intransigente romano de secularização.

Porém, antes de adentrar nas queixas do clero ultramontano contra o Estado é importante mencionar a sua tentativa de conciliação com este nos anos 1850, isto é, a tentativa de Concordata. A década de 1850 foi marcada por conflitos entre o Império e a Santa Sé, os temas em disputa foram os noviciados das ordens regulares, a criação dos bispados de Diamantina e Ceará, interpretações sobre o padroado e o casamento misto. Diante deste contexto, buscou-se celebrar uma concordata entre o Império e Roma. As negociações foram iniciadas a partir de uma visita do Visconde de Uruguai, antigo Ministro de Estrangeiros, ao pontífice romano, Papa Pio IX. Conforme Uruguai, o Papa recebeu a ideia com simpatia, entretanto, os debates seriam conduzidos por Carvalho Moreira, diplomata, em 1858 durante o gabinete do Marquês de Olinda.³²⁹ Desta forma, Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, Barão de Penedo, iniciou as tratativas com o Monsenhor Ferrari, Subsecretário da Sagrada Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários, em março daquele ano. Estas discussões se deram em meio às negociações do Estado para a ampliação das dispensas do *Breve* de 1848, a qual o governo queria que fosse feito por meio da Concordata.³³⁰

Entretanto, a ampliação das dispensas foi feita por meio de outro Breve em 1859 e a tentativa de Concordata foi um fracasso devido aos embates entre os princípios da Cúria romana e a estrutura jurídica regalista do Império. Diferenças entre o contra projeto do Barão de Penedo e o projeto de Monsenhor Ferrari evidenciaram que a chegada a um acordo era impraticável. O primeiro tinha 26 artigos e o segundo tinha 24, o primeiro artigo de ambos versava sobre o padroado, mas a diferença era que o projeto de Ferrari colocava o catolicismo como a única religião do Império, contrariando o artigo 5º da Constituição. Em relação à educação católica, Ferrari estabeleceu que a educação nas escolas e colégios, públicos e privados, deveria ser conforme a doutrina católica e que o ensino de teologia só poderia ser feito mediante a autorização de um bispo. Por fim, as escolas deveriam ser inspecionadas pelos bispos, os quais teriam poder para estabelecer o catecismo e dar o “nada consta” aos candidatos ao magistério. Penedo, por sua vez, excluiu o artigo sobre o ensino de teologia e restringiu a ação educativa

³²⁸ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 97.

³²⁹ Ibid. p. 347. GÉRSO, Brasil. *O regalismo brasileiro...*, p. 141.

³³⁰ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 353.

católica apenas às escolas católicas, fossem elas públicas ou privadas. Permitiu os bispos definirem o catecismo e afastou-os dos processos de seleção de docentes.³³¹

O artigo 5º do projeto da Santa Sé dava plenos poderes aos bispos e ordinários para censurarem e proibirem a leitura de livros contrários à religião e moralidade católicas além de incumbir o governo da tarefa de impedir a divulgação de tais impressos. Penedo, em seu contra projeto, mostrou-se de acordo com a faculdade dos bispos de proibir tais leituras, mas enfatizou que o governo nada poderia fazer para impedir a difusão de tais livros, uma vez que a censura prévia fora abolida pela Constituição. O 6º artigo do projeto romano não foi aceito por Penedo por ser contrário à Constituição, este artigo autorizava a livre comunicação dos católicos (fossem leigos ou membros do clero) com a Santa Sé no que concernia assuntos religiosos, bem como deveria ser livre a comunicação dos bispos com o clero e os leigos. Este artigo feria o direito de *placet* do Imperador. Em seguida, o sétimo artigo do projeto de Ferrari versava sobre a autoridade dos bispos e ordinários, concedendo aos bispos, inclusive, o direito de prenderem clérigos em conventos e seminários, o que foi rejeitado por Penedo, por ser contrário à liberdade pessoal definida na Constituição.³³²

Outro artigo que foi motivo de conflito foi o artigo 11º do projeto pontifício no qual a Santa Sé desejava que os julgamentos civis dos clérigos não fossem públicos e que os bispos fossem avisados de tais julgamentos de imediato. No caso de condenação a penas capitais, os bispos deveriam ser avisados para que o procedimento de degradação fosse feito, as prisões deveriam ser cumpridas nos monastérios ou nas casas eclesiásticas, entre outras coisas. Penedo, por sua vez, admitiu que os bispos fossem avisados antes da execução de uma pena capital. Quanto a educação dos seminários, o projeto pontifício definia que os seminários deveriam receber doações suficientes e que os bispos deveriam ser livres para estabelecer o plano de estudos. O contra projeto de Penedo reafirmou que tanto os professores quanto os compêndios continuariam a ser definidos por meio do acordo entre o governo e os bispos.³³³ O contra projeto também deixou registrado o anseio do Império de criar duas grandes faculdades de teologia, proposta que não teve similar no projeto romano. O 14º artigo do projeto da Santa Sé abordava o polêmico tema do padroado, definindo-o como uma concessão Pontifícia, Penedo, no entanto, queria que o artigo sobre o padroado retificasse a forma e as práticas correntes dele no Império.³³⁴

³³¹ Ibid. p. 355, 386-387, 393-395.

³³² SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 395.

³³³ Ibid. p. 396-397.

³³⁴ Ibid. p. 397-399

O 16º artigo no projeto colocava que a nomeação das dignidades das dioceses, a primeira deveria ser feita pelo Papa e as outras através de uma terna apresentada pelos bispos, a partir da qual o Imperador faria a escolha. O contra projeto de Penedo, por sua vez, recusou que a primeira nomeação fosse feita pelo Papa, pois o Imperador que realizava a nomeação de forma direta. O artigo seguinte tratou da nomeação dos párocos, neste ponto houve acordo, exceto no que tratava sobre o aumento da cômputa dos mesmos. O 18º artigo foi dedicado aos regulares, o ponto de desacordo com Penedo foi o terceiro ponto que definia que os regulares poderiam admitir candidatos tanto para o noviciado quanto para a profissão de fé. O desacordo se deu, pois, a admissão de noviços só poderia ser feita mediante acordo com o poder civil. Nesta época, o aceite de noviços nas ordens religiosas estava suspenso devido a Circular de Nabuco de Araújo de 1855.³³⁵ O 19º artigo do projeto tratava da constituição de novas ordens religiosas pelo arcebispo e bispos, os quais seriam livres para tal. Entretanto, o contra projeto de Penedo estabelecia que isto só poderia ser feito de prévio acordo com o poder civil.³³⁶

Penedo teve outras propostas não contempladas pela Santa Sé em seu contra projeto, como a supressão de ordens religiosas abandonadas ou com número insuficiente de clérigos e a reforma e organização de conventos apenas de ter a permissão de ser feita em conformidade com o governo. Retornando ao projeto da Santa Sé, o seu 20º artigo afirmava que a Igreja tinha o direito de adquirir e comprar imóveis, de forma que o governo não podia intervir em suas propriedades sem a autorização da Santa Sé, excetos nos casos defendidos pelo Concílio de Trento. Penedo rejeitou este artigo, defendendo que as propriedades da Igreja eram adquiridas por meio da amortização, entretanto, afirmou que a Igreja teria seus bens protegidos. Os artigos subsequentes no projeto pontifício e seus correspondentes no contra projeto de Penedo não apresentavam divergências.³³⁷ Tanto o projeto como o contra projeto, além das observações de Penedo foram submetidos aos Cardeais da Sagrada Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários, indagando quais mudanças, acréscimos ou observações de Penedo poderiam ser consideradas. Em maio de 1858 veio a resposta dos Cardeais, os quais negaram a possibilidade de celebrar uma Concordata com o Brasil, tendo em vista as incompatibilidades das diretrizes da Santa Sé com a Constituição do Império. Em junho a decisão foi entregue ao Sr. Figueiredo, o Encarregado brasileiro na Santa Sé.³³⁸

³³⁵ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 400. GÉRSO, Brasil. *O regalismo brasileiro...*, p. 137.

³³⁶ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 400-401.

³³⁷ Ibid. p. 401-402.

³³⁸ Ibid. p. 402.

O conflito entre o projeto de Ferrari e o contra projeto de Penedo revelou também traços do embate entre modelos de secularização. De um lado, Roma apoiada no modelo intransigente romano buscava dar mais autoridade aos bispos, e, conseqüentemente, ampliar seus poderes, libertando-os das restrições regalistas. A seu turno, o governo imperial brasileiro, representado por Penedo, buscou reafirmar a proeminência do Estado sobre a Igreja, preservando a política regalista. Além disso, Roma entendia o padroado como concessão pontifícia, ao passo que o Estado o compreendia como oriundo da soberania popular. Embora ambos fossem de acordo em conservar o catolicismo como religião oficial, Roma não reconhecia a liberdade de consciência e de cultos, enquanto o Estado possuía o ideal de tolerância religiosa. Em suma, o fracasso da tentativa de Concórdia se deu devido a incompatibilidade entre o que a Santa Sé e o Estado imperial entendiam como os espaços de atuação cabíveis a cada uma destas instâncias: o poder religioso e o poder civil.³³⁹ Todavia, o Estado em sua jurisdição sobre a Igreja abriu um precedente que muito beneficiou o processo de reforma ultramontana, no que tange a correção dos padres pelos bispos em conformidade com o direito canônico: o decreto n. 1.911, de 28 de março de 1857, que regulava os recursos à Coroa.³⁴⁰

Esta lei consolidou na legislação imperial que os clérigos suspensos ou interditados extrajudicialmente (*ex informata conscientia*) pelos bispos para fins de correção não teriam direito a recurso. Para Joaquim Nabuco, em sua obra *Um Estadista do Império*, este decreto foi o mais importante na história eclesiástica brasileira no que diz respeito ao governo da Igreja pelos prelados.³⁴¹ O decreto em questão ficou conhecido como *ex informata conscientia* e possibilitou o fortalecimento da autoridade dos bispos sobre seu clero, viabilizando a reforma ultramontana em seus termos correccionais e disciplinares. Segundo o decreto, o recurso à Coroa era possível nos casos de tomada de jurisdição e poder temporal, censura contra empregados civis e violação do exercício da jurisdição e do poder espiritual. Em contrapartida, o recurso à Coroa era negado aos clérigos regulares quando corrigidos por seus prelados e aos clérigos suspensos e interditados pelos bispos extrajudicialmente (*ex informata conscientia*), quando tal fosse empregado com a finalidade de corrigir e emendar tais clérigos.³⁴²

Este decreto simbolizou uma vitória para a reforma ultramontana. Por meio do *ex informata conscientia* os bispos tinham o poder de remover ou suspender sacerdotes de suas funções. Na medida em que eram informados de irregularidades sobre o proceder dos clérigos,

³³⁹ CARVALHO, Thaís Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 24-25.

³⁴⁰ BOEHRER, George C. A. *A Igreja no Segundo Reinado: 1840-1889...*, p. 153. SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 156-157.

³⁴¹ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império...*, p. 294.

³⁴² SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 156-157.

os bispos podiam suspendê-los de forma privada, sem tornar pública a razão de tal suspensão e sem realizar um julgamento formal, assim o povo não seria escandalizado. O *ex informata conscientia* não era regulado pelo direito brasileiro, mas pelo direito canônico, em resumo, o prelado tinha o poder de reagir contra os clérigos sem que estes tivessem como recorrer das decisões nos tribunais civis.³⁴³ Entretanto, este tipo de suspensão foi questionado por políticos imperiais, com a possibilidade de ser derrogada entre os anos de 1865 e 1867. O motivo destes debates foi a suspensão de quatro cônegos do cabido da catedral do Rio Grande do Sul pelo bispo D. Sebastião Dias Laranjeiras. Para defendê-los levantou-se o senador Gaspar da Silveira Martins, oriundo da província e maçom, o qual orientou os cônegos a pedirem o recurso à Coroa. Estes padres, então, enviaram uma petição para a Câmara dos Deputados, a qual acatou a queixa e decidiu derrubar o decreto.³⁴⁴

Em 1º de junho de 1866, o projeto de lei propondo a revogação do *ex informata conscientia* foi apresentado na Câmara dos Deputados. Primeiramente, o texto de apresentação do projeto abordava o parecer da Comissão de Negócios Eclesiásticos, a qual examinou a representação e os documentos dos cônegos Jerônimo Procópio de Oliveira Nunes, João Ignácio de Bittencourt e José de Noronha Nápoles Massa. Eles haviam sido suspensos e condenados *ex informata conscientia* pelo bispo do Rio Grande do Sul em 31 de agosto de 1865 e diante desta situação pediram proteção à Câmara. Ela, então, compreendeu que os peticionários não tinham direito ao recurso à Coroa por estarem enquadrados no caso da lei de 28 de março de 1857, mais especificamente no segundo parágrafo do segundo artigo do decreto. Entretanto, a Câmara considerou importante propor um projeto para “resolver questões idênticas que possam suscitar-se, e a proteger os sacerdotes, cidadãos brasileiros, da precipitação e arbítrio”, uma vez que não havia “disposições legislativas que regulem e resolvam essas questões, e os protejam contra a injustiça de um julgamento precipitado e oculto”.³⁴⁵

Em seguida, o texto mencionou as condições em que as suspensões dos peticionários foram realizadas e afirmou que o bispo se fundamentou em uma disposição do Concílio Tridentino para tal. Porém, a Comissão julgava esta atitude tirânica, abusiva e contrária ao direito natural e ao direito divino, canônico e pátrio e que este dispositivo era aceitável apenas no século no qual o respectivo concílio foi celebrado. O dispositivo era contra o direito natural, porque segundo ele “ninguém pode ser condenado sem ser ouvido e convencido” e era contra

³⁴³ BOEHRER, George C. A. A Igreja no Segundo Reinado: 1840-1889..., p. 153.

³⁴⁴ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 158.

³⁴⁵ *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados quarto anno da duodecima legislatura sessão de 1866*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1866, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

o direito divino, pois este aconselhava os bispos a não usarem do *ex informata conscientia* para não se indisporerem com o clero e com os fiéis.³⁴⁶ O arbítrio também era oposto ao direito canônico pois diversos canonistas da Igreja impunham limites para o seu uso. Diante deste cenário, a Comissão afirmava que todos os cargos públicos relacionados à Igreja eram regulados tanto por leis civis quanto por leis canônicas, pois as “atribuições e funções” destes funcionários eram de “natureza dupla”. Deste modo, o bispo do Rio Grande do Sul havia ultrapassado suas atribuições, usurpado as justiças criminais seculares e feito violência aos peticionários, indo contra as leis do Império.³⁴⁷

No entanto, o abuso do bispo já tinha sido feito e tornava a ser repetido por outros e neste contexto o cidadão brasileiro eclesiástico só poderia apelar para a Santa Sé, o que era custoso para os sacerdotes pobres. Portanto, deveria haver outra forma de se “fazer ouvir suas queixas e sustentar seu direito”, pois esta “classe importante de cidadãos brasileiros” não poderia ficar excluída “dos recursos que a constituição garante a todos”. Apresentadas estas circunstâncias, o texto passou às críticas ao artigo 2º do decreto n. 1.911, de 28 de março de 1857, que em seus parágrafos proibia o recurso à Coroa aos subordinados dos prelados regulares e aos clérigos suspensos e interditados *ex informata conscientia* por bispos. Depois, o texto fez defesas ao recurso à Coroa e para concluir apresentou o projeto:

A assembleia geral resolve:

Art. 1º. Fica revogado o art 2º e seus parágrafos do decreto n. 1.911 de 28 de março de 1857, e restabelecido o recurso à coroa por qualquer procedimento dos prelados regulares contra seus súditos, ainda em matéria correcional, e das suspensões e interditos que os bispos judicial ou extrajudicialmente impuserem aos clérigos.

Art. 2º. Os empregados públicos eclesiásticos que perceberem cômmodas, ordenados ou qualquer estipendio pelos cofres públicos, somente poderão ficar privados de parte ou de todos os seus ditos vencimentos nos casos e pela forma que as leis têm determinado para os empregados públicos.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.³⁴⁸

Assim, o projeto de Corrêa das Neves e Viriato buscava revogar o artigo 2º do decreto de 28 de março de 1857.³⁴⁹ Ao longo do ano de 1866, o projeto foi discutido e vozes contra a sua aprovação foram levantadas, na Câmara a oposição foi feita pelos deputados Figueiredo e José Ângelo e no Senado pelo senador Pompeu, conforme deu notícia o jornal *O Apostolo*. Entretanto, apesar da oposição ele foi aprovado na Câmara dos Deputados e passou para ser

³⁴⁶ *Annaes do Parlamento Brasileiro...*, p. 4.

³⁴⁷ *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados quarto anno da duodecima legislatura sessão de 1866*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1866, p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

³⁴⁸ *Annaes do Parlamento Brasileiro...*, p. 6

³⁴⁹ *Annaes do Parlamento Brasileiro...*, p. 6.

discutido e aprovado pelo Senado em 1867.³⁵⁰ Mas, neste mesmo ano o projeto foi rejeitado pelo Senado.³⁵¹ Findava-se uma tentativa regalista de cercear a autoridade dos bispos, autoridade que proporcionava mais liberdade de disciplinação do clero pelos prelados e, conseqüentemente, o avanço da reforma ultramontana. Desta forma, o modelo de secularização intransigente romano também teve avanço, uma vez que excluía a intervenção do Estado na correção dos párocos, fortalecendo o ideal da Igreja Católica como uma sociedade perfeita, juridicamente equivalente ao Estado e independente da autoridade civil.³⁵²

Outra vitória ultramontana e do modelo intransigente romano se deu em 1869, com a aprovação na Câmara dos Deputados de um projeto para custear a viagem dos bispos que fossem comparecer ao concílio ecumênico, isto é, o Concílio Vaticano I. Se tratava de um auxílio de custo que seria administrado pelo governo, tal projeto foi aprovado em terceira discussão, com ausência de debate.³⁵³ Este projeto tinha sido apresentado à Câmara em 1º de julho de 1869 e versava o seguinte:

A assembleia geral resolve:

Art. 1.º Fica concedida aos reverendos bispos que forem a Roma, a fim de assistirem ao concílio ecumênico, que deve reunir-se brevemente, uma ajuda de custo para as despesas da viagem e tratamento condigno de sua elevada posição.

Art. 2.º O governo arbitrará essa ajuda de custo quando os reverendos bispos lhe comunicarem a sua intenção de retirarem-se temporariamente do Império para cumprirem o dever de assistir ao concílio.

Parágrafo único. Para a fixação dessa ajuda de custo atender-se-á ao maior ou menor rendimento das dioceses.³⁵⁴

O referido projeto foi assinado por: Diogo Velho; Mello Moraes; Paranhos Junior; Barão de Anajatuba; Perdigão Malheiro; A. F. de Salles; T. Alencar Araripe; Mello Rego; Ferreira de Aguiar; F. J. da Gama Cerqueira; J. M. Figueira de Mello; Fernandes Braga; A. A. G. de Azambuja. J. Evangelista de N. S. Lobato; Affonso de Carvalho; J. O. Nebias; Dionysio Martins; Souza Reis; Portella; João Mendes; Bahia; Araujo Góes; Bittencourt; V. de Figueiredo; Mendes de Almeida; Joaquim Pedro; Lamego; Gomes da Silva; Menezes Prado. Duarte de Azevedo; Galvão; Siqueira Mendes; Camilo Figueiredo; Corrêa de Oliveira; Cardoso de Menezes; Leandro Maciel; Castello Branco; Pinto Lima. Ferreira Vianna; Ferreira Lage;

³⁵⁰ O RECURSO á corôa. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1867, p. 169-170. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

³⁵¹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 158.

³⁵² DI STEFANO, Roberto. *Disidencia religiosa y secularización en el siglo XIX Iberoamericano: cuestiones conceptuales y metodológicas...*, p. 168.

³⁵³ CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1869, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

³⁵⁴ *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados primeiro anno da decima-quarta legislatura sessão de 1869*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1869, p. 6. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Mello Mattos; Duque Estrada Teixeira; Izidoro Borges Monteiro; L. Carlos; Jeronymo M. N. Penido. Antonio F. Pinheiro; Antonio Prado; L. A. Pereira Franco; A. Coelho Rodrigues; Aureliano Ferreira de Carvalho; J. Delfino Ribeiro da Luz; Rosa; Conde de Baependy e Camilo Barreto.³⁵⁵

Com a aprovação deste projeto os bispos ultramontanos obtiveram uma conquista, uma vez que o auxílio financeiro do governo facilitaria a ida à Roma para assistirem ao concílio e assim fortalecerem sua comunhão com o Papa e seu pensamento ultramontano. Ademais, o fato de o governo se prestar a esse papel reforçava o modelo de secularização intransigente romano, pois reafirmava a premissa que o Estado deveria proteger a Igreja, posto que era um Estado católico, além de indiretamente afirmar os direitos da Igreja.³⁵⁶ Em suma, como se demonstrou nesta seção o catolicismo ultramontano obteve vitórias nos seus objetivos de reforma do clero e de inclinação ortodoxa e seu entendimento sobre o processo de secularização também angariou resultados ao longo da década de 1860. Entretanto, além da articulação política da hierarquia e de seus aliados no Parlamento é importante também abordar o papel que os leigos desempenharam em prol da reforma ultramontana. Como foi visto anteriormente, diversos leigos contribuíram para o movimento com suas obras, entretanto, outros leigos na imprensa deram seu apoio ao movimento, ainda que de forma indireta e não abertamente ultramontana.

Exemplo disto verifica-se em um artigo, assinado pelo pseudônimo “A voz da verdade”, publicado em 28 de março de 1866 no jornal *Correio Mercantil*. Nele seu autor defendeu a religião católica e iniciou o artigo afirmando que o mundo era “obra de Deus”, em seguida, criticou o que chamava de “ateus” e alertava que era necessário atentar mais para o ateísmo³⁵⁷ do que para o protestantismo. Depois, afirmou que os dogmas da religião católica não podiam e nem deviam ser analisados, que o casamento civil era “uma inovação profana tendente a desvirtuar os atos” da Igreja e que era também um absurdo banir as imagens dos templos.³⁵⁸ Diante do exposto neste artigo, vê-se que alguns leigos se engajaram, ainda que não fossem

³⁵⁵ *Annaes do Parlamento Brasileiro...*, p. 6-7.

³⁵⁶ DI STEFANO, Roberto. Dissidencia religiosa y secularización en el siglo XIX Iberoamericano: cuestiones conceptuales y metodológicas..., p. 168.

³⁵⁷ É necessário entender que os discursos dos jornais são construídos a partir das visões de mundo de seus autores. Quando A voz da verdade menciona a existência de ateus e de ateísmo no Império é importante lembrar que o *Código Criminal do Império do Brasil* proibia no Art. 278 a divulgação, por impressos ou discursos públicos, de ideias contrárias à imortalidade da alma e à existência de Deus. Portanto, se haviam ateus no Brasil oitocentista estes provavelmente não se manifestavam de forma pública. Além disso, deve-se considerar também que o discurso do articulista foi construído influenciado pelo cenário europeu, pois em uma parte do artigo ele menciona ter lido “notícias de Paris”. Cf. BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil..., p. 193. A VOZ da verdade. O GENIO do mal. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1866, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

³⁵⁸ A VOZ da verdade. O GENIO do mal. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1866, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

ultramontanos declarados, na divulgação de determinadas pautas ultramontanas. Ao reafirmar que Deus havia criado o mundo e que os dogmas não podiam ser analisados o autor reforçava a autoridade da Igreja. E ao condenar o casamento civil ele difundia uma pauta ultramontana, uma vez que o ultramontanismo via o casamento civil como algo errado e perigoso tanto para a religião quanto para a sociedade civil.³⁵⁹

Nesta mesma edição do jornal encontrou-se também outro texto de um leigo católico identificado como “Um pai de família”, neste artigo o autor criticou a situação do Seminário de Mariana, que era de “desleixo e péssima direção”. O autor menciona que muitas queixas repetidas chegavam de forma frequente aos pais que tinham seus filhos matriculados neste estabelecimento, os quais eram maltratados. A alimentação dos jovens era precária, pois o estado de conservação dos alimentos era ruim. O interior do seminário era mau cheiroso devido às latrinas e os dormitórios eram repletos de percevejos. Por fim, o autor diz que estes fatos eram de domínio público e já tinham se espalhado pela província de Minas Gerais. Mencionou ainda que teria outros assuntos a abordar, principalmente, uma queixa a um regente da classe dos maiores.³⁶⁰ O relato deste pai era uma crítica indireta ao regalismo do Estado e sua tutela sobre os seminários.

Os seminários eram custeados pelo governo e estavam sujeitos à sua intervenção. A partir de 1865 o Estado suprimiu as cadeiras de grego, geografia, eloquência sagrada e direito natural para poupar dinheiro. Ao longo de todo o Império os seminários foram dependentes do governo, decretos definiam seu currículo e a falta de pagamento e de subsídios dificultavam o seu funcionamento. Os ultramontanos resistiram às interferências no currículo como puderam.³⁶¹ Desta forma, o relato de “Um pai de família” ilustrava a falta de investimento do governo nos seminários, de modo que a sua conservação material e o seu funcionamento eram prejudicados. Para concluir, ao longo desta seção buscou-se apresentar algumas das vitórias do movimento ultramontano junto à política imperial e o apoio que leigos, direta ou indiretamente, deram aos seus apelos. Desta forma, verificou-se que apesar do fracasso da Concordata em 1858, o clero ultramontano conseguiu obter benefícios por outros meios. A reprovação do decreto de revogação do *ex informata conscientia* e a aprovação do custeio da viagem dos bispos para Roma são exemplos de brechas no sistema regalista, às quais possibilitaram a

³⁵⁹ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 32-33.

³⁶⁰ UM PAI de família. MINAS. Seminário de Marianna. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1866, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. A VOZ da verdade. O GENIO do mal. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1866, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

³⁶¹ BOEHRER, George C. A. *A Igreja no Segundo Reinado: 1840-1889...*, p. 151.

ampliação da autoridade episcopal, bem como o avanço do modelo de secularização intransigente romano.

Para concluir, neste primeiro capítulo buscou-se fornecer um panorama sobre o contexto político e religioso dos anos 1860, que é o recorte temporal desta pesquisa e a década em que os jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* foram criados. Viu-se que a conjuntura política desta época foi marcada por intensa agitação interna e externa e pela retomada do vigor dos debates na arena pública. Neste cenário, a religião do Império e pautas político-religiosas não foram esquecidos, antes ganharam grandes proporções devido às reconfigurações do campo religioso brasileiro. De um lado, a presença crescente de protestantes chamava a atenção para a questão dos direitos dos acatólicos e do outro lado, estava o movimento ultramontano que se consolidava progressivamente no clero brasileiro. Tal situação motivou a discussão de projetos políticos na Câmara dos Deputados, ao passo que na imprensa leigos levantaram suas vozes na arena pública para esboçar suas críticas ao governo e à sociedade. Outro elemento que contribuiu para o aumento dos debates político-religiosos nos anos 1860 foi o desenvolvimento da imprensa confessional, ponto que será discutido no próximo capítulo.

2 A FÉ NA ARENA PÚBLICA: IMPRENSA CONFSSIONAL E ATUAÇÃO DE PROTESTANTES E CATÓLICOS ULTRAMONTANOS

Empreendendo a missão de jornalistas, formávamos tenção de noticiar as diversas publicações sobre assuntos religiosos que saíssem à luz. Se não temos preenchido este papel, a culpa não é nossa. O jornalista religioso no Brasil, como o endemoninhado do Evangelho, habita nos sepulcros.³⁶²

Imprensa Evangelica

Somos obrigados, como jornalista católico [sic], a dizer a verdade em tudo, e principalmente em relação a vossa salvação; o nosso ministério sagrado nos impõe também este dever.³⁶³

O Apostolo

Os estudos sobre a imprensa religiosa no Brasil do século XIX encontram-se de forma dispersa na produção acadêmica, de modo que a análise e sistematização de publicações religiosas oitocentistas foram feitas isolando-se cada denominação religiosa. Desta maneira, produziram-se trabalhos sobre a imprensa católica, a imprensa protestante e a imprensa espírita. Entre esses filões, a imprensa católica foi o objeto de estudo mais priorizado, uma vez que esta religião foi a que mais teve jornais publicados ao longo do século XIX. O objetivo deste capítulo é apresentar um esforço de síntese sobre a imprensa religiosa oitocentista, com foco na década de 1860, período em que são percebidas mudanças importantes neste seguimento: a quebra da hegemonia do catolicismo na imprensa religiosa e o aumento do número de publicações. Este movimento na imprensa, como as mudanças em qualquer outra instância cultural, foi influenciado por reconfigurações na sociedade brasileira da época³⁶⁴, principalmente, no que tange à organização de seu campo religioso.

Entre as diversas publicações religiosas que vieram a lume na década de 1860 destacaram-se dois jornais: *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*. O primeiro era de orientação protestante, fundado em 1864, e o segundo possuía o viés católico ultramontano, sendo

³⁶² QUADROS vivos da actualidade religiosa. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1867, p. 97. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

³⁶³ CHRONICA da semana. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 26 de julho de 1868, p. 236. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

³⁶⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. A imprensa do Império..., p. 214.

publicado a partir de 1866. Ambos foram criados na cidade do Rio de Janeiro e se tornaram longevos, com circulação até os primeiros anos do regime republicano. Suas páginas refletiram os detalhes do embate no campo religioso, ademais, frequentemente, as redações dos dois jornais engajavam-se em controvérsias religiosas, respondendo um ao outro com seus artigos. Mais do que jornais importantes para as suas respectivas comunidades religiosas, às quais forneciam reflexões teológicas e materiais doutrinários, estas publicações representavam as vozes de protestantes e de ultramontanos na arena pública, tornando públicos os seus projetos, críticas e demandas políticas.

2.1 Expansão da imprensa confessional na década de 1860

Para compreender a expansão da imprensa religiosa nos anos 1860 faz-se necessário atentar para duas questões que influenciaram sobremaneira este seu espraiamento: o campo religioso e as condições da imprensa nesta época. Conforme abordado no capítulo anterior, o campo religioso dos anos 1860 era constituído de uma religião dominante e de religiões dominadas. A religião dominante era o catolicismo, que nesta época passava pelo seu processo de reforma ultramontana, conferindo-lhe maior ortodoxia. Entre as religiões dominadas estavam o judaísmo, o espiritismo em sua forma kardecista e nas religiões de matriz africana e o protestantismo. No entanto, católicos e protestantes foram os protagonistas dos conflitos no campo religioso, embora o espiritismo kardecista obtivesse alguma notoriedade em fins da década de 1860. Tal acirramento no campo religioso entre protestantes e católicos, se deu como resultado do embate entre os missionários protestantes e os católicos ultramontanos.

Esta distribuição das religiões no campo religioso influenciou muito o desenvolvimento da imprensa religiosa no Brasil oitocentista. O catolicismo em sua posição de religião dominante, legitimada pela Constituição de 1824,³⁶⁵ e detentor do monopólio da gestão dos bens de salvação, tinha a hegemonia na imprensa religiosa. As primeiras mudanças são feitas ao longo da década de 1860. Até 1864, os jornais religiosos publicados no Brasil eram católicos, mas, com a criação do jornal protestante *Imprensa Evangelica*, neste ano, a imprensa religiosa iniciou o seu processo de diversificação. No ano de 1869, o primeiro jornal espírita surgiu em Salvador, *O Écho D'Alem Tumulo*, tornando a imprensa religiosa brasileira mais variada. Entretanto, estes jornais de outras religiões não possuíam os mesmos privilégios que os periódicos católicos tinham. Sua linguagem deveria ser cautelosa quando tratasse da religião

³⁶⁵ SILVA, Ana Rosa Clochet da; CAMPOS, Breno Martins; CARVALHO, Thaís da Rocha. A liberdade religiosa nas páginas do jornal *Imprensa Evangelica* (1864-1892)..., p. 92-93.

oficial do Império, além disso, estas publicações acatólicas tinham mais dificuldade em consolidar seu público leitor, uma vez que eram religiões dominadas. Desta forma, durante os anos 1860 a maioria dos jornais religiosos eram católicos, seguindo, assim, a orientação do campo religioso da época, pois a imprensa reflete as transformações de sua sociedade.³⁶⁶

Por fim, mas não menos importante, atentar para o contexto da imprensa brasileira de meados do século XIX se faz necessário para que se compreenda o desenvolvimento da imprensa religiosa dos anos 1860. A Conciliação política dos anos 1850, com suas lutas políticas minoradas, possibilitou o declínio da imprensa política panfletária, iniciando-se, logo, uma nova fase em que a imprensa política se fundiu com a imprensa literária.³⁶⁷ Emergiu, então, uma imprensa de linha editorial cultural, composta por jornais literários, científicos e religiosos.³⁶⁸ Ademais, durante a década de 1850, a imprensa feminina ganhou fôlego com publicações voltadas para as mulheres.³⁶⁹ Esta tendência cultural no mundo da imprensa persistiu durante a década de 1860, expressando-se com a criação de revistas e jornais literários³⁷⁰ e também jornais religiosos, como será abordado neste capítulo. Além disso, a década de 1860 foi marcada também pela efervescência da imprensa política, acentuada conforme a Guerra da Tríplice Aliança caminhava para o seu fim.³⁷¹

De posse dessas informações, pode-se concluir que o desenvolvimento da imprensa religiosa nos anos 1860 dependeu da dinâmica do campo religioso da sociedade brasileira e do próprio contexto da imprensa do país à época. Assume-se, portanto, que a inserção de novas religiões, o movimento católico ultramontano, o domínio da imprensa de teor cultural e a emergência da imprensa política foram fatores indispensáveis para que o aumento do número de jornais religiosos se desse no Brasil Império no período em tela. Assentada as bases que possibilitaram este desenvolvimento da imprensa confessional, faz-se necessário determinar seu ponto de partida, que não foi iniciado na década de 1860. Desde 1855, notou-se um aumento do número de publicações religiosas na imprensa brasileira, devido ao desenvolvimento da imprensa cultural e aos esforços primários do movimento ultramontano. A seguir será apresentada a cronologia do desenvolvimento da imprensa religiosa, finalizando sua exposição

³⁶⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *A imprensa do Império...*, p. 214.

³⁶⁷ *Ibid.* p. 215, 210

³⁶⁸ BASILE, Marcello. *Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos...*, p. 56.

³⁶⁹ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 60. (Passado presente).

³⁷⁰ *Ibid.* p. 58.

³⁷¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *A imprensa do Império...*, p. 230-231.

com uma análise sobre os jornais religiosos mais importantes dos anos 1860: os supracitados *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*.

2.1.1 Características da imprensa religiosa na década de 1860: jornais em busca de um público leitor

A imprensa religiosa,³⁷² enquanto parte da imprensa cultural, tem como principal objetivo influenciar as formas de pensar de seus leitores, uma vez que a cultura opera sobre o pensamento por meio de suas representações do mundo social.³⁷³ Como os outros segmentos da imprensa do século XIX, os jornais religiosos possuíam caráter instrutivo, buscando influir sobre os costumes e a moral pública.³⁷⁴ O desenvolvimento da imprensa religiosa no Brasil oitocentista foi grandemente influenciado pela dinâmica do campo religioso da época, de modo que até a década de 1860 este segmento foi marcado pela hegemonia católica. De acordo com Oscar de Figueiredo Lustosa, os primeiros jornais católicos foram criados na primeira metade do século XIX, possivelmente na década de 1830. Estes eram efêmeros e abordavam temas como a piedade, a doutrina, questões relativas ao culto, entre outros assuntos e com a publicação destes conteúdos visava-se transmitir aos fiéis os ensinamentos do púlpito.³⁷⁵

O primeiro jornal religioso do Brasil foi, possivelmente, *O Catholico* (1833).³⁷⁶ Em 1836, foi criado o *Selecta Catholica* (1836-1837) no Rio de Janeiro. De acordo com a redação de seu homônimo criado em Minas Gerais em 1846, este jornal era “abundante de doutrinas tão ortodoxas como uma produção eminentemente útil”.³⁷⁷ Em 1837, foi criado outro jornal católico em Pernambuco, *O Echo da Religião e do Imperio*, que circulou até 1838. Na década de 1840, registra-se o aparecimento do jornal *Selecta Catholica* (1846-1847), em Mariana (MG), que em sua primeira edição justifica o uso do mesmo título do jornal fluminense:

³⁷² Uma tabela com a relação dos jornais religiosos que circularam no Brasil entre 1830 e 1860 está presente no Apêndice desta dissertação. Ela foi confeccionada a partir da bibliografia trabalhada neste capítulo, informações presentes no jornal *O Apostolo* e pesquisas na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

³⁷³ BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos..., p. 56. BARBOSA, Marialva. Introdução..., p. 16.

³⁷⁴ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa pedagógica no século XIX. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 104, junho, 1998, p. 147. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/723>. Acesso em: 3 mai. 2022.

³⁷⁵ MARIN, Jérri Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, 2018, p. 198-200. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/5XrCTGSfCVtrkBgZ7tcpZch/?lang=pt>. Acesso em: 04 mai. 2022.

³⁷⁶ CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 50.

³⁷⁷ NOTICIA sobre a *Selecta Catholica*. *Selecta Catholica*, Mariana, 1 de julho de 1846. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Nós, adotando o mesmo título, não damos ao público uma segunda edição dos números publicados, nem prosseguimos em sua continuação; propomo-nos uma nova empresa, cujos materiais serão em parte tirados daquela, e em maior parte escolhidos de livros e jornais católicos do maior conceito, acrescentado algumas notícias religiosas, que poderem dar aos leitores conhecimento dos combates da Igreja, assim como de suas vitórias e progressos em diversas partes do mundo.³⁷⁸

Este periódico tinha um teor mais doutrinário e marcou o início do bispado de D. Viçoso, que inclusive participava de sua redação.³⁷⁹ Em Pernambuco foi criado o *A Voz da Religião: Unus Dominus, Una Fides*, publicado entre 1846-1848 e no ano de 1850. Em 1848, o *Synopsis Ecclesiastica* (1848-1849) iniciou sua circulação no Pará. Em 1849, foi criado *O Noticiador Catholico: periodico consagrado aos interesses da religião, sob os auspícios do Excelentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Romualdo Antonio Seixas, Arcebispo da Bahia* (1849-1855) na Bahia que combatia as ideias opostas ao catolicismo e tinha como redatores o seminarista Antônio de Macedo Costa, os padres Mariano de Santa Rosa de Lima e M. Domingos José de Britto, o cônego José Joaquim da Fonseca Lima e o médico João José Barbosa de Oliveira.³⁸⁰ Na década de 1850 o primeiro jornal católico criado foi *O Romano* (1851-1853) em Mariana, que publicou as primeiras cartas pastorais de D. Viçoso.³⁸¹ Em 1852, registra-se a circulação no Brasil do jornal católico português *O Christianismo*³⁸² e em 1854 foi criado, no Rio de Janeiro, o jornal *A Abelha Religiosa: Verdade e Caridade*, neste mesmo ano foi também fundado no Maranhão o jornal *O Christianismo: semanario religioso* (1854-1855). Data-se da primeira metade da década de 1850, aproximadamente 1852 ou 1853, a criação do jornal *O Amigo da Religião* em São Paulo, dedicado a criticar o bispo desta província e a sua reforma.³⁸³

³⁷⁸ NOTICIA sobre a Selecta Catholica. *Selecta Catholica*, Mariana, 1 de julho de 1846. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

³⁷⁹ GOMES, Daniela Gonçalves. O poder da palavra escrita: os jornais católicos e a difusão dos ideais ultramontanos na diocese de Mariana (1844-1876). *Revista de História da UEG*, Morrinhos, v. 1, n. 2, 2012, p. 15. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1302>. Acesso em: 29 abr. 2022. SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 175.

³⁸⁰ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 192. REIS, Marcos Vinícius Freitas; SOUTO, Josias Freitas. A relação Igreja-imprensa: O nascimento da imprensa católica no Brasil no século XIX. *Diversidade religiosa*, João Pessoa, v. 6, n. 1, 2016, p. 176 nota 13. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/dr/article/view/31334>. Acesso em: 05 mai. 2022.

³⁸¹ GOMES, Daniela Gonçalves. O poder da palavra escrita: os jornais católicos e a difusão dos ideais ultramontanos na diocese de Mariana (1844-1876)..., p. 15.

³⁸² De acordo com Joaquim Azevedo e José Ramos, este jornal foi publicado no Porto entre 1852 e 1853 sendo continuado pelo jornal *Familia Catholica*. Ver AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, José. Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910. *Lusitânia Sacra*, Lisboa, t. 3, 1991, p. 220. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4890>. Acesso em: 23 fev. 2022.

³⁸³ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 178-179.

De modo geral, percebe-se que os jornais religiosos criados entre as décadas de 1830 e 1850 eram publicações que duravam poucas edições e entre elas destacaram-se os jornais *Selecta Catholica* (RJ), *Selecta Catholica* (MG) e *O Noticiador Catholico* (BA). A primeira por seu pioneirismo e as duas últimas por estarem ligadas ao episcopado, seja por meio da participação do bispo de sua diocese em sua redação ou por estar debaixo da autoridade do Arcebispo, como era o caso do jornal baiano. A segunda metade da década de 1850 apresentou um aumento do número de periódicos católicos e o início de uma segmentação de público visando alcançar o homem e a mulher com a publicação dos jornais *O Pae de Familia Catholico* (RJ) e *O Lirio* (SP). Ademais, durante esse período percebeu-se também uma maior circulação de jornais católicos portugueses nas terras brasileiras, o que pode ser explicado pela navegação a vapor incrementada nos idos da década de 1850, permitindo encurtar as distâncias marítimas e favorecendo o fluxo das trocas entre o Império e o exterior.³⁸⁴

No ano de 1855, ocorreu o fim dos jornais *O Noticiador Catholico* e *O Christianismo* e teve início a circulação, no Brasil, do jornal católico português *O Domingo: Jornal do Clero Português* (1855-1857), publicado em Lisboa.³⁸⁵ Em 1856, foi criada no Rio de Janeiro a *Revista Catholica: Jornal do Instituto Episcopal* (1856), publicada pela Empresa da Semana, cujos redatores eram o cônego J. M. de Paiva e F. M. Raposo d'Almeida.³⁸⁶ Este último era o diretor de *A Semana: Revista Catholica, Litteraria e de Instrucção Publica*, criada, provavelmente, também em 1856 e publicada no Rio de Janeiro.³⁸⁷ Em 1857, houve a criação no Recife de *O Progresso: Folha Catholica, Litteraria e Noticiosa* (1857-1858) e *O Brazil: Jornal Catholico, Litterario e Noticioso* (1857) no Rio de Janeiro. Note-se a presença da indicação do caráter literário e noticioso de alguns dos jornais, isto aponta que os criadores destes periódicos buscavam adequar-se às características da imprensa da época, cada vez mais voltada para a literatura e para a publicação de notícias.

Ainda em 1857, o jornal católico lisboense *O Bem Publico* (1857-1877) passou a circular no Brasil. Era dirigido por J. M. de Sousa Monteiro e foi criado para substituir *O Domingo*.³⁸⁸ Entre 1858 e 1859 foi publicado no Rio de Janeiro o jornal *O Pae de Familia*

³⁸⁴ SODRE, Nelson Werneck. A imprensa do império..., p. 214.

³⁸⁵ AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, José. Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910. *Lusitânia Sacra*, Lisboa, t. 3, 1991, p. 221. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4890>. Acesso em: 23 fev. 2022.

³⁸⁶ *Revista Catholica*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1856. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

³⁸⁷ No acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional consta apenas uma edição deste periódico de 21 de dezembro de 1856. No frontispício consta este ser o número 39 do primeiro volume do jornal. Disto conclui-se que sua publicação se iniciou, possivelmente, neste ano.

³⁸⁸ AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, José. Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910..., p. 221-222.

Catholico, que em seu frontispício continha a indicação “Leituras para os domingos”, além de informar que o periódico se encontrava sob os auspícios do bispo da diocese fluminense,³⁸⁹ que à época era D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo.³⁹⁰ Conforme seu artigo “Introdução”, escrito “Por um Catholico de boa vontade”, o jornal tinha como objetivo “transmitir a seus semelhantes, menos instruídos que ele, as mais consoladoras e únicas verdadeiras doutrinas”.³⁹¹ Dedicado a todos os setores da sociedade imperial, o jornal visava instruir as famílias, esta instituição de suma importância para a sociedade.³⁹²

Em 1859, em São Cristovão, província de Sergipe, foi criado o jornal *A Assembleia Catholica*. Finalizando a década de 1850, no ano de 1860 foi criado em São Paulo o jornal *O Lirio: Jornal de Variedade* (1860). Apesar de poder ser classificado como um jornal feminino fundado e dirigido por homens,³⁹³ este periódico apresentava forte teor católico. O jornal objetivava mostrar “a necessidade da instrução da mulher, combatendo os prejuízos” vigentes na época, “procurando desenvolver no seio” das “famílias o amor pela Religião Católica, a única que pode fazer a nossa felicidade”, além de analisar “as obras dignas de serem lidas”³⁹⁴ pelas mulheres. Desta forma, pode-se afirmar que *O Lirio* era um jornal feminino católico que visava a defesa da instrução da mulher, incluindo-se nesta matéria sua instrução religiosa também.

Em suma, notou-se que na segunda metade da década de 1850 a imprensa religiosa apresentou mais vigor do que nas décadas precedentes, algo demonstrado através do ritmo da criação dos jornais, praticamente um novo periódico era fundado a cada ano. Percebeu-se também que estes periódicos passaram a seguir as tendências da imprensa da época, com seu viés mais literário e noticioso, ademais, verificou-se que a instrução das famílias se tornou um ponto importante para os criadores de periódicos católicos. A imprensa religiosa na década seguinte se mostrará mais intensa, o ramo católico perseverou em suas tendências literárias e noticiosas e recebeu fortes influências do movimento ultramontano. No entanto, a inserção de

³⁸⁹ *O Pae de Familia Catholico*, Rio de Janeiro, 1 e 8 de agosto de 1858. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

³⁹⁰ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 166.

³⁹¹ POR um Catholico de boa vontade. INTRODUÇÃO. *O Pae de Familia Catholico*, Rio de Janeiro, 1 e 8 de agosto de 1858, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

³⁹² NADER, Maria Beatriz. Da família à família nuclear burguesa: uma perspectiva histórica e social. *Dimensões*, Vitória, n. 3, 1992, p. 55. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2229>. Acesso em: 12 mai. 2022.

³⁹³ BUITONI, Dulcília Schroeder. Suplemento histórico: o Brasil. In: *Imprensa feminina*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 40. (Série Princípios, 41). DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti. A mulher de letras: nos rastros de uma história. *IPÓTESI*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, jul./dez., 2009, p. 16. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19180>. Acesso em: 21 fev. 2021.

³⁹⁴ E.... CARTA de E.... à sua amiga Mathilde. *O Lirio*, São Paulo, 28 de junho de 1860, p. 13. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

protestantes e espíritas kardecistas no Império e a criação de seus respectivos jornais promoveram o fim da hegemonia católica na imprensa religiosa.

O primeiro jornal religioso criado na década de 1860 foi *A Cruz: Jornal religioso, litterario, historico e philosophico* (1861-1864), com o padre mestre Gustavo Gomes dos Santos como seu criador e redator chefe.³⁹⁵ Sua publicação iniciou-se na Corte em 18 de agosto de 1861, com periodicidade semanal saiu todos os domingos até a sua última edição em 11 de setembro de 1864. Este jornal era vinculado à Igreja Nossa Senhora da Candelária, onde podia-se obter sua assinatura, e era impresso pela Typografia L. dos Santos, localizada à Rua Nova d’Ouvidor.³⁹⁶ Em 1862, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve seu primeiro periódico ultramontano: *A Estrella do Sul*. Um jornal católico semanal publicado em Porto Alegre entre 1862 e 1869, ele foi importante para a formação da unidade ultramontana no Império através da imprensa, veículo que permitiu a organização da propaganda eclesiástica empossada pelo movimento. *A Estrella do Sul* espalhou as ideias ultramontanas, defendeu o catolicismo como religião do Estado, fez críticas ao Estado e à política local, e, também divulgou os pareceres do bispo da diocese, o ultramontano D. Sebastião Dias Laranjeira.³⁹⁷

No ano seguinte, iniciou-se a publicação do *A Estrella do Norte* (1863-1869) no Pará. O periódico também foi importante para fomentar a unidade ultramontana através da imprensa, uma vez que, juntamente com *A Estrella do Sul*, evidenciava a união do movimento de norte a sul do Império.³⁹⁸ *A Estrella do Norte* teve sua criação apoiada por D. Macedo Costa, bispo do Grão-Pará, e visava a defesa dos interesses do clero. Trabalhou em seus artigos temas como a família, o casamento, a modernidade, entre outros. O jornal também divulgou o posicionamento do clero nos debates políticos da época, além de divulgar e transcrever literatura religiosa de jornais estrangeiros.³⁹⁹ Em 1863, foi também criado *O Brazil: Jornal Catholico, Litterario e Noticioso* na Bahia, apresentando tendência ultramontana.⁴⁰⁰ O ano de 1864 foi um marco na

³⁹⁵ O PADRE Mestre Gustavo Gomes dos Santos. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1867, p. 300. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

³⁹⁶ BROTTTO, Renata Batista. *Médicos e padres: maternidade e representações dos papéis sociais da mulher (1860-1870)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009, Paginação irregular. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/61110>. Acesso em: 19 fev. 2022.

³⁹⁷ TAVARES, Mauro Dillmann. Progresso e civilização à luz ultramontana: jornais católicos no sul do Brasil – Porto Alegre, século XIX. *Histórica*, São Paulo, n. 12, julho, 2006, p. 1-2. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao12/materia03/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

³⁹⁸ TAVARES, Mauro Dillmann. Progresso e civilização à luz ultramontana: jornais católicos no sul do Brasil – Porto Alegre, século XIX..., p. 1-2.

³⁹⁹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 193. REIS, Marcos Vinícius Freitas; SOUTO, Josias Freitas. A relação Igreja-imprensa: O nascimento da imprensa católica no Brasil no século XIX..., p. 177-178.

⁴⁰⁰ TAVARES, Mauro Dillmann. Progresso e civilização à luz ultramontana: jornais católicos no sul do Brasil – Porto Alegre, século XIX..., p. 1.

imprensa religiosa, nele foram criados seis jornais, cinco católicos e um protestante. *A Fé: Jornal religioso, e litterario* (1864-1868) iniciou sua publicação em setembro daquele ano, na província do Maranhão, “sob os auspícios do Exm. e Revm. Sr. D. Fr. Luiz da Conceição Saraiva, Bispo do Maranhão”.⁴⁰¹

Em 2 de outubro de 1864, o jornal *Cruzeiro do Brasil: Orgão do Instituto Catholico* (1864-1865) foi criado pelo padre mestre Gustavo Gomes dos Santos, que também foi seu redator chefe.⁴⁰² O jornal de tendência ultramontana⁴⁰³ havia sido fundado para ser “um severo continuador” do periódico *A Cruz*, cujo “pequeno formato vedava o elucidarem-se as questões”. Ademais, este jornal “não satisfazia a grande parte dos leitores por haver mister de outras folhas onde as notícias, declarações e partes oficiais fossem publicadas mais largamente”.⁴⁰⁴ Alguns anos mais tarde, os dois jornais de Gustavo Gomes dos Santos foram elogiados pela redação de *O Apostolo* como publicações que foram muito úteis à Igreja e proveitosos ao Estado.⁴⁰⁵ Em 5 de novembro de 1864, surgiu na Corte o primeiro jornal protestante editado no Brasil, *Imprensa Evangelica*, que circulou até 2 de julho de 1892.⁴⁰⁶ Sua criação ocasionou o fim da hegemonia católica na imprensa religiosa. Neste ano de 1864, há também notícia da criação de um jornal católico em Pernambuco: *Oito de Dezembro*. Esta publicação foi elogiada, juntamente com outras, pelo jornal *Cruzeiro do Brasil* como jornais que combatiam a heresia.⁴⁰⁷

Em 2 de dezembro de 1864, o jornal *A Esperança: Jornal Religioso, Politico, Scientifico e Litterario* (1864-1867) foi lançado em Recife.⁴⁰⁸ Esta edição de dezembro foi composta por um artigo de título “Prospecto”, que anunciava o breve surgir do novo jornal, o qual foi publicado de forma semanal entre 7 de janeiro de 1865 e 25 de maio de 1867.⁴⁰⁹ Sua redação era composta pelos seguintes nomes: Dr. Braz Florentino Henriques de Souza, Dr. Tarquínio Bráulio de Souza Amaranto, Dr. José Soriano de Souza, Dr. Capistrano Bandeira de Mello Filho, Dr. José Antônio de Figueiredo, Dr. Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, Dr. Pedro

⁴⁰¹ *A Fé*, Maranhão, 4 de setembro de 1864, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁰² O PADRE Mestre Gustavo Gomes dos Santos. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1867, p. 300. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>. *Cruzeiro do Brasil*, 2 de outubro de 1864, Rio de Janeiro, p.1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁰³ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 148.

⁴⁰⁴ CRUZEIRO DO BRASIL. *Cruzeiro do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1864, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁰⁵ O PADRE Mestre Gustavo Gomes dos Santos. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1867, p. 300. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁴⁰⁶ CRUZ, Karla Janaína Costa. O jornal *Imprensa Evangélica* e o jornal laico: entre modelos e relações. In: LEONEL, João; SILVA, Ivanilson Bezerra da; SOUZA, Silas Luiz de. (Org.). *O jornal 'Imprensa Evangélica' e o protestantismo brasileiro*. 1. ed. Votorantim: Linha Fina, 2020, p. 34, 36, 41.

⁴⁰⁷ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 148-149.

⁴⁰⁸ *A Esperança*, Recife, 2 de dezembro de 1864, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁰⁹ LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo Católico em Pernambuco...*, p. 73.

Autran da Matta Albuquerque e Monsenhor Joaquim Pinto de Campos.⁴¹⁰ Em 25 de dezembro de 1864, foi criado na Corte o jornal católico *A Voz do Christão na Terra de Santa Cruz: Jornal religioso* (1864-1865, 1868) redigido pelo Dr. Mello Moraes.⁴¹¹ Neste ano foi também lançado em Pernambuco o periódico católico *O Iris da Verdade: Periodico religioso, literário, e politico*. No acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional há apenas um exemplar deste jornal publicado em 18 de março de 1865, em seu frontispício há a inscrição “Ano II”, o que indica que a publicação estava em seu segundo ano de circulação. Desta forma, concluiu-se que o jornal foi fundado em 1864.⁴¹²

No ano de 1865, surgiu na Corte o jornal católico ultramontano *O Missionario Catholico: Jornal religioso, litterario, historico e philosophico*⁴¹³ e no Maranhão foi lançado o jornal católico *Exposição Evangelica* (1865). Em 1866, foi iniciada no Rio de Janeiro a publicação do jornal ultramontano *O Apostolo: Periodico religioso e doutrinario consagrado aos interesses da religião e da sociedade*. Este jornal foi uma das publicações mais marcantes da imprensa católica brasileira no século XIX, circulando até o ano de 1901.⁴¹⁴ Neste mesmo ano foi também criado o jornal *Tribuna Catholica* (1866-1869) na província do Ceará, que segundo a redação de *O Apostolo* era “um campeão do catolicismo”, cuja “missão era santa e civilizadora”.⁴¹⁵ Para o ano de 1867 não foram encontrados novos jornais religiosos. Em 8 de dezembro de 1868,⁴¹⁶ foi criado outro jornal católico no Crato, província do Ceará: *A Voz da Religião no Cariri: Ide em todos os pontos, ensinae a todos os povos* (1868-1870). Fundado pelo “incansável Revd. Dr. José Antonio de Maria Ibiapina”, a publicação primava “a excelência da doutrina católica”.⁴¹⁷

Em julho de 1869, *O Écho D’Além Tumulo: Monitor d’o Spiritismo ‘n-o Brazil* (1869-1870) iniciou sua publicação. Este foi o primeiro jornal espírita do Brasil. Seu redator e editor foi o baiano José Olímpio Teles de Menezes, idealizador do Grupo Familiar do Espiritismo em Salvador. O jornal era impresso na tipografia do jornal *Diario da Bahia* e tinha seu público

⁴¹⁰ Ibid. p. 74.

⁴¹¹ *A Voz do Christão na Terra de Santa Cruz*, Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1864, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴¹² *O Iris da Verdade*, Pernambuco, 18 de março de 1865, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴¹³ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 116.

⁴¹⁴ REIS, Marcos Vinícius Freitas; SOUTO, Josias Freitas. *A relação Igreja-imprensa: O nascimento da imprensa católica no Brasil no século XIX...*, p. 176.

⁴¹⁵ A TRIBUNA Catholica. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1866, p. 3. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁴¹⁶ *A Voz da Religião no Cariri*, Crato, 8 de dezembro de 1868, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴¹⁷ *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1869, p. 24. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

leitor formado por pequenos grupos de interessados ou adeptos da doutrina espírita. O conteúdo do jornal era composto por comunicações espirituais, além de textos que expunham os fundamentos do kardecismo. O periódico também abordou o tema da escravidão e, inclusive, destinou o lucro da venda do jornal para a causa abolicionista.⁴¹⁸ A criação deste jornal não católico também contribuiu para a ruptura da hegemonia católica na imprensa religiosa.

Além do jornal espírita, no ano de 1869 surgiram dois jornais católicos nas províncias do Norte. O primeiro foi *O Catholico* (1869-1872) em Recife, cujo principal redator e responsável foi o Conselheiro Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque. A primeira edição deste periódico foi publicada em 10 de outubro de 1869 e a última em 30 de julho de 1872, saía todos os domingos.⁴¹⁹ Por fim, o último jornal religioso lançado na década de 1860 foi o periódico católico ultramontano *Chronica Religiosa*, na Bahia, que circulou entre 1869 e 1874.⁴²⁰ Para a redação de *O Apostolo*, o jornal baiano era “mais um companheiro que vem a trabalhar conosco, na grande obra de civilização do nosso Império”.⁴²¹ A redação do jornal ultramontano fluminense apontou também que faltava “um periódico religioso na metrópole do Brasil”, onde em outros tempos “viveu com tanta glória para o clero da Bahia e proveito do povo o excelente *Noticiador Catholico*”.⁴²² No ano de 1870, não foram encontrados novos jornais religiosos.

Em suma, a imprensa religiosa nos anos 1860 passou por um processo de diversificação e expansão. Apesar da quebra da hegemonia católica, com a publicação dos primeiros jornais acatólicos, esta religião continuou dominante no mundo dos impressos religiosos. Tal fato se explica não apenas pela posição do catolicismo no campo religioso, mas também pelo avanço do movimento ultramontano no Brasil, que por meio dos jornais assegurava a unidade e organização dos objetivos da propaganda eclesiástica.⁴²³ Embora não houvesse na época uma diretriz explícita da Santa Sé que defendesse o uso da imprensa pelos católicos, predominava a ideia de condenação dos jornais vistos como anticlericais e subversivos.⁴²⁴ De posse desse ideal,

⁴¹⁸ ROCHA, Alessandro Santos da. Modernização e laicidade: o modelo formativo da imprensa espírita brasileira no século XIX. *Educere et Educare*, Cascavel, v. 14, n. 31, 2019, Não paginado. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/19641>. Acesso em: 05 mai. 2022.

⁴¹⁹ LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo Católico em Pernambuco...*, p. 94.

⁴²⁰ TAVARES, Mauro Dillmann. *Progresso e civilização à luz ultramontana: jornais católicos no sul do Brasil – Porto Alegre, século XIX...*, p. 1.

⁴²¹ *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1869, p. 416. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴²² *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1869, p. 416. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Grifos do autor.

⁴²³ TAVARES, Mauro Dillmann. *Progresso e civilização à luz ultramontana: jornais católicos no sul do Brasil – Porto Alegre, século XIX...*, p. 2.

⁴²⁴ MARIN, Jérri Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil..., p. 203. KLAUCK, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. *Mneme*, Natal, v. 12, n. 29, jan./julho. 2011, p. 141-142. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1022>. Acesso em: 11 mai. 2022.

ao longo da década de 1860 foi gestado um sentimento de reação no clero católico ultramontano e a imprensa se tornou cada vez mais atrativa para os seus interesses. A título de exemplo, a redação de *O Apostolo* afirmava que o jornal era um “meio fecundo e aproveitável”, utilizado para propagar doutrinas, vulgarizar conhecimentos, educar povos e civilizar as massas.⁴²⁵

Entretanto, em poucas províncias eram publicados jornais religiosos e o catolicismo enfrentava críticas na imprensa, principalmente do protestantismo, que ia “estendendo a sua propaganda” desacreditando as práticas católicas. Diante deste cenário de perda da autoridade, a redação ultramontana de *O Apostolo* fez o seguinte apelo:

Fazemos um apelo ao clero desta diocese e ao de todo o Brasil; resistam pela palavra, e pelos escritos nos jornais, à essa propaganda sútil, que nos vai arrebatando e corrompendo a mocidade católica, oponham jornal a jornal, é justo erguer um altar, onde se imole vítima incruenta, contra outro em que se sacrificam vítimas imundas; respondam às calúnias com decência e com dignidade, como quem na verdade está de posse da verdade: a esses esforços o erro não poderá resistir.⁴²⁶

O jornal seguiu este ideal e em suas páginas encontrou-se artigos de teor combativo que visavam a defesa da Igreja. Um de seus principais interlocutores, com o qual frequentemente entrava em controvérsias religiosas, foi o jornal protestante *Imprensa Evangelica*. *O Apostolo* e *Imprensa Evangelica* destacaram-se na imprensa religiosa dos anos 1860 e tornaram-se os jornais religiosos mais importantes desta época. A seguir, segue-se uma abordagem mais detalhada das trajetórias destes dois periódicos e da relevância de cada um para suas comunidades religiosas.

2.1.2 *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*: criação, recepção e materialidade dos principais jornais religiosos da Corte

O jornal *Imprensa Evangelica* foi criado antes de *O Apostolo* e foi o primeiro jornal protestante do Brasil e da América Latina. Circulou de novembro de 1864 a julho de 1892 sob gestões variadas e entre 1868 e 1877 assumiu o título de *A Imprensa Evangelica*.⁴²⁷ O periódico foi fundado em 5 de novembro de 1864 por Ashbel Green Simonton (1833-1867). Ele era um missionário estadunidense, que havia sido enviado pela Junta de Missões Estrangeiras da Igreja

⁴²⁵ JORNALISMO religioso no Brasil. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1867, p. 282. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁴²⁶ JORNALISMO religioso no Brasil. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1867, p. 282.

⁴²⁷ SANTOS, Edwiges Rosa. *O jornal Imprensa Evangelica: Diferentes fases no contexto brasileiro (1864-1892)*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009, p. 42, 57.

Presbiteriana dos Estados Unidos da América, chegando ao Rio de Janeiro em 1859. Em 1862, ele estabeleceu a primeira Igreja Presbiteriana do Brasil e em 1867 fundou o primeiro seminário teológico da denominação. Entretanto, na fundação do jornal o missionário teve também o auxílio de Alexander Latimer Blackford (1829-1890), José Manoel da Conceição (1822-1873), Antônio José dos Santos Neves (1827-1874) e Domingos Manoel de Oliveira Quintana.⁴²⁸

Um dos fatores que influenciaram Simonton a fundar o jornal foi o debate sobre assuntos religiosos na imprensa do Rio de Janeiro, pois o missionário ficou impressionado com os estadistas brasileiros escrevendo sobre tais temas. Essa conjuntura o motivou a criar o *Imprensa Evangelica* e conforme a sua percepção, era necessário publicar-se ainda mais. Ademais, ele via o jornal protestante como um meio pelo qual poderiam pregar àqueles que hesitavam frequentar as reuniões públicas presbiterianas. Além deste motivo, as profissões de fé do padre Manuel da Conceição e de Antônio José dos Santos Neves também influenciaram Simonton em sua decisão, pois estes eram também escritores.⁴²⁹ O missionário registrou no seu diário, em 26 de outubro de 1864, os detalhes da fundação do jornal:

Ontem de manhã Santos Neves e Quintana vieram até nossa casa receber os originais do primeiro número da *Imprensa Evangélica*, o jornal semanal que resolvemos publicar. Sinto mais a responsabilidade deste passo que de qualquer outra coisa que antes intentei. Primeiro nos ajoelhamos em oração e entregamos a Imprensa e nós mesmos à direção divina. O caminho parece aberto e só nos resta avançar com decisão.⁴³⁰

Uma circular foi distribuída antes da publicação do primeiro número do jornal,⁴³¹ nela a redação anunciou o propósito do jornal e suas impressões sobre a sociedade:

A *Imprensa Evangelica* é folha periódica que se distribuirá aos sábados por seus assinantes.

O fim que tem em vista a sua Redação, pode ser explicado em bem poucas palavras.

De comum com a maior parte dos que têm refletido sobre a situação do país, estamos convencidos de que a primeira necessidade do presente é o desenvolvimento intelectual e moral de todas as classes do povo; e é nossa também convicção geral de

⁴²⁸ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade do protestantismo nacional: a missão presbiteriana e o jornal *Imprensa Evangélica*. In: BESSONE, Tânia. *et al.* (Org.). *Imprensa, livros e política no Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 150. Disponível em: <https://www.alamedaeditora.com.br/imprensa-livros-e-politica-no-oitocentos/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 147.

⁴²⁹ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 147-148.

⁴³⁰ SIMONTON, Ashbel G. *Diário, 1852-1867*. Tradução de D. R. de Moraes Barros. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1982, p. 194. Grifos do autor.

⁴³¹ Não foi possível encontrar a data de publicação desta circular ou onde ela tenha saído primeiramente. Sabe-se apenas que ela foi distribuída antes da publicação do primeiro número do jornal porque sua redação a comenta e transcreve parte dela no editorial da edição de 21 de outubro de 1865. Cf. IGREJA PRESBITERIANA DO RIO DE JANEIRO. *CENDOC. IMPRENSA EVANGELICA. Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1865, p. 1-2. A descoberta desta fonte deu-se por um artigo do *Diário do Rio de Janeiro*, que anunciava a publicação do jornal e em seu comentário transcreveu o texto da circular. Um trecho desta circular também foi mencionado no *Correio Mercantil*.

que toda a esperança de sólido progresso e de estabilidade, só pode firmar-se na difusão geral de verdadeiros princípios morais e religiosos.

Segundo a opinião mais em voga, todo o remédio está na intervenção dos poderes do Estado, e todo o dever do indivíduo se limita a reclamar essa intervenção.

Aqui divergimos.

Creemos que é indispensável o concurso de todas as inteligências, e que, qualquer esforço sincero para difundir uma instrução verdadeiramente moral e religiosa, é digno de louvor.

A existência da *Imprensa Evangelica* é o resultado desta convicção, e ela se dedicará a explicação e disseminação dos preceitos e doutrinas do Evangelho, – única fonte que, [sic] da moral, quer da religião, – único código, que bem entendido e fielmente observador [sic] pode promover e assegurar a felicidade individual e social de qualquer povo.⁴³²

O jornal foi fundado com o objetivo de fornecer uma instrução religiosa aos seus leitores. Além desta circular, a redação também esclareceu seus propósitos no artigo “Prospecto”, em sua primeira edição. Neste texto fizeram comentários sobre suas percepções acerca da vida religiosa à época e afirmaram que se tratava de um “caos de ideias religiosas”, o qual necessitava ser solucionado pela “propagação do Evangelho”, por meio da “vivificação da devoção doméstica” e “pelo órgão de uma folha, particularmente a isso consagrada”.⁴³³ Para mais, esclareceram os tipos de conteúdo que seriam publicados no jornal e a sua periodicidade: sairia semanalmente uma edição com oito páginas. Declararam que a folha tinha apenas interesses religiosos em vista, sendo “estranha a toda e qualquer ingerência em política”. Finalmente, dedicaram o jornal à toda a sociedade imperial, especialmente, àqueles que não eram indiferentes à “religião de Jesus Cristo” e que não traíram “o dom mais precioso de Deus – a liberdade de consciência perante o Evangelho”.⁴³⁴

O lançamento do jornal provocou muitos comentários na Corte e fora dela, de modo que foram feitos elogios e críticas. O *Correio Mercantil*⁴³⁵ anunciou o aparecimento da folha protestante, e, também comentou seu conteúdo mencionando um trecho da circular: “Publicou-se o 1º número da *Imprensa Evangelica*. Dedicar-se o nosso campeão a explicar e disseminar os preceitos e doutrinas do evangelho; que considera única fonte quer da moral quer da religião”.⁴³⁶ O *Diario do Rio de Janeiro*, cujo redator principal era Joaquim Saldanha

⁴³² NOTICIÁRIO. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1864, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴³³ PROSPECTO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1864, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁴³⁴ PROSPECTO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1864, p. 1.

⁴³⁵ O *Correio Mercantil* foi um jornal considerado conservador por Nelson Werneck Sodré, entretanto, este autor menciona que nos anos 1860 este jornal publicou as *Cartas do solitário* de Tavares Bastos e em 1867 defendeu a dissolução das ordens religiosas. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *A imprensa do império...*, p. 218, 227, 242

⁴³⁶ NOTÍCIAS DIVERSAS. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1864, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Marinho,⁴³⁷ felicitou o surgimento do jornal, além de ter feito a transcrição da circular da redação e ter citado o texto de seu prospecto. Em sua edição de 5 de novembro de 1864, registrou o seguinte: “Imprensa Evangelica. – Com este título começa a publicar-se hoje uma revista hebdomadária consagrada, segundo diz a redação no fim do seu programa – *a liberdade de consciência perante o Evangelho*”.⁴³⁸ Afirmou que a redação do jornal protestante era partidária da liberdade de consciência e que folgavam “com a aparição de mais um lutador no campo da moral”. Por fim, fez uma descrição do primeiro número do jornal: “é escrito com dignidade, com a moderação própria de verdadeiros cristãos, de homens que respeitam as crenças alheias para fazer respeitar as próprias”.⁴³⁹

A redação do jornal tomou conhecimento de sua repercussão e no editorial de sua segunda edição agradeceu “ao acolhimento daqueles que aceitaram e saudaram a IMPRENSA EVANGELICA em seu aparecimento”.⁴⁴⁰ Entre esses que lhe receberam estavam os jornais *Constitucional*, *Jornal do Commercio* e *Diario do Rio de Janeiro*, do qual, inclusive, transcreveram alguns trechos de seu comentário. Ademais, a redação reafirmou seu compromisso em prosseguir no combate “na arena constitucional da liberdade de consciência”, disseminando as “verdades evangélicas”, explicadas com moderação e dignidade e respeitando as crenças alheias,⁴⁴¹ tal como mencionado pelo *Diario do Rio de Janeiro*. Nota-se aqui certo cuidado com a linguagem, o uso do adjetivo “constitucional” para caracterizar a arena em que debatiam assuntos religiosos indica que a atividade do jornal se encontrava dentro das leis, não sendo desrespeitosa à religião do Estado. Neste artigo o comentário do *Correio Mercantil* não foi abordado pela redação.

No entanto, apesar de seu tom moderado, o aparecimento da folha protestante foi noticiado com alarde entre o público católico por meio do jornal ultramontano *Cruzeiro do Brasil*, em 6 de novembro de 1864.⁴⁴² O texto reproduziu a notícia do *Correio Mercantil* e em

⁴³⁷ Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895) nasceu em Olinda, província de Pernambuco, e se formou bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas. Foi eleito deputado em 1848 e, por conseguinte, transferiu-se para a Corte. Em 1860 se tornou redator do jornal *Diario do Rio de Janeiro*, foi Gão-mestre em dois centros maçônicos de relevância e defendeu a maçonaria durante a Questão Religiosa. Entre os seus escritos estão *O Rei e o partido liberal* (1869), *A Igreja e o Estado* (1873) e *A decadência do papado* (1874). Cf. CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 88-89.

⁴³⁸ NOTICIARIO. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1864, p. 1. Grifos do autor. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴³⁹ NOTICIARIO. *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1864, p. 1.

⁴⁴⁰ IGREJA PRESBITERIANA DO RIO DE JANEIRO. *CENDOC. IMPRENSA EVANGELICA. Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1864, p. 1. Grifos do autor.

⁴⁴¹ IGREJA PRESBITERIANA DO RIO DE JANEIRO. *CENDOC. IMPRENSA EVANGELICA. Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1864, p. 1.

⁴⁴² CRUZ, Karla Janaína Costa. O jornal *Imprensa Evangélica* e o jornal laico: entre modelos e relações..., p. 36. VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 148.

seguida sua redação afirmou não saber que jornal seria o *Imprensa Evangelica*, porque não o havia lido e acrescentou que “pelo que diz o *Mercantil*, parece ser um novo órgão do protestantismo”.⁴⁴³ A redação pediu, então, para que o Vigário Capitular do Rio de Janeiro investigasse o fato e tomasse providências enquanto “chefe do bispado”.⁴⁴⁴ Em sua edição seguinte, a redação do *Cruzeiro do Brasil* continuou a comentar sobre a circulação do jornal protestante, desta vez, sua condenação assumiu a forma de um artigo editorial.⁴⁴⁵ O editorial afirmava que os protestantes estavam se apropriando de um “meio mais poderoso para espalhar o crime”: a imprensa. Em que estavam representados pela folha *Imprensa Evangelica*, um “órgão puramente dissidente”, publicado “aos sábados na capital do Império”.⁴⁴⁶

Para a redação isto era inacreditável “em uma nação católica” e sob o olhar “de uma população que prima por seu sentimento religioso”. Prosseguiu apontando que nenhum número do jornal teria sido publicado se as leis do país fossem cumpridas com rigor e se o espírito da Constituição fosse mais bem interpretado.⁴⁴⁷ A redação asseverava não ter medo de que o jornal convencesse grande parte de seus compatriotas, seu temor era pelos possíveis efeitos da “ousadia desses homens, que anarquizaram com quejandas ideias a França, a Alemanha e ultimamente Portugal e Itália”. Na sua visão, o Brasil lhes parecia ser a vítima preferida do protestantismo. Indignaram-se por não terem sido tomadas providências e finalizaram o editorial apontando que era necessário que alguém levantasse a voz contra as doutrinas divulgadas pelo jornal, que se erguessem “vozes autorizadas” para esclarecer o povo e expor o perigo de se ler uma folha protestante.⁴⁴⁸

A primeira edição do jornal, tão comentada na imprensa, foi publicada pela Typographia Universal Laemmert, com a tiragem de 450 exemplares e pretendia-se que a sua periodicidade fosse semanal, como mencionado acima. Entretanto, a tipografia dos irmãos Laemmert não continuou a publicação das edições seguintes devido ao medo da oposição católica e da possibilidade de represálias. Desta forma, o *Imprensa Evangelica* passou a ser impresso pela Typographia Perseverança e sua periodicidade precisou ser alterada por motivos financeiros, sendo impresso quinzenalmente. Esta tipografia apenas aceitou publicar o jornal, pois era ligada

⁴⁴³ NOTICIÁRIO. *Cruzeiro do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1864, p. 4. Grifos do autor. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁴⁴ NOTICIÁRIO. *Cruzeiro do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1864, p. 4.

⁴⁴⁵ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 148.

⁴⁴⁶ CRUZEIRO DO BRASIL. *Cruzeiro do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1864, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁴⁷ CRUZEIRO DO BRASIL. *Cruzeiro do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1864, p. 1.

⁴⁴⁸ CRUZEIRO DO BRASIL. *Cruzeiro do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1864, p.2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

à maçonaria e os maçons tinham um bom relacionamento com os protestantes.⁴⁴⁹ Parte destas dificuldades foram mencionadas por Simonton em um registro no seu diário de 26 de novembro de 1864:

A Imprensa Evangélica tem-me dado muita ansiedade. Foi começada com o Padre, eu e o Sr. Blackford na redação, deixando para Neves de Quintano [sic] a gerência. Foi programada para sair uma vez por semana. Poucos dias foram suficientes para mostrar a insensatez de tal plano e a certeza de ficarmos envolvidos em grandes perdas se não assumíssemos a gerência.⁴⁵⁰

A alteração da periodicidade do jornal foi anunciada aos assinantes, em sua segunda edição:

Aos nossos assinantes: – A IMPRENSA EVANGELICA continuará a ter oito páginas de impressão, e, para não diminuir na matéria, julgamos melhor distribuí-la neste formato, duas vezes por mês, ficando assim definitivamente regularizada a sua publicação.

Circunstâncias imprevistas nos obrigaram a esta alteração, para a qual contamos com o benevolente assentimento dos nossos assinantes.⁴⁵¹

Em suma, o jornal passou a circular quinzenalmente aos sábados com as suas oito páginas. Nelas eram publicados os artigos de fundo e “um noticiário universal de interesse puramente evangélico”, entretanto, a redação afirmou que conforme a Igreja Presbiteriana avançasse, o jornal iria tomar a forma que lhe conviesse portando “publicações variadas, que, sem se afastarem de seu principal objeto, lhe procurarão o atrativo da novidade nas formas”.⁴⁵² Ao longo das edições da década de 1860, estas “publicações variadas” são percebidas. Além de seus artigos religiosos visando a instrução religiosa, editoriais, artigos políticos e noticiário o jornal publicava imagens com frequência, além de materiais traduzidos. Havia também a forte presença de textos de belas letras (sermões, biografias, prosas ficcionais).⁴⁵³ Ademais, eram também publicados na folha hinos, artigos respondendo assinantes, cartas, entre outros materiais. Esclarecida a questão sobre os tipos de conteúdo presentes no jornal, a seguir busca-

⁴⁴⁹ CRUZ, Karla Janaína Costa. O jornal *Imprensa Evangélica* e o jornal laico: entre modelos e relações..., p. 34-35. MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade do protestantismo nacional: a missão presbiteriana e o jornal *Imprensa Evangélica*..., p. 153.

⁴⁵⁰ SIMONTON, Ashbel G. *Diário, 1852-1867*..., p. 195. Grifos do autor. Ao registrar “Neves de Quintano” Simonton, provavelmente, referia-se a Santos Neves e Domingos Manoel de Oliveira Quintana.

⁴⁵¹ IGREJA PRESBITERIANA DO RIO DE JANEIRO. *CENDOC. IMPRENSA EVANGELICA. Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1864, p. 1. Grifos do original.

⁴⁵² PROSPECTO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1864, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁴⁵³ CRUZ, Karla Janaína Costa. O jornal *Imprensa Evangélica* e o jornal laico: entre modelos e relações..., p. 47, 51, 53-54.

se abordar aspectos de sua materialidade. Ou seja, as condições técnicas e sociais que permearam o jornal e sua circulação.⁴⁵⁴

De modo geral, ao longo das edições do jornal publicadas na década de 1860, notou-se certa uniformidade em sua materialidade. Suas edições tinham o conteúdo distribuído em duas colunas e a quantidade de oito páginas manteve-se, apenas algumas edições contendo suplemento e índice apresentaram mais de oito páginas. Em pesquisa nas edições do periódico presentes no acervo do Centro de Documentação da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, notou-se a partir de 1866 a presença de capa e índice inseridos antes das páginas da primeira edição. Nas edições de 1867 constatou-se a presença de um sumário na primeira página do jornal, o qual continha os títulos dos artigos publicados em cada edição. A mudança mais significativa na materialidade do jornal se deu no ano de 1868, em que Alexander Latimer Blackford e Francis Joseph Christopher Schneider assumiram a gestão do jornal (a qual começou em 1868 e terminou em 1876) em decorrência do falecimento de Ashbel Green Simonton por febre amarela, em 9 de dezembro de 1867. Simonton esteve à frente da publicação desde a sua criação.⁴⁵⁵

Estas mudanças foram a alteração do nome do jornal e a inserção de um emblema⁴⁵⁶ e epígrafes em seu frontispício. O jornal passou a se chamar *A Imprensa Evangelica*, seu emblema era um coração, que em seu interior possuía a imagem de um âncora em forma de cruz encravada em uma rocha. Ao redor do coração havia uma faixa com o texto do versículo 19 do capítulo 6 do livro de Hebreus,⁴⁵⁷ prendendo a faixa na parte inferior do coração estava escrito “Jesus”. Na edição do jornal de 18 de janeiro, a redação explicou o significado de seu emblema no artigo “A ancora da alma”, indicando que o emblema era um símbolo do coração

⁴⁵⁴ CHARTIER, Roger. Literatura e cultura escrita: Permanência das obras, mobilidade dos textos, pluralidade das leituras. In: CHARTIER, Roger; RODRIGUES, José Damião; MAGALHÃES, Justino. (Org.). *Escritas e culturas na Europa e no Atlântico modernos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2020, p. 23. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/46330>. Acesso em: 19 out. 2021.

⁴⁵⁵ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade do protestantismo nacional: a missão presbiteriana e o jornal *Imprensa Evangélica*..., p. 159. SANTOS, Edwiges Rosa. *O jornal Imprensa Evangelica*..., p. 55, 68, 81, 77.

⁴⁵⁶ Um breve estudo iconográfico sobre os emblemas dos jornais *A Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* pode ser encontrado em LIMA, Mariana da Silva Rodrigues de. Iconografia e imprensa religiosa: notas sobre os emblemas dos jornais *A Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS. 3. 2021. Rio de Janeiro: Anpuh-RJ. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Anpuh, 2022, Não paginado. Disponível em: https://www.historiaeparcerias.rj.anpuh.org/resources/anais/19/hep2021/1636155876_ARQUIVO_7e9bde594b0be11622f0765638e84142.pdf. Acesso em: 8 jun. 2022.

⁴⁵⁷ Hebreus 6.19: “a qual temos como âncora segura e firme da alma, e que entrea até dentro do véu.”. Cf. BÍBLIA. Português. *A Bíblia sagrada contendo o velho e o novo testamento traduzido em portuguez pelo padre João Ferreira D’Almeida revista e correcta*. Lisboa: [s.n.], 1877, p. 1207. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

dos cristãos, que prevalecia diante das adversidades com esperança na salvação de Cristo. As epígrafes inseridas no frontispício da publicação são dois versículos dos Evangelhos: Marcos (13:10)⁴⁵⁸ e João (16:33)⁴⁵⁹.⁴⁶⁰ Os valores da assinatura do jornal foram modificados ao longo da década de 1860, em 1864 e 1865 a assinatura anual custava 6\$, a semestral 3\$, a trimestral 1\$500 e a edição avulsa era 320 réis. Entre 1866 e 1870, a assinatura anual era de 4\$000 e a semestral 2\$000.⁴⁶¹ O preço do número avulso, entre 1864-1865, era o mesmo que o de um pião de pressão, um brinquedo para meninas, cujo anunciante julgava ser um “diminuto preço”.⁴⁶² E os preços das assinaturas anual e semestral entre 1866-1870 eram os mesmos de exemplares dos livros *Cartas do solitário*, edição completa, e *Os dois irmãos*, respectivamente, em uma livraria na Rua da Quitanda.⁴⁶³

Dados sobre a circulação do jornal podem ser apreendidos a partir das indicações de seus locais de venda e assinatura. Entre 1864 e 1866, o *Imprensa Evangelica* poderia ser assinado no escritório da redação. De 1867 a 1868, a assinatura poderia ser feita no escritório da Tipografia Perseverança ou por uma carta enviada à redação do jornal. Na cidade de São Paulo a assinatura também era feita na loja de W. D. Pitt, localizada à Rua Direita. Em 1868, outros locais de venda e assinatura eram Niterói, Lorena e São Paulo de Muriahé. Em 1869, foram incluídos também Pará, Lorena, Sorocaba, Brotas, Campinas e São Paulo e no ano de 1870 foram inclusas as localidades de Iguape e Taubaté.⁴⁶⁴ Desta forma, compreende-se que o jornal circulava entre as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, notou-se, também, sua distribuição no interior da província de Minas Gerais por meio de uma correspondência enviada de São João del-Rei para a redação do jornal *Cruzeiro do Brasil*, a qual foi publicada em 8 de janeiro de 1865. Nela o correspondente informa que diversas pessoas da cidade tinham recebido por 2 ou 3 correios vários exemplares do jornal.⁴⁶⁵

⁴⁵⁸ Marcos 13.10: “Mas importa que o Evangelho se pregue primeiro entre todas as gentes”. Cf. BÍBLIA. Português. *A Bíblia sagrada contendo o velho e o novo testamento traduzido em portuguez pelo padre João Ferreira D’Almeida revista e correctada...*, p. 1011.

⁴⁵⁹ João 16.33: “Tenho-vos dito estas coisas, para que em mim tenhais paz: no mundo tereis aflição; mas tende bom ânimo; eu já venci o mundo”. Cf. BÍBLIA. Português. *A Bíblia sagrada contendo o velho e o novo testamento traduzido em portuguez pelo padre João Ferreira D’Almeida revista e correctada...*, p. 1081. Grifos do original.

⁴⁶⁰ SANTOS, Edwiges Rosa. *O jornal Imprensa Evangelica...*, p. 84-85. LIMA, Mariana da Silva Rodrigues de. Iconografia e imprensa religiosa: notas sobre os emblemas dos jornais *A Imprensa Evangelica* e *O Apostolo...*, Não paginado.

⁴⁶¹ SANTOS, Edwiges Rosa. *O jornal Imprensa Evangelica...*, p. 72-74, 86.

⁴⁶² *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 11 de março de 1865, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁶³ *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 11 de março de 1865, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁶⁴ SANTOS, Edwiges Rosa. *O jornal Imprensa Evangelica...*, p. 94, 75, 85-86, 88.

⁴⁶⁵ CRUZ, Karla Janaína Costa. *O jornal Imprensa Evangélica e o jornal laico: entre modelos e relações...*, p. 37-38.

Ao longo das edições da publicação é possível notar as marcas do relacionamento da redação com o seu público leitor. O reverendo Ashbel Green Simonton recomendou aos leitores do jornal que encadernassem as edições para facilitar a consulta do material futuramente, ademais, a redação também vendia os volumes encadernados com as edições dos anos anteriores. Esta prática de encadernação também era recomendada para que os números do jornal fossem preservados organizados.⁴⁶⁶ Os assinantes eram, então, encorajados a colecionarem as edições para encaderná-las, caso algum número faltasse ele poderia ser adquirido de forma avulsa:

Mandando reformar suas assinaturas sirvam-se os Srs. assinantes pedir alguns números avulsos que lhes faltem para completar suas coleções, a fim de mandarem encaderná-las. Conquanto a culpa de qualquer falta que tenha havido, não é nossa, contudo se possível for remeteremos um ou outro número.⁴⁶⁷

Para concluir, em sua primeira década de publicação o jornal *Imprensa Evangelica* circulou entre as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Sua redação primou pela disseminação de artigos religiosos espalhando o protestantismo, seu aparecimento no seio da imprensa fluminense foi, em geral, bem recepcionado e suscitou condenações por parte do clero ultramontano, expressas no jornal *Cruzeiro do Brasil*. Ao longo das décadas seguintes a publicação passou por diversas gestões: entre os anos de 1877 e 1885 o reverendo George W. Chamberlain assumiu a sua administração e transferiu a redação para São Paulo. Entre 1878 e 1880, a periodicidade foi alterada de quinzenal para semanal, se tornando mensal em 1881 e retornando para quinzenal em 1882. Entre 1886 e 1892, o jornal teve como responsáveis Donald C. McLaren e a partir de 1891 Joaquim Alves Corrêa. O fim da publicação foi ocasionado por discordâncias internas entre os missionários presbiterianos e os presbiterianos nacionais. Diante do conflito, o Board of Foreign Mission, que representava os missionários e financiava o jornal, decretou o seu fechamento por meio de um telegrama e proibiu o uso de seu título em publicações futuras.⁴⁶⁸

Por sua vez, o jornal *O Apostolo: Periodico religioso e doutrinario consagrado aos interesses da religião e da sociedade* foi criado num contexto de intensificação da imprensa ultramontana no Brasil, como visto anteriormente. Sua fundação caracterizou-se como um

⁴⁶⁶ CRUZ, Karla Janaína Costa. O jornal *Imprensa Evangelica* e o jornal laico: entre modelos e relações..., p. 45, nota 6. FEITOZA, Pedro. Letramento missionário e imaginação protestante nas páginas da *Imprensa Evangelica*. In: LEONEL, João; SILVA, Ivanilson Bezerra da; SOUZA, Silas Luiz de. (Org.). *O jornal 'Imprensa Evangelica' e o protestantismo brasileiro*. 1. ed. Votorantim: Linha Fina, 2020, p. 157.

⁴⁶⁷ AVISO aos Srs. assignantes. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1867, p. 8. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁴⁶⁸ CRUZ, Karla Janaína Costa. O jornal *Imprensa Evangelica* e o jornal laico: entre modelos e relações..., p. 39-41.

marco na imprensa católica do Brasil oitocentista, proporcionando o começo da consolidação da atividade da Igreja neste campo. *O Apostolo* teve circulação por diversas regiões do país, sendo publicado até 1901. Foi fundado pelo cônego José Gonçalves Ferreira, reitor do Seminário São José que era um estabelecimento de ensino religioso no Rio de Janeiro, responsável por formar sacerdotes e fornecer instrução teológica e filosófica à rapazes. Ferreira encarregou-se da edição do jornal, na organização e no preparo de seus editais até 1883, ano de seu falecimento, quando já portava o título de monsenhor.⁴⁶⁹

A criação de *O Apostolo*, em janeiro de 1866, indicou uma tomada de consciência da Igreja frente à imprensa como uma arena na qual ela precisava agir e fazer conhecer seus posicionamentos. Publicado na Corte, o periódico tinha a gestão de sacerdotes e seu interesse principal era a defesa da Igreja.⁴⁷⁰ De teor ultramontano, a redação do jornal identificou-se com a orientação expressa na Encíclica *Quanta Cura* e no *Syllabus*, além de outras diretrizes do movimento religioso. Temas caros ao movimento como: a ênfase na autoridade pontifícia e episcopal, a defesa da autonomia da Igreja, a reforma do clero, a instrução e reforma dos fiéis,⁴⁷¹ entre outros, foram discutidos em suas páginas. Além disso, o compromisso de combate contra o protestantismo e o racionalismo, vistos como alguns dos “perigos” para a Igreja,⁴⁷² é afirmado pela redação do jornal no editorial de sua primeira edição. Neste editorial a redação se propõe a apresentar a “razão de ser” da publicação e suas pretensões. Afirmou que naqueles “tempos tão calamitosos” que enfrentavam, a “Religião” tinha a “necessidade de se fazer ouvir por seus órgãos legítimos”, pois somente ela poderia guiar os povos em seus deveres.⁴⁷³

A redação afirmava ser composta por sacerdotes que conheciam as dificuldades com que teriam de lutar e pediram o apoio do “povo fluminense”. De mais a mais, asseguraram que

⁴⁶⁹ REIS, Marcos Vinícius Freitas; SOUTO, Josias Freitas. A relação Igreja-imprensa: O nascimento da imprensa católica no Brasil no século XIX..., p. 176. LIMA, Mariana da Silva Rodrigues de. Iconografia e imprensa religiosa: notas sobre os emblemas dos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*..., Não paginado. FRÓES, Carolina Silveira. A imprensa católica no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: O Apostolo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 25. 2009. Fortaleza: Anpuh. *Anais* [...]. Fortaleza: Anpuh, 2009, p. 7. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/download/1242870788_ARQUIVO_AIMPRESACATOLICADORI_ODEJANEIRONASEGUNDAMETADEDOSECULOXIX.doc. Acesso em: 20 abr. 2022.

⁴⁷⁰ FRÓES, Carolina Silveira. A imprensa católica no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: O Apostolo..., p. 8. GOMES, Eveline Viterbo. Clama itaque, ne cesses: a trajetória do periódico católico O Apostolo em defesa da educação católica. *PLURA*, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, 2020, p. 81. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1729>. Acesso em: 20 abr. 2022.

⁴⁷¹ SILVA, Ana Rosa Clochet. Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal *O Apóstolo*. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 18, n. 56, maio/ago, 2020, p. 545-546, 548. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/22842>. Acesso em: 1 abr. 2022. SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência*..., p. 169.

⁴⁷² VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*..., p. 33.

⁴⁷³ O APOSTOLO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1866, p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

era em honra deste povo e da Diocese que encetavam o periódico, pois não podiam “suportar a ideia de faltar-lhe um órgão na imprensa religiosa ao mesmo tempo que quase todos os outros o têm”.⁴⁷⁴ É importante observar que no ano de 1866 a província do Rio de Janeiro não tinha em circulação nenhum jornal católico, *A Cruz e Cruzeiro do Brasil* tinham encerrado suas atividades em 1864 e 1865, respectivamente. E *A voz do Christão na Terra de Santa Cruz: Jornal religioso* havia interrompido sua publicação por volta de 1865, voltando a ser publicado em 1868. Quanto ao jornal *O Missionario Catholico*, presume-se que ele tenha circulado apenas durante o ano de 1865.

Diante deste desfalque na imprensa católica fluminense, *O Apostolo* foi criado para defender a Igreja e divulgar as ideias ultramontanas na Corte. Diante de si sua redação viu um cenário desolador, gerado pela “ferida no coração” da sociedade, que na sua visão era uma “chaga cancerosa” que corroía “a humanidade no meio de seus prodígios das ciências, das artes e da indústria”.⁴⁷⁵ Tal diagnóstico estava intrinsecamente relacionado à mentalidade ultramontana de sua redação, que acreditava viver uma época em que o mundo moderno estava em convulsão com a proliferação dos inimigos da fé e doutrina católicas.⁴⁷⁶ Para a redação, os “espíritos do século” viam a religião católica como um “anacronismo retrógrado”, entretanto, ela era o amor e a unidade. Em suma, os ultramontanos da redação de *O Apostolo* julgavam viver uma época de liberdade sem limites, que assumia “como a hidra da fábula diversas cabeças, mas sempre o mesmo erro fatal com nomes diversos: na ordem pública – anarquia; na política – republicanismo; no domínio das ideias – filosofismo; na religião – protestantismo”.⁴⁷⁷

Apesar do cenário, a redação do jornal enxergava uma esperança: “É tempo ainda: o povo crê em Deus; se a fé está amortecida, não está em tudo extinta. Clamemos: é esta a missão do *Apostolo*”.⁴⁷⁸ Lançado em 7 de janeiro de 1866, um domingo, o jornal teve uma recepção menos calorosa quando comparado ao *Imprensa Evangelica*. Os jornais *Correio Mercantil* e *Semana Illustrada* comentaram o seu aparecimento. O primeiro periódico colocou em suas páginas uma pequena nota no mesmo dia em que o jornal publicou a sua primeira edição: “Saiu à lume ontem o 1º número do *Apostolo*, periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado

⁴⁷⁴ O APOSTOLO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1866, p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁴⁷⁵ O APOSTOLO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1866, p. 1.

⁴⁷⁶ FRÓES, Carolina Silveira. A imprensa católica no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: O *Apostolo*..., p. 4.

⁴⁷⁷ O APOSTOLO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1866, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁴⁷⁸ O APOSTOLO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1866, p. 2.

aos interesses da religião e da sociedade [sic]”.⁴⁷⁹ Nota-se aqui que a redação do *Correio Mercantil* deu a notícia do lançamento do jornal com uma informação errada, dando a entender que a folha tinha saído “à lume”⁴⁸⁰ no sábado. No final do mês de janeiro o *Semana Illustrada* fez seu primeiro comentário, de muitos, sobre a folha católica.⁴⁸¹

O comentário iniciou-se com uma queixa sobre o calor na cidade do Rio de Janeiro: “Parece que o sol, por virtude de uma afeição simpática, resolveu descer alguns graus, para ver mais de perto a sua querida cidade de S. Sebastião”. Em seguida, o redator afirmou que com seus dizeres estava “já a provocar discussões científicas, debates teológicos....” e que logo o Vaticano bateria palmas por ver que ele aderira “à teoria do sol móbil, e da terra fixa”. O redator logo comentou que “de modo nenhum” pensava daquela forma e que mesmo se pensasse “não daria esse gosto ao *Apostolo*”.⁴⁸² Após esta anedota, o redator pôs-se a explicar o que seria *O Apostolo*: “Sabem que é o *Apostolo*? É um jornal novo, ultramontano, gazeta da sacristia, que começou a aparecer, bem redigido é verdade, mas falando uma linguagem que já não é deste tempo, nem deste país”.⁴⁸³ Apesar das críticas, o redator confirmou ser leitor do jornal, mesmo que ele não fosse adepto dos “estudos sérios”. De sua leitura ele decorou “alguns estirados artigos sobre assuntos religiosos, umedecidos de água benta, e cheirando ainda aos gavetões da sacristia”. Leu-os para a sua instrução e assegurou aos seus leitores que era “coisa pesada demais”.⁴⁸⁴

O redator do primeiro periódico ilustrado humorístico do Brasil,⁴⁸⁵ referiu-se ao lançamento do *O Apostolo* com tom jocoso, elogiou sua escrita, mas asseverou que seu conteúdo era muito pesado e sua linguagem não se relacionava com a época e nem com o Brasil. Em outro editorial, de outubro daquele mesmo ano, o redator do *Semana Illustrada* voltou a expor suas impressões sobre o jornal e o movimento ultramontano. Afirmava que no Brasil não se tinha um partido ultramontano, mas o que se tinha “de quando em quando” era “uma voz solta, que declama contra certas ideias e princípios por se tornarem suspeitos aos interesses da sacristia”. Prosseguiu lembrando que no Rio de Janeiro por diversas vezes havia surgido “jornais dirigidos por alguns sacerdotes, dos mais emperrados”, que não se sustentavam por

⁴⁷⁹ NOTÍCIAS DIVERSAS. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1866, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁸⁰ NOTÍCIAS DIVERSAS. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1866, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁸¹ GOMES, Eveline Viterbo. Clama itaque, ne cesses: a trajetória do periódico católico O Apostolo em defesa da educação católica..., p. 84.

⁴⁸² NOVIDADES da semana. *Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1866, p. 3037. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁸³ NOVIDADES da semana. *Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1866, p. 3037.

⁴⁸⁴ NOVIDADES da semana. *Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1866, p. 3037.

⁴⁸⁵ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder...*, p. 66.

muito tempo. Recordou que há pouco tinham *A Cruz* e que naquele momento tinham *O Apostolo* e acrescentou: “*O Apostolo!* Que belo título! Mas que uso fazem dele! Quem ouve dizer *Apostolo* imagina logo a linguagem sã, pura, elevada e inspirada dos continuadores de Jesus, e apenas acha meia dúzia de colunas escritas em português suspeito e sem a mínima ideia nova ao menos”.⁴⁸⁶

Diante do exposto, compreende-se que não demorou muito para que o periódico católico fosse identificado com as ideias ultramontanas. Ademais, entre o clero ultramontano ele teve o reconhecimento do Papa Pio IX, que enviou uma carta ao padre José Gonçalves Ferreira, congratulando-o por seu trabalho com o periódico. A carta chegou à Tipografia do *Apostolo* em abril de 1870⁴⁸⁷ e foi publicada na primeira página da edição de 10 de abril de 1870, tanto o seu texto original em latim como uma versão traduzida para o português. Nesta carta o Papa elogiou o uso que Ferreira fez da imprensa, quando “por toda a parte” o silêncio era imposto aos ministros da Igreja: “não podemos conter Nosso júbilo vendo que da própria liberdade de escrever se tira um remédio apropriado a combater tão mortífero flagelo”.⁴⁸⁸ Prosseguiu afirmando que naquela época a publicação de jornais católicos era quase que o único meio para se combater o “veneno”. Por fim, encorajou o cônego a continuar com a publicação do jornal, mencionou um trecho do editorial do seu primeiro número e concedeu bênção apostólica a ele e seus companheiros de redação:

Por este motivo, como tu há alguns anos já empreendeste aquele trabalho, Nós te felicitamos, bem como àqueles que te prestaram auxílio para tão salutar empresa; e Nos alegamos de que já tenhas podido reconhecer aquela verdade, que desde logo havias compreendido, de estar sim amortecida a fé entre o povo, mas não ainda extinta de todo. Clama, pois, clama sem cessar: como trombeta exalta a tua voz, revela os crimes da impiedade, patenteia os danos a que ela dá origem, para que assim se conheça quão amargo é ter abandonado o Senhor e sacudido o seu temor, e quão absurdo é perseguir ou menosprezar aquela Religião, que tendo já erguido o gênero humano da profunda abjeção em que se havia precipitado, continuou sempre a ser a autora e promotora dos progressos dessa mesma humanidade que hoje tanto se ensoberbece.⁴⁸⁹

Esta carta do Papa foi muito bem recebida pela redação e um trecho dela em latim se tornou epígrafe nas edições seguintes: “Clama itaque, clama, ne cesses, (Carta de Pio IX à Red.

⁴⁸⁶ NOVIDADES da semana. *Semana Illustrada* 21 de outubro de 1866, p. 2442. Disponível em:

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁸⁷ GOMES, Eveline Viterbo. Clama itaque, ne cesses: a trajetória do periódico católico *O Apostolo* em defesa da educação católica..., p. 81.

⁴⁸⁸ PIO IX. AO NOSSO Amado Filho o Conego Jose Gonçalves Ferreira, Director do periodico intitulado – *O Apostolo* – na cidade do Rio de Janeiro. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1870, p. 113. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁸⁹ PIO IX. AO NOSSO Amado Filho o Conego Jose Gonçalves Ferreira, Director do periodico intitulado – *O Apostolo* – na cidade do Rio de Janeiro. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1870, p. 113. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

do Apostolo [sic]”.⁴⁹⁰ Desta forma, o frontispício do jornal passou a portar duas epígrafes, além desta a redação continuou a usar um texto do evangelho de São João (capítulo 12, versículo 36)⁴⁹¹ em latim, o qual era a epígrafe do jornal desde a sua criação. Além disso, as edições do ano de 1870 tiveram outra mudança quanto à materialidade do jornal, foi neste ano que a redação deixou de exibir em seu frontispício o seu emblema. Este era composto por alguns dos elementos dos Instrumentos da Paixão, *Arma Christi*, que na iconografia católica representam as armas com as quais Cristo obteve sua vitória sobre a morte e o demônio. O uso deste emblema no jornal reforçava seu caráter combativo.⁴⁹² Ademais, entre 1869 e 1890, o jornal foi utilizado pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Lacerda, como um órgão oficial da diocese fluminense.⁴⁹³ De modo que, a partir da edição de 7 março de 1869, o jornal começou a utilizar a inscrição “Sob os auspícios do Exm. e Rvm. Sr. Bispo D. Pedro Maria de Lacerda”.⁴⁹⁴

Ao longo da década de 1860, *O Apostolo* passou por mudanças em seu formato. Suas primeiras edições no ano de 1866 alternaram entre quatro e seis páginas, com o texto distribuído em três ou quatro colunas e sem paginação contínua. No ano de 1867, a redação consolidou o formato de oito páginas com artigos distribuídos em três colunas e passou a adotar a paginação contínua. Durante a década de 1860, este foi o seu formato predominante e suas edições eram publicadas semanalmente aos domingos. Em relação ao seu conteúdo, o jornal ultramontano possuía além do editorial, uma seção para publicações a pedido, uma seção de correspondência, na qual transcreviam cartas enviadas das províncias de São Paulo, Minas Gerais (geralmente escritas pelo Cônego Anchieta em Mariana), São Pedro do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O jornal também publicava o expediente do bispado do Rio de Janeiro com seus proclamas, provisões de casamentos, entre outras informações. Uma seção de noticiário e romances também faziam parte do jornal.

Em 1867, novas colunas foram inseridas na publicação: a “Chronica da Semana”, o “Boletim Catholico” e a “Chronica religiosa”. Em 1868, iniciou-se a coluna “Martyrologio”, que a cada edição mencionava os mártires mortos em cada dia do mês ao longo da história. Em

⁴⁹⁰ *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1870, p. 121. Disponível em:

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁹¹ João 12.36: “Enquanto tendes luz, crede na luz, para que sejais filhos da luz. Estas coisas falou Jesus; e, retirando-se, escondeu-se deles”. Cf. BÍBLIA. Português. *A Bíblia sagrada contendo o velho e o novo testamento traduzido em portuguez pelo padre João Ferreira D’Almeida revista e correcta...*, p. 1076. Grifos do autor.

⁴⁹² LIMA, Mariana da Silva Rodrigues de. Iconografia e imprensa religiosa: notas sobre os emblemas dos jornais *A Imprensa Evangelica* e *O Apostolo...*, Não paginado.

⁴⁹³ ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira/FAPESP, 2008, p. 312. (Histórias do Brasil).

⁴⁹⁴ *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 7 de março de 1869, p. 73. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

suma, ao longo de sua primeira década de circulação, a redação de *O Apostolo* buscou adequar seu conteúdo às demandas de instrução católica que buscavam atender. Isto tinha a finalidade de reformar o povo, mantendo-o alinhado com as diretrizes papais. Em suas edições podem ser encontrados diversos textos neste sentido, como as transcrições de cartas pastorais, a reprodução de documentos do episcopado brasileiro, trechos de livros e artigos em defesa da Igreja, transcrição de discursos de parlamentares católicos, entre outros materiais.⁴⁹⁵ O jornal foi publicado pela Typographia de N. L. Vianna & Filhos, localizada na Rua da Ajuda, n. 79, entre janeiro e outubro de 1866, onde também podia ser assinado. A primeira edição de novembro de 1866 foi publicada pela Typographia do Apostolo. Esta tipografia tinha sido instalada pelo cônego José Gonçalves Ferreira no Seminário São José, de modo que ela era localizada na Ladeira do Seminário n. 6 A, isto é, na encosta do morro do Castelo.⁴⁹⁶ Em 1869, a tipografia mudou seu endereço para a Rua Nova do Ouvidor, números 16 e 18.⁴⁹⁷

Sua tipografia se tornou também a sede da redação. A publicação tinha seu sustento proveniente das assinaturas, e, também da ajuda financeira de alguns membros de seu corpo editorial, principalmente do cônego José Gonçalves Ferreira, que era de família abastada.⁴⁹⁸ No que tange à sua circulação, pode-se afirmar que ela era de certa forma ampla, pois abrangia diversas províncias do país, dado que pode ser apreendido pela presença de correspondentes em suas páginas.⁴⁹⁹ Desta forma, pode-se conjecturar que além da Corte e da província do Rio de Janeiro, o jornal ultramontano circulava nas províncias de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande do Sul. Em uma correspondência enviada desta última província, seu emissor afirmou o seguinte: “Parabéns! o *Apostolo* vai ter muitos assinantes por

⁴⁹⁵ PINHEIRO, Alceste. O Apóstolo, ano I: a autocompreensão de um jornal católico do século XIX. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE. 14, 2009. Rio de Janeiro. *Anais[...]* Rio de Janeiro: Intercom/Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009, p. 2. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/lista_area_DT01.htm. Acesso em: 19 mar. 2020

⁴⁹⁶ AZEVEDO, Moreira de. Seminário de S. José. In: *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877, 1 v, p. 352. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=28980&view=detalhes>. Acesso em: 17 de junho de 2021. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1867, p. 416. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁴⁹⁷ AVISO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1869. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁴⁹⁸ GOMES, Eveline Viterbo. Clama itaque, ne cesses: a trajetória do periódico católico O Apostolo em defesa da educação católica..., p. 88. FRÓES, Carolina Silveira. A imprensa católica no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: O Apostolo..., p. 8. PINHEIRO, Alceste. A emancipação dos escravos no Ceará em um jornal católico. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v.1, n.1, jan.-jun., 2012, p. 56. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/3797>. Acesso em: 20 abr. 2022.

⁴⁹⁹ FRÓES, Carolina Silveira. A imprensa católica no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: O Apostolo..., p. 12.

causa da correspondência de Porto Alegre”.⁵⁰⁰ Ademais, admite-se também a possibilidade de que os bispos ultramontanos de outras províncias fossem leitores do jornal, pois a publicação buscava seguir as diretrizes da Santa Sé.⁵⁰¹

O Apostolo buscou estabelecer uma relação mais próxima com o seu público leitor e estimulou a sua participação com o envio de materiais para serem publicados na folha ultramontana.⁵⁰² Desta maneira, em sua terceira edição do ano de 1866 foi publicado o seguinte: “A redação recebe qualquer artigo de interesse público religioso, sendo porém publicado o que estiver concebido de acordo com o programa deste periódico”.⁵⁰³ A partir do ano de 1867 em diante, este aviso passou a constar no frontispício da publicação, localizado acima dos valores de assinatura anuais, que para a Corte e Niterói era de 6\$000 e para as províncias de 7\$000 ao ano.⁵⁰⁴ Estes preços eram equivalentes aos valores pagos por uma toalha de linho (6\$) e por um par de botinas “à caçadora, modernas, gaspeadas e enfeitadas para senhoras” (7\$).⁵⁰⁵

A redação também se mostrou disposta a receber comunicações e reclamações, às quais podiam ser feitas na sacristia da Igreja de São Pedro, local onde a assinatura do periódico poderia ser realizada também.⁵⁰⁶ Além disso, a redação possuía a preocupação de que as edições fossem devidamente entregues aos seus assinantes e oferecia a eles locais para receber as reclamações sobre possíveis irregularidades:

Rogamos aos nossos assinantes antigos, e àquelas pessoas que se dignaram aceitar o convite que lhes dirigimos, de reclamarem sempre que houver irregularidades na entrega da folha; os da corte, Niterói e províncias na Igreja de S. Pedro e os de S. Domingos e Icaraí na rua da Fonte, esquina da rua Formosa, em S. Domingos.⁵⁰⁷

Para concluir, em sua primeira década de circulação *O Apostolo* buscou consolidar-se na imprensa religiosa e apresentou-se como um representante do clero ultramontano. Foi recepcionado pela imprensa fluminense através dos jornais *Correio Mercantil* e *Semana*

⁵⁰⁰ CORRESPONDENCIA DO RIO GRANDE. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1867, p. 310. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁵⁰¹ FRÓES, Carolina Silveira. A imprensa católica no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: O Apostolo..., p. 12.

⁵⁰² Ibid. p. 8.

⁵⁰³ *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1866, p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁵⁰⁴ *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1867, p. 33. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁵⁰⁵ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1867, p. 6. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1867, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁵⁰⁶ *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1867, p. 33. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁵⁰⁷ *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1867, p. 32. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

Illustrada, o qual o anunciou com tom jocoso. Diferente do prognóstico da folha satírica de que o jornal ultramontano seria efêmero como foi o *A Cruz*, o percurso do periódico atravessou o período republicano, findando no ano de 1901. *O Apostolo* foi o jornal católico mais duradouro do século XIX, circulando por trinta e cinco anos sem interrupções, reconhecido como uma referência pelo periódico ultramontano de Porto Alegre *O Thabor*, em 1881.⁵⁰⁸ Apesar de nunca ter parado de publicar suas edições, o jornal modificou sua periodicidade algumas vezes em resposta aos contextos político-religiosos de cada conjuntura. Sua periodicidade manteve-se semanal de 1866 até 1873, entre 1874 e 1875 o jornal se tornou diário devido a Questão Religiosa e em 1876 passou a ser publicado três vezes por semana.⁵⁰⁹

Nos anos 1880, uma crise financeira atingiu o jornal e em 2 de junho de 1882 o monsenhor José Gonçalves Ferreira decidiu vendê-lo, o que levou a alterações em seu formato e à mudança de endereço. Ferreira vendeu o jornal e sua tipografia para um amigo seu, Florentino Montenegro. *O Apostolo* passou então a ser impresso pela Tipografia Montenegro, localizada na Rua São José, n. 9. Nesta fase, a publicação tomou um teor mais apologético e teve como redatores os padres Fernando Thiago Esberard e João Scaligero Augusto Maravalho. Em 1890, o jornal foi comprado pelos padres Maravalho e José Alves Martins de Loreto e durante esta direção a publicação foi empastelada, adotando o nome de *Estrella*, entretanto, em pouco tempo retornou ao seu título original.⁵¹⁰ Em suma, apesar de seus percalços e dificuldades o jornal se tornou um dos mais importantes na imprensa religiosa do século XIX, representando o catolicismo ultramontano. Nos anos 1860, sua trajetória foi marcada por polêmicas com a maçonaria e com os protestantes, além de suas constantes críticas às posturas regalistas do Estado imperial.

Em resumo, nesta seção objetivou-se apresentar os jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* em suas singularidades. Ambos foram extremamente marcantes na imprensa religiosa dos anos 1860, todavia, nenhum jornal pode se sustentar sem leitores. Desta forma, na seção seguinte o foco será analisar as expectativas das redações destes jornais em relação ao seu público leitor. Seguindo esta diretriz serão abordadas as funções que estes periódicos assumiam diante de seus leitores e de que forma estes periódicos buscavam supri-los a partir da instrução religiosa publicada em suas páginas. Tais aspectos permitem compreender mais a fundo as

⁵⁰⁸ FRÓES, Carolina Silveira. A imprensa católica no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: O Apostolo..., p. 11-12. TAVARES, Mauro Dillmann. Progresso e civilização à luz ultramontana: jornais católicos no sul do Brasil – Porto Alegre, século XIX..., p. 1-2.

⁵⁰⁹ GOMES, Eveline Viterbo. Clama itaque, ne cesses: a trajetória do periódico católico O Apostolo em defesa da educação católica..., p. 88.

⁵¹⁰ Ibid. p. 88-89. PINHEIRO, Alceste. A emancipação dos escravos no Ceará em um jornal católico..., p. 56. BROTTTO, Renata Batista. *Médicos e padres...*, Não paginado.

razões que motivaram os membros destes jornais a continuarem publicando-os, bem como suas visões sobre a vida religiosa dos anos 1860.

2.1.3 As funções das publicações: sentidos dos jornais em suas comunidades religiosas

Como as publicações religiosas que eram, as redações dos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* possuíam projetos de reforma religiosa específicos. Como visto acima, cada jornal apresentou sua visão sobre o cenário religioso da época. Para a redação protestante, vivia-se em um “caos de ideias religiosas”,⁵¹¹ ao passo que para a redação ultramontana, a sociedade encontrava-se “ferida” em seu interior.⁵¹² Diante de tais diagnósticos, o conteúdo religioso destes jornais era produzido no intuito de promover a melhoria desta situação. Ao observar as edições destas publicações, nota-se que seu discurso religioso era orientado para cumprir determinadas funções. Os textos religiosos divulgados pelo *Imprensa Evangelica* tinham as seguintes funções: divulgar o protestantismo; criticar o monopólio católico no campo religioso; promover a coesão doutrinária entre as igrejas nascentes⁵¹³ e instruir as famílias. Por sua vez, o discurso religioso em *O Apostolo* tinha as funções de: promover a propaganda ultramontana; responder às críticas ao catolicismo no campo religioso e denunciar como heréticas as religiões dominadas; auxiliar na coesão do movimento de reforma ultramontana⁵¹⁴ e instruir as famílias.

As páginas do jornal *Imprensa Evangelica* tinham seu discurso religioso baseado no pensamento teológico calvinista conservador dos Estados Unidos do século XIX. Tal pensamento conservador refletiu aspectos da filosofia empirista de Francis Bacon⁵¹⁵ e da

⁵¹¹ PROSPECTO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1864, p. 1. Disponível em:

<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁵¹² O APOSTOLO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1866, p. 1. Disponível em:

<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁵¹³ FEITOZA, Pedro Barbosa de Souza. “*Que venha o Teu Reino*”: estratégias missionárias para a inserção do protestantismo na sociedade monárquica (1851-1874). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012, p. 75-76. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/10788>. Acesso em: 11 fev. 2022. SILVA, Ana Rosa Clochet da; CAMPOS, Breno Martins; CARVALHO, Thaís da Rocha. A liberdade religiosa nas páginas do jornal *Imprensa Evangelica* (1864-1892)..., p. 92-93.

⁵¹⁴ CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 46. SILVA, Ana Rosa Clochet. *Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal O Apóstolo...*, p. 554 nota 17. TAVARES, Mauro Dillmann. Progresso e civilização à luz ultramontana: jornais católicos no sul do Brasil – Porto Alegre, século XIX..., p. 2.

⁵¹⁵ Francis Bacon foi um dos mais importantes filósofos do século XVII e do Empirismo inglês. Para ele o conhecimento era gestado a partir da realidade e seu método científico era baseado na indução, resultando na produção de conhecimento por meio de um caso particular experienciado. Cf. HERNANDES, Paulo Romualdo. *Epistemologia. Intellectus: Revista Digital das Faculdades Unopec, Jaguariúna*, n. 4, jan./jul. 2005, p. 88-89. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/VisualizacaoArtigo.aspx?id=4>. Acesso em: 23 jul. 2022.

filosofia do senso comum de David Hume e Thomas Reid.⁵¹⁶ Esta última, foi adaptada na religião por John Witherspoon⁵¹⁷ no Colégio de New Jersey (futura Universidade de Princeton), ressaltando a universalidade da verdade, a expressividade da linguagem e a potencialidade da memória em reconhecer o passado. Estas bases filosóficas auxiliaram os presbiterianos em sua defesa da inerrância da Bíblia, na medida em que compreendiam a verdade bíblica de três modos: como universal, como uma revelação perfeita e como meio exclusivo para se conhecer Deus. O Colégio de New Jersey foi uma referência importante para os missionários integrantes da redação do jornal, além de ter sido o seu local de formação teológica. A teologia ensinada neste seminário era reformada, vinculada à Confissão de Fé de Westminster e aos seus Catecismos.⁵¹⁸

Este conservadorismo teológico foi gestado no período do Segundo Grande Despertar,⁵¹⁹ nos EUA, constituindo-se em uma oposição ao liberalismo teológico do século XIX. O qual promoveu a aceitação da teoria evolucionista, a crítica bíblica, a teoria da revelação progressiva, entre outros assuntos. Além desta influência, o jornal reverberou o pensamento religioso do primeiro e segundo Avivamentos⁵²⁰ dos EUA. O tom conversionista, que alertava para a ira de Deus para com os pecadores presente no Primeiro Grande Despertar⁵²¹ do século XVIII, é percebido em alguns artigos do jornal. Ademais, o aspecto evangelical, marca do

⁵¹⁶ Thomas Reid foi o fundador da Escola Escocesa, filosofia do senso comum, inspirada na concepção de que as crenças são imediatas de David Hume, além de outros pressupostos, sendo também próxima do Empirismo. O senso comum pode ser considerado como a faculdade que origina um grupo de crenças básicas fundamentais que constituem o pensamento, a ação e o conhecimento humanos. Em resumo, a filosofia do senso comum busca explicar a forma como os seres humanos tomam conhecimento das coisas. Cf. PEREIRA, José Aparecido. A filosofia do senso comum de Thomas Reid. *Perspectiva Filosófica*, Recife, v. 45, n. 2, 2018, p. 126-127, 129, 137-138. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/246560>. Acesso em: 23 jul. 2022.

⁵¹⁷ John Witherspoon (1723-1794) foi o sexto presidente do Colégio de New Jersey e adaptou a filosofia do senso comum de Thomas Reid à teologia considerando seus pressupostos da universalidade da verdade, da expressividade da linguagem e da capacidade da memória. Cf. MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade: a imprensa protestante no Rio de Janeiro imperial (1864-1873)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014, p. 43. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5388?mode=full>. Acesso em: 29 abr. 2022.

⁵¹⁸ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade do protestantismo nacional..., p. 154-155.

⁵¹⁹ O Segundo Grande Despertamento ocorreu no período de 1810 a 1858, foi marcado por cruzadas evangélicas que propagavam ideais de democracia e focavam nas obras humanas e na capacidade de decisão do ser humano. Neste período a população estadunidense que participava de alguma comunidade protestante aumentou, muitas reuniões religiosas campais foram realizadas, as quais tinham funções religiosas e sociais, pois eram ocasiões em que batismos e casamentos eram feitos, além de proporcionar experiências religiosas comunitárias. Cf. MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir...*, p. 86. MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 48-49.

⁵²⁰ Refere-se aqui ao Primeiro e Segundo Grandes Despertamentos.

⁵²¹ O Primeiro Grande Despertamento foi iniciado em 1730 e durou até a Guerra de Independência, este período foi marcado pela intensificação do fervor religioso em locais e grupos religiosos variados nos EUA. Pregadores importantes deste período foram Jonathan Edwards e George Withefield. Este movimento teve como resultado o aumento da quantidade de membros nas igrejas e a criação de novas igrejas. Cf. MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir...*, p. 84.

Segundo Grande Despertar do século XIX, também apareceu em alguns textos da publicação que apontavam a necessidade das “experiências de conversão” emocionais. Outros movimentos religiosos protestantes que também moldaram o discurso religioso da publicação foram o puritanismo, que encorajava os cristãos à prática de obras como sinal de uma fé viva, e o pietismo com a sua ideia de “perfeição cristã”, que enfatizava a perseverança na prática de boas obras.⁵²²

Um exemplo do pensamento puritano no *Imprensa Evangelica* pode ser encontrado no artigo “Fé e obras”, publicado em 6 de maio de 1865. Este artigo é uma tradução e nele há uma explicação do capítulo quatro da epístola do apóstolo Tiago, na qual é enfatizada a importância da prática das obras piedosas na vida do cristão. Neste objetivo, no artigo são citadas as obras praticadas pelos cristãos, relatadas em vários livros da Bíblia e, por fim, há a seguinte afirmação: “É em toda parte o crente ativíssimo, com um coração para sentir e uma mão para obrar. E tais têm sido sempre desde então os verdadeiros evangelistas de Deus. Irmãos! dignese Deus honrar-nos fazendo-nos tais”.⁵²³ A ideia da “perfeição cristã”, oriunda do movimento pietista,⁵²⁴ pode ser encontrada no artigo “O caracter christão é um crescimento”, publicado em 2 de junho de 1866. Neste texto há a defesa de que a formação do caráter cristão é um processo no qual se devia perseverar: “A conversão pode ser obra de um momento, mas um santo não se faz numa hora. Caráter, caráter cristão, não é um ato, mas um processo; não uma súbita criação, mas um desenvolvimento”.⁵²⁵

A divulgação das doutrinas protestantes foi uma das funções primordiais do jornal. Isto proporcionou com que alguns artigos publicados no periódico assumissem forte caráter apologético.⁵²⁶ Um exemplo de artigo apologético é encontrado no texto “O protestantismo mais velho do que o romanismo. a vulgata mesma sendo a testemunha”, publicado em 3 de março de 1866. Traduzido de um “*Jornal estrangeiro*”,⁵²⁷ o texto contém o argumento de que o termo “Protestantes” é antigo, sendo citado no texto de 2ª Paraliponemos capítulo 24 verso

⁵²² MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 42-43, 45, 48, 51.

⁵²³ FÉ e obras. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1865, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁵²⁴ O pietismo protestante pode ser compreendido como uma tendência ao monasticismo, de caráter individualista o movimento foi caracterizado pelo culto privado, culto familiar e cultos comunitários sem que fosse necessária a assistência de um ministro ou existência de templos. Cf. MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir...*, p. 106, 109.

⁵²⁵ O CARACTER christão é um crescimento. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1866, p. 86. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁵²⁶ FEITOZA, Pedro Barbosa de Souza. “*Que venha o Teu Reino*”..., p. 75-76.

⁵²⁷ O PROTESTANTISMO mais velho do que o romanismo. a vulgata mesma sendo a testemunha. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 3 de março de 1866, p. 39. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>. Grifos do autor.

19.⁵²⁸ Onde se lia: “E lhes enviava profetas que os fizessem tornar para o Senhor, os quais, por mais que protestassem, eles lhes não queriam dar ouvidos”.⁵²⁹ Em seguida, há a citação do texto desta passagem em latim na *Vulgata*: “Mittebatque eis profetas ut reverterentur ad Dominus, quos protestantes, illi audite nolebant”.⁵³⁰ Por fim, o pequeno artigo finalizou a exposição de seu ponto: “Portanto, segundo a mesma *Vulgata*, a tradução autorizada da Igreja Romana, foram *protestantes* aqueles que testificaram contra a idolatria de Judá e Jerusalém nos tempos antigos”.⁵³¹

Outra função cumprida pelo discurso religioso do jornal protestante era a de combate ao monopólio religioso católico no campo religioso brasileiro. Desta forma, ao longo dos anos 1860, constatou-se a presença de muitos textos que buscavam questionar os dogmas católicos, bem como de artigos que se tornaram controvérsias religiosas, travadas com a redação de *O Apostolo*. Este jornal era um representante dos detentores do monopólio de gestão do sagrado, a religião dominante, e procurava defender sua ortodoxia.⁵³² A título de exemplo do primeiro caso – a discussão acerca dos dogmas católicos –, o jornal publicou, entre setembro e dezembro de 1866, a série de artigos “O que é um Sacramento”, em sua primeira página. Os três primeiros artigos da série foram dedicados a explicar as divergências entre os teólogos sobre o que seria considerado um sacramento. Os artigos subsequentes foram reservados para tratar dos sacramentos da confirmação, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio. Tais artigos não passaram despercebidos da redação de *O Apostolo*, que “em dois artigos” criticou o que a redação protestante havia exposto sobre os sacramentos.⁵³³

Esta não foi a primeira controvérsia religiosa protagonizada pelos redatores do *Imprensa Evangelica* e de *O Apostolo*. A primeira foi oriunda de um artigo do jornal protestante, que criticava o culto às imagens, de título “O culto de imagens e a sensualidade”, publicado em 3 de março de 1866. Nele a redação expunha que a imoralidade sexual era provocada pelo culto

⁵²⁸ I e II Paralipômenos correspondiam aos livros de I e II Crônicas na Bíblia. Informação disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/paralipomenos/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

⁵²⁹ O PROTESTANTISMO mais velho do que o romanismo. a vulgata mesma sendo a testemunha. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 3 de março de 1866, p. 39. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁵³⁰ O PROTESTANTISMO mais velho do que o romanismo. a vulgata mesma sendo a testemunha. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 3 de março de 1866, p. 39. Grifos do autor. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁵³¹ O PROTESTANTISMO mais velho do que o romanismo. a vulgata mesma sendo a testemunha. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 3 de março de 1866, p. 39.

⁵³² SANTOS, Edwiges Rosa dos. *O jornal Imprensa Evangelica...*, p. 141. MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade do protestantismo nacional..., p. 157.

⁵³³ UMA PALAVRA ao Apostolo. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1866, p. 166. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

às imagens do catolicismo, na medida em que ele priorizava a fruição dos sentidos em detrimento do espírito, de modo que as paixões humanas não eram controladas. Em seu turno, a redação ultramontana de *O Apostolo* defendeu que o espírito humano necessitava dos estímulos visuais para desenvolver a razão e que a imoralidade sexual estava relacionada com o clima e não com o culto às imagens. Ademais, afirmou que não havia dados que pudessem atestar que os povos católicos fossem mais imorais que os povos protestantes e que os protestantes tinham que compreender os outros significados da palavra culto, que poderia também ser usado como referência à veneração ou à reverência.⁵³⁴

A promoção da coesão doutrinária entre as nascentes comunidades presbiterianas também foi outra função empregada ao discurso religioso do *Imprensa Evangelica*. As séries de artigos “Instrução e culto domestico”, “Catecismo de Nossa Redenção”, “Perguntas Bíblicas” e “Índice de Linguagem Figurada na Bíblia” são representativos desta função do jornal de fornecer materiais para orientar a prática do culto doméstico. Neste período dos anos 1860, surgiram pequenas comunidades presbiterianas no Rio de Janeiro e em São Paulo e eram muito poucos os pastores com instrução formal para acompanhá-las. Diante deste cenário, os leigos tiveram um papel de destaque nestas comunidades compostas por homens e mulheres, que realizavam reuniões domiciliares. Entretanto, havia a preocupação dos missionários em manter a coesão doutrinária, a fim de evitar desvios das convicções protestantes. Desta forma, os artigos citados acima, bem como poesias, hinos, sermões, estudos bíblicos e orações, publicados no jornal auxiliaram as lideranças leigas a manterem contato com os princípios doutrinários do protestantismo presbiteriano.⁵³⁵

Por fim, o jornal cumpriu também a função de orientação e instrução das famílias protestantes que iam se formando. Nas páginas do jornal há diversos artigos voltados para a instrução de crianças, visando a formação religiosa dos filhos dos protestantes. No artigo “Advertencia aos pais de família”, publicado em 3 de dezembro de 1864, a redação do jornal defendeu que a “instrução doméstica” era “coisa de primeira importância” e que os pais eram os “legítimos tutores de seus filhos”, principalmente, em moral e religião.⁵³⁶ Advertiam que os pais não podiam faltar com esse direito sem faltar com o “primeiro dever”, que lhes era imposto tanto por lei natural, quanto divina. Diante disso, a redação anunciou que iria fornecer aos pais

⁵³⁴ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade do protestantismo nacional..., p. 157-158.

⁵³⁵ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 41. FEITOZA, Pedro Barbosa de Souza. “*Que venha o Teu Reino*”..., p. 78-80.

⁵³⁶ IGREJA PRESBITERIANA DO RIO DE JANEIRO. *CENDOC*. ADVERTENCIA aos pais de familia. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1864, p. 8.

materiais nas edições do jornal para esse fim: “Julgamos prestar um grande serviço oferecendo em cada número da *Imprensa Evangelica* um artigo que possa indicar um método conveniente para a satisfação deste dever”.⁵³⁷ E finalizou seu aviso reforçando que era de inteira responsabilidade dos pais “fazer as perguntas a seus filhos”.⁵³⁸ Ademais, a publicação de romances no jornal indica o objetivo de alcançar o público feminino, ao transmitir a moral protestante pela ficção.⁵³⁹

O jornal *O Apostolo* foi o porta-voz do pensamento ultramontano na imprensa brasileira da segunda metade do século XIX.⁵⁴⁰ Desta forma, uma das funções principais de seu discurso foi a promoção da propaganda ultramontana, de modo que nas páginas do jornal podem ser encontrados artigos que remetem a pontos importantes do movimento ultramontano posto em marcha no Brasil. Em diversos momentos, há no discurso religioso do jornal uma ênfase na autoridade papal, na autonomia da Igreja frente ao Estado, no combate ao regalismo, na defesa da reforma do clero, na educação dos fiéis entre outros pontos.⁵⁴¹ Em suma, além de divulgar os princípios do movimento, o jornal também disseminava a crítica ultramontana, que concernia a defesa das posições da Igreja, a luta contra as influências do Estado e o combate aos protestantes, liberais, maçons e outros.⁵⁴²

Em seu primeiro ano de circulação, foi publicado no jornal orientações sobre a Encíclica *Quanta Cura* no texto “Instrução Pastoral”, o qual havia sido redigido em 1865 pelo Bispo do Pará, D. Antônio Macedo Costa. Nele o bispo afirmava que a Encíclica sinalizava para um momento de renovação da ordem cristã em todo o mundo e demonstra sua adesão às ideias nela contidas, evidenciando seu alinhamento com a Santa Sé. Em seguida, o bispo fez algumas correções relacionadas à tradução da Encíclica e do *Syllabus* publicada no *Journal de Débats*, que em sua visão havia feito uma tradução com erros gramaticais e de sentido literal. Desta maneira, compreende-se que a redação do jornal estava alinhada com o episcopado ultramontano ao divulgar o texto de D. Macedo Costa e defender, como ele, a Encíclica e o *Syllabus*, embora esses documentos não tivessem recebido o beneplácito do Imperador.⁵⁴³

⁵³⁷ IGREJA PRESBITERIANA DO RIO DE JANEIRO. *CENDOC*. ADVERTENCIA aos pais de família. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1864, p. 8. Grifos do autor.

⁵³⁸ IGREJA PRESBITERIANA DO RIO DE JANEIRO. *CENDOC*. ADVERTENCIA aos pais de família. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1864, p. 8.

⁵³⁹ CRUZ, Karla Janaína Costa. O jornal *Imprensa Evangélica* e o jornal laico: entre modelos e relações..., p. 57.

⁵⁴⁰ CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 46.

⁵⁴¹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 169.

⁵⁴² MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 61.

⁵⁴³ CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 76-78. VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 220.

De verve combativa, o jornal empenhou-se bastante em defender a posição de religião dominante do catolicismo.⁵⁴⁴ Muitos foram os artigos condenando o protestantismo, entretanto, em 1868, o espiritismo passou a se tornar também uma preocupação dos ultramontanos, ainda que em menor grau. Exemplo disso é encontrado no artigo “A actualidade III”, publicado em 19 de abril daquele ano, em que a redação mencionou, entre outras coisas, a divulgação do espiritismo na Bahia e em Pernambuco.⁵⁴⁵ Fizeram também parte desta função do jornal os artigos de controvérsia religiosa, em que a redação de *O Apostolo* respondia e criticava os artigos do jornal *Imprensa Evangelica*. Outra função desempenhada pelo discurso religioso do periódico ultramontano foi a de promover a coesão do movimento ultramontano através da imprensa. Exemplos disso são encontrados tanto na publicação de artigos e notícias de outros jornais católicos ultramontanos,⁵⁴⁶ quanto pela ação dos correspondentes provinciais e pela publicação de textos de bispos de outras dioceses. Nas páginas de *O Apostolo* podem ser encontrados textos transcritos dos jornais *A Esperança* e *Estrella do Norte*. A presença de seções de correspondências auxiliou na divulgação de notícias das dioceses e a publicação de textos de D. Macedo Costa, D. Romualdo Seixas e outros foi importante para se divulgar as diretrizes ultramontanas também.

Por fim, a última função identificada no discurso religioso de *O Apostolo* é a de instrução das famílias católicas. A crítica à falta de fervor religioso na família foi uma constante no movimento ultramontano, pois, em sua visão, a cultura moderna combinada com a indiferença religiosa ameaçava tanto a salvação das almas quanto a ordem social.⁵⁴⁷ Portanto, fazia-se necessário instruir as famílias nas práticas religiosas. Tal função fazia parte da diretriz ultramontana de reformar e educar os fiéis.⁵⁴⁸ Para este fim, o jornal publicou diversos textos visando a instrução de pais e mães e alguns artigos voltados para a instrução de crianças. Um exemplo de texto voltado para a instrução infantil é o artigo “Contos para os Meninos. A PRIMEIRA COMUNHÃO”, escrito por Pedro Rosenkranz e publicado em 28 de outubro de 1866. Este texto era uma transcrição do jornal *Correio do Recife* e abordava a grande devoção religiosa da menina Imelda, que faleceu no dia de sua primeira comunhão e se tornou padroeira desta cerimônia.⁵⁴⁹ O jornal também publicou romances em forma de folhetim, o que pode ser

⁵⁴⁴ CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 70.

⁵⁴⁵ A ACTUALIDADE III. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1868, p. 122. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁵⁴⁶ TAVARES, Mauro Dillmann. *Progresso e civilização à luz ultramontana: jornais católicos no sul do Brasil – Porto Alegre, século XIX...*, p. 2.

⁵⁴⁷ BROTTTO, Renata Batista. *Médicos e padres...*, Paginação irregular.

⁵⁴⁸ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência...*, p. 169.

⁵⁴⁹ CONTOS para os Meninos. A PRIMEIRA COMUNHÃO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1866, p. 3. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

entendido como uma estratégia para alcançar o público feminino, que tinha interesse neste tipo de texto.⁵⁵⁰

A partir do exposto, nesta seção pode-se concluir que ambos os jornais assumiram funções similares em relação ao discurso religioso que divulgaram em suas páginas. Ambos usaram as publicações para divulgarem suas doutrinas, para darem visibilidade aos seus argumentos no embate do campo religioso, para promoverem a coesão teológica de seus respectivos movimentos religiosos, e, por fim, para instruírem as famílias. Tal similaridade pode ser explicada pela questão de os protestantes da redação do *Imprensa Evangelica* e os ultramontanos da redação de *O Apostolo* serem concorrentes dentro do campo religioso e nesta dinâmica compartilharem de interesses em comum.⁵⁵¹ Era importante para ambos que suas doutrinas fossem divulgadas amplamente, que seus argumentos fossem validados, que seus movimentos religiosos progredissem e que as famílias aderissem aos seus ensinamentos. Entretanto, estes jornais não foram compostos apenas por discursos religiosos, eles também se posicionaram politicamente, muitas vezes em textos que, à primeira vista, eram apenas religiosos.

2.2 *Imprensa Evangelica e O Apostolo*: redatores, conteúdo e atuação política

Apesar de serem identificados como jornais religiosos, os periódicos *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* não deixaram de comentar a política da época, principalmente, o que concernia os debates acerca da religião. Estes jornais dialogaram com o contexto de grande agitação política dos anos 1860, os quais foram marcados pela emergência de fortes críticas às instituições políticas e sociais basilares do Império e por um contexto de efervescência do debate político-religioso. Em que de um lado, os liberais defendiam a liberdade de culto e o casamento civil e de outro, o clero católico intensificava seus ataques ao regalismo da política imperial, não mais pela via da participação de clérigos na política partidária, mas pelo esforço de impor uma política da Igreja ao Estado.⁵⁵² Diante deste cenário, o jornal *Imprensa Evangelica* difundiu as críticas, os posicionamentos e as propostas políticas protestantes, pois a divulgação de sua religião dependia das relações políticas existentes no Brasil. Por sua vez, o

⁵⁵⁰ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder...*, p. 60.

⁵⁵¹ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 179.

⁵⁵² CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 17. LIMA, Mariana da Silva Rodrigues de. *Iconografia e imprensa religiosa: notas sobre os emblemas dos jornais A Imprensa Evangelica e O Apostolo...*, Não paginado. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/Teatro de sombras...*, p. 187.

jornal *O Apostolo* mostrou-se fortemente engajado em combater as mudanças políticas e sociais que se anunciavam, visando defender seu monopólio da gestão do sagrado.⁵⁵³

Este discurso político difundido nos jornais era criado pelos seus respectivos redatores, os quais faziam parte de seu circuito de comunicação.⁵⁵⁴ Além de seus redatores fixos, estas publicações também tinham seu conteúdo formado por contribuições de seus colaboradores, que publicavam seus textos sob a forma de artigos de assinantes, correspondências ou publicações a pedido. O jornal *Imprensa Evangelica* tinha como redatores os missionários Ashbel Green Simonton, Alexander Latimer Blackford, Francis Joseph Christopher Schneider e os protestantes nacionais Antônio José dos Santos Neves, José Manoel da Conceição e Júlio César Ribeiro Vaughan.⁵⁵⁵ O jornal *O Apostolo* tinha como redator principal o cônego José Gonçalves Ferreira e seus colaboradores principais foram Félix Maria de Freitas Albuquerque, Emilia Gomide Penido e o Dr. Antônio Secioso Moreira de Sá.⁵⁵⁶ Grande parte das nuances assumidas pelo discurso político destas publicações estava estritamente relacionada ao pensamento político destes redatores e colaboradores, de modo que se faz necessário traçar um breve panorama biográfico destes atores.

O discurso político apresentado nestes jornais não era apenas uma reação às provocações e ao fluxo do debate político-religioso da época, ele era tecido com base em um ideário político, no qual estes redatores realizaram apropriações voltadas para as suas próprias necessidades. Desta maneira, determinados ideários políticos eram mobilizados a partir das interpretações do corpo editorial.⁵⁵⁷ No discurso político do jornal protestante nota-se uma aliança com o liberalismo, demonstrado pela defesa da liberdade religiosa e de outros princípios liberais caros ao protestantismo missionário.⁵⁵⁸ Além disso, notou-se também uma aproximação aos princípios conservadores. O jornal ultramontano, por sua vez, apresentou um discurso político fortemente alinhado com o ideário tradicionalista, que de forma geral havia sido

⁵⁵³ FEITOZA, Pedro Barbosa de Souza. “*Que venha o Teu Reino*”..., p. 80-81. SILVA, Ana Rosa Cloclot. *Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal O Apóstolo...*, p. 546. MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade do protestantismo nacional...*, p. 157.

⁵⁵⁴ BARBOSA, Marialva. *Introdução...*, p. 11.

⁵⁵⁵ SANTOS, Edwiges Rosa dos. *O jornal Imprensa Evangelica...*, p. 52, 63. MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 29-30, 54. FEITOZA, Pedro. *Letramento missionário e imaginação protestante nas páginas da Imprensa Evangelica...*, p. 150.

⁵⁵⁶ LIMA, Mariana da Silva Rodrigues de. *Iconografia e imprensa religiosa: notas sobre os emblemas dos jornais A Imprensa Evangelica e O Apóstolo...*, Não paginado.

⁵⁵⁷ CHARTIER, Roger. *Introdução. Para uma sociologia histórica das práticas culturais...*, p. 26.

⁵⁵⁸ SOUZA, Silas Luiz de. *O início do presbiterianismo brasileiro e o uso do jornal. In: LEONEL, João; SILVA, Ivanilson Bezerra da; SOUZA, Silas Luiz de. (Org.). O jornal 'Imprensa Evangelica' e o protestantismo brasileiro. 1. ed. Votorantim: Linha Fina, 2020, p. 63.*

abraçado pelo movimento, principalmente após o Vaticano I.⁵⁵⁹ Estes fundamentos do discurso político dos jornais evidenciavam a dimensão política de seu *habitus* religioso – as disposições destes grupos em relação ao mundo político.⁵⁶⁰

Em suma, o discurso político produzido nestes jornais possibilitou a participação política de grupos protestantes e católicos ultramontanos na arena pública. Por mais que fossem publicações religiosas pertencentes ao seguimento da imprensa cultural, estes periódicos não se restringiram apenas à divulgação de textos religiosos. Inseridos na dinâmica da imprensa de meados do século XIX, que ainda conservava sua presença na arena política, os jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* ampliaram as discussões político-religiosas da época e protagonizaram polêmicas.⁵⁶¹ Tal mobilização por meio da imprensa foi importante para promover a participação política dos grupos religiosos abordados, em um contexto em que protestantes tinham seus direitos políticos cerceados e o catolicismo ultramontano avançava em sua ofensiva contra o regalismo imperial.⁵⁶² Nas páginas seguintes será traçado um panorama biográfico dos redatores e colaboradores dos jornais, bem como serão também expostos os fundamentos de seus discursos políticos e seu impacto enquanto uma forma de participação política.

2.2.1 As vozes: redatores e colaboradores

Descobrir os detentores das vozes por trás dos artigos publicados nos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* não se mostra uma tarefa simples à primeira vista, pois poucos eram os textos que continham a assinatura de seu autor. Entretanto, por meio da bibliografia correlata aos jornais e pesquisas foi possível reunir os nomes de seus redatores e principais colaboradores. Nesta seção objetiva-se apresentar um panorama biográfico destes atores, a fim de se conhecer de forma mais aprofundada o circuito de comunicação pertinente a esses jornais. Como abordado acima, a redação do jornal *Imprensa Evangelica* era composta tanto por missionários estadunidenses quanto por protestantes nacionais, entretanto, durante a década de 1860 a publicação teve a participação de alguns colaboradores não fixos.

⁵⁵⁹ CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 81, 69.

⁵⁶⁰ BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso..., p. 57. BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. 11. ed. 9 reimpr. Campinas: Papyrus, 2020, p. 21.

⁵⁶¹ BARBOSA, Marialva. O teatro do jornalismo: polêmicas, insultos e arena política. In: *História Cultural da Imprensa*. Brasil – 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 55. BARBOSA, Marialva. Introdução..., p. 13.

⁵⁶² SILVA, Rafaela de Albuquerque. Cidadania, religião, imigração e política no Brasil Imperial: apontamentos para um estudo da circulação de impressos no Rio de Janeiro (décadas de 1850-1860)..., p. 179. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/Teatro de sombras...*, p. 187.

Durante a gestão de Ashbel Green Simonton, entre os anos de 1864 e 1867, foram redatores do periódico o próprio Simonton, Alexander Latimer Blackford, José Manoel da Conceição, Antônio José dos Santos Neves e Francis Joseph Christopher Schneider. Com a morte de Simonton, Blackford assumiu a gestão do jornal juntamente com Schneider em 1868. Conceição, Schneider e Santos Neves continuaram na redação do jornal e em 1870 Júlio César Ribeiro Vaughan passou a integrá-la também. Ademais, neste período dos anos 1860 o jornal teve também a ajuda de colaboradores como: Domingos Manoel de Oliveira Quintana, que não era propriamente um de seus redatores, mas auxiliou na gerência do jornal e Carlos Wagner que contribuiu com alguns artigos no ano de 1869, durante a gestão de Blackford e Schneider. Além dos seminaristas Modesto Perestrello Barros de Carvalhosa, Antônio Trajano Bandeira, Miguel Gonçalves Torres e Antônio Pedro de Cerqueira Leite, que preparavam traduções de artigos para serem publicados.⁵⁶³ Uma mulher também fez parte do corpo de colaboradores do jornal, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, que enviou hinos para o periódico.⁵⁶⁴

Ashbel Green Simonton foi um missionário estadunidense enviado para o Brasil pela Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América. Chegou ao Rio de Janeiro em 1859, estabeleceu a primeira Igreja Presbiteriana no Brasil em 1862 e seu seminário teológico em 1867, além de ter sido o fundador do jornal *Imprensa Evangelica*, em 1864.⁵⁶⁵ Nasceu em 20 de janeiro de 1833, em West Hanover no Condado de Dauphin, Pensilvânia, e era oriundo de uma família escocesa-irlandesa. Filho de William Simonton, médico e político, e de Martha David Snodgrass, filha do reverendo James Snodgrass, Simonton terminou seus estudos secundários em 1852 e fez uma viagem pelo sul dos EUA, dirigindo por um ano e meio uma academia para meninos em Starkville, Mississippi. Em seu diário registrou suas impressões desta viagem e seus comentários sobre problemas políticos como a escravidão e as tensões entre o norte e o sul do país. Em 1854, retornou de sua viagem, desistiu do magistério e interessou-se pelo Direito, entretanto, após sua profissão de fé, em 6 de maio de 1855, Simonton decidiu ingressar no Seminário de Princeton em junho daquele ano.⁵⁶⁶

Durante seu primeiro semestre de estudos teológicos, Simonton interessou-se pelo trabalho missionário no exterior devido a um sermão do professor Charles Hodge. A princípio

⁵⁶³ SANTOS, Edwiges Rosa dos. *O jornal Imprensa Evangelica...*, p. 52, 57, 63. MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 26, 29-30, 54, 195, 201-202. FEITOZA, Pedro. Letramento missionário e imaginação protestante nas páginas da *Imprensa Evangelica...*, p. 150.

⁵⁶⁴ CHAMON, Carla Simone. O presbiterianismo como chave de leitura. In: *Escolas em reforma, saberes em trânsito: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 55. (História da Educação).

⁵⁶⁵ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade do protestantismo nacional..., p. 150.

⁵⁶⁶ MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)...*, p. 23-24.

chegou a cogitar Bogotá como seu destino, no entanto, em sua candidatura formal à Junta de Missões, em 25 de novembro de 1858, apontou o Brasil como sua área de preferência e em 6 de dezembro ele foi nomeado missionário. Embarcou para o Brasil em 18 de junho de 1859 e chegou ao Rio de Janeiro em 12 de agosto. O missionário não era fluente na língua portuguesa e diante disso suas atividades missionárias iniciais se restringiram a pregações em inglês nos navios ancorados na Baía de Guanabara e em casas de estrangeiros. Para aprender a língua ele ensinou inglês e hebraico em troca de aulas de português. Em 1860, dirigiu seu primeiro culto na língua e no ano seguinte iniciou uma classe bíblica aos domingos, em uma sala na Rua Nova do Ouvidor. Em 1862, organizou a Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro juntamente com Francis J. C. Schneider e naquele mesmo ano teve seu período de *furlough* – momento de férias e divulgação do trabalho missionário realizado – no qual regressou aos EUA.⁵⁶⁷

Neste período casou-se com Helen Murdoch, com quem regressou para o Rio de Janeiro em julho de 1863. Entretanto, seu casamento durou pouco, pois em junho de 1864 sua esposa faleceu alguns dias após o parto de sua filha, Helen Murdoch Simonton, que foi entregue aos cuidados de sua irmã e de seu cunhado em São Paulo. Neste ano difícil para o missionário, o jornal *Imprensa Evangelica* foi fundado por ele. Nos anos seguintes, Simonton ocupou-se de viagens missionárias para São Paulo, entre outras atividades. Em 1867, ele criou um seminário teológico no qual deu aulas com Schneider e o pastor luterano Carlos Wagner, que durou três anos. Criou também uma escola paroquial em que os seminaristas davam aulas. No final deste ano de 1867, Simonton foi para São Paulo, em 27 de novembro, visitar sua filha e buscar recuperar-se de uma enfermidade no fígado. Todavia, sua saúde não melhorou e ele foi acometido por “febre biliosa”, o que o levou à morte aos 34 anos, em 9 de dezembro. Ele foi sepultado no Cemitério dos Protestantes, em São Paulo.⁵⁶⁸

A morte de Simonton foi anunciada aos leitores do *Imprensa Evangelica* em 20 de dezembro de 1867. No necrológio do missionário seu falecimento foi anunciado contendo a indicação do endereço da Igreja Presbiteriana: “O REVDO. SR. A. G. SIMONTON, Pastor sênior da Igreja Evangélica Presbiteriana, que se reúne para o culto divino nos domingos e quintas-feiras de cada semana no 1º andar da casa sita ao Campo da Aclamação, n. 49, faleceu na cidade de S. Paulo no dia 9 do corrente mês”.⁵⁶⁹ Neste texto são feitos diversos elogios ao

⁵⁶⁷ MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*..., p. 24-26.

⁵⁶⁸ Ibid. p. 26-29.

⁵⁶⁹ NECROLOGIO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1867, p. 185. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

missionário e também foi transcrito um texto escrito em sua memória pelo presidente e pelo secretário do Consulado dos Estados Unidos.⁵⁷⁰

A notícia do falecimento do missionário foi também anunciada nos EUA, em fevereiro de 1868, pelo jornal *The Foreign Missionary* e em março outro necrológio foi publicado neste periódico. Nele uma breve biografia do missionário foi traçada, abordando, inclusive, que, primeiramente, Simonton moveu-se com cautela quanto ao proselitismo protestante, pois não sabia até que ponto as autoridades poderiam tolerar. Entretanto, ao perceber a não interferência do governo, o missionário e seus associados foram encorajados a não somente propagar o protestantismo como também a mostrar “os absurdos e as heresias do Romanismo”. O texto abordou a fundação do *Imprensa Evangelica* e afirmou que o missionário, além de ser seu editor, era também seu principal contribuidor. Ao tratar de sua enfermidade e seu falecimento, a redação do *The Foreign Missionary* apontou que quando o missionário chegou em São Paulo, em fins de novembro, começou a escrever um artigo para o jornal.⁵⁷¹ Ademais, o jornal também citou algumas palavras de Blackford sobre Simonton:

Ele era visto por todos os membros da missão como nosso líder e chefe, como ele tinha sido o nosso pioneiro. Não tomamos nenhum passo importante, salvo em absoluta necessidade, sem primeiro ouvir seus conselhos. O mais talentoso, o mais instruído, e o mais bem informado de nossos membros; mestre da língua, e possuidor em um grau não usual de tato e prudência para o planejamento e execução, não temos ninguém para preencher o seu lugar (tradução nossa).⁵⁷²

A redação do jornal ultramontano *O Apostolo* também demonstrou seu pesar pelo falecimento de Simonton.⁵⁷³ No editorial de seu último número do ano de 1867, sua redação afirmou guardar “sempre as devidas atenções” aos seus “ilustres adversários” e por isto sentiam “de coração a morte do ilustre Redator da *Imprensa Evangelica*”.⁵⁷⁴ Em adição, os ultramontanos de *O Apostolo* afirmaram não aborrecer “a discussão quando ela é de princípios e de boa fé”. Entretanto, o jornal não deixou de fazer uma crítica ao protestantismo e afirmou que algumas vezes lhes parecia que “a verdade católica” penetrava “nos esconderijos da alma”

⁵⁷⁰ NECROLOGIO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1867, p. 185-186.

⁵⁷¹ MISSIONS OF THE PRESBYTERIAN CHURCH. REV. ASHBEL GREEN SIMONTON. *The Foreign Missionary*, New York, March, 1868, p. 229-230. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=nyp.33433068278328&view=1up&seq=1&skin=2021>.

⁵⁷² MISSIONS OF THE PRESBYTERIAN CHURCH. REV. ASHBEL GREEN SIMONTON. *The Foreign Missionary*, New York, March, 1868, p. 231. O texto em língua estrangeira é: “He was looked upon by all the members of the mission as our leader and chief stay, as he had been our pioneer. We took no importante step, save from absolute necessity, without first hearing his counsels. The most talented, most learned, and best informed of our members; master of the language, and possessing in an unusual degree tact and prudence for planning and executing, we have no one left to fill his place”.

⁵⁷³ MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*..., p. 27-28.

⁵⁷⁴ AOS NOSSOS Assignantes. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1867, p. 410. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>. Grifos do autor.

de Simonton e por essa razão sentiam duas vezes pela sua morte prematura. Por fim, fizeram votos para que os “dignos sucessores” do missionário vissem um dia a “luz” católica, que havia brilhado tanto nos países que se tornaram “obscurecidos pelas trevas do protestantismo”.⁵⁷⁵

A crítica do jornal ultramontano não passou despercebida pela redação de *A Imprensa Evangelica*, que no ano seguinte a respondeu no artigo “O Apostolo e A Imprensa Evangelica”. A redação protestante transcreveu as palavras de *O Apostolo* e agradeceu a estima que os ultramontanos tinham por Simonton, mas não deixou de defender a memória do missionário: “Magoa-nos profundamente, porém, enquanto ainda ao lado de seu túmulo nos caem as lágrimas pela perda que sofremos, ter de levantar um protesto solene contra o desar aqui insinuado à sua memória”.⁵⁷⁶ Em seguida, a redação faz esclarecimentos sobre a conduta de Simonton e afirmou ser injusta “a insinuação de que ele tivesse vacilado em sua adesão” à crença “puramente evangélica”. Prosseguiram apontando que as palavras de *O Apostolo* eram uma injúria à sua memória, pois insinuavam que ele tinha “sido infiel aos grandes princípios que pregava”. Por fim, mencionaram que: “Os artigos sobre os sacramentos, publicados em nosso jornal nos últimos números do ano passado dão testemunho de quanto ele repugnava as invenções dos homens e continuava a amar a simplicidade do evangelho”.⁵⁷⁷

Além de Simonton, outros missionários participaram da redação do jornal, como Alexander Latimer Blackford e Francis Joseph Christopher Schneider, que se tornaram os editores de *A Imprensa Evangelica* após o falecimento de Simonton.⁵⁷⁸ Alexander Latimer Blackford nasceu em 6 de janeiro de 1829 em Martins Ferry, no Condado de Jefferson localizado à leste do estado de Ohio nos EUA. Depois de se formar no Washington College, na Pensilvânia, ele começou seus estudos teológicos no Werstern Theological Seminary e formou-se em 1859. Um pouco depois de ter conhecido Simonton e ter se casado com a sua irmã, Elizabeth, Blackford apresentou-se à Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana. Em 1860, Elizabeth e Blackford chegaram ao Brasil. No começo o missionário auxiliou o cunhado no Rio de Janeiro, mas depois resolveu iniciar atividades missionárias em São Paulo. Enquanto ainda esteve no Rio de Janeiro, Blackford foi durante um tempo secretário da Legação Americana. Em 1863, o missionário e sua esposa estabeleceram-se em São Paulo, no começo ele fez cultos em inglês e neste mesmo ano teve o primeiro contato com o padre José Manoel

⁵⁷⁵ AOS NOSSOS Assignantes. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1867, p. 410.

⁵⁷⁶ O APOSTOLO e A Imprensa Evangelica. *A Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1868, p. 10. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁵⁷⁷ O APOSTOLO e A Imprensa Evangelica. *A Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1868, p. 10.

⁵⁷⁸ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade do protestantismo nacional..., p. 159.

da Conceição, em uma viagem a Rio Claro. Após esta viagem os cultos em português foram iniciados.⁵⁷⁹

Em 1865, Blackford fundou uma igreja presbiteriana em São Paulo e outra em Brotas. No final daquele ano foi criado o Presbitério do Rio de Janeiro, uma vez que a denominação já contava com três igrejas, e o missionário foi o seu moderador. Em fins de 1867, ele teve de regressar ao Rio de Janeiro devido a morte de Simonton e em 1870 realizou a transferência do local de culto, ao adquirir um imóvel na Travessa da Barreira (atual Rua Silva Jardim). Desta forma, os membros da igreja saíram de sua sede provisória no Campo de Santana. No curso dos anos 1860, Blackford organizou também igrejas em Lorena (1868) e Sorocaba (1869). Como já mencionado, o missionário foi editor do jornal *A Imprensa Evangelica*. Ele lecionou também no Seminário Primitivo (1867-1870), que formou os primeiros pastores presbiterianos nacionais: Antônio Bandeira Trajano, Miguel Gonçalves Torres, Modesto Perestrello Barros de Carvalhosa e Antônio Pedro de Cerqueira Leite. No final dos anos 1870, o missionário foi agente da Sociedade Bíblica Americana e nos anos seguintes continuou suas atividades em outras regiões do Brasil. Em 1879, sua esposa Elizabeth morreu e ele casou-se novamente, em 1881, com Nannie Thornwell Gaston. Blackford faleceu em 14 de maio de 1890, em Atlanta, nos EUA, durante as suas férias.⁵⁸⁰

Francis Joseph Christopher Schneider nasceu em 29 de março de 1832 em Erfurt na Alemanha, entretanto, ao emigrar para os EUA se tornou um cidadão estadunidense. Foi bacharel em Letras formado pelo Jefferson College, Pensilvânia, em 1861 terminou seus estudos no Werstern Theological Seminary e em dezembro do mesmo ano chegou ao Brasil como missionário pela Junta de Nova York, que o enviou para trabalhar com imigrantes alemães. Fez visitas de reconhecimento a colônias alemãs em São Paulo e fixou-se, por um tempo em Rio Claro, mas decepcionou-se com o modo de vida dos imigrantes, retornando para o Rio de Janeiro em 1863. Neste período, o missionário falava apenas inglês e alemão, desta forma, passou a dedicar-se ao estudo da língua portuguesa, passando a cooperar com Simonton e Blackford nas pregações. Algum tempo depois, regressou para Rio Claro, uma vez que foi informado de que os colonos desejavam sua volta, casou-se em 1864 com Ella Grace Kinsley. Descontente novamente com os colonos, ele passou a pregar aos brasileiros, algum tempo depois teve de ir para o Rio de Janeiro, onde auxiliou nos cultos, na redação do *Imprensa Evangelica* e no seminário teológico.⁵⁸¹

⁵⁷⁹ MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*..., p. 31-33.

⁵⁸⁰ MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*..., p. 33-37.

⁵⁸¹ Ibid. p. 42-44.

Em 1868, assumiu com Blackford a gestão do jornal *A Imprensa Evangelica*. Schneider era conhecedor das ciências físicas e matemáticas e de vários idiomas. Contribuiu muito para a profissão de fé de Júlio Ribeiro, e, também atuou como missionário em Salvador. Em 1877, o missionário desligou-se das missões e mudou-se para Nova York, nos EUA foi colaborador do jornal *O Novo Mundo*, do Dr. José Carlos Rodrigues e traduziu vários livros. Retornou ao Rio de Janeiro em 1882 e em 1885 voltou às atividades missionárias. Em 1890, transferiu-se para São Paulo, onde se tornou funcionário público, empregado na seção de meteorologia da Secretaria de Agricultura. Deu aulas de física e grego no Instituto Teológico e no Seminário Presbiteriano. Faleceu em 21 de março de 1910 e foi enterrado no Cemitério dos Protestantes, deixou vários de seus escritos publicados no *Imprensa Evangelica* e n’*O Pulpito Evangelico*.⁵⁸²

Entre os redatores nacionais do *Imprensa Evangelica* nos anos 1860 estavam José Manoel da Conceição, Antônio José dos Santos Neves e Júlio César Ribeiro Vaughan. José Manoel da Conceição nasceu em São Paulo em 11 de março de 1822, era filho do português Manoel da Costa Santos e da brasileira Cândida Flora de Oliveira Mascarenhas. Conceição foi criado pelo seu tio-avô, que foi o padre José Francisco de Mendonça, decidiu-se pelo sacerdócio e estudou teologia no curso anexo da Academia Jurídica. No ano de 1842, recebeu ordens menores da Igreja Católica e neste ano participou, junto com seu tio-avô, da Revolução Liberal, foi amigo do frei Joaquim do Monte Carmelo e teve contato com protestantes. Nos anos de 1844 e 1845, foi ordenado diácono e depois presbítero e foi enviado para Limeira. Em suas mensagens incentivava seus ouvintes a lerem a Bíblia, o que lhe rendeu a alcunha de “padre protestante”, passando a preocupar o bispo D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, que tomou a atitude de transferir Conceição com frequência entre as paróquias.⁵⁸³

Em 1860, foi, enfim, transferido para Brotas, neste período de suas transferências o padre fez alguns trabalhos de tradução, inclusive, para os irmãos Laemmert do Rio de Janeiro, os quais também encomendavam livros para Conceição e lhe ofereciam outros. Em 1863, o padre escreveu ao bispo D. Sebastião Pinto do Rego relatando suas lutas com a religião, nesta ocasião foi nomeado vigário da vara, um cargo em que teria apenas atribuições administrativas e não sacerdotais. Diante da nova ocupação, comprou um sítio perto de Rio Claro e na nova residência recebeu a visita de Alexander Latimer Blackford, com o qual passou a se corresponder. Em 28 de setembro de 1864, teve audiência com o bispo para lhe comunicar a

⁵⁸² MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade do protestantismo nacional..., p. 159. MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*..., p. 44-46.

⁵⁸³ MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*..., p. 297-298.

decisão de deixar o sacerdócio e a Igreja Católica e em 4 de outubro partiu com Blackford para o Rio de Janeiro, entretanto, ele deixou uma carta para ser entregue ao bispo. Em 23 de outubro, Conceição fez sua profissão de fé e foi batizado, no mês seguinte auxiliou os missionários na redação do *Imprensa Evangelica*.⁵⁸⁴

Em 1865, se tornou ministro da Igreja Presbiteriana e começou suas viagens evangelísticas. Portanto, Conceição abjurou do catolicismo e da igreja foi excomungado. Em 1867, sua sentença foi publicada no jornal *Correio Paulistano*, a qual ele respondeu.⁵⁸⁵ Nas horas vagas de suas viagens ele se ocupava na escrita de sermões, na tradução de artigos e na realização de anotações sobre suas observações. Quando permanecia por certo tempo em um local aproveitava para passar à limpo os sermões, hinos, notas e traduções por ele escritos. Parte deste material enviava para amigos, outros para a redação do *Imprensa Evangelica*. Em 1873, Conceição decidiu-se por permanecer no Rio de Janeiro, com o objetivo de tratar de sua saúde. Em dezembro, dirigiu-se para a Corte a fim de estabelecer-se na casa alugada para ele por Blackford, em Santa Teresa. Próximo de Piraí buscou abrigo ao anoitecer, entretanto, um policial o viu e o prendeu como indigente, pois ele estava descalço e maltrapilho. Sua prisão durou três dias e nela seus últimos recursos foram esgotados.⁵⁸⁶

Desta forma, teve de seguir a pé para a Corte e no dia 24 de dezembro de 1873 caiu desfalecido, na estrada da Pavuna e de lá foi levado para a enfermaria militar do Campinho. Em 25 de dezembro de 1873, Conceição faleceu enquanto dormia. Seu enterro foi organizado pelo diretor e o subdelegado da enfermaria, major Augusto Fausto de Souza e Honório Gurgel do Amaral, respectivamente. Conceição seria enterrado como indigente, todavia, a chegada de Cândido Joaquim de Mesquita impediu tal situação. Por fim, o reverendo foi sepultado no cemitério matriz de Irajá, no entanto, o sepultamento causou polêmica quando o bispo D. Pedro Maria de Lacerda tomou consciência do caso. Repreendeu fortemente os sacerdotes responsáveis, os quais afirmaram que não tinham conhecimento de que se tratava do excomungado José Manoel da Conceição. Três anos depois, os ossos do reverendo foram exumados e transferidos para São Paulo, onde foram sepultados ao lado do túmulo de Ashbel Green Simonton, no Cemitério dos Protestantes. Conceição teve uma vasta erudição, com

⁵⁸⁴ Ibid. p. 298-299.

⁵⁸⁵ MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*..., p. 299-301. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1899, 5 v, p. 22. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020.

⁵⁸⁶ MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*..., p. 304.

conhecimentos em física, matemática, botânica e medicina, além de falar e escrever em inglês, latim, alemão e francês.⁵⁸⁷

Antônio José dos Santos Neves nasceu em 1827. Há divergências quanto ao seu local de nascimento, o qual oscila entre Rio de Janeiro e Salvador. Serviu por um tempo no Exército, depois foi empregado da diretoria geral de obras públicas, foi taquígrafo do Senado e funcionário do Ministério da Guerra. Foi também membro do Partido Liberal e em 1863 fundou um jornal de curta duração, *O Locomotivo Intelectual*. Em 26 de abril deste mesmo ano, fez sua profissão de fé e em 9 de agosto foi a vez de sua esposa, Gevária Neves, professar a fé protestante. Santos Neves era poeta e publicou dois livros de poesias, sendo o primeiro *Louros e espinhos* (1867), que continha versos sobre a Guerra do Paraguai e apelos a D. Pedro para a autorização da completa liberdade de cultos. Seu outro livro foi *Homenagem aos Heróis Brasileiros* publicado em 1870 e dedicado ao Imperador. Nos idos de 1868, Santos Neves tornou-se maçom devido ao contato com Possidônio M. de Mendonça, que também era presbiteriano, chegando a publicar poemas no jornal maçom fluminense *O Pelicano*, em 1872. Santos Neves escreveu muitos hinos, publicados por Blackford no livro *Cânticos Sagrados*. Faleceu em 25 de março de 1874.⁵⁸⁸

Por fim, o último a integrar a redação do jornal protestante na década de 1860 foi Júlio César Ribeiro Vaughan, que nela ingressou no ano de 1870, logo envolvendo-se em uma controvérsia sobre história eclesiástica com a redação de *O Apostolo*.⁵⁸⁹ Júlio Ribeiro era filho de pai estadunidense, George Washignton Vaughan, e mãe brasileira, Marta Francisca Ribeiro, se tornou filólogo, romancista e jornalista. Nasceu em Sabará, Minas Gerais, mas morava em Taubaté quando passou a se interessar pelo protestantismo. Fez sua profissão de fé e foi batizado em 17 de abril de 1870. A partir de 1º de agosto se tornou professor na Escola Americana e em 1871 casou-se com Sofia Aurelina de Souza Bertoldo, colaborou e escreveu para *A Imprensa Evangelica* e algumas vezes fez pregações. Em 1876, mudou-se para Campinas onde enfrentou a morte da esposa e do filho. Deste momento em diante afastou-se do protestantismo e em 1881 casou-se novamente. Antes de afastar-se do protestantismo e tornar-se livre pensador, auxiliou

⁵⁸⁷ Ibid. p. 304-305. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro* Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1899, 5 v, p. 22. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020.

⁵⁸⁸ MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*..., p. 455-456. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883, 1 v, p. 225. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020.

MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade do protestantismo nacional..., p. 151. VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*..., p. 150.

⁵⁸⁹ FEITOZA, Pedro. Letramento missionário e imaginação protestante nas páginas da *Imprensa Evangelica*..., p. 150.

o reverendo John Boyle na revisão do hinário *Hinos Evangélicos e Cânticos Sagrados*, publicado em 1888.⁵⁹⁰ Fez também a tradução de dois volumes da *História da Reforma do Décimo Sexto Século* de J. H. Merle D'Aubigné e alguns hinos. Ademais, em seu romance *Padre Belchior de Pontes* são encontrados alguns traços de sua filiação protestante. Como livre pensador publicou seu romance mais conhecido, *A carne*, em 1888. Faleceu em 1890 de tuberculose.⁵⁹¹

Como mencionado acima a redação do jornal *Imprensa Evangelica* teve o auxílio de alguns colaboradores como Domingos Manoel de Oliveira Quintana, Carlos Wagner, os quatro seminaristas mencionados e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. Domingos Manoel de Oliveira Quintana se tornou membro da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro em 6 de novembro de 1864, dia seguinte à criação do jornal. Não há muitos dados sobre sua vida, sabe-se apenas de seu envolvimento com os presbiterianos e que em relação ao jornal ele auxiliou em sua gerência.⁵⁹² Entretanto, é difícil precisar até que período Quintana prestou esta colaboração. Em registro de 26 de novembro de 1864 no diário de Ashbel Green Simonton, ele afirmou ter retirado a gerência do periódico das mãos de Quintana e Santos Neves.⁵⁹³ Não foi possível encontrar informações que indicassem a continuação de sua colaboração em outras atividades relacionadas à publicação. A colaboração de Carlos Wagner foi diferente da feita por Quintana. Este pastor luterano contribuiu com a redação do jornal em junho de 1869. Além disso, auxiliou o missionário Blackford nas pregações e na instrução dos estudantes do seminário.⁵⁹⁴ Wagner era um conhecido dos missionários e foi professor do seminário teológico criado por Simonton em 1867.⁵⁹⁵

Carlos Wagner era alemão⁵⁹⁶ e pastor da Igreja da Comunidade Alemã – *Deutsch-Evangelische Kirche* – fundada em 1837, e localizada em edifício próprio na Rua dos Inválidos, n. 61.⁵⁹⁷ Ele auxiliou os presbiterianos no Seminário Primitivo (1867-1870), cujas aulas iniciaram em 14 de maio de 1867. Este seminário funcionava em um imóvel alugado por Simonton no Campo da Aclamação e formou os primeiros pastores presbiterianos: Antônio

⁵⁹⁰ MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*..., p. 467-469.

⁵⁹¹ Ibid. p. 469.

⁵⁹² MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade do protestantismo nacional..., p. 150, nota 2. SANTOS, Edwiges Rosa dos. *O jornal Imprensa Evangelica*..., p. 63.

⁵⁹³ SIMONTON, Ashbel G. *Diário, 1852-1867*..., p. 195.

⁵⁹⁴ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade*..., p. 195.

⁵⁹⁵ MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*..., p. 28-29.

⁵⁹⁶ REGISTRO DO PORTO. *A Actualidade*, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1863, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁵⁹⁷ *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1865, p. 104. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Bandeira de Trajano, Miguel Gonçalves Torres, Modesto Perestrello Barros de Carvalhosa e Antônio Pedro de Cerqueira Leite.⁵⁹⁸ Estes seminaristas contribuíram para o jornal com traduções de artigos, ademais, fizeram traduções de obras.⁵⁹⁹ Antônio Bandeira de Trajano nasceu em 30 de agosto de 1843 em Vila Pouca do Aguiar, Portugal, e veio para o Brasil em 1857 onde naturalizou-se e passou a trabalhar no comércio. Conheceu o protestantismo por meio do comerciante português José Maria Barbosa da Silva e foi um dos membros fundadores da Igreja Presbiteriana de São Paulo, organizada em 1865. Em 1867, ingressou no seminário e em 1870 foi licenciado.⁶⁰⁰ Miguel Gonçalves Torres nasceu em 1849 em Vila de Caminha, Portugal, e veio para o Brasil bem jovem. Era amigo de Trajano, e, também conheceu o protestantismo por intermédio de José Maria Barbosa da Silva. Trabalhava em uma casa de tecidos e foi um dos primeiros membros da Igreja Presbiteriana de São Paulo, ingressou no seminário e foi licenciado no ano de 1871.⁶⁰¹

Modesto Perestrello Barros de Carvalhosa nasceu em 15 de abril de 1846 em Porto Muniz, Ilha da Madeira. Sua família veio para o Rio de Janeiro em 1854 após a morte de seu pai, em 1859 passou a trabalhar no comércio. Em 1863, mudou-se para Santos e depois estabeleceu-se em São Paulo. Em 1866, fez sua profissão de fé e foi batizado por Blackford e no ano seguinte ingressou no seminário. Foi licenciado em 1870, juntamente com Trajano.⁶⁰² Antônio Pedro de Cerqueira Leite nasceu em 29 de junho de 1845, em São João de Morro Azul, Limeira. Em Limeira trabalhou no comércio e aprendeu música, fez sua profissão de fé e batizou-se em 1866 na Igreja Presbiteriana de São Paulo, ingressou no seminário em 1868. Em 1870 abandonou os estudos teológicos, mas em 1872 os retomou e foi ordenado em 1876.⁶⁰³

Ao longo das edições também são encontradas colaborações de autoria feminina: hinos de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. Entre os anos de 1865 e 1867 foram publicados os seus hinos.⁶⁰⁴ Maria Guilhermina nasceu em 5 de abril de 1839, em Ouro Preto, província de Minas Gerais. Ela não se casou e nem teve filhos, residiu na cidade do Rio de Janeiro, foi professora, tradutora e faleceu em 3 de julho de 1929, na capital fluminense.⁶⁰⁵ Ela foi católica até a década de 1860, momento em que se tornou protestante presbiteriana.⁶⁰⁶ Em suma, diante do exposto, nota-se que o jornal protestante tinha em sua redação tanto redatores fixos quanto

⁵⁹⁸ MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*..., p. 28-29, 34-35.

⁵⁹⁹ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade*..., p. 201-202.

⁶⁰⁰ MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*..., p. 315-316.

⁶⁰¹ Ibid. p. 319-320.

⁶⁰² Ibid. p. 310-311.

⁶⁰³ MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*..., p. 324-326.

⁶⁰⁴ CHAMON, Carla Simone. *O presbiterianismo como chave de leitura*..., p. 55.

⁶⁰⁵ Idem. *Introdução*..., p. 21.

⁶⁰⁶ Idem. *O presbiterianismo como chave de leitura*..., p. 45.

colaboradores esporádicos. Uma dinâmica semelhante também é encontrada no jornal ultramontano *O Apostolo*. Entre seus redatores fixos, durante a década de 1860, foi possível identificar José Gonçalves Ferreira e Félix Maria de Freitas e Albuquerque.⁶⁰⁷ A publicação possuía uma vasta gama de colaboradores e diversos deles permaneceram anônimos. Para fins desta pesquisa, optou-se apenas por abordar os colaboradores de maior relevância como Emilia Gomide Penido, Dr. Antônio Secioso Moreira de Sá,⁶⁰⁸ cônego Anchieta, Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, João Esberard e Dr. Antonio José de Araújo. Estes quatro últimos, foram mencionados ao longo de edições do jornal.

José Gonçalves Ferreira nasceu em 5 de agosto de 1826 na província do Rio Grande do Sul. Professou na ordem beneditina, mas em 1850 secularizou-se, foi cônego-honorário da sé rio-grandense, mestre de cerimônias do arcebispado da Bahia, vigário geral interino e provisor do bispado do Rio de Janeiro.⁶⁰⁹ Em 25 de junho de 1863, foi nomeado reitor do Seminário São José por Felix Maria de Freitas e Albuquerque. Como reitor Ferreira aumentou o número de livros da biblioteca, fez reformas na estrutura física do seminário e estabeleceu uma tipografia.⁶¹⁰ Em 1866, criou o jornal *O Apostolo*, sendo seu principal redator até 1883, ano de seu falecimento. Ferreira foi um dos fundadores da Sociedade Protetora das Viúvas Desvalidas, escrevendo também os seus estatutos. Faleceu em 19 de março de 1883, quando tinha o título de monsenhor e foi sepultado no cemitério da irmandade de S. Pedro.⁶¹¹

Félix Maria de Freitas e Albuquerque nasceu em Coimbra em 1825, era filho de Francisco Maria de Freitas e Albuquerque. Professou-se beneditino no mosteiro da Bahia, foi pároco colado⁶¹² na freguesia de Irajá e depois tornou-se cônego e monsenhor da capela

⁶⁰⁷ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1898, 4 v, p. 446. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1895, 3 v, p. 335. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020.

⁶⁰⁸ LIMA, Mariana da Silva Rodrigues de. Iconografia e imprensa religiosa: notas sobre os emblemas dos jornais *A Imprensa Evangelica* e *O Apostolo...*, Não paginado.

⁶⁰⁹ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1898, 4 v, p. 446. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020.

⁶¹⁰ AZEVEDO, Moreira de. Seminário de S. José. In: *O Rio de Janeiro...*, p. 352.

⁶¹¹ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1898, 4 v, p. 446-447. NOTICIÁRIO. *Diario do Brazil*, Rio de Janeiro, 19 e 20 de março de 1883, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁶¹² Os párocos colados eram nomeados por meio de concurso na ocasião de vacância de uma paróquia, sua nomeação era vitalícia. As vagas também podiam ser preenchidas por pastores temporários, os párocos encomendados. Eles recebiam metade do valor pago aos colados e podiam ser removidos pela autoridade eclesiástica em qualquer situação. Cf. BOEHRER, George C. A. *A Igreja no Segundo Reinado: 1840-1889...*, p. 152.

imperial.⁶¹³ Após a morte do bispo do Rio de Janeiro, em 1863 assumiu a regência do bispado fluminense como vigário capitular e geral, permanecendo até 8 de março de 1869 quando foi nomeado um novo bispo. Albuquerque foi também confessor do Imperador e da Imperatriz, professor de instrução religiosa no Colégio de Pedro II, visitador apostólico e comendador da Ordem de Cristo. Ademais, foi um dos redatores de *O Apostolo*. Escreveu circulares e as obras *Lições de doutrina cristã em fôrma de catecismo, adaptadas para o ensino da religião catholica no Imperial Collegio de Pedro II, etc* e *Circular aos parochos para que previnam os seus fregueses contra os funestos efeitos do opúsculo do doutor Antonio Joaquim de Macedo Soares com o título A liberdade religiosa no Brazil* (1866).⁶¹⁴

Emilia Augusta de Ataíde Gomide Penido foi uma colaboradora frequente nas páginas de *O Apostolo*. Seus escritos foram publicados na seção de publicações a pedido, alguns deles levaram a sua assinatura e outros tinham a autoria indicada pelas iniciais de seu nome. Havia ainda textos seus cuja autoria pôde ser identificada pelo local de escrita: “Ouro Preto”. Penido nasceu em 17 de abril de 1840 em Itabira, província de Minas Gerais, era filha do dr. Jerônimo Máximo Nogueira e de D. Emilia Luisa Gomide Penido. Era versada em letras, música e línguas estrangeiras como o francês e o italiano, tinha predileção pelos estudos em história e literatura religiosas. Não se casou e viveu com pais em Ouro Preto.⁶¹⁵ Publicou livros e traduções, sua primeira obra publicada foi *Porque somos catholicos e não protestantes* (1869), uma tradução do francês feita a convite do bispo de Mariana e com aprovação do bispo do Rio de Janeiro.⁶¹⁶ Em 1875, publicou a obra *O ramalhete de flores* e colaborou nos periódicos *Jornal das Familias*

⁶¹³ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1895, 3 v, p. 334. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020.

⁶¹⁴ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1895, 3 v, p. 334-335. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020.

⁶¹⁵ SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. 9 t. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, p. 168. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5430>. Acesso em: 19 out. 2020.

⁶¹⁶ BERNARDES, Maria Theresa Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro – Século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989, p. 204. (Cora vermelha, 9). SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*...., p. 168-169.

e *O Apostolo*.⁶¹⁷ Colaborou também nos jornais *O Municipio* e *Almanach Brasileiro Illustrado*.⁶¹⁸ Faleceu em 29 de agosto de 1885.⁶¹⁹

O dr. Antônio Secioso Moreira de Sá passou a colaborar no jornal *O Apostolo* no ano de 1868 e na década de 1870 estabeleceu-se como um de seus redatores.⁶²⁰ Sá nasceu em 3 de fevereiro de 1833 no Rio de Janeiro, cursou medicina doutorando-se em 1858. Formado se tornou clínico em Campos dos Goitacazes e depois transferiu-se para a Corte, abraçou as ideias ultramontanas à época da Questão religiosa. Publicou uma tese em medicina no ano de 1858 e obras religiosas como: *Necessidade absoluta do ensino da filosofia catholica nos seminarios episcopais: memoria oferecida ao episcopado brasileiro* (1866), *A missão na cidade de Campos* (1868), *O Zuavo da liberdade* (1872), *A sombra de Luthero* (1873) e *As corporações religiosas no Brazil* (1876).⁶²¹ Ao longo de várias edições de *O Apostolo* nota-se a presença de textos com a assinatura “Cônego Anchieta” e “C. A.”. Tais assinaturas eram do reverendo Cônego João Custódio Pinto Coelho de Anchieta, correspondente do jornal na província de Minas Gerais. Em 1869, a redação o autorizou a recolher o dinheiro das assinaturas para o periódico, a ele deveriam se dirigir os assinantes daquela província que estavam em débito.⁶²² Outro colaborador do jornal foi o reverendo Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, falecido em 1869. Paiva nasceu na província de Santa Catarina, foi vigário colado na freguesia do Desterro e Arcipreste da Comarca Eclesiástica desta província. Estudou no Seminário São José, foi correspondente de *O Apostolo*, membro da assembleia provincial de Santa Catarina e presidente da sua última legislatura.⁶²³

⁶¹⁷ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1895, 3 v, p. 269-270. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020.

⁶¹⁸ COLABORAÇÃO. *O Conservador*, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1879, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. AUTHORAS DOS ARTIGOS ASSIGNADOS NESTE ALMANACH. *Almanach Brasileiro Illustrado*, Paris, 1876, p. II. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁶¹⁹ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1895, 3 v, p. 269. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1885, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁶²⁰ LIMA, Mariana da Silva Rodrigues de. Iconografia e imprensa religiosa: notas sobre os emblemas dos jornais *A Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*..., Não paginado.

⁶²¹ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883, 1 v, p. 313-314. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020.

⁶²² NOTICIARIO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1869, p. 40. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶²³ NOTICIARIO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1869, p. 56. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

João Esberard contribuiu com o periódico com a tradução da obra *Credo ou Refugio dos Christãos nos tempos actuaes*, escrita por monsenhor Gaume.⁶²⁴ Esberard nasceu em Barcelona em 10 de outubro de 1842, de família francesa, imigrou para o Brasil ainda criança com os pais. Estudou no Seminário São José, se tornou presbítero secular, deu aulas de latim no seminário em que estudou e de filosofia no colégio de São Luís do padre Jourard, foi também capelão das freiras de Santa Teresa.⁶²⁵ Foi arcebispo do Rio de Janeiro, colaborador dos jornais *O Apostolo* e *Era Nova* (Recife), além de criador do jornal *O Brazil* em 1873. Escreveu obras e fez traduções, sua primeira tradução foi feita nos anos 1860, em 1867.⁶²⁶ Outro colaborador do jornal foi o coronel Dr. Antonio José de Araújo, falecido em 1869. Segundo a redação, ele foi um “homem de crenças religiosas firmes” e entre seus escritos publicados no jornal destacava-se o poema “Pio IX”.⁶²⁷ Ainda em relação ao corpo editorial de *O Apostolo*, faz-se necessário ressaltar que, durante os anos 1860, o bispo D. Pedro Maria de Lacerda não fazia parte da redação. Embora a redação alegasse “que S. Ex. Revma. O Sr. Bispo Diocesano D. Pedro Maria de Lacerda” tinha o periódico “debaixo de sua imediata proteção” e autorizava o uso da epígrafe que indicava que o jornal estava sob sua recomendação,⁶²⁸ a própria publicação declarou que “S. Ex. Revm. não faz parte desta redação”.⁶²⁹

Diante do apresentado, pode-se notar que a redação e os colaboradores de *O Apostolo* estavam alinhados com as diretrizes ultramontanas e que a redação do *Imprensa Evangelica* possuía inclinações para o liberalismo. Entretanto, o ideário político defendido e exposto por estes redatores e colaboradores assumiu colorações peculiares, devido às adaptações feitas para que o discurso fosse adequado tanto à realidade brasileira quanto às convicções de seus respectivos grupos religiosos. Apesar de se posicionarem com ideias políticas opostas, o discurso político dos dois jornais compartilhava de princípios conservadores, como se verá. Neste sentido, a seção seguinte será dedicada a um exame, breve e panorâmico, acerca dos ideários políticos que sustentavam o discurso político presente nestes jornais. Mais do que

⁶²⁴ COMUNICADOS. Credo ou Refugio dos Christãos nos tempos actuaes. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1869, p. 126. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶²⁵ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1895, 3 v, p. 418. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020.

⁶²⁶ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro...*, p. 418-419.

⁶²⁷ NOTICIARIO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1869, p. 128. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶²⁸ NOTICIARIO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 7 de março de 1869, p. 80. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶²⁹ NOTICIARIO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1869, p. 120. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

simples bases para o assentamento das demandas e críticas destes grupos religiosos, estas ideias políticas faziam parte de seu *habitus* religioso.

2.2.2 Fundamentos liberais e tradicionalistas: o político e o *habitus* religioso nos jornais

O discurso político presente nos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* não era apenas uma reação aos debates político-religiosos de sua época. Seus comentários e críticas eram tecidos de acordo com o ideário político empossado pelos seus redatores e principais colaboradores, os quais tinham um *habitus* religioso em comum, o que, inclusive, viabilizava a publicação das colaborações nos periódicos. Na dinâmica do campo religioso diferentes instâncias religiosas concorrem pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e pelo exercício do poder religioso. O poder religioso é o poder de mudar as bases das representações e das práticas dos leigos, e, esta mudança apenas ocorre por meio da introjeção de um *habitus* religioso, a partir do qual todos os pensamentos, ações e percepções são gerados em conformidade com uma visão política da sociedade.⁶³⁰ Como abordado acima, estes dois jornais estavam engajados no embate no campo religioso e traços desta disputa eram refletidos em seus respectivos discursos políticos. Através destes discursos o corpo editorial destas publicações buscou exercer o poder religioso, a fim de conseguir adesão às suas demandas políticas. No entanto, esta adesão só poderia ser viabilizada na medida em que o público leitor também absorvesse o *habitus* religioso difundido por esses grupos. Pois por meio do *habitus* a visão do público leitor seria conformada com a visão política dos grupos religiosos em questão.

No discurso político do jornal *Imprensa Evangelica* percebe-se uma forte aliança com o liberalismo, de modo que os princípios liberais faziam parte do *habitus* religioso protestante.⁶³¹ O ideário político liberal concerne uma determinada noção de Estado, no qual as suas funções e os seus poderes são limitados. Esta noção de Estado liberal tem sua raiz na doutrina dos direitos do homem, que por sua vez significa que todos os homens possuem direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança e à felicidade. Estes direitos deveriam ser respeitados e protegidos pelo Estado e esta afirmação dos direitos do homem estava intrinsecamente relacionada com a teoria do contrato social, uma vez que a ideia de um consenso entre governados e governantes é essencial para a existência do Estado liberal. Subjacente ao contratualismo e à doutrina dos direitos do homem está a ideia de uma sociedade individualista, em que o indivíduo é anterior à sociedade. De acordo com o pensamento liberal,

⁶³⁰ BOURDIEU, Pierre. *Gênese e estrutura do campo religioso...*, p. 57.

⁶³¹ SOUZA, Silas Luiz de. *O início do presbiterianismo brasileiro e o uso do jornal...*, p. 63.

o Estado deve intrometer-se minimamente na ação dos indivíduos, portanto, defende-se a autonomia desses sujeitos.⁶³²

A afirmação dos Estados liberais se deu pela emancipação dos indivíduos em relação ao poder público nas instâncias religiosa e econômica. Desta forma, a constituição do Estado liberal coincidiu com o fim dos Estados confessionais e com o desenvolvimento da sociedade burguesa. Dois fundamentos principais do ideário liberal são o individualismo e o utilitarismo, o individualismo liberal defende a autonomia religiosa e econômica do indivíduo frente ao Estado e ressalta a sua capacidade de autoformar-se, desenvolvendo suas próprias faculdades. Por sua vez, o utilitarismo traça os limites para a ação dos governantes, pois defendia que eles deveriam apenas criar leis que fossem capazes de garantir a felicidade do maior número de governados.⁶³³ Vários aspectos do liberalismo são encontrados nas páginas do *Imprensa Evangelica*, entretanto, o racionalismo/materialismo presente no ideário liberal foi rejeitado.⁶³⁴

Mesmo antes do lançamento do *Imprensa Evangelica* em novembro de 1864, a circular divulgada pela redação já continha uma amostra de seu alinhamento com o liberalismo. Em um trecho desta circular de apresentação do jornal a redação comentou sobre a situação do país e afirmou que somente a difusão de princípios morais e religiosos poderia promover o desenvolvimento moral e intelectual do povo. Em seguida, abordou que a opinião da época era que tal desenvolvimento deveria ser promovido pelas forças do Estado e que ao indivíduo apenas restava clamar ao Estado por esta intervenção. No entanto, a redação do jornal afirmou discordar deste posicionamento, indicando, assim, sua afiliação ao princípio liberal da mínima intervenção estatal. Por fim, declarou sua defesa da autonomia individual para a promoção do desenvolvimento desejado, julgando ser “indispensável o concurso de todas as inteligências” para difundir a instrução religiosa e moral.⁶³⁵

Em diversos artigos a redação expressou seu individualismo liberal e um exemplo disto é encontrado no artigo “O governo e o ensino religioso”, publicado em 6 de maio de 1865. Nele afirmaram que “somente pela iniciativa individual, particular e social que um povo se pode tornar grande e feliz”.⁶³⁶ O utilitarismo liberal estava também presente no *habitus* religioso da redação do *Imprensa Evangelica*, no artigo “O uso dos dons de Deus” esclareceram sua visão

⁶³² BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. 6. ed. 11. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2013, p. 7, 11, 15, 20-21, 27.

⁶³³ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia...*, p. 22, 16, 47, 63.

⁶³⁴ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 221.

⁶³⁵ NOTICIÁRIO. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1864, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁶³⁶ O GOVERNO e o ensino religioso. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1865, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

sobre os governantes, apontando que o governo era instituído “para o bem dos governados” e não “para o benefício dos políticos e partidários” ou “para promover humanas ambições”.⁶³⁷ Em suma, o *habitus* religioso expresso no discurso político do jornal protestante estava alinhado com o liberalismo, este ideário permitia a articulação da demanda política de maior autonomia religiosa reclamada pelos protestantes. Todavia, como foi mencionado acima, aspectos racionalistas do ideário liberal foram descartados pela redação do jornal. Isto se deu, porque enquanto cristãos estes protestantes não poderiam abandonar convicções fundamentais do Cristianismo.⁶³⁸

Tal posicionamento e seleção política os levou a adotar determinados princípios conservadores, como a ideia de que a ordem social tinha origem sobrenatural e a desconfiança da legitimidade da razão humana. Além da convicção de que a vida humana estava ligada à uma vontade divina. Disto conclui-se que o *habitus* religioso presente no discurso do jornal *Imprensa Evangelica* era composto pelo ideário político liberal conservador. O conservadorismo não anulava o liberalismo, o seu modelo de sociedade continuava sendo liberal. Uma das marcas deste liberalismo conservador no discurso do jornal foi a priorização dos direitos civis em comparação aos direitos políticos dos acatólicos.⁶³⁹ Além da defesa dos princípios conservadores mencionados. Como se verá no próximo capítulo, a adesão do jornal protestante a determinadas ideias conservadoras os fez ter seu discurso alinhado com o de *O Apostolo* em relação a pautas como a guarda do domingo e o combate ao racionalismo.

No que tange o teor de seu liberalismo conservador destaca-se a importância dada pela redação ao pensamento de Guizot. François Guizot sintetizou o liberalismo conservador da França da Restauração, este pensamento foi muito influente durante a Monarquia de Julho e consistia em completar a revolução formando uma nova França. Para isto era necessário construir as instituições governamentais e liberar a política das paixões subjugando-a à razão,

⁶³⁷ O USO dos dons de Deus. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1866, p. 148. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁶³⁸ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 179.

⁶³⁹ KOLAR, Fabio; MÜCKE, Ulrich. Introduccion. In: KOLAR, Fabio; MÜCKE, Ulrich. (Ed.). *El pensamiento conservador y derechista en América Latina, España y Portugal: Siglos XIX y XX*. Madrid/Frankfurt am Main: Ibero-americana/Vervuert, 2018, p. 16, 20 (Bibliotheca Ibero-americana, 173). Disponível em:

https://publications.iai.spk-berlin.de/receive/riai_mods_00003001;jsessionid=6E49EBA63809103F251B1B35FEE41B85?lang=en. Acesso em: 29 abr. 2021. SILVA, Antonio Ozaí da. O Pensamento Conservador. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 9, n. 107, Abril de 2010, 2010, p. 54. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9912>. Acesso em: 4 jan. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991, p. 88. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2310>. Acesso em: 15 jun. 2021.

assim, promoveu-se uma ênfase maior nos direitos civis do que nos direitos políticos.⁶⁴⁰ Na sua primeira edição o jornal citou um pensamento de Guizot sobre a relação entre a liberdade religiosa e o proselitismo: “Muito bem diz Guizot: que “a fé e a liberdade religiosa não podem coexistir, sem que se desenvolva o espírito de proselitismo. A falta desse espírito implica necessariamente, ou que a fé religiosa é morta, ou que não há liberdade de consciência”.⁶⁴¹ Desta forma, o periódico mobilizava o pensamento de Guizot para justificar sua demanda por direitos civis como a liberdade religiosa, a qual só poderia ser garantida por meio do proselitismo, que por sua vez implicava a garantia da liberdade de consciência.

Em outro texto, este transcrito do jornal francês *L’Espérance*, a redação mencionou mais uma vez o político francês. Este artigo abordava a inauguração de uma sala evangélica na exposição universal de Paris, em que Guizot, cujo “zelo e dedicação cristã são por todos conhecidos” nas igrejas francesas da época,⁶⁴² teve a palavra. Em seu discurso, Guizot apontou que a construção da sala evangélica era “um grande testemunho à liberdade de consciência”. Esta liberdade não derivava apenas da autorização do governo, mas era “o produto do espírito humano durante muitos séculos”. Ademais, a liberdade religiosa não promovia o fim da religião ou do Cristianismo, a fim de evitar isso convinha “conservar a religião com liberdade e pela liberdade”. Por mais que houvesse tentativas de romper com a liberdade religiosa e com a fé cristã, elas trinfariam.⁶⁴³ Em suma, a redação utilizava-se do pensamento de Guizot para a promoção da liberdade religiosa e da liberdade de consciência, deixando claro que estas garantias não causariam o fim da religião na sociedade. Portanto, o liberalismo conservador foi uma das marcas do *habitus* religioso do jornal protestante, e, como se verá no próximo capítulo, este discurso estava mais concentrado na luta por direitos civis.

Por outro lado, a redação de *O Apostolo* tinha seu *habitus* religioso resumido em três diretrizes principais: a defesa de uma moral particular, a proeminência do catolicismo sobre o protestantismo e a crítica a alguns elementos da modernidade.⁶⁴⁴ E essas três diretrizes tinham suas bases no tradicionalismo e no ultramontanismo. O jornal *O Apostolo* constituiu-se em um grande representante do pensamento ultramontano no Brasil e seu discurso buscava conservar

⁶⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana..., p. 88.

⁶⁴¹ NOTICIÁRIO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1864, p. 8. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁶⁴² INAUGURAÇÃO da sala evangelica na exposição universal de Paris. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1867, p. 119-120. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁶⁴³ INAUGURAÇÃO da sala evangelica na exposição universal de Paris. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1867, p. 120. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁶⁴⁴ SILVA, Ana Rosa Clochet. *Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal O Apóstolo...*, p. 565.

o monopólio católico do capital religioso. O ultramontanismo era uma postura da Igreja Católica que se fortaleceu em oposição às mudanças geradas pela Revolução Francesa, caracterizava-se, portanto, como um pensamento de reação à essas tendências políticas. Além de aspectos religiosos como a reafirmação do escolasticismo, o restabelecimento da Companhia de Jesus, entre outros, o pensamento ultramontano possuía um teor político muito acentuado. O qual foi sintetizado na Encíclica *Quanta Cura* e no seu anexo *Syllabus*, documentos emitidos pelo Papa Pio IX em 1864, em que o último expressou condenações ao jansenismo, ao galicanismo, à liberdade religiosa, ao casamento civil, entre outros tópicos.⁶⁴⁵

Os ultramontanos também se aproximaram do tradicionalismo, pois viram nesse ideário diretrizes para embasar a defesa de seus interesses. Este ideário também tinha se configurado com mais relevância na conjuntura de combate à Revolução Francesa, entretanto, traços deste pensamento estão presentes nos séculos XVII e XVIII. Sua premissa principal é que a razão apenas não basta, sendo necessário que ela se apoie em outras fontes de verdades e valores para que não seja falha. Há dois tipos de tradicionalismo: um leigo/secular e outro religioso-católico, que possui uma formulação filosófico-teológica mais elaborada, em que a religião possui o sentido de realidade transcendente.⁶⁴⁶ Além de sua crítica ao uso da razão, o tradicionalismo também defendia os valores do passado, que haviam sido transmitidos de geração em geração. Em suma, a atitude tradicionalista concernia em submeter a razão humana aos princípios que a antecederam e que lhe eram superiores.⁶⁴⁷ No Brasil, o discurso tradicionalista teve como principais pontos a defesa do Estado monárquico, da união entre Estado e Igreja e a condenação do casamento civil e os representantes deste pensamento foram os irmãos José Soriano de Souza, Tarquínio Bráulio e Brás Florentino.⁶⁴⁸ Assim, no Brasil, não houve a defesa de retorno ao Antigo Regime.⁶⁴⁹

Marcas desse ideário tradicionalista estão presentes no *habitus* religioso expresso no discurso político do jornal *O Apostolo*, principalmente, do tradicionalismo espanhol ou conservadorismo político espanhol, com nomes como Jaime Luciano Balmes e Juan Donoso-Cortés.⁶⁵⁰ Em 21 de janeiro de 1866, o jornal publicou o artigo “A Religião e os Governos”, no

⁶⁴⁵ CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 55, 57-58.

⁶⁴⁶ Ibid. p. 69. LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo Católico em Pernambuco...*, p. 33, 37, 61.

⁶⁴⁷ LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo Católico em Pernambuco...*, p. 61.

⁶⁴⁸ LYNCH, Christian Edward Cyril. O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850). *Lua Nova*, São Paulo, n. 74, 2008, p. 63, 69. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000200004. Acesso em: 30 abr. 2021.

⁶⁴⁹ Ibid., p. 68.

⁶⁵⁰ LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo Católico em Pernambuco...*, p. 65. SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Matizes ibéricas da Teologia política no pensamento ultramontano brasileiro do século XIX. In: CONGRESSO

qual fez uma exposição sobre as relações entre a religião e os governos em diversos países, com base nas ideias de Donoso-Cortés, expressas em seu discurso no Parlamento espanhol de 30 de janeiro de 1850: *Discurso sobre a situação geral da Europa*.⁶⁵¹ A tese principal de Cortés era de que apenas duas instâncias eram capazes de reprimir a natureza do homem, a repressão interna, religiosa, e a externa, política. Desta forma, no momento em que “o termômetro religioso sobe, o termômetro político baixa; quando o termômetro religioso baixa, a repressão política e a tirania necessariamente sobe [sic]”.⁶⁵² Defendia-se também que apenas a “reação religiosa” poderia fazer o “termômetro religioso” subir, entretanto, na Europa daquele contexto a religião continuava a ser desprezada. Por fim, os redatores fizeram um apelo: “Deus proteja o Brasil e o livre de todos os males, que têm caído sobre a Europa, realizando as previsões de Donoso-Cortés”.⁶⁵³

Em sua edição de 4 de março de 1866, a redação do jornal fez uma defesa da tradição católica e se denominou liberal: “Também somos liberal [sic], sem sermos políticos, e o somos pela simples razão de sermos também Católico [sic] – *Ubi Christus ibi libertas*. Quem deu a liberdade ao mundo, quem a sustenta ainda, é o Cristianismo: o país onde este não penetrou ainda, geme na tirania e na escravidão”.⁶⁵⁴ Apesar da afirmação de serem liberais, a tônica do discurso político presente no jornal estava longe deste ideário, ademais, a defesa desta identidade supostamente liberal justificava-se pela afiliação dos redatores ao catolicismo, o qual viam como a fonte da liberdade. Neste mesmo artigo os redatores fizeram também uma menção ao pensamento de Donoso-Cortés acerca da constituição da sociedade: “Deus fez a sociedade para o homem, diz um famoso escritor da época Donoso-Cortés, e o homem para ele. Deus nesta teoria é o princípio e o fim, o alfa e Ômega de todas as cousas”.⁶⁵⁵

A redação também se apoiou nas ideias de Jaime Luciano Balmes para embasar seu argumento de que era necessário atentar para a religião dos imigrantes que viriam para o Brasil. No artigo “A tolerância de cultos III” defenderam que sem “moralidade dos costumes” não havia sociedade e sem religião não havia moral e afirmaram que esta “verdade foi conhecida

DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO. 7, 2019, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Anptecre/PUC-RJ, 2019, p. 694. Disponível em: <https://www.anptecre.org.br/downloads>. Acesso em: 12 abr. 2022.

⁶⁵¹ A RELIGIÃO e os Governos. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1866, p. 3. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>. LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo Católico em Pernambuco...*, p. 66.

⁶⁵² A RELIGIÃO e os Governos. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1866, p. 3. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶⁵³ A RELIGIÃO e os Governos. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1866, p. 3.

⁶⁵⁴ AO LIBERAL Catholico do “Correio Mercantil”. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 4 de março de 1866, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>. Grifos do autor.

⁶⁵⁵ AO LIBERAL Catholico do “Correio Mercantil”. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 4 de março de 1866, p. 2.

em todos os tempos”. Diante disto, não se podia ser indiferente à religião dos futuros colonos, pois esta era a questão mais séria e importante de todas “quando se trata de introduzir no país elementos novos de uma população futura”.⁶⁵⁶ Para tratar do tema da indiferença a redação deixou “falar a este respeito um grande político” de seu século: Jaime Luciano Balmes. Através das ideias de Balmes a redação argumentou sobre o que seria o pensamento vigente de sua época: a tentativa de se implantar a ideia de que “*a lei é ateia*”, a qual era uma doutrina falsa e perigosa que ameaçava a paz e a estabilidade dos Estados. Por fim, defendeu que a tolerância não era indiferença, de modo que um país podia abrigar pessoas de diversas religiões desde que não fosse indiferente a essas religiões distintas.⁶⁵⁷

A redação de *O Apostolo* também utilizou referências do tradicionalismo brasileiro. Em 1867, publicaram de forma seriada o trabalho *A religião do estado e a liberdade de cultos* de José Soriano de Souza.⁶⁵⁸ Além do tradicionalismo, notou-se também a aproximação do discurso político de *O Apostolo* ao conservadorismo, com sua crítica à cosmovisão antropocêntrica e secular, além de sua crença de que a ordem social não tinha uma origem humana, mas, natural ou sobrenatural. Ademais, sua crítica à modernidade e oposição ao liberalismo também foram fatores que puderam alinhar seu discurso ao conservadorismo.⁶⁵⁹ De forma geral, o termo conservador indicava uma posição política contrária ao Antigo Regime e às futuras revoluções.⁶⁶⁰ Por diversas vezes o argumento do temor de novas revoluções foi acionado pela redação de *O Apostolo* e a sua insistência em manter os direitos dos acatólicos conforme estavam consolidados nas leis do país também demonstra sua atitude conservadora. Com este posicionamento se procurava a manutenção do sistema vigente em oposição às ideias inovadoras⁶⁶¹ da liberdade religiosa e do casamento civil.

Em suma, o discurso político presente nos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* eram gerados com base em seus respectivos *habitus* religiosos, que, por sua vez, forneciam o substrato para a visão política da sociedade dos grupos religiosos representados pelas publicações. O discurso político destes jornais buscava interagir com o contexto político em que estavam inseridos, de modo a serem também participantes da arena pública. Desta forma, estes jornais não apenas respondiam a artigos de outras publicações, mas também traçavam seus

⁶⁵⁶ A TOLERÂNCIA de cultos III. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1866, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶⁵⁷ A TOLERÂNCIA de cultos III. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1866, p. 2. Grifos do autor.

⁶⁵⁸ NOTICIÁRIO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1867, p. 232. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶⁵⁹ KOLAR, Fabio; MÜCKE, Ulrich. Introducción..., p. 15-16, 23.

⁶⁶⁰ Ibid., p. 11-12.

⁶⁶¹ BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Org.). *Dicionário de política*. 7. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995, 1 v, p. 242.

próprios comentários e críticas sobre discursos no parlamento brasileiro. Portanto, os jornais se tornaram um meio pelo qual protestantes e católicos ultramontanos puderam participar do debate político público sobre temas que eram de seu interesse, bem como construir seus próprios projetos políticos para a promoção do progresso e da civilização do Império do Brasil. Tais projetos, caracterizados como projetos de civilização, serão analisados no próximo capítulo.

2.2.3 A fé na arena pública: os jornais como instrumento de participação política

A imprensa no Brasil oitocentista era uma instituição que ampliava o alcance dos debates políticos presentes nos diversos espaços públicos, desta forma os jornais se tornaram mais uma arena para a discussão política e performance de polêmicas.⁶⁶² Por espaço público se compreende a instância da vida social em que a opinião pública pode ser formada, dela participam os cidadãos de um país enquanto pessoas privadas. Estes cidadãos podem reunir-se para expressar e publicar suas opiniões e debater questões de interesse mútuo, esta comunicação precisa ser transmitida para um público amplo e os jornais e revistas são meios de comunicação do espaço público. Este espaço público político deve ser diferenciado da esfera literária, pois nele as discussões públicas estão relacionadas às práticas estatais.⁶⁶³ Em suma, nos espaços públicos os homens se congregam, comunicam e atuam.⁶⁶⁴ Os jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* estavam imersos na dinâmica da arena pública desde o momento de seus lançamentos, participando da expansão da esfera pública brasileira dos anos 1860.⁶⁶⁵

Diante da crise política dos anos 1860, um momento de *crítica e crise*, ocorreu uma proliferação de impressos, diretamente relacionada ao movimento geral da esfera pública. Tal movimento de expansão da arena pública atingiu principalmente a Corte,⁶⁶⁶ onde os jornais em tela foram criados e circularam. As redações destas publicações tinham a percepção de que faziam parte da arena pública, denominando-se, inclusive, como “jornalistas religiosos” ou “jornalistas católicos”, este último termo era especialmente utilizado pela redação de *O Apostolo*. Em um artigo, publicado em 2 de junho de 1866, no jornal *Imprensa Evangelica*

⁶⁶² BARBOSA, Marialva. Introdução..., p. 13.

⁶⁶³ HABERMAS, Jürgen. Espaço público (um verbete de enciclopédia). *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, João Pessoa, v. 3, n. 2, 2012, p. 218-219. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4810135>. Acesso em: 3 abr. 2021.

⁶⁶⁴ GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick. Introducción..., p. 8.

⁶⁶⁵ BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos..., p. 42.

⁶⁶⁶ Ibid. p. 61-62.

havia a afirmação de que era “da competência de todo indivíduo esclarecer a opinião pública, em referência às questões da atualidade”.⁶⁶⁷ Embora tal afirmativa não fosse de autoria da redação, pois este texto foi uma transcrição,⁶⁶⁸ reflete-se a concordância dela com tal proposição, uma vez que publicaram o referido artigo. Ademais, os redatores do jornal viam-se como jornalistas, entretanto, de um tipo específico: o jornalista religioso. Este teria a missão “de noticiar as diversas publicações sobre assuntos religiosos que saíssem à luz”,⁶⁶⁹ porém, a redação relatou que no Brasil este trabalho era inviabilizado, pois não havia o que ser noticiado além de “procissões anacrônicas, lindos fogos artificiais e historiazinhas de intrigas surdidas nas sacristias e conventos”.⁶⁷⁰

A seu turno, a redação de *O Apostolo* via na imprensa católica uma arma para combater publicamente as críticas que atingiam a Igreja Católica, possibilitando a resistência “pela palavra e pelos escritos nos jornais” e a oposição do discurso de um jornal ao de outro.⁶⁷¹ Para mais, os membros da redação do jornal denominavam-se “jornalistas católicos”, que deveriam defender o Episcopado e tomar a causa da Igreja.⁶⁷² Em resumo, tanto o corpo editorial do *Imprensa Evangelica* quanto o de *O Apostolo* percebia e reafirmava em suas páginas que seu jornal não era meramente religioso, mas que tinha um dever político a cumprir. Fosse este dever trabalhar em prol do esclarecimento da opinião pública sobre os assuntos político-religiosos da época ou defender a Igreja e o episcopado da crítica. Portanto, estes periódicos permitiram a participação política dos grupos religiosos em tela nos debates públicos, propiciando a difusão de informações políticas entre seu público leitor, favorecendo, inclusive, a participação política deste público em um nível indireto. Uma vez que, embora não contribuíssem diretamente, podiam presenciar pela leitura uma exposição a discursos políticos.⁶⁷³

Ademais, a sua presença era o que proporcionava o apoio ao discurso transmitido pelos jornais.⁶⁷⁴ E entre o público leitor destas publicações havia também membros da elite política

⁶⁶⁷ O CASAMENTO civil. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1866, p. 83. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁶⁶⁸ Ver nota 849 no próximo capítulo.

⁶⁶⁹ QUADROS vivos da actualidade religiosa. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1867, p. 97. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁶⁷⁰ QUADROS vivos da actualidade religiosa. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1867, p. 97.

⁶⁷¹ JORNALISMO religioso no Brasil. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1867, p. 282. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶⁷² AINDA o parecer da Comissão de Negocios Ecclesiasticos da Camara dos Srs. Deputados. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1866, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶⁷³ SANI, Giacomo. Participação Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Org.). *Dicionário de política*. 7. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995, 2 v, p. 888.

⁶⁷⁴ BARBOSA, Marialva Carlos. Formas de fazer jornal: história das práticas e processos jornalísticos. *Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional*, São Paulo, v. 13, n. 13, jan./jun., 2009, p. 67. Disponível em:

brasileira ou seus parentes. O jornal *Imprensa Evangelica* teve boa aceitação entre os liberais e membros do governo como, por exemplo, Antônio Francisco de Paula e Souza, que era o Ministro da Agricultura. A mãe de Saldanha Marinho era leitora do jornal, assim como vários padres católicos.⁶⁷⁵ O jornal *O Apostolo*, por sua vez, teve como assinante o Conselheiro Barão da Uruguaiana, que em “algumas horas nos domingos”⁶⁷⁶ ocupava-se com a leitura do periódico. Portanto, a publicação dos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* foi de suma importância para que protestantes e católicos ultramontanos pudessem expressar-se politicamente, alcançar apoio às suas demandas políticas e difundir suas percepções sobre a vida política.

O engajamento e o envolvimento das redações destes jornais na arena pública assumiram três formas diferentes: o comentário sobre discursos parlamentares ou sobre o trabalho nas Câmaras, a resposta ao discurso de outros jornais e a expressão de opiniões sobre os assuntos em voga na época. A redação do *Imprensa Evangelica* mostrou-se bem-informada sobre o andamento das discussões parlamentares. Em 21 de abril de 1866, criticou a falta de sessões pela quantidade insuficiente de parlamentares e elogiou a retomada dos trabalhos na Câmara dos Deputados, pois, na sua visão: “Já era tempo, porque em um país onde, por hábito, todos em tudo reclamam pela intervenção do governo, convém que este dê ao menos sinais exteriores de zelo e atividade: de outra sorte contribui para espalhar ainda mais a descrença e o desânimo”.⁶⁷⁷ Na edição seguinte, a redação protestante continuou suas críticas aos parlamentares, afirmando que raramente os “longos discursos” pronunciados abordavam projetos capazes de “dar uma solução prática às questões em que o país está mais interessado”.⁶⁷⁸

A redação ultramontana de *O Apostolo* também estava informada sobre as discussões parlamentares. Em sua edição de 3 de junho de 1866, respondeu ao discurso do senador Dantas proferido no Senado em 21 de maio daquele ano. Em sua resposta os ultramontanos defenderam os direitos da Igreja diante da crítica do senador ao dinheiro das igrejas e à postura do Bispo do Ceará que contestara o *placet* imperial, isto é, “o exame dos rescritos, bulas etc” feito pelo

<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/AUM/article/view/2193>. Acesso em: 12 mai. 2022.

⁶⁷⁵ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 149.

⁶⁷⁶ O EXM. Sr. Conselheiro Barão da Uruguaiana. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1867, p. 28. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶⁷⁷ NOTICIAIRO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1866, p. 64. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁶⁷⁸ NOTICIAIRO. *Imprensa Evangelica*. Rio de Janeiro, 5 de maio de 1866, p. 72. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

governo.⁶⁷⁹ Entretanto, a postura da redação diante do Parlamento não consistiu apenas em críticas. Na edição de 26 de agosto de 1866, ela transcreveu em seu editorial um discurso de Zacarias de Góes e Vasconcelos sobre o casamento misto e a imigração, proferido no Senado. Sobre tal discurso afirmou: “No meio do Senado ergueu-se uma voz poderosa por sua eloquência, forte por seu patriotismo, enérgica por sua independência, e rasga as cortinas desse quadro medonho, em que se quer precipitar o país, à pretexto de promover seu progresso”.⁶⁸⁰

Outra forma de participação política destes jornais na arena pública foi os comentários ao discurso de outros jornais. Este tipo de interação entre as publicações era comum no contexto da imprensa oitocentista, de modo que os jornais direcionavam seu discurso para outras publicações ou contra elas. Constituíam-se, assim, uma rede intrincada de debates e polêmicas em que alguns jornais se solidarizavam com outros, ao passo que outros periódicos firmavam sua oposição.⁶⁸¹ Em 6 de maio de 1865, o jornal *Imprensa Evangelica* transcreveu um artigo do *Cruzeiro do Brasil* sobre a questão da liberdade religiosa de 16 de abril, a redação mostrou-se de acordo com o expresso pelo jornal ultramontano de que em países “onde o catolicismo não tem a chamada proteção do governo, a liberdade é mais ampla e a Religião Católica cresce mais desassombrada”.⁶⁸² Ademais, o jornal ultramontano também apontava que a Igreja não queria proteção, apenas liberdade e que os Estados Unidos era o país em que a Igreja era mais livre, e, portanto, mais protegida. Para a redação protestante estas palavras do jornal *Cruzeiro do Brasil* continham “verdades dignas da mais séria consideração”.⁶⁸³

Em 6 de abril de 1867, foi a vez da redação protestante mostrar seu apoio ao trabalho de Tavares Bastos publicado no *Jornal do Commercio*. Antes de fazer a transcrição do trecho que selecionaram sobre a liberdade religiosa, a redação fez um comentário afirmando que folgava em “assinalar o progresso de ideias liberais e sãs sobre grandes questões religiosas da atualidade” e, por isso, tinham grande “prazer em transcrever as ideias do Sr. A. C. Tavares Bastos”, que se coadunavam com o que eles acreditavam.⁶⁸⁴ *O Apostolo* também não deixou de comentar os escritos publicados na imprensa da época e em suas primeiras edições dedicou-se

⁶⁷⁹ O DISCURSO do Sr. senador Dantas. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 3 de junho de 1866, p. 3. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶⁸⁰ O APOSTOLO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1866, p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶⁸¹ BARBOSA, Marialva. Introdução..., p. 13. BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos..., p. 61-62.

⁶⁸² LIBERDADE Religiosa. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1865, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁶⁸³ LIBERDADE Religiosa. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1865, p. 3.

⁶⁸⁴ REFLEXÕES sobre a liberdade religiosa pelo Sr. Dr. A. C. Tavares Bastos. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 6 de abril de 1867, p. 54. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

a responder a carta de Alexandre Herculano sobre a secularização do casamento, publicada no *Jornal do Commercio* e no *Boletim*.⁶⁸⁵ Para os ultramontanos, a publicação era uma “imprudência” e o texto publicado, a pedido de seu autor, refletia que “nos ímpetos de seu orgulho e da sua fúria” ele queria apregoar ao mundo inteiro a iniciativa de secularização do matrimônio do Código Civil português. Lamentou que os amigos de Herculano não o tivessem impedido.⁶⁸⁶

Em 28 de abril de 1867, o jornal ultramontano dedicou um editorial para responder o jornal *Imprensa Evangelica* e um artigo publicado no *Jornal do Commercio*. Sua resposta ao primeiro concernia o tema das bíblias protestantes, em sua argumentação contrária ao uso delas a redação ultramontana justificou-se atacando a filiação do *Imprensa Evangelica* ao liberalismo. Afirmou que preferia seguir a opinião “dos Santos Padres, dos Concílios, dos Sumos Pontífices e dos povos” a ceder ao argumento do jornal protestante de que as bíblias católica e protestante eram iguais.⁶⁸⁷ Acrescentou que respeitava “muito as luzes do distinto colega”, entretanto, ele como “bom protestante” que era deveria conceder que a redação seguisse outra opinião neste tema. Pois, uma vez que o *Imprensa Evangelica* proclamava “os princípios liberais”, deveria deixar que *O Apostolo* preservasse sua liberdade de consciência.⁶⁸⁸

A resposta do jornal ao artigo publicado no *Jornal do Commercio* foi mais curta que a dedicada ao jornal protestante. O artigo em questão havia sido escrito pelo *Critico* e acusava os católicos de “perverterem a Bíblia”. Para provar seu ponto, expuseram em duas colunas o texto dos mandamentos presente no Êxodo e os mandamentos no catecismo.⁶⁸⁹ *O Apostolo* justificou a diferença entre os dois textos, afirmando que no catecismo o texto era resumido “para melhor compreensão dos meninos e do povo” e que “a numeração dos preceitos acompanha a maior ou menor divisão dos períodos”. No entanto, a doutrina permanecia a mesma. Para concluir, finalizou dizendo que quando argumentos como o do *Critico* eram usados era um “indício de que faltam melhores”.⁶⁹⁰ Por fim, a última forma de participação na arena pública empregada pelos redatores dos jornais em tela foi o comentário sobre os debates e acontecimentos políticos

⁶⁸⁵ REFLEXÕES sobre a carta do Sr. Alexandre Herculano. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1866, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶⁸⁶ REFLEXÕES sobre a carta do Sr. Alexandre Herculano. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1866, p. 2.

⁶⁸⁷ BREVE resposta a diversos. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1867, p. 130. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶⁸⁸ BREVE resposta a diversos. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1867, p. 130. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶⁸⁹ BREVE resposta a diversos. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1867, p. 130-131.

⁶⁹⁰ BREVE resposta a diversos. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1867, p. 131.

da época que se relacionavam com a religião. Por vezes, estas publicações passaram edições seguidas comentando um mesmo tópico.

Para concluir, de acordo com o que foi exposto neste capítulo pode-se apreender que os anos 1860 se configuraram como um momento de expansão na imprensa religiosa. Movimento que teve influências da própria dinâmica da imprensa brasileira de meados do século XIX, como a ascensão das publicações de linha editorial cultural, e também os reflexos da reconfiguração do campo religioso oitocentista. Este último possibilitou a diversificação religiosa das publicações, embora a grande maioria fosse católica. Nesta conjuntura dos anos 1860, surgiram os jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*, que com suas particularidades se consolidaram na imprensa religiosa oitocentista e se tornaram os periódicos religiosos mais importantes deste período. Com objetivos religiosos as redações destes jornais buscaram solucionar o problema do indiferentismo religioso, tão comentado por elas. Entretanto, estas publicações não se limitaram ao discurso religioso e produziram seus próprios discursos políticos, gerados a partir de seus respectivos *habitus* religiosos.

Dotados de ideias liberais, conservadoras, tradicionalistas e ultramontanas as redações do *Imprensa Evangelica* e de *O Apostolo* defenderam suas demandas políticas e formularam suas críticas. Com seu discurso político participaram politicamente da arena pública e expressaram seus engajamentos políticos sob a forma de comentários sobre os discursos parlamentares, de resposta ou de apoio ao discurso de outros jornais e da argumentação sobre os problemas e desafios de sua época. Os discursos políticos gerados nestes periódicos articulavam-se em torno dos projetos de civilização que estes grupos religiosos tinham em mente. Tanto os protestantes quanto os ultramontanos pensavam em alternativas para a sociedade brasileira da época, a qual viam como contaminada pelo indiferentismo religioso. Através do fervor religioso e da constância devocional a sociedade brasileira alcançaria o progresso, entretanto, reformas políticas eram imprescindíveis para que este fim fosse alcançado. Os projetos de civilização defendidos por cada jornal eram majoritariamente díspares, de modo que as demandas políticas enunciadas para alcançar tais projetos configuravam-se, no discurso destes periódicos, como lutas simbólicas.

3 PELO PROGRESSO E CONTRA O INDIFERENTISMO RELIGIOSO: PROJETOS DE CIVILIZAÇÃO E LUTAS SIMBÓLICAS NO DISCURSO POLÍTICO DOS JORNAIS IMPRENSA EVANGELICA E O APOSTOLO

É razoável crer que muita gente entre o povo ainda tivesse a convicção de que Jeová era o Deus verdadeiro, mas, como hoje sucede, curvavam-se à decisão da maioria da nação e dos poderes civis e eclesiásticos.⁶⁹¹

Imprensa Evangelica

Nada temos com a política dos homens, nem queremos ter, mas quando proposições mal soantes e atentados contra princípios verdadeiros forem atirados entre o povo; seja este ou aquele autor, pouco nos importa, havemos de protestar como agora o fazemos.⁶⁹²

O Apostolo

Como apresentado no primeiro capítulo, a religião é analisada nesta dissertação pelo viés dos sistemas simbólicos, os quais são ferramentas de conhecimento e de comunicação, que só podem exercer um poder estruturante por serem estruturados. Seu poder estruturante se manifesta nas lutas simbólicas, que visam a imposição de uma definição do mundo social de acordo com os interesses do grupo em questão. Assim, transfere-se para o discurso o campo das posições sociais, pois o poder simbólico constrói a realidade por meio da enunciação, a qual encontra sua melhor expressão no discurso. Este discurso pode confirmar ou transformar uma visão de mundo.⁶⁹³ A forma estruturada do sistema simbólico da religião encontrou sua manifestação no ordenamento das posições sociais do campo religioso. Esse ponto foi trabalhado no primeiro capítulo desta dissertação, em que se constatou que a religião católica era a religião dominante no Império do Brasil e que o protestantismo, o espiritismo, o judaísmo e as religiões de matriz africana eram as religiões dominadas. Também foi debatido que neste

⁶⁹¹ ELIAS e os profetas de Baal. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 3 de março de 1866, p. 37. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁶⁹² CRONICA DA SEMANA. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1867, p. 220. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁶⁹³ BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico..., p. 9, 11, 14.

contexto dos anos 1860, o principal embate no campo religioso se deu entre o catolicismo e o protestantismo. O qual se tornou mais acirrado devido à reforma ultramontana e à chegada dos missionários protestantes.

Neste capítulo o que se busca explicar é a face estruturante deste campo religioso, expressa em lutas simbólicas no discurso político de católicos ultramontanos e protestantes, representados pelos jornais *O Apostolo* e *Imprensa Evangelica*. Esta dinâmica permeou os projetos de civilização desses grupos religiosos, de modo que as propostas apresentadas pelo jornal ultramontano buscavam combater o protestantismo, ao passo que as reformas e ideias apresentadas pelo periódico protestante tinham o objetivo de desqualificar a posição dominante do catolicismo como possuidor do monopólio do capital religioso.⁶⁹⁴ Em suma, estes dois grupos religiosos estavam em concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e pelo exercício do poder religioso. De posse do poder religioso, eles teriam o poder de modificar tanto as práticas quanto as representações dos leigos, ensinando-os a compreender e agir o/no mundo social conforme a visão política do grupo religioso.⁶⁹⁵ Assim, o discurso dos projetos de civilização destes religiosos era composto por lutas simbólicas, isto é, lutas políticas de classificação com o intuito de fazer prevalecer sua visão do mundo social.⁶⁹⁶

Estas lutas simbólicas eram formadas por representações, que são os esquemas de percepção e apreciação de um grupo, por meio das quais este faz as suas operações de classificação e hierarquização que constituem o mundo social.⁶⁹⁷ Estas representações tinham um papel tanto combativo quanto propositivo,⁶⁹⁸ pois na medida em que católicos ultramontanos opunham-se aos protestantes e vice-versa, eles também se apresentavam como o grupo religioso mais competente para promover o progresso do país. Portanto, estas representações do mundo social eram determinadas pelos interesses de cada grupo, os quais eram influenciados pelas posições que ocupavam no campo religioso. Por meio destas representações as redações destes jornais produziram suas práticas políticas e legitimaram seus projetos de civilização.⁶⁹⁹ Em suma, os projetos de civilização divulgados pelos periódicos religiosos em tela tinham seu discurso pautado em lutas simbólicas, que mobilizavam

⁶⁹⁴ SILVA, Ana Rosa Clocllet da; CAMPOS, Breno Martins; CARVALHO, Thaís da Rocha. A liberdade religiosa nas páginas do jornal *Imprensa Evangelica* (1864-1892)...., p. 83, 92-93.

⁶⁹⁵ BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso...., p. 57.

⁶⁹⁶ Idem. Espaço social e espaço simbólico...., p. 26.

⁶⁹⁷ CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação...., p. 20. CHARTIER, Roger. El sentido de la representación. *Pasajes: Revista de pensamiento contemporáneo*, Valência, n. 42, 2013, p. 43. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4545025>. Acesso em: 3 abr. 2021.

⁶⁹⁸ Idem. Defesa e ilustração da noção de representação...., p. 20.

⁶⁹⁹ Idem. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais...., p. 17.

representações do mundo social. Como se verá ao longo deste capítulo, estes projetos tinham tanto um viés político quanto moral, com foco em reformar os costumes do povo.

Tal fato se deu, pois os elementos religiosos contribuem para a formação política destes sujeitos e o político coloca questões às Igrejas, o que as estimula à formulação de projetos, expectativas e discursos, impedindo que elas sejam instituições apolíticas. Ademais, os sistemas de valores dos cristãos fundamentam seus comportamentos políticos.⁷⁰⁰ Desta maneira, guiados por seus respectivos *habitus* religiosos políticos, estes grupos formularam suas propostas, buscando através do discurso, num movimento de luta simbólica, impor suas definições do mundo social em sintonia com seus interesses.⁷⁰¹ Disto originou-se nas páginas destes jornais uma disputa indireta⁷⁰² sobre qual projeto de civilização atenderia melhor às necessidades da sociedade brasileira da época. De um lado, os protestantes defendiam a ampliação dos direitos dos acatólicos e do outro os católicos ultramontanos propugnavam a manutenção do poder da Igreja. Entretanto, em alguns momentos, principalmente, nas pautas de teor moral-religioso estes dois grupos entravam em um consenso. Como se verá no final deste capítulo, os dois jornais eram favoráveis à guarda do domingo e combatiam o racionalismo e o materialismo.⁷⁰³

3.1 O progresso e a civilização: o diagnóstico da época e a solução para os problemas do Brasil nos anos 1860

O corpo editorial dos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* acreditava que os desafios políticos e sociais da década de 1860 consistiam em duas palavras: progresso e civilização. Para estes redatores e colaboradores era necessário se ter um plano para que a nação brasileira alcançasse a prosperidade econômica e fosse incluída no grupo das nações civilizadas. Entretanto, vários eram os obstáculos que impediam o Império de caminhar na senda do progresso e da civilização, entre eles estavam: as relações entre o Estado e a Igreja, a educação deficitária, a moralidade decadente, o indiferentismo religioso e a questão da imigração. Inseridos neste *espaço de experiência* as redações dos respectivos jornais passaram a formular suas propostas para uma sociedade ideal, situadas em seus *horizontes de expectativas*, as quais

⁷⁰⁰ COUTROT, Aline. *Religião e política...*, p. 335-336.

⁷⁰¹ BOURDIEU, Pierre. *Sobre o poder simbólico...*, p. 11.

⁷⁰² Diferente dos embates pela proeminência no campo religioso, em que o *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* debatiam entre si temas religiosos, as disputas no discurso político não foram feitas desta forma. Entretanto, percebe-se que o projeto político protestante era oposto ao projeto político ultramontano devido aos posicionamentos destes grupos no campo religioso.

⁷⁰³ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 221.

correspondem aos seus projetos de civilização.⁷⁰⁴ Entretanto, antes de adentrar no exame dos projetos de civilização protestante e ultramontano, faz-se necessário esclarecer o que se entendia por progresso e por civilização no contexto em tela.

Esta explicação permitirá compreender melhor o *espaço de experiência* vivido por estes atores políticos. O conceito de progresso fora criado no final do século XVIII, quando se buscava uma palavra para se designar o acúmulo de experiências novas, angariadas nos últimos três séculos.⁷⁰⁵ Assim, o progresso compreendia novas experiências que afetavam a vida cotidiana e tal movimento incutiu nas consciências que era necessário estar acima dos outros, nações ou povos, buscando-se meios de alcançá-los ou ultrapassá-los. Os que possuíam a técnica ao seu lado tinham o pensamento de serem superiores, estando à frente dos outros povos no que tange as etapas do desenvolvimento. Quem possuísse um grau mais elevado de civilização pensava estar investido da missão de dirigir os povos “menos avançados”.⁷⁰⁶ Ademais, esta ideia de progresso estava relacionada a um ideal de transformação ativa da vida terrena e não *post mortem*.⁷⁰⁷ O *Dicionário da língua portuguesa* de Moares e Silva apontava o significado de progresso como “Adiantamento em proveito, ou efeito” e o *Dicionário da Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto definia o vocábulo como “Adiantamento”.⁷⁰⁸

Em suma, para os corpos editoriais dos referidos jornais era necessário empenhar esforços para o adiantamento em proveito da nação brasileira, a fim de que ela alcançasse os

⁷⁰⁴ “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” são duas categorias históricas formuladas por Reinhart Koselleck. O “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas” são duas categorias que concentram a condição humana universal, dirigindo as ações concretas dos sujeitos. O “espaço de experiência” condensa acontecimentos incorporados e lembrados pelos sujeitos e o “horizonte de expectativas” diz respeito aos anseios e receios dos sujeitos quanto ao futuro. Em resumo, trata-se de categorias de historicidade e temporalidade, que possibilitam a compreensão da articulação entre o tempo histórico e os sujeitos históricos no contexto dos tempos modernos. Cf. KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. 3. reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC Rio, 2012, p. 307-327.

⁷⁰⁵ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. 3. reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC Rio, 2012, p. 317.

⁷⁰⁶ Para compreender esta forma de pensamento da época é importante salientar que nos anos 1860 ocorreu a difusão da teoria evolucionista unilinear, cujos estudos propagavam a ideia de que a cultura tinha um curso uniforme e, deste modo, todas as sociedades deveriam passar pelas mesmas fases que as sociedades vistas como mais desenvolvidas tinham passado. Cf. LARAIA, Roque de Barros. O desenvolvimento do conceito de cultura. In: *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986, p. 33-34. (Antropologia Social).

⁷⁰⁷ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas..., p. 317-318.

⁷⁰⁸ SILVA, Antonio de Moraes e. *Diccionario da lingua portuguesa recopilado de todos os impressos ate' o presente*. 3. ed. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823, p. 474. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562936>. Acesso em: 15 dez. 2022. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, Não paginado. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>. Acesso em: 3 jan. 2023.

padrões de civilização das nações europeias ou dos Estados Unidos. Para isto era preciso que o país passasse por reformas políticas, sociais e religiosas visando a garantia de direitos, fosse os dos acatólicos ou os da Igreja, e que o povo fosse moralizado, erradicando o indiferentismo religioso. Para o jornal *Imprensa Evangelica*, a adoção da liberdade de cultos era “um passo na senda do progresso verdadeiro”⁷⁰⁹, o jornal também manifestava interesse pelo “progresso moral” da sociedade brasileira. Tanto o “progresso moral” quanto a “causa do evangelho” seriam beneficiadas pelos “progressos materiais” e pelo contato “como o mundo de fora”,⁷¹⁰ aliás, “o atraso e o desânimo materiais reinantes” na época eram o resultado do “pouco desenvolvimento na esfera moral”.⁷¹¹ A atenção ao progresso material e moral do Império também era presente no discurso de *O Apostolo*. Para a redação ultramontana, o progresso material não poderia ser feito em detrimento do progresso moral e era necessário se ter os dois.⁷¹²

Desta forma, percebe-se uma confluência entre os dois jornais sobre a questão do progresso, o qual se desdobrava em progresso material e progresso moral. Tal distinção se dava devido a condição destes sujeitos, que enquanto religiosos não tinham seus olhares fixos apenas no desenvolvimento material, apesar de considerarem isto importante, mas também na moral e na conduta do povo. Para estes redatores, não bastava apenas que o país prosperasse economicamente, mas também moralmente. Nesta questão cada jornal terá a sua visão atrelada aos seus preceitos religiosos, além disso, a questão moral implicará bastante na definição dos projetos de civilização destes grupos religiosos. O conceito de civilização, por sua vez, surgiu no final do século XVIII para definir a vitória e a ampliação da razão nos âmbitos moral, religioso e intelectual, como também nas instâncias constitucional, política e administrativa.⁷¹³ A ideia de civilização encontrava-se entre as noções de sociedade civil⁷¹⁴ e progresso, uma vez que o objetivo era a racionalidade superior da sociedade. Ademais, o conceito trazia em si a

⁷⁰⁹ NOTICIARIO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1864, p. 8. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷¹⁰ Este contato “como o mundo de fora” diz respeito às comunicações pelas estradas de ferro. Cf. VIADOR. CORRESPONDÊNCIA de S. Paulo. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1866, p. 144. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷¹¹ VIADOR. CORRESPONDÊNCIA de S. Paulo. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1866, p. 144. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷¹² CHRONICA DA SEMANA. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1867, p. 220. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷¹³ MOREAU, Pierre-François. Sociedad civil y civilizacion. In: CHATELET, François. (Dir). *Historia de las Ideologias*. Bilbao/Madrid: Zero/ZYX, 1978, t. 2, p. 24, nota 8. (Por un nuevo saber, 8).

⁷¹⁴ Por sociedade civil se entende a formação social oriunda do contrato social, a qual não passa pela vontade dos indivíduos. A sociedade civil é o lugar dos interesses e das necessidades, abarcando, assim, as relações de troca, consumo e utilidade recíproca existentes na sociedade. Cf. MOREAU, Pierre-François. Sociedad civil y civilizacion..., p. 22-23.

concepção do ser humano como perfectível.⁷¹⁵ No contexto brasileiro de meados do século XIX, um país escravocrata e marcado por desigualdades, a questão da civilização era uma das principais do Estado.⁷¹⁶

Diante desta demanda, os jornais em tela elaboraram seus respectivos projetos de civilização, em que cada grupo acreditava ser o portador das estratégias ideais para introduzir a racionalidade nos âmbitos político, econômico, moral, religioso e intelectual, a fim de concretizar na sociedade brasileira tanto o progresso material quanto o progresso moral. Para as redações dos dois jornais, mudanças deveriam ser introduzidas no mundo político e o problema econômico seria resolvido pela imigração ou pelo uso de mão de obra indígena. No que tange as dimensões moral, religiosa e intelectual da sociedade, elas alcançariam o seu “adiantamento” na medida em que o povo se voltasse com fervor para as práticas religiosas. Outro ponto importante nesta questão dos projetos de civilização é que devido a dinâmica do campo religioso, estes projetos eram antagônicos, entretanto, havia pautas que eram defendidas pelos dois grupos.

Para concluir, o discurso encontrado nos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* não dizia respeito apenas aos assuntos religiosos concernentes ao protestantismo ou ao catolicismo ultramontano. Seus discursos também continham um forte componente político, estritamente aliado aos valores que cada grupo religioso possuía. E combinando o político ao religioso projetos de civilização são encontrados em suas páginas, compostos por pautas antagônicas e pautas de interesse comum. No terreno das pautas em oposição verificou-se lutas simbólicas derivadas dos posicionamentos de protestantes e ultramontanos no campo religioso. A seguir, nos tópicos da próxima seção se buscará explicar em que consistiam esses projetos de civilização e elucidar sua importância no comportamento político dos atores em tela, enfatizando seus combates discursivos.

3.1.1 Os meios necessários para o progresso da nação: os projetos de civilização protestante e ultramontano

Para a redação dos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*, o cenário da década de 1860 não era bom, pois viviam-se tempos de agitação política interna e de guerra externa com

⁷¹⁵ MOREAU, Pierre-François. *Sociedad civil y civilizacion...*, p. 24.

⁷¹⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe; RENAUX, Maria Luiza. *Caras e modos dos migrantes e imigrantes...*, p. 225.

o Paraguai. Além disso, segundo os periódicos, a situação moral e religiosa da população não era a mais favorável, porque o indiferentismo religioso, o racionalismo e a imoralidade coexistiam na sociedade brasileira. Diante de tal estado, a redação destes jornais não deixou de criticar os rumos da política e os costumes de sua época. Para o jornal *Imprensa Evangelica*, os progressistas perdiam tempo “em uma luta estéril”, mal sabendo o que queriam, ao passo que os retrógrados buscavam inserir na sociedade os “apertados moldes dos tempos feudais”. Os exageros destes retrógrados provocavam os excessos dos progressistas. Frente a este contexto, o jornal conclui ser necessário “criar uma nova geração imbuída nos princípios do Evangelho, a qual poderá conciliar a religião com a liberdade e a liberdade com a religião”.⁷¹⁷ O apelo à construção de uma sociedade fundamentada na liberdade e na religião refletia o *habitus* religioso político dos redatores, formado pelos princípios liberais-conservadores, como se viu no capítulo anterior.

O Apostolo, por sua vez, reconhecia ser necessário empreender esforços para o desenvolvimento do país, entretanto, afirmou que era preciso atentar para o melhoramento material e moral do mesmo. Criticou a demasiada importância dada ao “interesse material”, “como se fora da matéria nada mais houvesse digno de atenção”. Apontou que a privação dos trabalhadores do descanso de “suas forças físicas” e o não respeito aos domingos e dias santos nas repartições públicas não deixou o país mais rico, e, caso tivesse ficado mais rica a nação, os brasileiros não lucraram com isso. Na lavoura o seu “péssimo estado” era lastimado em “toda parte”. Além disso, o jornal ultramontano comentou que quando “o domingo e o dia de preceito religioso era mais respeitado [sic], o agricultor colhia abastança do fruto do seu trabalho”. Depois, o jornal traçou seu diagnóstico da época, tratava-se de um tempo em que o “edifício social” estava em “ruínas”, sobre as quais “o gênio lúgubre e medonho de uma desconfiança sem limites” sobrevoava, como “uma ave agoureira”. Tal “gênio” matava “todos os bons sentimentos”, além de entorpecer “a vida da nação”.⁷¹⁸

Todavia, chegaria o dia da “punição solene na justiça de Deus”, em que tarde se descobriria “que não pode haver paz nem verdadeiro progresso onde não há moralidade”. Os melhoramentos materiais não bastavam quando “a sociedade se vê ferida no coração!”. Os teatros, as casas de comércio e mesmo a imprensa, “alavanca poderosa da civilização”, estavam impregnados de imoralidade. E todo este cenário estava à mostra às autoridades e às leis, cuja

⁷¹⁷ A AUSTRALIA. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1867, p. 166. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷¹⁸ O MELHORAMENTO do paiz. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1866, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

função era “manter a ordem social”. Todo este “caos” não poderia deixar de suscitar manifestações entre aqueles que tinham pudor, temor a Deus e amor à pátria. De sua parte, a redação de *O Apostolo* julgava “que nada melhorará enquanto não melhorarem os homens. Todas as reformas, todos os recursos e providências serão iludidos, quando uma consciência reta e pudica não respeitar o justo e o honesto”. Por fim, finalizou que com o melhoramento dos homens se melhoraria tudo.⁷¹⁹ Em resumo, para estes jornais o país urgia não apenas de reformas políticas, mas também de reformas morais.

O Imprensa Evangelica via a liberdade e a religião como os pontos principais a serem trabalhados na sociedade, ao passo que *O Apostolo* considerava a questão moral como o problema fundamental a ser discutido, o que refletia seu *habitus* religioso político tradicionalista católico e conservador. Assim, os dois jornais deram muita importância à moralidade como um dos elementos importantes para se alcançar o progresso, o que se tornou uma das finalidades de seus projetos de civilização. Os projetos de civilização defendidos por estes jornais continham em si quatro sentidos, derivados dos significados do conceito de civilização: civilizar o povo brasileiro, expor um modelo de civilização a ser seguido, demonstrar o processo para se chegar a este padrão e definir a expressão da nacionalidade. Estes quatro sentidos abarcavam traços morais, materiais e políticos.⁷²⁰ A redação destes jornais compreendia que se a elite política e o povo seguissem o seu projeto de civilização o Império alcançaria o progresso, tanto material quanto moral. Em suma, o que se verifica nas páginas destes jornais é a formulação de um discurso político de viés civilizador e moralizador, visando à promoção de modelos de sociedade capazes de concretizar seus projetos de civilização. Ambos reconheciam a necessidade de civilizar o povo brasileiro e se colocavam como os agentes e diretores de tal mudança.

Para o *Imprensa Evangelica*, era necessário civilizar o povo brasileiro, pois, em conformidade com os seus preceitos teológicos, o Reino de Deus viria com a formação de uma civilização cristã no mundo. De acordo com esta ideia, derivada dos movimentos avivalistas dos EUA,⁷²¹ esta civilização deveria ter uma população religiosa, livre, letrada, voltada para o trabalho, portanto, industriosa e obediente às leis do país. Para a formação desta civilização

⁷¹⁹ O MELHORAMENTO do paiz. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1866, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷²⁰ SILVA, Ana Rosa Clolet *et al.*. Religi3n y civilizaci3n en Argentina, Brasil y Uruguay (1750-1899). *Ariadna Hist3rica*, Leioa, n. 9, 2020, p. 22. Disponível em: <https://ojs.ehu.eus/index.php/Ariadna/article/view/22182>. Acesso em: 2 jan. 2023.

⁷²¹ Sobre estes movimentos avivalistas ver notas 521 e 519 no capítulo anterior, acerca do Primeiro e Segundo Grandes Despertamentos.

cristã visando o estabelecimento de uma nação cristã nos EUA, utilizou-se também de ferramentas de persuasão e de autocontrole social, originando-se campanhas pela temperança e movimentos de combate à embriaguez e aos vícios do tabagismo e jogos de azar e favoráveis à guarda do domingo.⁷²² Assim, a redação do jornal, que tinha entre seus membros missionários estadunidenses, buscou implantar no Brasil Império este modelo de civilização cristã, com adaptações que resultaram no projeto de civilização protestante presbiteriano.

O Apostolo julgava de suma importância civilizar o povo brasileiro porque o sucesso da reforma ultramontana e a adoção das diretrizes da Santa Sé no Império só seriam possíveis se o pensamento ultramontano fosse homogêneo e se a Igreja fosse capaz de influenciar as atitudes e os comportamentos. Assim, o jornal apresentava muita preocupação em assegurar que toda a sociedade brasileira se comprometesse com a prática dos sacramentos, com o respeito à Roma e à santificação dos domingos e dias de festa.⁷²³ Este projeto de civilização ultramontano empossado pelo *O Apostolo* estava fundado nos conceitos de civilização, cristianismo e progresso. Para estes “jornalistas católicos”, termo pelo qual se autointitulavam como visto no capítulo anterior, a civilização estava ligada ao cristianismo, cujo único e verdadeiro representante era o catolicismo, e somente seguindo o projeto civilizador católico o progresso poderia ser alcançado pela sociedade brasileira. Logo, os fundamentos da sociedade não poderiam se afastar dos preceitos católicos.⁷²⁴

Desta forma, conclui-se que tanto o *Imprensa Evangelica* quanto *O Apostolo* buscavam reformar a sociedade brasileira por meio de seus projetos de civilização. Cada grupo religioso julgava ter a solução para os problemas da nação, mas em que consistiam esses projetos de civilização? Qual seria o modelo de civilização ideal de acordo com estes jornais? Primeiramente, é importante salientar que estes projetos de civilização não buscavam apenas reformar os costumes do povo, mas também mudar as relações entre política e religião, bem como resolver a questão da imigração. Logo, estes projetos abarcavam tanto questões políticas da época quanto a vida individual dos sujeitos e neste último ponto era imprescindível que fossem adotadas práticas religiosas que viabilizassem este processo civilizador.⁷²⁵ Por fim, estes

⁷²² MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 50-51.

⁷²³ SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal O Apóstolo...*, p. 559-560.

⁷²⁴ *Ibid.* p. 562-563.

⁷²⁵ O processo civilizador é caracterizado por uma modificação na conduta e nos sentimentos dos seres humanos, visando uma direção específica. Não se trata de um processo deliberado, resultado de planejamentos, entretanto a sua concretização possui uma ordem. Cf. ELIAS, Norbert. *Do Controle Social ao Autocontrole. In: O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. 14. reimpr. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, 2 v, p. 193.

projetos também buscaram definir o que entendiam como a nacionalidade brasileira ideal, mobilizando significados para a nação.

Deste modo, os projetos de civilização do *Imprensa Evangelica* e do *O Apostolo* tinham concepções diferentes sobre o papel do Estado em suas relações com a Igreja, o que será abordado no próximo tópico. De mais a mais, cada projeto de civilização fornecia respostas diferentes para temas como a imigração, a educação e a moralidade. Entretanto, as duas publicações uniram-se na condenação do racionalismo e na defesa da guarda do domingo. Estas pautas comuns entre os dois projetos de civilização serão examinadas no final deste capítulo. Por ora concentra-se nos temas da imigração, educação e moral. Como visto no primeiro capítulo desta dissertação, a preocupação com a imigração foi constante durante os anos 1860, de maneira que até uma sociedade, Sociedade Internacional de Imigração, foi fundada para debater a questão. O tema da imigração era importante tanto para os protestantes do *Imprensa Evangelica*, por abarcar os debates sobre a cidadania dos acatólicos, quanto para os ultramontanos de *O Apostolo*, que para manter sua posição dominante no campo religioso esforçou-se para impedir uma entrada ainda maior de protestantes no Império.

Para o jornal protestante, a “solução deste problema social”, a falta de atrativos no Brasil para a vinda de “uma torrente de imigração espontânea”, estava na questão dos direitos, isto é, a cidadania. Diferente do Império brasileiro, a Austrália usufruía de um fluxo imigratório intenso, pois seus colonizadores tinham consciência de seus direitos religiosos e civis. As leis que regiam o país eram o resultado de suas “próprias tradições livres” e lá Roma não conseguiu impor “o seu duro jugo”. Os imigrantes sabiam “colonizar terras as mais incultas” devido ao seu individualismo liberal, o qual era “regulado pelos são preceitos bebidos no cristianismo”. Por outro lado, as tradições e os costumes do Brasil, chamado pelo jornal de “raça latina”, eram oriundos de “outras fontes”. As autoridades “na família, na igreja e no estado” tinham “medo de proferir na presença de seus pupilos a palavra, *direito*”. Nisto os pais prendiam seus filhos, impedindo o desenvolvimento intelectual e moral deles, a Igreja impunha às consciências dos fiéis “o jugo da tradição sob pena de anátema” e o Estado, a seu turno, concentrava-se na centralização do poder, tolhendo “a iniciativa individual”. Assim, o povo brasileiro encontrava-se numa situação de incapacidade para lidar com a ampliação das liberdades.⁷²⁶ Portanto, o que impedia a intensificação do fluxo imigratório para o Brasil era a própria estrutura da sociedade

⁷²⁶ A AUSTRÁLIA. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1867, p. 165-166. Grifos do autor. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

imperial que formava indivíduos temerosos quanto a liberdade, devido a uma cidadania deficitária.

Outro ponto comentado pelo jornal protestante como solução para esse problema foi a imigração de estadunidenses para o Brasil. No ano de 1865, houve no Brasil um movimento pela imigração de confederados em massa para o país. A ideia da vinda de estadunidenses sulistas agradou alguns setores da população, principalmente entre aqueles brasileiros que viam na imigração protestante a solução para o progresso do país. *O Apostolo*, como outros ultramontanos, travou oposição ferrenha à ideia.⁷²⁷ No que concerne à redação do *Imprensa Evangelica*, que continha missionários nortistas, a iniciativa foi recebida com certo descrédito devido às condições legais do Império. O jornal comentou que muito se falava sobre a questão da “colonização americana” e que vários artigos buscavam favorecer a ideia, discutindo “sobre a liberdade religiosa concedida pela constituição do Brasil aos que não professam a religião do Estado”. Todavia, era “inútil disfarçar a verdade” de que as leis do Brasil, ainda que fossem consideradas liberais em comparação às da Espanha e de Portugal, não eram liberais face a legislação dos Estados Unidos.⁷²⁸

Um exemplo disto era o juramento pela manutenção da religião oficial para que se pudesse ser deputado. Os estadunidenses, por sua vez, não tinham religião oficial e para os brasileiros era difícil compreender como eles veriam como “despropositado e injusto” não poderem participar “de toda a influência política por motivo de sua religião”. Algo que não deveria ser “da competência da lei civil”. O jornal protestante fez então um prognóstico, afirmando que quando isso fosse entendido já seria tarde. As famílias de possíveis imigrantes, no entanto, não poderiam “ficar muito tempo à espera de informações”, porque cada dia sem respostas tornava cada vez “mais duvidosa a sua vinda para o Brasil”.⁷²⁹ Diante do exposto, para este jornal a solução para o problema da imigração e, conseqüentemente, da falta de trabalhadores para a agricultura, seria as mudanças na legislação brasileira, visando a ampliação dos direitos dos acatólicos. Portanto, era necessário que os brasileiros aprendessem a lidar com liberdades amplas e que a cidadania dos acatólicos se tornasse plena, conferindo-lhes direitos civis e políticos.

⁷²⁷ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil...*, p. 209-210.

⁷²⁸ IGREJA PRESBITERIANA DO RIO DE JANEIRO. *CENDOC. NOTICIARIO. Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1865, p. 8.

⁷²⁹ IGREJA PRESBITERIANA DO RIO DE JANEIRO. *CENDOC. NOTICIARIO. Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1865, p. 8.

O Apostolo, como já mencionado, se opôs fortemente à ideia da vinda de protestantes para o Brasil e formulou possíveis soluções para o problema da imigração, sugerindo a imigração polonesa e o uso de mão de obra indígena. Para a redação do jornal, o Brasil nos anos 1860 estava dividido em “três escolas” sobre essa questão, chamada na época de colonização, entre elas o articulista decidiu se debruçar sobre as propostas da “que ultimamente tem pugnado pelas reformas radicais”. Segundo *O Apostolo*, de acordo com os radicais, a colonização era necessária para “transformar nossas matas em fontes de imensa riqueza agrícola ou em ricas e populosas cidades”. Todavia, este objetivo era impedido por obstáculos caso se buscasse continuar “a respeitar os costumes e sobretudo a crença religiosa”, uma vez que “os colonos que podem servir ao Brasil são os protestantes; porquanto os católicos com dificuldade deixam a pátria que tem para correrem aventuras em busca de outra melhor”. Entre os protestantes, os melhores colonos eram os estadunidenses, “por sua indústria, atividade e *espírito empreendedor*”. Ademais, para esta escola “*dos melhoramentos repentinos*” a “*Constituição do Império deve ser retocada*” e a liberdade religiosa e a pluralidade de cultos deveriam ser adotadas.⁷³⁰

Em contrapartida ao argumento dos designados radicais pelo jornal, a redação ultramontana indagava: “Mas em que a Constituição e a religião do Estado se opõe [sic] à colonização, e obstam à afluência de emigrantes?”. Em seguida, apontavam que o Brasil era uma nação tolerante em termos de religião, na qual “nenhum estrangeiro pode ser perseguido pelo exercício de sua religião, uma vez que respeite a do Estado”. Além disso, os regulamentos da época possibilitavam o ensino religioso e bem-estar dos colonos. Logo, a reforma da Constituição não era necessária e a real dificuldade que impedia a vinda dos imigrantes era as condições do transporte nas províncias. Desta forma, os defensores dos “*melhoramentos repentinos*” que fossem representantes da nação não deveriam cansar a Câmara “com teorias anticatólicas”, que escandalizavam “aos homens de bem e de crença religiosa”, mas ocuparem-se dos “embarços locais e materiais que assaltam logo ao emigrante”.⁷³¹ Depois, a redação declarou seu repúdio à liberdade religiosa e de cultos, pois, segundo a sua visão, estas ideias continham “princípios dissolventes da sociedade e do princípio da autoridade tão necessários para a boa direção da sociedade”.⁷³²

⁷³⁰ O APOSTOLO. A colonização e a religião catholica no Brazil. *O Apostolo*, 25 de agosto de 1867, p. 266. Grifos do autor. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷³¹ O APOSTOLO. A colonização e a religião catholica no Brazil. *O Apostolo*, 25 de agosto de 1867, p. 266. Grifos do autor.

⁷³² O APOSTOLO. A colonização e a religião catholica no Brazil. *O Apostolo*, 25 de agosto de 1867, p. 266.

Para o jornal, uma vez que o alicerce da sociedade, a religião, fosse abalado, “o princípio da autoridade” seria também atingido. À medida que o altar fosse destruído, o trono também seria e este era o caminho que o Brasil trilhava segundo o jornal.⁷³³ Para concluir seu pensamento o articulista ressaltou que era unânime a ideia de que o país precisava “promover a colonização”, entretanto, afirmava que não era necessário “procurar o protestante, quando o colono católico pode também vir”.⁷³⁴ Visando à imigração católica, o jornal defendeu em 1866 a vinda de poloneses para o Brasil. Estes “Católicos polacos” estavam vivendo uma situação de perseguição e procuravam “asilo no estrangeiro”. Diante deste cenário, foram criadas associações no Brasil para “promover a emigração desses infelizes, que gemem quase esmagados pela mão de ferro da Rússia”.⁷³⁵ O Conde A. L. Jasienski era um dos agentes da imigração polonesa, o qual chamava “seus patrícios para o Brasil”, e a província de Pernambuco tinha interessados neste tipo de imigração. Para *O Apostolo*, o progresso moral do Brasil lucraria muito com a vinda de poloneses, “vindo eficazmente à par dele o progresso material”.⁷³⁶

Outra sugestão para suprir a falta de trabalhadores na lavoura seria o uso de mão de obra indígena. Era necessário lembrar “dos pobres indígenas”, que viviam “algumas léguas em torno de nossa civilização, vegetando como as ervas, ou vivendo como os brutos aos milhares nessas densas florestas do Império!”.⁷³⁷ Portanto, para *O Apostolo* a resposta para a questão da imigração estava na vinda de imigrantes católicos e na utilização do trabalho indígena, de modo que não era necessário buscar a assistência de imigrantes protestantes. Em resumo, no modelo de civilização do *Imprensa Evangelica* o imigrante ideal seria o protestante ciente de seus direitos, ao passo que para *O Apostolo* o imigrante certo seria o católico. Desta maneira, percebe-se que para estes jornais não bastava que qualquer imigrante viesse para o Brasil, era necessário que ele professasse a sua religião.

Outro ponto importante debatido nos jornais, visando o alcance de seus padrões de civilização ideal, foi a educação. O jornal *Imprensa Evangelica* concordava com o senador Fonseca quando este disse que o Brasil não precisava tanto de novas legislações, mas “de novos costumes”. O periódico acrescentou ainda que se o povo fosse “bem instruído e moralizado”,

⁷³³ O APOSTOLO. A colonização e a religião catholica no Brazil. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1867, p. 266. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷³⁴ O APOSTOLO. A colonização e a religião catholica no Brazil. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1867, p. 267.

⁷³⁵ EMIGRAÇÃO Polaca. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1866, p. 3. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷³⁶ EMIGRAÇÃO Polaca. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1866, p. 3.

⁷³⁷ O APOSTOLO. A tolerancia religiosa. VIII. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1866, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

ele “poderia ser feliz com a legislação vigente”, entretanto, sem esses elementos ele não usufruiria de suas leis. Atentando para esta questão da instrução e moralização do povo brasileiro, a redação afirmava que a falta do ensino religioso era o maior obstáculo a ser vencido. Sua solução estava nos pais ministrarem o ensino religioso aos seus filhos, pois a “renovação nacional não se faz em massa: *mas pela elevação de seus membros individualmente*”. Assim, “no seio da família” e instruídas “pelos pais de família” as crianças deveriam “receber a educação religiosa”.⁷³⁸ Ainda nesse assunto da instrução o jornal defendeu a educação feminina. Chamavam a atenção para a necessidade de se educação a mulher e elevá-la “à posição social que lhe compete”.⁷³⁹ Impor a reclusão às mulheres “como preceito moral” era uma ignorância às leis naturais, ademais a sociedade só poderia ser moralizada com a coadjuvação da mulher. Todavia, na ausência de uma instrução formal, “o único remédio” era “uma educação moral e religiosa”.⁷⁴⁰ Desta maneira, a civilização ideal para estes protestantes era também uma em que o ensino religioso fosse administrado pelas famílias e em que a mulher pudesse ter acesso à uma educação formal.

O Apostolo também registrou em suas páginas a preocupação com a educação e instrução do povo, mas também do clero. Para a redação ultramontana, o estado da educação religiosa na época era de decadência. Não era mais uma preocupação da educação elementar “ensinar as crianças os primeiros rudimentos da religião”, “os princípios mais triviais do catecismo” eram ignorados e as crianças nem sabiam fazer o sinal da cruz. Como solução para esta situação, o jornal buscava o apoio das mães: “Mães brasileiras, é para vós sobretudo que escrevemos estas linhas; sem religião, sem esses princípios santos, eternos, imutáveis que ela ensina, não pode haver felicidade no mundo, e entretanto deveis querer a felicidade de vossos filhos”.⁷⁴¹ Logo, as mães deveriam “formar o coração” de seus filhos, elas tinham uma grande responsabilidade diante de Deus. Por fim, a redação advertia: “Mães brasileiras, deixareis que o ceticismo que mata, que a descrença que queima, que seca, que calcina, que destrói se apodere do coração daqueles qua [sic] são uma parte de vós mesmas?”. Em seguida, o jornal responde à pergunta afirmando que as mães não deixariam isto acontecer, “porque a indiferença religiosa

⁷³⁸ O GOVERNO e o ensino religioso. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1865, p. 1-2. Grifos do autor. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷³⁹ INSTRUCÇÃO e culto domestico. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1866, p. 140. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷⁴⁰ INSTRUCÇÃO e culto domestico. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1866, p. 140.

⁷⁴¹ O APOSTOLO. A EDUCAÇÃO religiosa. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1867, p. 50. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

ainda não invadiu felizmente o coração da mulher e sobretudo o coração da mãe”.⁷⁴² Contudo, para que as mulheres pudessem desempenhar esta função era preciso investir na educação feminina, porque se para os homens havia-se a necessidade do ensino religioso, “na mulher tudo exige este cuidado”. No contexto dos anos 1860, urgia uma “reforma na educação daquelas que tem de vir a ser mães de família, diretoras da futura geração, em quem deve predominar o ensino religioso”. Para a felicidade da redação, alguns empreendimentos estavam sendo feitos em prol “da educação da mulher” e o jornal estava apontando os colégios mais apropriados, entre os quais estava o colégio de Madame Ludmem.⁷⁴³

Neste quesito da educação, *O Apostolo* também mostrou sua preocupação com a instrução do clero. Para o jornal, o governo não poderia ignorar a necessidade de instruir o clero, entretanto, ele exigia que os clérigos desempenhassem suas funções de forma regular. Para mais, para estes ultramontanos o clero deveria ser cercado “de todo prestígio” e não aviltado e desapoiado, o que só produzia “desequilíbrio na balança do regime social”. O clero estava incumbido da “direção das consciências”, caso falhasse nesta missão o atraso continuaria, o povo não se civilizaria e nem os reis poderiam se fazer amados. Portanto, um clero “mal preparado, maldisposto, sem tirocínio, nem ação” não poderia “combater as paixões que nascem do coração, os argumentos que são engendrados pela inteligência!”. Desta forma, era urgente que as ideias do clero fossem emancipadas e que a “sua inteligência” fosse “bem desenvolvida”. Os estudos deveriam ser suficientes e a única fonte para isto era os seminários, os quais não estavam bem montados e em algumas dioceses ainda eram inexistentes. Ademais, os estudos ministrados nessas instituições eram fracos. Nesta situação, o jornal fazia um reclamo para a melhoria dos estudos eclesiásticos.⁷⁴⁴ Em resumo, no modelo de civilização ideal de *O Apostolo* a educação religiosa era uma tarefa das mães, às quais deveriam ter uma primorosa educação a fim de prepará-las para tal. Além disso, era de suma importância educar também o clero, pois dele dependia a civilização do povo brasileiro.

Por fim, um outro tópico fundamental nos projetos de civilização defendidos por estes jornais era a moralidade. Como visto anteriormente, o progresso almejado por estes grupos religiosos não apenas o material, mas também o moral. No modelo de civilização protestante

⁷⁴² O APOSTOLO. A EDUCAÇÃO religiosa. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1867, p. 50. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷⁴³ CHRONICA DA SEMANA. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1868, p. 300. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷⁴⁴ O APOSTOLO. Estudos eclesiásticos. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1868, p. 50. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

presbiteriano entendia-se que a moralidade pública era proveniente da moral individual,⁷⁴⁵ a qual era demonstrada pela pureza, letramento e boa condição material:

Uma máxima de política bem conhecida, um princípio que não admite exceções, é, que quanto mais multiplicadas são as comodidades de que um povo goza, uma vez que sejam removidas as de pura sensualidade, tanto mais elevada é a condição moral desse povo.

Uma casa agradável, uma mobília decente, jantar suficiente, roupa asseada, um jardim bem capinado e plantado de flores, o favorito passarinho e o cãozinho, uma pequena, mas bem escolhida biblioteca, são gozos superiores aos meios dos vadios, e estranhos ao gosto do homem, sem cultura de espírito.⁷⁴⁶

Além disso, a redação protestante afirmava que a religião era o elemento fundamental da moralidade e da sociedade: “O elemento religioso é o dominante e germinador em cada sociedade. É aquele do qual nascem não somente a moralidade, mas também os privilégios sociais e os direitos políticos de um povo”.⁷⁴⁷ Desta forma, os princípios que deveriam moldar a moralidade do povo brasileiro, tornando-o letrado e incentivando-o a angariarem condições materiais de vida boas e confortáveis. A seu turno, *O Apostolo* declarava que sem o progresso moral não era possível ter progresso material no Brasil.⁷⁴⁸ Para que uma sociedade fosse feliz não bastava que ela fosse ilustrada, mas moralizada, onde os indivíduos conhecessem “suas obrigações morais e religiosas”. Logo, o progresso material era uma necessidade porque não se desejava “o predomínio da matéria sobre o espírito”, a alma não deveria ser esmagada pelos bens materiais. A sociedade tinha sede de vida espiritual, a qual só poderia ser saciada com “o desenvolvimento dos princípios morais e religiosos”. O progresso material poderia ser motivo de “orgulho nacional”, mas não era capaz de dar “a paz nem a felicidade individual”.⁷⁴⁹ Para concluir, *O Apostolo* via a questão da moralidade como ligada à prática de deveres morais e religiosos. A vida espiritual deveria ser prezada pelo povo brasileiro, a qual só poderia ser desenvolvida a partir dos princípios da moral e da religião católica em sua vertente ultramontana. Somente assim o povo poderia ter paz e felicidade.

Em resumo, os padrões de civilização idealizados pelos protestantes do *Imprensa Evangelica* e pelos ultramontanos de *O Apostolo* tinham como objetivo angariar o progresso

⁷⁴⁵ O GOVERNO e o ensino religioso. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1865, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷⁴⁶ IGREJA PRESBITERIANA DO RIO DE JANEIRO. *CENDOC*. TRAÇOS que cacacterisam bem um povo. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1865, p. 8.

⁷⁴⁷ IGREJA PRESBITERIANA DO RIO DE JANEIRO. *CENDOC*. MILLER, Hugh. O elemento religioso dominante. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1866, p. 22.

⁷⁴⁸ CHRONICA DA SEMANA. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 14 de julho de 1867, p. 220. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷⁴⁹ O APOSTOLO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1867, p. 226. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

material e moral da sociedade brasileira. Para mais, uma mudança no âmbito dos costumes era imprescindível para o sucesso desses projetos, de modo que estes modelos de civilização também incluíam o elemento do processo civilizador. Por meio dele buscava-se concretizar a civilização individual dos sujeitos através da coação social promovida por esses grupos religiosos, a qual produziria a auto coação dos indivíduos levando-os à apreensão de um conjunto de comportamentos autorreguladores.⁷⁵⁰ Nesse sentido era essencial que algumas práticas religiosas se convertessem em costumes do povo a fim de possibilitar esta autorregulação da conduta. Ademais, a preocupação com a infância,⁷⁵¹ e, conseqüentemente, com a criação dos filhos no seio das famílias também fazia parte deste processo civilizador. Disto vinha a atenção dada ao tema do ensino religioso. De mais a mais, como visto no capítulo precedente, uma das funções do discurso presente nestes jornais era a instrução familiar.

Para a construção de indivíduos civilizados internamente, o *Imprensa Evangelica* defendeu o abandono da superstição e a adoção de uma devoção considerada racional e constante. Sobre a superstição a redação afirmava que o povo era ignorante e pouco instruído, além de não saber nada de religião, com exceção do Pai Nosso, da Ave Maria, do Salve Rainha e das orações dirigidas aos santos padroeiros. Quando muito, alguns talvez conhecessem o Credo Apostólico e os Dez mandamentos. Segundo a redação, esta situação era presente tanto na Corte quanto no interior, onde o quadro era pior. De modo que, em algumas localidades, devido à “ignorância e a superstição”, o povo levava “no corpo, como eficazes contra todo o mal, e como meios de alcançar o próprio céu, contos os mais ridículos e absurdos, que os santeiros estrangeiros vendem por orações supra santas”.⁷⁵² Neste contexto, a redação do jornal queixava-se de que o povo brasileiro não tinha “sido educado” na prática de ler cotidianamente a Bíblia.⁷⁵³ Além disso, a redação acreditava que somente a Bíblia era capaz de refrear “a

⁷⁵⁰ ELIAS, Norbert. Norbert Elias: verbete “civilização” [“*Zivilization*”] para um léxico de sociologia. Tradução de Leopoldo Waizbort. *Plural*. São Paulo, v. 5, 1º sem. 1998, p. 186. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/76249>. Acesso em: 3 abr. 2021.

⁷⁵¹ Conforme abordado por Norbert Elias, no processo civilizador os adultos concentraram esforços na infância com a finalidade de induzir seus modelos de comportamento nas crianças. Desta forma, desde a tenra mocidade um indivíduo era exposto a um treinamento voltado para o autocontrole e a capacidade de previsão dos resultados de suas ações, elementos que precisará para a vida adulta. Cf. ELIAS, Norbert. *Do Controle Social ao Autocontrole...*, p. 202.

⁷⁵² O GOVERNO e o ensino religioso. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1865, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷⁵³ ABRAHÃO, o pai dos crentes. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1866, p. 101. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

natureza sensual” e instruir “a mocidade” e aqueles que não conheciam as Escrituras eram semelhantes a “um animal que não tem entendimento”.⁷⁵⁴

O Apostolo, por sua vez, defendia o ensino do catecismo para promover o processo civilizador e condenava também a superstição. Para os ultramontanos, a ignorância quanto aos “princípios da religião acarreta consigo o enfraquecimento na fé, e esta uma vez abalada arrasta na sua queda à princípio todo o edifício espiritual, e depois mina os fundamentos do governo, afrouxa os laços que prendem o homem na sociedade”.⁷⁵⁵ O povo, portanto, tinha a obrigação de buscar a instrução catequética, pois a falta dela promovia na sociedade os parricídios, as lutas entre os irmãos numa família, entre outros males. Logo, o clero deveria dedicar-se ao ensino e o povo procurá-lo, desta forma, o jornal declarava: “Abra-se nas Igrejas o ensino do catecismo, explicado com dedicação e com paciência, concorram todos, que precisam de tal instrução a recebê-la, e podemos assegurar ao Brasil, em poucos tempos, uma quadra mais feliz e menos enlutada do que a que vamos atravessando”.⁷⁵⁶

A oposição à superstição n’*O Apostolo* tratava-se da proibição da realização de orações supersticiosas. Em 1869, a redação do jornal transcreveu uma portaria da diocese da província do Rio Grande do Sul, na qual D. Sebastião Dias Laranjeira condenava algumas orações impressas e comercializadas em Porto Alegre. Segundo o bispo, os propagadores destes escritos lucravam “com a credulidade e superstição do povo” e diante desta questão, o eclesiástico declarou aos seus diocesanos que estas “orações” eram “cheias de imposturas, de erros, inteiramente falsas, mentirosas, sem merecimento ou valor algum”.⁷⁵⁷ Em suma, para alcançar a civilização individual interior era necessário que o povo procurasse instrução religiosa a fim de reformar seus costumes e contribuir para a paz da nação. Além disso, o povo também deveria se afastar de práticas supersticiosas, prezando pela instrução oficial da Igreja como seu canal moralizador e civilizador. Por fim, percebe-se que tanto para *O Apostolo*, quanto para o *Imprensa Evangelica* os indivíduos poderiam reformar seus costumes através do esclarecimento fornecido pelo ensino religioso e o abandono da superstição. Buscava-se transmitir ao povo a prática de uma devoção ortodoxa, priorizando os ensinamentos religiosos

⁷⁵⁴ ALTOS brados dos santos padres a todos os christãos, recomendando com insistencia a leitura da Biblia. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1867, p. 167. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷⁵⁵ O APOSTOLO. Ensino do cathecismo. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1867, p. 306. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷⁵⁶ O APOSTOLO. Ensino do cathecismo. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1867, p. 306-307.

⁷⁵⁷ BISPO DO RIO GRANDE, Sebastião. DIOCESE do Rio-Grande. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 9 de maio de 1869, p. 146-147. Grifos do original. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

oficiais, o que levaria à imposição de uma ordem e de uma regularidade às práticas religiosas. Para isto era importante que o povo buscasse a instrução religiosa tanto para si, quanto para as suas famílias, promovendo a continuidade destas práticas pelas próximas gerações, assegurando a manutenção de seus projetos de civilização e alcançando seus respectivos modelos de nação cristã para o Brasil.

Esclarecidos estes aspectos que englobavam o projeto de civilização exposto nos dois jornais, prossegue-se para o seu último componente: a definição de uma nacionalidade brasileira. Por nação se compreende a formação das identidades coletivas e no que tange a questão de uma nacionalidade brasileira o que a redação dos jornais buscava delinear era uma identidade coletiva nacional.⁷⁵⁸ A definição desta nacionalidade brasileira estava intrinsecamente ligada às identidades religiosas destes grupos. Assim, o que se sucedeu foram conflitos e tentativas de complementaridade entre a identidade protestante do *Imprensa Evangelica*, a identidade católica de *O Apostolo* e a identidade nacional brasileira. No caso dos católicos ultramontanos, observa-se, inclusive, a sobreposição da identidade católica à identidade política nacional.⁷⁵⁹ Para o jornal protestante, a nacionalidade brasileira deveria consistir em uma sociedade laica, mas não irreligiosa, semelhante aos Estados Unidos, que era um país laico, com o Estado separado das igrejas. Este país era um exemplo, porque a sua liberdade religiosa, política, civil e social tornava-o uma nação desenvolvida. O Brasil só abandonaria o seu atraso na medida em que estabelecesse a liberdade religiosa.⁷⁶⁰ Assim, os redatores do jornal buscavam complementar a identidade nacional brasileira com a sua identidade protestante, o que possibilitaria a realização de reformas políticas em prol da ampliação da cidadania acatólica.

Para *O Apostolo*, a nacionalidade brasileira deveria ser uma nacionalidade brasileira católica, em sintonia com os princípios católicos romanos. Nesta identidade nacional existiria uma ordem, ao passo que o protestantismo era causador de desordens.⁷⁶¹ A fim de que a sociedade brasileira não morresse envenenada como as sociedades europeias, era necessário que ela fosse “alimentada com a substância católica”. Sob o “espírito católico” todas as

⁷⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 a, p. 10.

⁷⁵⁹ CARVALHO, José Murilo de. Introdução..., p. 10.

⁷⁶⁰ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 106-107. RANQUETAT JÚNIOR., Cesar A. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 21, n. 1, 2008, Não paginado. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/773>. Acesso em: 18 set. 2021.

⁷⁶¹ ABREU, Martha. *O Império do Divino...*, p. 313-314.

instâncias deveriam ser vivificadas, tais como: educação, governo, instituições, leis e costumes.⁷⁶² Isto é, a submissão de todas estas esferas da vida humana à influência da religião católica. Baseados no pensamento tradicionalista de Donoso Cortês,⁷⁶³ a redação desejava que os males que afligiam a Europa não viessem sobre o Brasil, embora as suas “ideias reacionárias” já estivessem sendo disseminadas no Império. Apenas a “Providência Divina” poderia preservar o país, possibilitando o aumento do grau do “termômetro religioso”, de modo que “o desenvolvimento moral tão necessário a felicidade das nações” fosse promovido.⁷⁶⁴ Em suma, a identidade nacional brasileira, para os ultramontanos, deveria ser constituída pelos preceitos católicos, os quais deveriam reger todas as áreas da vida humana. Não se tratava de estabelecer uma teocracia,⁷⁶⁵ mas de inculcar na sociedade um forte respeito à religião, de forma que os seus princípios fossem considerados.

Para concluir, ao longo desta seção buscou-se elucidar em que consistiam os projetos de civilização presentes nos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*. Como apresentado, tais projetos foram formulados em resposta ao contexto da época, no qual as redações destes periódicos julgavam ser necessário civilizar o povo e promover o progresso material e moral do Brasil. Assim, esses projetos buscavam atender a essas necessidades, visando a solução dos problemas da imigração, da moralidade e da educação. Além disso, tais projetos não poderiam ser desenvolvidos sem que o povo mudasse seus costumes por meio de um processo civilizador, o qual levaria a práticas religiosas mais constantes e vistas como racionais. Por meio delas a violência social decairia, bem como a imoralidade. O fim almejado por esses redatores era a formação de uma civilização cristã no Brasil, a qual moldaria aspectos de sua identidade nacional. Somente nesta civilização cristã os progressos materiais e morais teriam seu curso, com um povo ciente de seus deveres religiosos e industrioso. Entretanto, como observado, para alcançar esta civilização cristã ideal, mudanças políticas deveriam ocorrer, este ponto será abordado na próxima seção deste capítulo.

⁷⁶² A RELIGIÃO e os Governos. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1866, p. 3. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷⁶³ Sobre o pensamento tradicionalista de Donoso-Cortês e suas influências no discurso de *O Apostolo*, ver tópico 2.2.2 do capítulo anterior.

⁷⁶⁴ A RELIGIÃO e os Governos. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1866, p. 3. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷⁶⁵ Como mencionado no primeiro capítulo, *O Apostolo* seguiu o modelo de secularização intransigente romano. Por mais que este modelo remetesse a uma forma de governo teocrática, fazia-se uma distinção entre o Estado e a Igreja, de modo que estas duas instituições eram diferentes a fim de que a independência da Igreja fosse afirmada. Cf. DI STEFANO, Roberto. *Disidencia religiosa y secularización en el siglo XIX Iberoamericano: cuestiones conceptuales y metodológicas...*, p. 168.

3.1.2 O combate às influências despóticas e revolucionárias: o papel do Estado e a secularização política nos projetos de civilização dos jornais

Como visto no tópico anterior, os projetos de civilização do *Imprensa Evangelica* e do *O Apostolo* visavam tanto as relações entre política e religião, quanto as pautas ligadas aos costumes e à moral. Neste tópico objetiva-se analisar como estes dois grupos religiosos definiam o papel do Estado imperial brasileiro e como entendiam o processo de secularização. Neste sentido, é fundamental lembrar que seus discursos se encontravam em oposição, caracterizando lutas simbólicas, às quais transferiam a experiência dos embates no campo religioso para o plano do discurso com o objetivo de angariar o apoio e a adesão da opinião pública aos seus projetos de civilização. Com o assentimento e a colaboração da opinião pública e, por conseguinte, da elite política imperial, estes projetos poderiam ser colocados em prática na sociedade brasileira, para que a civilização cristã se tornasse uma realidade no Brasil. Assim, cada jornal via a religião opositora, para *O Apostolo* o protestantismo e para o *Imprensa Evangelica* o catolicismo ultramontano, como empecilho para os seus projetos de civilização. Além disso, a estrutura regalista do Estado imperial também era um obstáculo para ambos.

Desta forma, era necessário não apenas diminuir a influência da religião opositora, mas também implantar outro modelo de secularização no Estado imperial brasileiro. Para estes jornais, o modelo de secularização regalista defendido e praticado pelo Estado, e, hegemônico no pensamento da elite política imperial, não poderia abarcar os programas de reformas constituintes de seus projetos de civilização. Este modelo de secularização, de matriz galicana, afirmava o catolicismo romano como a religião do Estado imperial e compreendia a Igreja como um seguimento do Estado. Ainda segundo este modelo, o padroado era inerente à soberania dos povos e não concedido pela Igreja. O clero regular era objeto de desconfiança dos estadistas e a Igreja Católica não estava totalmente entregue a jurisdição da Cúria romana. De mais a mais, os cônegos, párocos e capelães eram funcionários do Estado e as igrejas dele eram dependentes. Neste modelo também era admitida a tolerância religiosa,⁷⁶⁶ defendida tanto na Constituição (artigo 179, inciso 5),⁷⁶⁷ quanto no Código Criminal do Império (artigo 191).⁷⁶⁸

⁷⁶⁶ CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 25. DI STEFANO, Roberto. Por una historia de la secularización y de la laicidad en la Argentina..., p. 9-10.

⁷⁶⁷ “V. Ninguém pode ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a Moral pública”. Cf. BRASIL. [Constituição (1824)]..., p. 32.

⁷⁶⁸ “Art. 191. Perseguir por motivo de religião ao que respeitar a do Estado, e não ofender a moral pública. Penas – de prisão por um a três meses, além das mais, em que incorrer”. Cf. BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil..., p. 179.

Diante deste cenário, os protestantes do *Imprensa Evangelica* julgavam ser necessário combater o despotismo católico e implantar o modelo de secularização liberal no Estado. Este modelo de secularização defendia o fim do padroado, a liberdade de consciência e a liberdade religiosa. Igreja e Estado eram instâncias diferentes que deveriam ser independentes e a presença de outras religiões poderia, inclusive, ser benéfica aos católicos, que diante da pluralidade religiosa necessitariam de esforçarem-se a fim de manter a lealdade de seus fiéis. Além disso, para favorecer a imigração era importante retirar o marco jurídico que definia o catolicismo como a religião do Estado e ele deveria ser neutro em relação à religião.⁷⁶⁹ Assim, os maiores obstáculos para o projeto de civilização destes protestantes era a união entre Igreja e Estado, sendo ela marcada pelo despotismo. Tal despotismo teria se instalado na Igreja católica no momento da conversão de Constantino, no século IV. A partir deste momento as doutrinas bíblicas do Cristianismo foram alteradas com o acréscimo do que julgavam ser erros.⁷⁷⁰ Para mais, “o governo da igreja” era “inteiramente despótico” e “todas as tradições e leis da igreja” reprimiam “o desenvolvimento individual e o uso da inteligência de que o homem era dotado”.⁷⁷¹

Logo, a redação do jornal protestante assinalou que havia uma oposição entre a Igreja e o Estado. Na primeira edição de 1867, o jornal explicou em que consistia essa oposição. Começaram o artigo editorial citando um trecho de um escrito de Hugh Miller,⁷⁷² em que se afirmava que “o elemento religioso é o dominante e germinador em toda a sociedade”, de modo que a religião era o fundamento da moral, dos “privilégios sociais” e dos “direitos políticos de um povo”. Entretanto, a elite política brasileira não compreendia esta “verdade”, porque os “projetos e regulamentos” que criavam, não consideravam “a índole e os hábitos religiosos do povo”. Desta forma, a elite política tinha “fé imensa em leis e códigos escritos”, esquecendo que “para a imensa maioria do povo a lei dominante é a que existe só nos hábitos e costumes do povo, criados sob o influxo de ideias e práticas religiosas”.⁷⁷³

⁷⁶⁹ DI STEFANO, Roberto. Por una historia de la secularización y de la laicidad en la Argentina..., p. 10. Idem. Disidencia religiosa y secularización en el siglo XIX Iberoamericano: cuestiones conceptuales y metodológicas..., p. 169.

⁷⁷⁰ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 58.

⁷⁷¹ O ANTAGONISMO entre as instituições políticas e religiosas do paiz. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1867, p. 1-2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷⁷² O texto de Miller foi publicado na edição do jornal de 3 de fevereiro de 1866, mas o pensamento do autor foi mencionado novamente no artigo “O antagonismo entre as instituições políticas e religiosas do paiz” da edição de 5 de janeiro de 1867. Para o texto original de Miller cf. IGREJA PRESBITERIANA DO RIO DE JANEIRO. *CENDOC*. MILLER, Hugh. O elemento religioso dominante. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1866, p. 22-23.

⁷⁷³ O ANTAGONISMO entre as instituições políticas e religiosas do paiz. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1867, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

Além disso, a elite política desconsiderava que as leis do governo eram lidas “por uma fração insignificante dos membros de que se compõe a sociedade”, ao passo que a maioria da população estava “sob a influência do elemento religioso”. Para enunciar sua crítica à união entre Estado e Igreja, a redação do jornal utilizou-se do recurso da suposição para tornar seu argumento menos agressivo. O fato de fazerem parte de uma religião dominada incutia alguns cuidados na apresentação de seus textos políticos, ademais, o discurso político do jornal *Imprensa Evangelica* é muito mais disperso e escasso em comparação ao de *O Apostolo*. Algo que se explica pela dinâmica do campo religioso e pela periodicidade das publicações, o jornal protestante era quinzenal e o jornal católico era semanal. Retornando ao artigo, a redação sugeriu que seus leitores pensassem na seguinte suposição: a Igreja e o Estado estarem em discordância, em todo o Brasil, sobre a direção da sociedade. Enquanto o Estado queria a liberdade e o progresso, a Igreja não queria ajudá-lo neste propósito por ser afeiçoada ao Antigo Regime. Para que se pudesse saber qual seria o resultado desta oposição bastava compreender o que se passava na época.⁷⁷⁴ Era patente ao governo brasileiro e à maior “parte dos brasileiros que pensam por si” que as tradições e as tendências da Igreja eram contrárias ao Estado.

O Estado era uma monarquia constitucional representativa, com leis e instituições liberais “quase republicanas”. Cujas elite política assentia ser necessário “ampliar e garantir os direitos individuais” e “criar associações livres para curarem os interesses morais e materiais do país”, mas a Igreja era despótica. Neste ponto a redação criticou o *ex informata conscientia* afirmando que o clero estava sujeito “às mais revoltantes arbitrariedades”, sem recurso a processo, sem testemunhas de acusação e sem o conhecimento público das razões que levaram a demissão. Suas tradições e leis emperravam o intelecto dos homens, de modo que os “mistérios da religião” não poderiam ser debatidos por ninguém, a Bíblia era vista como um livro perigoso e as missas eram em latim. Diante deste cenário, a redação afirmou, categoricamente, que havia “o mais decidido antagonismo entre a influência da igreja e as instituições do governo e aspirações da maior parte do povo”.⁷⁷⁵ De um lado, o Estado pugnava pela liberdade e o progresso por meio do “concurso de todas as inteligências e vontades esclarecidas e robustecidas por meio de discussões públicas”, e, do outro, “as tradições e a legislação da igreja” eram “petrificações de ideias e de costumes criados sob a influência de um despotismo de dois gládios que dispunham do corpo e da alma do indivíduo talante do pároco

⁷⁷⁴ O ANTAGONISMO entre as instituições políticas e religiosas do país. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1867, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷⁷⁵ O ANTAGONISMO entre as instituições políticas e religiosas do país. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1867, p. 1-2.

e dos abades semibárbaros”.⁷⁷⁶ Desta forma, o Estado dava a legislação, mas a Igreja formava as “crenças e os costumes”, quem, de fato, governava o país? Era a pergunta que a redação fazia ao público. Para quem observava a situação superficialmente era o governo, no entanto, a redação duvidava de tal resposta.⁷⁷⁷

Para solucionar este problema o Estado deveria ser separado da Igreja, como defendeu o Barão Ricas Oli na Itália.⁷⁷⁸ O jornal transcreveu uma carta do barão, a qual apresentava “com admirável clareza a conveniência da separação dos dois poderes e da independência de cada um dentro da sua órbita”. A redação afirmava que este era um “programa do futuro” e que dava “grande importância a carta” por ela abordar “o programa de um dos primeiros governos da Europa”. Por fim, afirmava que a Itália estava sofrendo devido à “confusão entre o poder temporal e o espiritual”, por isso, deveria ser “a primeira a cortar o mal pela raiz”.⁷⁷⁹ Na carta em questão, Ricas Oli constatou que a oposição entre o poder eclesiástico e poder civil na península itálica se dava “porque o primeiro apresentou a sujeição e a imobilidade”, enquanto o poder civil “apresentou a liberdade e o progresso”. Para pôr fim à luta entre os dois poderes somente a liberdade seria a solução, tal como se via nos Estados Unidos. Portanto, era necessário dar à César o que era de César e a Deus o que era de Deus, somente assim “a paz entre a igreja e o estado [sic] não tornará a ser perturbada”.⁷⁸⁰ Desta maneira, a redação do jornal reconhecia que na época existia no Brasil uma oposição entre a Igreja e o Estado, de modo que a união entre os dois impedia que ele alcançasse seus objetivos visando o progresso e a liberdade. A única solução para isto era a separação da Igreja do Estado, instalando-se uma nova realidade político-religiosa em que estas duas instâncias fossem independentes, logo, o jornal defendia a implantação de um Estado laico no Brasil.

Entretanto, a laicidade do Estado não implicava em uma sociedade irreligiosa, para a redação do *Imprensa Evangelica* a liberdade religiosa não causaria a queda do interesse religioso. Comentando e transcrevendo um trecho da seção “Exterior” do jornal ultramontano *Cruzeiro do Brasil*, edição de 16 de abril de 1865, o jornal deixava evidente que nas nações

⁷⁷⁶ O ANTAGONISMO entre as instituições políticas e religiosas do paiz. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1867, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷⁷⁷ O ANTAGONISMO entre as instituições políticas e religiosas do paiz. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1867, p. 26. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷⁷⁸ Neste contexto dos anos 1860 a península itálica passava pelo seu processo de unificação, liderado pelo Piemonte, que chegou a ocupar grande parte dos Estados Pontifícios. Cf. NEVES, Guilherme Pereira das. *A religião do império e a Igreja...*, p. 415.

⁷⁷⁹ A CARTA do Barão Recasoli sobre o Estado e a Igreja. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1867, p. 30. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷⁸⁰ A CARTA do Barão Recasoli sobre o Estado e a Igreja. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1867, p. 31.

onde a religião católica não tinha “a chamada proteção do governo, a liberdade é mais ampla e a Religião Católica cresce mais desassombrada”. Além disso, o país em que a igreja estava mais livre e “verdadeiramente protegida” era os Estados Unidos, embora “nos códigos da Confederação Americana” estivesse determinado que o Catolicismo não era “*a Religião do Estado*”.⁷⁸¹ Para mais, a liberdade religiosa defendida pelo jornal não conduziria à indiferença religiosa. Transcrevendo um aviso do vigário da freguesia de Santana, no qual se anunciava os horários para o ensino do catecismo, a redação declarou que o religioso se encontrava “estimulado ao cumprimento de seus deveres” por causa da “existência e concorrência de uma igreja evangélica”. Assim, o vigário experimentava a pressão que o clero católico da Inglaterra, dos Estados Unidos, chamados pela redação de “países livres”, “há muito tempo reconhecem como salutar”.⁷⁸²

Em suma, para a realização do ideal de civilização cristã do projeto de civilização protestante do *Imprensa Evangelica* era imprescindível que o Estado e a Igreja fossem separados. O grande modelo a ser seguido era o dos Estados Unidos, cuja laicidade de Estado não conduzia a população ao abandono da religião, favorecendo até mesmo os católicos. Com a existência de um Estado laico no Brasil o progresso e a liberdade seriam alcançados com mais facilidade, engendrando a ampliação dos direitos e liberdades individuais, bem como favorecendo o desenvolvimento de uma sociedade moralizada e civilizada. Na defesa de seu projeto de civilização o jornal utilizou-se até mesmo dos argumentos católicos, buscando apropriar-se do discurso católico para fortalecer suas propostas e argumentos. Tal fortalecimento se dava na medida em que o jornal, escrito por membros de uma religião dominada, adotava o discurso da religião dominante. Indicando que tal discurso poderia ser usado e compreendido de outra forma, pois os bens simbólicos e as práticas culturais são objetos de lutas sociais.⁷⁸³ Como tem sido apresentado ao longo deste capítulo, o discurso dos dois jornais seguia a lógica das lutas simbólicas.

O Apostolo, munido de seus princípios ultramontanos, via que era necessário combater a influência do protestantismo, que na sua concepção era um agente da desordem, contendo *per si* a revolução. Ademais, era urgente fazer oposição ao regalismo do Estado, a fim de que os

⁷⁸¹ LIBERDADE Religiosa. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1865, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>. Grifos do autor. EXTERIOR. *Cruzeiro do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1865, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁷⁸² NOTICIÁRIO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1867, p. 136. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁷⁸³ CHARTIER, Roger. *Formas e sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011 a, p. 151-153. (Histórias de leitura).

direitos da Igreja pudessem ser exercidos. Como mencionado no primeiro capítulo, o jornal *O Apostolo* seguiu o modelo de secularização intransigente romano. De acordo com este modelo, o padroado não era intrínseco à soberania do povo, mas apenas uma concessão pontifícia. O catolicismo era a religião oficial e a Igreja era uma sociedade perfeita, vista juridicamente como uma entidade equivalente ao Estado. O dever deste era protegê-la, uma vez que era a igreja da religião oficial. Os direitos da Igreja eram os elementos que lhe conferiam independência e superioridade frente ao governo civil, entretanto, ao passo que ela era independente do Estado, ela deveria ser submissa à Santa Sé. Ademais, o Papa tinha jurisdição sobre todas as igrejas da nação. A tolerância religiosa acarretava a não permissão da liberdade de consciência e de cultos às comunidades dissidentes, portanto, suas celebrações não deveriam ser públicas.⁷⁸⁴

Para o jornal, a Igreja católica brasileira estava completamente privada de sua liberdade devido ao regalismo do Império, de modo que era necessário lutar pela autonomia institucional dela. Assim, por mais contraditório que pareça à primeira vista, uma vez que o modelo adotado pelo *O Apostolo* lembrava uma teocracia, pode-se afirmar que o jornal era um agente da secularização, devido à sua ênfase na defesa dos direitos da Igreja. O que implicava o reconhecimento do Estado e da Igreja como instâncias de poder diferenciadas, que deveriam ser independentes entre si.⁷⁸⁵ No entanto, tal concepção não levou o jornal a adotar a laicidade do Estado, como o fez o *Imprensa Evangelica*. Para *O Apostolo*, a teoria do Estado laico, chamado de “Estado sem religião”, era “ímpia e absurda”. Era ímpia “porque um governo sem religião deveria abster-se de todo culto exterior, o que seria negar praticamente a existência de um Deus autor e criador do homem sociável”, e, era absurda porque isto era algo impossível de se fazer.⁷⁸⁶

⁷⁸⁴ DI STEFANO, Roberto. Disidencia religiosa y secularización en el siglo XIX Iberoamericano: cuestiones conceptuales y metodológicas..., p. 168. Idem. Por una historia de la secularización y de la laicidad en la Argentina..., p. 10.

⁷⁸⁵ SILVA, Ana Rosa Clolet da. Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal *O Apóstolo*..., p. 555. DI STEFANO, Roberto. Disidencia religiosa y secularización en el siglo XIX Iberoamericano: cuestiones conceptuales y metodológicas..., p. 168. SILVA, Ana Rosa Clolet da. As experiências da modernidade e da secularização no discurso ultramontano da segunda metade do século XIX: uma discussão a partir da História dos Conceitos, p. 107.

⁷⁸⁶ A RELIGIÃO do estado e a liberdade de cultos. III. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1867, p. 258. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>. Este texto era de autoria de José Soriano de Souza e foi publicado de forma seriada em várias edições do jornal. Segundo *O Apostolo*, o texto derramava “a luz católica” sobre uma questão de importância magna na época e era “um protesto solene contra as perigosas teorias que circulam, tão ímpias como subversivas à moral”. A autoria do texto foi anunciada na seção “Noticiário” do jornal, em que também era mencionada a publicação de um texto do Cônego M. Tavares da Silva. Cf. NOTICIÁRIO. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1867, p. 232. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

Além do regalismo estatal, o protestantismo era outro impedimento à implantação da visão ultramontana de civilização cristã. O protestantismo era o seu concorrente mais direto pelo capital simbólico do campo religioso.⁷⁸⁷ Em um levantamento realizado no site na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram encontradas 149 ocorrências para o termo “protestantismo” durante o período de 1866 a 1869. Para o jornal, o protestantismo era perigoso, o que remetia à adesão da redação ao *Syllabus* de Pio IX, por ser “todo revolucionário”. Os protestantes em si não eram revolucionários, pois, até mesmo entre eles se encontravam “espíritos sinceramente amigos da *ordem*”. Ao passo que o catolicismo era “a submissão do coração e do espírito à autoridade da Igreja”, o protestantismo era “a negação de toda a autoridade em ponto de religião”. Além disso, segundo o princípio protestante de “que o homem não deve reconhecer autoridade alguma religiosa, não é claro, natural e lógico concluir que não deve mais reconhecer autoridade alguma política ou civil?”. Conforme o articulista, identificado como “Um assignante de Minas”, quem negava a Igreja iria rejeitar a “obediência ao Estado”.⁷⁸⁸

O protestantismo tinha em si “o gérmen da revolta contra toda a autoridade política” e onde quer que tenha sido conclamada a revolta dos cristãos contra o Papa, o povo foi chamado a rebelar-se contra seus monarcas. Ademais, o protestantismo sempre “simpatizou com todas as revoluções” e todos os revolucionários, a fim de conquistarem os “melhores resultados” sempre introduziram “o protestantismo de envolta com a revolução”. Os católicos, a seu turno, deveriam estar alertas, entendendo “bem os homens”, para que não se iludissem “pelo filosofismo moderno a que chamam civilização!”.⁷⁸⁹ Em suma, para o jornal, o protestantismo e a revolução tinham “muita afinidade”. Ambos queriam a liberdade sem limites, “a destruição da autoridade”, “o domínio das massas” e, por conseguinte, “o extermínio da ordem”. Logo, os brasileiros deveriam se prevenir da influência protestante.⁷⁹⁰ Além do perigo do protestantismo, o jornal se manifestou contra o regalismo do Estado em defesa dos direitos da Igreja.

Transcrevendo um artigo do jornal *A Estrella do Norte*, *O Apostolo* afirmou viver tempos infelizes em que o Papa e o catolicismo eram vistos como opositores da liberdade, da

⁷⁸⁷ SILVA, Ana Rosa Clolcet da. Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal *O Apóstolo...*, p. 557.

⁷⁸⁸ UM ASSIGNANTE de Minas. O PROTESTANTISMO e a revolução. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1867, p. 190. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>. Grifos do autor.

⁷⁸⁹ UM ASSIGNANTE de Minas. O PROTESTANTISMO e a revolução. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1867, p. 190-191.

⁷⁹⁰ O APOSTOLO. O aviso de 26 de Novembro de 1868. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 13 de novembro, p. 394. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

civilização e do progresso. Em que “o governo temporal” tinha livre curso para “intervir na administração eclesiástica” e a Igreja era tratada pelo governo como inimiga. Assim, discutiu-se a doutrina do *Jus constitutum e Jus constituendum*, a qual defendia que a Igreja era “uma sociedade distinta da sociedade civil, tendo objeto, leis e autoridades próprias”, em que o governo civil não deveria jurisdicionar sobre as matérias religiosas. Para mais, segundo o Dr. Vilella Tavares, no *Diario de Pernambuco* de 10 de janeiro de 1866, “dar ao governo civil o direito de aprovar ou não as constituições, definições, etc., da santa igreja, e cousas semelhantes, seria fazer o chefe temporal chefe espiritual, o que é protestantismo”. Entretanto, nos casos em que o Estado já tivesse estabelecido sua jurisdição sobre a Igreja, esta autoridade deveria ser respeitada, tal doutrina era risível.⁷⁹¹ E, servia para base dos argumentos regalistas, “para mostrar o direito dos governos civis sobre muitas coisas essencialmente sagradas e eclesiásticas”.⁷⁹²

Ademais, a sociedade civil, cujo fim era “a felicidade natural ou facilitar o conseguimento daquela tal ou qual felicidade que pode o homem alcançar nesta vida”, era distinta da sociedade eclesiástica. Entretanto, para a redação ultramontana de *A Estrella do Norte*, e, por consequência de *O Apostolo*, a independência da sociedade civil não era absoluta. De modo que, ela não tinha o “direito de opor-se às leis de Deus e da Igreja”, pois estes eram os meios para a “bem-aventurança eterna do homem”. Logo, a felicidade intentada pela sociedade civil deveria ser submissa aos veículos de bem-aventurança eterna. Portanto, a Igreja pertencia à esfera da sociedade eclesiástica, à qual a sociedade civil deveria ser subordinada. Era, então, um erro acreditar que a Igreja estava contida na sociedade civil, pois ela era uma sociedade universal na qual a sociedade civil estava inserida. Assim, postula-se uma doutrina cujo primeiro teorema era que: “As matérias que *per si e directè* dizem relação à felicidade sobrenatural e eterna, pertencem à Igreja, e esta pode legislar acerca delas com perfeita independência do governo civil”. Esta proposição se desdobrava em duas aplicações, a primeira estabelecia que “as matérias da competência da Igreja são as que *per si* dizem respeito *directè* à felicidade sobrenatural e eterna porque *indirectamente* qualquer cousa diz respeito à felicidade eterna”.⁷⁹³

⁷⁹¹ JUS constitutum, jus constituendum. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1866, p. 4-5. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷⁹² JUS constitutum, jus constituendum. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 22 de abril de 1866, p. 4. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷⁹³ TRANSCRIPÇÃO. Jus constitutum, jus constituendum. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1866, p. 6. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>. Grifos do autor.

A segunda aplicação do primeiro teorema era que sobre estas coisas “a Igreja é *perfeitamente independente* do poder civil”. Desta forma, a Igreja não poderia sofrer influência de nenhum governo civil, a limitação de seu poder só seria possível no caso de suas ações colidirem com a felicidade da sociedade civil. O que era “impossível”, uma vez que “a Igreja sendo infalível, tendo recebido o poder de ensinar ao gênero humano *todas as cousas* que são necessárias para o conseguimento da bem-aventurança eterna” não poder “errar quando ensina que uma coisa conduz à esta bem-aventurança, e de outro lado esta bem-aventurança nunca pode ser obstáculo à felicidade natural”.⁷⁹⁴ Em conclusão, o primeiro teorema rechaçava o regalismo imperial e afirmava que a Igreja era um poder independente do governo civil, além disso, a sociedade civil deveria ser submissa aos ensinamentos religiosos que esta ministrava, pois eles visavam sua felicidade eterna. O segundo teorema da doutrina sobre as relações entre Estado e Igreja versava que “acerca das leis da igreja o governo, cuja atribuição *ex demonstratis* não é aprovar, ou reprovar, permitir ou proibir, tem *direito* a mesmo tempo *dever* de proteger, com os meios exteriores que possui, a execução *exterior* delas e impedir os obstáculos injustos contra as mesmas”.⁷⁹⁵

Se no primeiro teorema defendeu-se a independência da Igreja em relação à jurisdição civil, no segundo teorema estabeleceu-se o princípio de que ao Estado brasileiro, enquanto um Estado católico, não convinha o beneplácito, como colocado na Constituição, mas a proteção da Igreja, assim como o cumprimento e respeito de suas leis. Desta forma, verifica-se que o discurso do jornal estava alinhado com o modelo de secularização intransigente romano. Tal teorema se sustentava porque o Estado tinha o “direito e dever de proteger os direitos dos associados ou cidadãos”. Por conseguinte, os cidadãos tinham o direito de adquirirem felicidade eterna e de “não encontrarem obstáculos injustos à observância das leis que julgam necessárias a seu último fim”. E a Igreja, “falando ou decidindo pelo órgão de seu chefe supremo e dos bispos a ele unidos”, tinha o direito de ser obedecida, de modo que o governo tinha “o direito e o dever de não permitir as infrações *exteriore*s e públicas às leis da igreja”.⁷⁹⁶

Os “obstáculos injustos” eram “as falsas doutrinas e sofismas que atrapalham e induzem em erro as inteligências fracas e não cultivadas”. O governo deveria reprimir “a violência física, os escândalos públicos e as doutrinas contrárias à verdadeira religião”. O governo do Brasil era omissivo em relação a esses deveres, pois permitia o trabalho aos domingos e a publicação de

⁷⁹⁴ TRANSCRIPÇÃO. Jus constitutum, jus constituendum. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1866, p. 6. Grifos do original. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷⁹⁵ TRANSCRIPÇÃO. Jus constitutum, jus constituendum. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1866, p. 6.

⁷⁹⁶ TRANSCRIPÇÃO. Jus constitutum, jus constituendum. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1866, p. 6.

textos “contrários à religião e à moral”, além disso, queria “intrometer-se na direção mesma das cousas eclesiásticas”.⁷⁹⁷ Em resumo, era necessário que o Estado abandonasse suas tendências regalistas e reconhecesse os direitos da Igreja. Além disso, a função do Estado era a de protegê-la e garantir que suas leis fossem cumpridas, proibindo o trabalho aos domingos e reprimindo a publicação de escritos contrários ao catolicismo. De mais a mais, o jornal afirmava que a Igreja brasileira sempre havia vivido sob a “opressão do governo civil”, tanto durante a colônia, quanto depois da emancipação política do Estado brasileiro. O que acontecia na década de 1860 era a reação da Igreja, principiada pela “preparação de uma geração nova, cheia de fé”, o que assustava membros da elite política. Este medo levava-os “a desprestigiar (para conservação do antigo estado), a autoridade episcopal e a reduzir os Bispos à condição de meros instrumentos do poder civil, negando os altos poderes que lhes foram confiados para governar a Igreja de Deus”.⁷⁹⁸

Para concluir, a redação do jornal *O Apostolo* tinha o seu modelo de civilização cristã ideal calcado numa concepção de secularização intransigente romana, que compreendia a Igreja como portadora de direitos a serem reconhecidos pelo Estado. A estrutura regalista era o principal entrave ao seu projeto de civilização, de modo que era urgente a adoção pela sociedade civil dos teoremas formulados pelo jornal ultramontano *A Estrella do Norte*. Desta maneira se reconheceria a soberania e a superioridade da Igreja frente ao governo civil. O qual, mesmo sendo uma instância diferente da Igreja, deveria servi-la, reprimindo os obstáculos para a execução das leis eclesiásticas. Era, portanto, função do Estado eliminar o que se opunha à plena adoção destas leis pela sociedade civil, o que incluía combater os escritos contrários à religião, principalmente os escritos protestantes, pois o protestantismo era revolucionário. Muito deste posicionamento intransigente romano se refletirá no debate sobre pautas como o casamento civil, a liberdade religiosa e o sepultamento de acatólicos. Era necessário conservar as legislações como elas se encontravam, a fim de que a posição de religião dominante do catolicismo não fosse abalada e os fiéis não perdessem o respeito pela instituição.

Diante do exposto, pôde-se depreender que os projetos de civilização dos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* estavam fundamentados em concepções diferentes acerca do papel do Estado frente a religião. Ambos estavam insatisfeitos com o regalismo do Estado, para o jornal protestante era necessário separá-lo da Igreja e para o jornal ultramontano

⁷⁹⁷ TRANSCRIPÇÃO. Jus constitum, jus constituendum. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1866, p. 6. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁷⁹⁸ O APOSTOLO. A Igreja ante o poder civil. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1866, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

fluminense era urgente que ele reconhecesse seu papel de proteção e não de gestão da religião. Estas posições refletiam os posicionamentos destes grupos religiosos no campo religioso e orientaram a forma como viam questões políticas como o casamento civil, a liberdade religiosa e o sepultamento de acatólicos. Enquanto os protestantes queriam a franca ampliação dos direitos civis dos acatólicos, os ultramontanos queriam reforçar o domínio da Igreja sobre estes temas. Estes ultramontanos viam-se como os detentores legítimos do poder religioso, a eles caberia a direção da sociedade rumo à felicidade eterna. Como visto, a Igreja concebia-se como infalível em suas decisões e ensinamentos, na medida em que o protestantismo passava a questionar este seu direito e pressionar por mudanças políticas que atacavam o seu poder, a reação ultramontana firmou-se.

3.2 Os pomos da discórdia: as principais pautas antagônicas nos projetos de civilização dos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*

As concepções sobre a secularização subjacentes aos modelos de secularização adotados e defendidos por esses jornais influenciaram a forma como entendiam os principais debates político-religiosos dos anos 1860: a liberdade religiosa, o casamento civil e a sepultura eclesiástica. Ao ser pugnador do modelo de secularização liberal, a redação do *Imprensa Evangelica* encontrou meios para expressar seu *habitus* religioso político liberal-conservador. Na medida em que defendeu a instituição da liberdade religiosa, do matrimônio civil e do sepultamento de acatólicos, prezou pela construção de uma civilização liberal, cujo Estado fosse desprendido da Igreja. *O Apostolo*, portando o modelo de secularização intransigente romano, combateu as medidas que engendrassem a perda do poder e autoridade da Igreja, insurgindo-se contra as propostas do Estado que julgava invasivas aos direitos da Igreja e enfraquecedoras do papel do catolicismo enquanto a religião do Estado. O que o levou a pelejar pela manutenção da tolerância de cultos, do matrimônio como sacramento e do direito da Igreja de jurisdicionar práticas fúnebres, dando vazão ao seu *habitus* religioso político conservador-tradicionista católico. Como se pôde notar, os dois jornais continham o conservadorismo como elemento fundante de seus *habitus* religiosos políticos.

Isto se deu devido ao fato de se tratar de grupos religiosos, cujos princípios coincidiam com o pensamento conservador. Vivendo em uma época de divulgação de teorias contrárias aos seus fundamentos religiosos, a redação dos dois jornais apoiou-se no conservadorismo para defender a concepção tradicional sobre o homem. Tanto protestantes como ultramontanos

acreditavam que a vida humana era regida por vontades sobre-humanas, em suma, uma vontade divina que regia os caminhos humanos, o que convergia com o pensamento conservador. Esta compreensão sobre o homem era uma oposição à visão antropocêntrica e secularizada do mundo, que contrariava a visão de mundo tradicional destes grupos religiosos.⁷⁹⁹ Assim, ambos compartilhavam do conservadorismo em seus *habitus* religiosos políticos. Por mais que o *Imprensa Evangelica* se utilizasse dos ideais liberais e *O Apostolo* de postulados tradicionalistas, ambos eram conservadores. O jornal protestante portava um conservadorismo de cariz liberal, enquanto o jornal ultramontano defendia um conservadorismo tradicionalista. Tal diversidade refletia que o pensamento conservador, por mais que tivesse um núcleo de ideais, podia ser adaptado aos interesses dos grupos que o adotava, constatando-se que o conservadorismo não era um pensamento homogêneo.⁸⁰⁰ Tal convergência levou os dois grupos a defenderem a guarda do domingo e a oporem-se ao racionalismo.

3.2.1 Entre a liberdade religiosa e a tolerância religiosa

Como abordado no capítulo 1 desta dissertação, o Estado imperial brasileiro foi construído com uma religião oficial, que era o catolicismo. E seguindo seu modelo de secularização regalista, estabeleceu a tolerância de cultos. No entanto, como este capítulo apresentou, no cenário religioso dos anos 1860 o contingente de acatólicos aumentou, principalmente, o de protestantes. Diante desta questão, o modelo proposto para a tolerância de cultos se mostrou defasado para a época. Ainda que o Estado proibisse a perseguição religiosa, como foi mencionado, regulava que as celebrações acatólicas deveriam ocorrer de forma doméstica ou particular, assim, a religião católica era privilegiada por ser a religião oficial.⁸⁰¹ Além disso, o Código Criminal do Império, em seu artigo 276, proibia a celebração de cultos acatólicos em “casa, ou edifício” que tivesse “alguma forma exterior de Templo, ou publicamente em qualquer outro lugar”. As penas para o delito eram a dispersão do grupo pelo juiz de paz, a demolição do local de culto e multas de dois a doze mil réis, a serem pagas por cada um do grupo.⁸⁰²

⁷⁹⁹ SILVA, Antonio Ozaí da. O Pensamento Conservador..., p. 54. KOLAR, Fabio; MÜCKE, Ulrich. Introducción..., p. 15.

⁸⁰⁰ SILVA, Antonio Ozaí da. O Pensamento Conservador..., p. 54.

⁸⁰¹ BARROS, Roque Spencer M. de. Vida Religiosa..., p. 319.

⁸⁰² BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil..., p. 193.

Entretanto, o contexto de meados do século XIX possibilitou o fomento do debate. A extinção do tráfico negreiro em 1850 provocou o interesse político pela pauta da imigração europeia, com a finalidade de se angariar mão de obra livre. Logo, emergiu o debate sobre a liberdade de religião como forma de resolução de conflitos e como um facilitador da povoação do Império por meio da imigração de europeus.⁸⁰³ Nos anos 1860, este debate se tornou mais constante na arena pública, políticos como o deputado Aureliano Cândido Tavares Bastos e o senador Cândido Mendes de Almeida dedicaram-se a debater sobre o tema. Além disso, a criação dos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*, e outras publicações de linhas editoriais variadas, também discutiram o assunto da liberdade religiosa. Nestes debates, os protestantes buscaram opor-se ao pensamento ultramontano, que por sua vez, defendia que a Igreja deveria gerir-se de forma autônoma e a Encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus* reforçavam este posicionamento ultramontano.⁸⁰⁴ Opondo-se ao ultramontanismo e ao regalismo do Estado, o jornal *Imprensa Evangelica* defendeu a implantação da liberdade religiosa no Brasil.

Em 1866, o jornal publicou uma série de artigos comentando quatro opúsculos dedicados ao tema da liberdade religiosa, os quais eram: *Doze proposições sobre a legitimidade religiosa da verdadeira tolerância dos cultos* (1864), assinado por Ephraim; *Da liberdade religiosa no Brazil: estudo de Direito Constitucional* (1865) de Antônio Joaquim de Macedo Soares; *A liberdade religiosa segundo o Sr. Dr. A. J. de Macedo Soares: magistrado brasileiro* (1866), anônimo; e, *Exposição dos verdadeiros princípios sobre que se basêa a liberdade religiosa, demonstrando ser a separação entre a Igreja e o Estado uma medida de direito absoluto e de suma utilidade* (1866), assinado por Melasporos.⁸⁰⁵ Para o *Imprensa Evangelica*, as ideias de Ephraim e Macedo Soares visavam colocar a razão acima da fé, o panfleto sem autoria em resposta ao texto de Macedo Soares era um representante das ideias do clero ultramontano, e, por fim, a resposta de Melasporos à Macedo Soares apresentava ideias relativas à separação do Estado da Igreja, isto é, a laicização do Estado.⁸⁰⁶ Para concluir, o jornal sustentava a “concessão da liberdade de consciência e de cultos”, devido à soberania que tinham as consciências individuais. Assim, se poderia assegurar a liberdade e o livre debate sobre os temas religiosos.⁸⁰⁷

⁸⁰³ CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 34-35.

⁸⁰⁴ Ibid. p. 86-89.

⁸⁰⁵ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 107-108.

⁸⁰⁶ Ibid. p. 122-123.

⁸⁰⁷ A QUESTÃO da Liberdade religiosa no Brasil. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1866, p. 97-98. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

Para defender a liberdade religiosa o jornal também se utilizou de comentários sobre o andamento desta questão em outros países. Ao abordar esse assunto na Áustria em sua seção “Noticiário”, a redação colocou que somente a liberdade religiosa poderia garantir a liberdade política e que querer usufruir desta sem o livre curso daquela era impraticável. Por meio da complementariedade entre os “interesses políticos e religiosos” diversas nações em breve garantiriam “o livre exercício dos direitos da consciência individual”. Em seguida, comentou a notícia de que a Câmara dos deputados austríaca havia votado “um projeto de liberdade de culto, mesmo contra a vontade do ministro dos negócios eclesiásticos que apenas queria a liberdade de consciência”.⁸⁰⁸ A redação celebrou esse fato e afirmou que “a vez do Brasil” chegaria. Era necessário aguardar tranquilo “o dia em que o povo se desenganará dos políticos retrógrados”.⁸⁰⁹

Em 1869, o jornal assinalou o ressurgimento do debate sobre a liberdade religiosa no Brasil, uma discussão “um tanto amortecida” que tomava “novo alento”.⁸¹⁰ A liberdade religiosa não importava apenas aos “interesses materiais do país”, mas ao próprio “espírito brasileiro”, que se sentia “abafado no ar mefítico que se exala desse corpo amortalhado nos hábitos da idade média [sic], a que se dá o nome de igreja romana”. Este nome remetia, para o jornal, à “união nefanda entre a igreja e o estado efetuada por imperadores romanos e perpetuada sob papas coroados até que no fruto bastardo que ela produz não é possível ao homem desprevenido reconhecer mais a igreja cristã”.⁸¹¹ Ademais, a discussão sobre a liberdade religiosa não era mais “motivada pelo simples desejo de garantir os direitos do estrangeiro entre nós”, mas também “pelo instinto de conservar a nossa própria vida social”.⁸¹² Neste argumento nota-se que a redação do jornal buscava ampliar o alcance da pauta da liberdade religiosa, afirmando que esta não era mais uma pauta cara aos estrangeiros acatólicos, mas que era importante para todos os cidadãos brasileiros. Pois, o espírito dos cidadãos brasileiros encontrava-se preso ao catolicismo romano, visto pelo jornal como retrógrado. Além disso, o editorial também deixou evidente, mais uma vez, a sua desaprovação ao regalismo que

⁸⁰⁸ NOTICIÁRIO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1867, p. 135-136. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁸⁰⁹ NOTICIÁRIO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1867, p. 136.

⁸¹⁰ IMPRENSA EVANGELICA. A Liberdade religiosa – Sepultura ecclesiastica – Conferencia radical. *A Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1869, p. 57. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁸¹¹ IMPRENSA EVANGELICA. A Liberdade religiosa – Sepultura ecclesiastica – Conferencia radical. *A Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1869, p. 57.

⁸¹² IMPRENSA EVANGELICA. A Liberdade religiosa – Sepultura ecclesiastica – Conferencia radical. *A Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1869, p. 57.

unia a Igreja ao Estado, tal união havia até mesmo descaracterizado a igreja católica enquanto uma igreja cristã.

Na edição de 1º de maio deste mesmo ano, o jornal publicou o discurso de José Liberato Barroso⁸¹³ sobre a liberdade de cultos, proferido na Conferência radical de 4 de abril de 1869, a publicação se deu em forma de suplemento àquela edição.⁸¹⁴ A publicação da conferência na íntegra foi realizada em 25 de maio de 1869 no jornal *Opinião Liberal*, o qual informava aos seus leitores que não concordava com todas as ideias de Barroso sobre a religião. A conferência tinha sido feita em uma casa na rua da Ajuda e assistida por cerca de cem pessoas. Barroso começou seu discurso apontando sobre a negação de sepultura eclesiástica ao general Abreu e Lima e se classificou como um indivíduo católico.⁸¹⁵ Depois, defendeu a liberdade de consciência, afirmando que os homens tinham direito de poderem comunicar as suas respectivas ideias sobre Deus. Para mais, os homens também deveriam ser livres para escolherem seu culto e caso ele encontrasse empecilhos nos costumes ou nas leis do país em que residia, ele tinha a sua cidadania limitada. Portanto, era uma violência ao espírito dos homens e à vontade de Deus não permitir a liberdade religiosa. A liberdade religiosa era uma verdade que não precisava ser demonstrada, mas tão somente dita, isto é, anunciada e divulgada.⁸¹⁶

Assim, a única solução era que a Igreja e o Estado fossem livres da união. Ainda que se temesse que a Igreja Católica, livre da influência do governo, espraiasse por meio de seu ensino a intolerância, a superstição, o fanatismo e a teocracia, devia-se deixá-la livre. Pois, reprimi-la era negar a liberdade. Por fim, Barroso abordou também o tema da colonização, isto é, a imigração. Nesta questão ele admitiu que enquanto o Império fosse organizado de modo a obstaculizar a liberdade de cultos e os cidadãos de outros países não poderem exercer sua religião em sua família e na sociedade, todas as medidas políticas adotadas para resolver o problema da imigração não surtiriam efeito.⁸¹⁷ Em sua edição de 17 de abril de 1869, o jornal comentou sobre a conferência radical. Primeiramente, a redação afirmou não concordar que estas conferências fossem aos domingos, pois este era o dia consagrado “ao culto público e

⁸¹³ José Liberato Barroso (1830-1883) nasceu na província do Ceará e era filho de militar. Tinha bacharelado em leis pela Faculdade de Direito do Recife, foi advogado e político, sendo deputado geral pelo Ceará, entre 1864 e 1866, e ministro do Império durante o gabinete de Francisco José Furtado. Foi deputado novamente pelo Ceará, entre 1878 e 1881, presidente da província de Pernambuco, em 1882, e professor da Faculdade de Direito do Recife, além disso, foi escritor e deixou diversas obras. Cf. CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 86, nota 5.

⁸¹⁴ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade*..., p. 124.

⁸¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”..., p. 86-88.

⁸¹⁶ Ibid. p. 90-93.

⁸¹⁷ Ibid. p. 97-99.

particular de Deus; dever de todo homem, máxime daqueles que querem ser reformadores e assentar em bases sólidas o edifício social”.⁸¹⁸

A redação afirmou ter sido convidada a assistir a conferência, entretanto, por ela ser no domingo, declinou o convite. Com a publicação do discurso, a redação pôde então tomar conhecimento do debate. Alegraram-se muito “de ver a questão em melhor terreno do que aqueles escolhidos por *Efraim* e o *Sr. Dr. Soares*. Já não é preciso ser descrente para ser liberal”. No entanto, admitiram discordar de alguns pontos do orador, como a ideia de o cristianismo ter sido criado por homens. Para a redação, o cristianismo não precisava de homens para ser conservado.⁸¹⁹ Em suma, notou-se a partir do exposto que para o jornal protestante a liberdade religiosa era algo imprescindível para a época. Além disso, esta pauta não se tratava de uma questão importante apenas para a comunidade acatólica estrangeira, mas para toda a sociedade brasileira. Pois, era urgente que a hegemonia católica fosse quebrada no campo religioso brasileiro. Esta defesa da liberdade religiosa, fundamentada na ideia de liberdade de consciência, se coadunava com o modelo de secularização liberal adotado pela redação. Sua civilização cristã ideal era uma sociedade laica com pleno gozo da liberdade religiosa. Todavia, sua luta pela liberdade religiosa não estava ancorada no racionalismo. Sua adesão às doutrinas bíblicas do cristianismo⁸²⁰ os aproximava do pensamento conservador.

O Apostolo, por sua vez, lutou contra a liberdade religiosa e colocou em discussão a questão da liberdade da Igreja. Para o jornal, a liberdade religiosa contrariava o disposto na Constituição em seu artigo quinto e a liberdade de culto para os protestantes e o seu proselitismo eram crimes contra o Estado e a Igreja. Ao invés de se defender a liberdade religiosa, se deveria atentar para a liberdade da Igreja, a qual consistia em permitir a autonomia institucional dela, portanto, afastavam-se da ideia de liberdade religiosa liberal.⁸²¹ Sendo o Brasil um país católico, somente o catolicismo poderia usufruir da liberdade de culto, permitir que esta liberdade fosse estendida a todos os cultos praticados no Império era ofender a sociedade e isso jamais seria capaz de conduzir a nação ao progresso e à perfeição. A liberdade religiosa era um erro e

⁸¹⁸ IMPRENSA EVANGELICA. A Liberdade religiosa – Sepultura ecclesiastica – Conferencia radical. *A Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1869, p. 57. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁸¹⁹ IMPRENSA EVANGELICA. A Liberdade religiosa – Sepultura ecclesiastica – Conferencia radical. *A Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1869, p. 57-58. Grifos do autor.

⁸²⁰ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 179.

⁸²¹ SILVA, Ana Rosa Clochet da. As experiências da modernidade e da secularização no discurso ultramontano da segunda metade do século XIX: uma discussão a partir da História dos Conceitos. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO. 6, 2017, Goiás. *Anais [...]*. Goiás: Anptecre/PUC-Goiás, 2017, p. 105-107. Disponível em: <https://www.anptecre.org.br/downloads>. Acesso em: 12 abr. 2022.

causaria a divisão do povo. Desta forma, somente o catolicismo poderia aperfeiçoar o espírito humano, enquanto as outras religiões eram falsas e más.⁸²² Assim, o jornal condenou a liberdade religiosa, mas assinalou a tolerância religiosa como uma solução para a prática das religiões dissidentes. Esta tolerância consistia apenas na liberdade de culto doméstico, outros direitos como o casamento civil eram negados.⁸²³

Nesta defesa da tolerância de cultos, o jornal mostrava o teor conservador de seu discurso, na medida em que rejeitava mudanças na legislação. De mais a mais, via-se também neste posicionamento a marca de seu modelo de secularização intransigente romano, que como citado acima, era favorável à tolerância dos cultos acatólicos domésticos, jamais públicos. Deste modo, encontraram-se no jornal artigos favoráveis à tolerância de cultos e extremamente críticos à liberdade religiosa. Em uma série de artigos de 1866, a redação esclareceu sua concepção de tolerância religiosa. No primeiro artigo desta série, os ultramontanos defenderam-se da pecha que lhes impunham de serem intolerantes e assinalaram que a sua crença de que professavam a religião “única e verdadeira” não os tornava intolerantes. Nisto cabia distinguir a tolerância civil da tolerância doutrinária. Depois, criticaram aqueles que queriam abolir a palavra tolerância das leis e afirmaram que aqueles que toleram, não aprovavam, mas sofriam. Em seguida, defenderam que tal deveria ser a expressão da lei, uma vez que ela era produzida por legisladores que criam “que princípios opostos” não podiam ser certos.⁸²⁴

No artigo seguinte, a redação defendeu-se de ser um obstáculo a afluência de estrangeiros no país, discutiu o tema dos casamentos acatólicos e afirmou que não era possível exigir dos católicos tolerância doutrinária, apenas civil:

Não condenamos que no país, a que afluem estrangeiros de toda a parte, que precisa mesmo de animar a emigração [sic] para o seu solo, conceda o governo garantias civis às uniões contraídas nos cultos dissidentes; é isto que chamamos de tolerância civil; mas que se nos queira impor o respeito a essas uniões formuladas segundo o arbítrio do homem e o termómetro das paixões, dissolúveis conforme o capricho de suas sensualidades, como se fora o matrimônio católico, cuja instituição temos por Divina, seria exigir uma tolerância doutrinária que nenhum homem pode impor a outro.⁸²⁵

Portanto, para os ultramontanos, reconhecer os casamentos acatólicos como legítimos seria ser tolerante doutrinariamente. Além disso, a redação advertia que o que se queria não era

⁸²² MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 133-134.

⁸²³ CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX...*, p. 94.

⁸²⁴ O APOSTOLO. A tolerancia religiosa. I. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 21 janeiro de 1866, p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁸²⁵ O APOSTOLO. A tolerancia religiosa. II. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1866, p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

“a liberdade civil das seitas protestantes”, mas “o seu triunfo sobre a Religião Católica”.⁸²⁶ Neste ponto, verifica-se que o discurso ultramontano reverberava a dinâmica do campo religioso. Sua negação à liberdade e sua definição da tolerância religiosa como tolerância civil, buscavam assegurar sua posição de religião dominante. Caso cedessem, o protestantismo assumiria o seu lugar, segundo o pensamento da redação do jornal. No artigo sucessor, a redação se pôs a discutir a questão da imigração e sobre a tolerância afirmou que ela não era indiferença. Transcrevendo um trecho da obra *Melanges religieuses, philosophiques*, de Balmes, a redação justificava que “a sociedade pode abrigar em seu seio homens de diversas religiões, deixá-los viver em paz, não inquietá-los em suas convicções, sem todavia ser ela indiferente”.⁸²⁷

Disto a redação concluía que enquanto indivíduos e enquanto nação, não se deviam “ser indiferentes ao elemento religioso” que viria para o Brasil por meio da imigração. Ademais, não era possível, racional ou patriótico “que para favorecer a emigração [sic]” se sacrificassem os princípios católicos.⁸²⁸ No artigo seguinte, a redação definiu, finalmente, o que entendia por tolerância:

Entendemos a tolerância na sua significação própria, genuína, imparcial: tolerância para todos, tolerância como nos ensinou o Divino Mestre, o tolerante em excelência como Deus que é; tolerância para pecadores, como Madalena, tolerância para os Fariseus, como Simão; para os publicanos, como o que orava no templo; para os Saduceus, espécie de protestantes daquela época; tolerância para os ladrões, como Dimas, que expirou santo ao pé da cruz.

Mas de toda essa tolerância tão universal, tão ampla, tão majestosa e infinita como a caridade, cujo efeito é; quem há que possa logicamente concluir que se deve tolerar o erro e o crime a ponto de tê-los como verdade e virtude?⁸²⁹

Logo, para os ultramontanos, tolerar era suportar, mas não aceitar. Uma vez que os objetos de tolerância estavam enredados por erros. Isto era praticar a tolerância civil e não a tolerância doutrinária, por isso, não se podia legitimar o casamento acatólico como equivalente ao matrimônio civil. A tolerância não permitia espaço para a indiferença em matéria de doutrinas religiosas. De mais a mais, o jornal julgava que na época se abusava da palavra tolerância, tanto no âmbito religioso, quanto no âmbito político. Para o jornal, não era

⁸²⁶ O APOSTOLO. A tolerancia religiosa. II. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1866, p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁸²⁷ O APOSTOLO. A tolerancia religiosa. III. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1866, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁸²⁸ O APOSTOLO. A tolerancia religiosa. III. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1866, p. 2.

⁸²⁹ O APOSTOLO. A tolerancia religiosa. VIII. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1866, p. 1-2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

necessário ampliar os direitos dos acatólicos, porque a tolerância religiosa existente no Brasil era suficiente:

Nação nenhuma do mundo tem o característico da tolerância mais saliente do que o nosso caro Brasil, onde aportam milhares de estrangeiros em busca de haveres que não encontram na pátria, e livremente exercem sua profissão, e donde voltam para o torrão natal com bens que os abrigam da miséria. Nos brasileiros encontram afabilidade, relacionam-se em suas famílias, exercitam livremente suas crenças religiosas; nem o título de estrangeiro, nem esta diferença são em caso algum obstáculos para o desenvolvimento daquelas práticas amistosas que cultivam os povos civilizados. Assim entendida a tolerância, assim praticada, nós a compreendemos. O que não compreendemos, porque povo nenhum também compreende, é a intervenção estrangeira na nossa política; é a intervenção dos dissidentes na nossa crença, porque constituem elas princípios que só competem aos nacionais.⁸³⁰

Em suma, para o jornal, era necessário manter a legislação tal como estava, sem adicionar a inovação da liberdade religiosa. Mantendo a tolerância religiosa, os estrangeiros dissidentes poderiam viver no Brasil e não era possível exigir dos católicos que reconhecessem seus casamentos como legítimos, ou que se admitisse a ampliação de seus direitos civis e políticos, pois, não se podia admitir que estrangeiros decidissem sobre a política nacional ou intervissem na religião. Em suma, o jornal condenou a liberdade religiosa em suas páginas e apontou que a tolerância religiosa era a saída. No entanto, esta tolerância era entendida de uma forma específica, jamais significando a tolerância doutrinária, isto é, a indiferença religiosa. Os católicos e o Brasil não deveriam proibir a entrada de estrangeiros acatólicos no país, mas não poderiam concordar que suas práticas religiosas eram legítimas ou que mudanças fossem feitas na legislação para lhes favorecer.

A redação não se eximiu de condenar a conferência radical de José Liberato Barroso sobre a liberdade de cultos. Para o jornal, a tese da liberdade de cultos era perigosa e justificou sua afirmação mencionando que “como perigosa e prejudicial à sociedade, foi declarada pela encíclica *Quanta cura* (no silabo que a acompanhou), pelo Santo Padre Pio IX, a tese sustentada pelo conselheiro José Liberato Barroso”.⁸³¹ Em seguida, o jornal afirmou que Barroso ia contra o ensinamento da Igreja e, por isso, não deveria ter o crédito dos católicos. Para mais, a adoção da liberdade de cultos, como defendida por Barroso, era um erro, logo, “o elemento da desordem”, por isso deveria ser objeto de rejeição. O discurso de Barroso era permeado pelo racionalismo, agressões ao clero pelo uso dos termos “*fanatismo, clericalismo, jesuitismo*”.

⁸³⁰ CHRONICA DA SEMANA. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1868, p. 13. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁸³¹ O APOSTOLO. 18 de Abril de 1869. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1869, p. 121. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

Além disso, ao se dizer filho da Igreja Católica o orador se contradizia ao proferir um discurso contra os seus ensinamentos. Para a publicação, a liberdade de cultos servia “para secularizar tudo”, em seguida, condenaram a afirmação de Barroso de que o cristianismo era uma “obra do homem”.⁸³² Neste último ponto, vê-se que *O Apostolo* fez a mesma crítica que a redação do *Imprensa Evangelica*.

Prosseguindo em sua crítica à conferência radical, o jornal afirmou que o artigo quinto da Constituição não era uma coerção e nem imposição às consciências. Era direito do catolicismo ser a religião oficial e os legisladores da época foram coerentes em mantê-la de posse desse direito “tão sagrado e inviolável”. De mais a mais, estes legisladores, visando a imigração, abriram exceções para o exercício dos cultos acatólicos, limitando-os “à prática particular para que a concorrência pública da verdade com o erro não resultasse o escândalo de ser equiparada à religião verdadeira, a que não tem em si sinais característicos da verdade”. Ademais, o próprio catolicismo não poderia “admitir essa tolerância de doutrina, que repugna à razão, porque seria pactuar com o erro”.⁸³³ Neste ponto vê-se, mais uma vez, que o jornal defendia a tolerância de cultos tal qual estava determinada pela Constituição, e, reafirmava a posição do catolicismo enquanto a religião dominante do Império. Manter a legislação desta forma era primordial para que o catolicismo não fosse equiparado às demais religiões, isto é, perdesse seu monopólio de gestão do sagrado.

Para mais, o jornal ultramontano esclareceu a necessidade de se manter a tolerância de cultos, e, por conseguinte, rejeitar a liberdade de cultos:

Sejamos bem claros: uma nação católica, atentas [sic] às circunstâncias peculiares de sua organização, pode tolerar de acordo com a autoridade e suprema guarda das verdades eternas, que os dissidentes pratiquem sem estrondo, e sem ostentação o culto que professarem, mas nunca que ensinem, propaguem por meio da pregação os erros que seguem.

Não porque haja perigo de ser vencida e destruída a religião verdadeira, não, pois a verdade não pode ser suplantada, mas em benefício dos homens que podem ser arrastados, e tornarem-se vítimas do erro.

É este mal, além de outros, que se pretende evitar, quando se combate a liberdade religiosa, de cultos, etc [sic].

É contra este abuso que os católicos brasileiros clamam, e chamam a atenção dos governos para essa propaganda pública e escandalosa, que se está fazendo em cada rua das cidades do Brasil.

⁸³² O APOSTOLO. 18 de Abril de 1869. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1869, p. 121-122. Grifos do autor. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁸³³ O APOSTOLO. 18 de Abril de 1869. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1869, p. 122.

E quando o clero brada contra isto; e quando o jornalismo católico interpela os governos e combate a arrogância dos propagandistas, ai deles! fanáticos [sic] ignorantes, que querem opor barreiras à liberdade de consciência!⁸³⁴

Assim, a liberdade religiosa promoveria o engano e o distanciamento dos homens da religião católica, vista como a única e verdadeira. O ensino público das religiões dissidentes poderia enfraquecer a legitimidade do catolicismo enquanto religião dominante. Por isso, cabia apenas continuar tratando os dissidentes acatólicos com tolerância, sem jamais permitir que seus ensinamentos se tornassem públicos. Por fim, a redação do jornal, neste longo editorial, respondeu a proposta de Barroso para a imigração. Para *O Apostolo*, não era “a falta de liberdade religiosa” um empecilho para a imigração, porque os imigrantes tinham “liberdade para exercer seu culto, em suas colônias tem casas de oração e pastores pagos pelo governo”. O que realmente faltava era “viação que ligue os pequenos povoados aos grandes centros de comércio, boas estradas que facilitem o transporte de gêneros e que assegurem ao colono, pela rapidez e comodidade da viagem, um preço razoável aos seus produtos agrícolas e industriais”.⁸³⁵

Para concluir, acerca do debate sobre o tema da liberdade religiosa notou-se que os dois jornais se manifestaram sobre a questão. O *Imprensa Evangelica* apoiou a medida, julgando-a necessária não só para os estrangeiros acatólicos, mas para a sociedade brasileira como um todo. Em oposição ao discurso protestante e liberal, *O Apostolo* condenou a liberdade religiosa e empenhou-se em defender uma concepção própria de tolerância religiosa. Ademais, a redação reafirmava que a liberdade religiosa não era necessária para facilitar a imigração, mas sim o melhoramento dos transportes do Império. Estes posicionamentos alinhavam-se com os modelos de secularização defendidos pelas redações destes periódicos. Para alcançar seu projeto de civilização protestante o *Imprensa Evangelica* defendeu a separação da Igreja do Estado, o que conduzia à garantia de liberdades e direitos para os acatólicos. O projeto de civilização de *O Apostolo* necessitava um Estado reconhecedor da liberdade da Igreja, que a protegesse da divulgação pública de religiões que lhe contrariassem. Nesse sentido, o jornal defendeu a manutenção da tolerância de cultos, julgando como desnecessária e perigosa a liberdade religiosa.

⁸³⁴ O APOSTOLO. 18 de Abril de 1869. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1869, p. 122. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁸³⁵ O APOSTOLO. 18 de Abril de 1869. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1869, p. 123. Grifos do autor.

3.2.2 Entre o sacramento do matrimônio e o casamento civil

Conforme foi trabalhado no primeiro capítulo deste trabalho, o casamento no século XIX era regulado pela Igreja Católica, a qual o definia como um sacramento. Entretanto, como também foi examinado no referido capítulo, o contexto de meados do século XIX exigiu a tomada de uma posição dos estadistas imperiais: era necessário regulamentar os casamentos daqueles que não professavam a religião do Império. Nesse sentido, foram criados os decretos 1.144 e 3.069, contudo, estas legislações não foram capazes de calar as demandas pela instituição do casamento civil. Assim, projetos foram criados, mas não aprovados, o que fomentava ainda mais a discussão desta pauta. Diante deste impasse, os protestantes do *Imprensa Evangelica* empenharam-se na defesa do casamento civil e no questionamento do caráter sacramental do matrimônio. Para estes protestantes, o casamento era fundamentado no “assentimento das partes”, o qual formava “um contrato indissolúvel”. No entanto, era “indispensável” que houvesse “alguma cerimônia pública que confirmasse semelhante assentimento”.⁸³⁶ Assim, a redação protestante encorajava seus fiéis a terem seus matrimônios regulados, não admitindo a prática do concubinato.⁸³⁷ No entanto, o jornal reconhecia que a legislação matrimonial da época impunha muitas dificuldades. As leis e os costumes do Império colocavam em descrédito e retardavam “o casamento dos que querem casar-se”.⁸³⁸

Além disso, criticou também os “votos de continência” à que tanto homens quanto mulheres se achavam “presos”, sem que pudessem ser capazes de cumpri-los. Para mais, a redação afirmava que muitas famílias existiam “sem o laço do casamento simplesmente por causa das delongas, exigências e despesas indispensáveis para obter os papéis de um casamento regular”.⁸³⁹ Desta forma, o jornal protestante registrava sua insatisfação com a legislação matrimonial da época, legislada pelo direito canônico das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, como se viu, que cerceava o matrimônio de banhos, denúncias, impedimentos e dispensas. Mesmo o casamento dos acatólicos estava também permeado pelos banhos e denúncias, como foi abordado no primeiro capítulo deste trabalho. De mais a mais, o jornal afirmava que papel e tinta seriam suficientes para converter “muitas casas de

⁸³⁶ O SACRAMENTO do baptismo. *Imprensa Evangelica*, 16 de novembro de 1867, p. 170. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁸³⁷ Isto é, uma união com estabilidade e durabilidade, sem implicações de coabitação. Cf. FARIA, Sheila de Castro. Concubinato. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 130.

⁸³⁸ INSTRUCÇÃO e culto domestico. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1866, p. 139. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁸³⁹ INSTRUCÇÃO e culto domestico. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1866, p. 139.

prostituição em famílias decentes”. Desta maneira, a legislação matrimonial fazia o povo adulterar, “pois quem faz outrem adulterar comete ele mesmo adultério. S Mat. V, 32”.⁸⁴⁰

Diante do exposto, aponta-se que os protestantes do *Imprensa Evangelica* discordavam sobre a forma como o casamento era realizado no Brasil. As exigências e demoras causavam, para eles, a prática da imoralidade pelo povo, com a formação de famílias sem a cerimônia de casamento. A redação do jornal também se dedicou a questionar o teor sacramental do matrimônio, tal como defendido pela Igreja Católica. Primeiramente, criticou que nos folhetos “de todos os tamanhos” que viam circular na sociedade imperial, nos quais alguns defendiam o casamento como sacramento e outros negavam esta ideia, seus autores não buscaram dar “uma ideia do significado do termo e das modificações por que ele tem passado”. Para mais, também questionou aos “senhores deputados” que “sustentam ser o matrimônio *Sacramento*, em que sentido deve ser tomada semelhante palavra?”.⁸⁴¹ Analisando a *Vulgata* e a tradução da bíblia do padre Figueredo, o jornal afirmou que ambos traduziram o termo grego *musterion* como mistério, sacramento e segredo. Para mais, a redação afirmava que o termo sacramento “nunca foi empregado quer por Cristo quer por seus Apóstolos em referência a qualquer rito hoje considerado como sacramento, e muitas vezes foi empregado em referência a cousas que ninguém tem por sacramentos”.⁸⁴²

O jornal, em seguida, analisou a passagem que se utilizava para caracterizar o matrimônio como sacramento: “o verso 32 do Cap. V da Epístola aos Efésios”.⁸⁴³ O qual apresentava o seguinte: “Grande é este mistério: digo porém *isto* de Cristo e da igreja”.⁸⁴⁴ Ao analisar esta passagem, a redação afirmava que o que se chamava “*musterion* é a união mística entre Cristo e a igreja, e não o matrimônio entre homens e mulheres. Paulo mesmo o diz, acrescentando as palavras: ““digo em Cristo e na igreja”, isto é, falo acerca de Cristo e da igreja,

⁸⁴⁰ INSTRUCÇÃO e culto domestico. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1866, p. 139. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>. O versículo citado continha o seguinte: Mateus 5. 32: “Porém eu vos digo, que qualquer que repudiar sua mulher sem ser por causa de fornicção, faz que ela adultere; e, qualquer que casar com a repudiada, adultera”. Cf. BÍBLIA. Português. *A Biblia Sagrada contendo o velho e o novo testamento traduzido em portuguez pelo padre João Ferreira D’Almeida revista e correcta...*, p. 959.

⁸⁴¹ IMPRENSA EVANGELICA. O que é um Sacramento. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1866, p. 137. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>. Grifos do original.

⁸⁴² IMPRENSA EVANGELICA. O que é um Sacramento. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1866, p. 138.

⁸⁴³ IMPRENSA EVANGELICA. O que é um Sacramento. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1866, p. 138.

⁸⁴⁴ BÍBLIA. Português. *A Biblia Sagrada contendo o velho e o novo testamento traduzido em portuguez pelo padre João Ferreira D’Almeida revista e correcta...*, p. 1178. Grifos do autor.

a cuja união cabe o termo *musterion*”.⁸⁴⁵ Portanto, o que se referia no texto era a união entre Cristo e sua igreja e não a “união estabelecida por casamentos entre homens e mulheres”. Para esclarecer, a redação mencionava que o termo *musterion* significava “mistério ou segredo revelado. No plural, certos ritos religiosos, profundos segredos religiosos, em que se carecia ser iniciado”. Esta definição o jornal transcreveu de um de seus melhores dicionários de grego.⁸⁴⁶ No artigo dedicado à análise do sacramento do matrimônio, o jornal demonstrou que não havia um consenso entre os teólogos católicos sobre o tema e que não era lógico que neste sacramento fossem os ministros aqueles que se casavam. Ironizou que um herege podia se casar com uma cristã desde que obtivesse “a devida dispensa da disparidade de cultos”.⁸⁴⁷

Mostrou seu desagrado com o estatuto de sacramento conferido ao casamento, apontando que tal situação era algo infeliz. Porque o casamento sendo um sacramento estava “sujeito às taxas e delongas da câmara eclesiástica”. E nesta instância se gastava muito papel, do tipo mais caro, de modo que “as classes pobres” se acostumavam “a dispensar as formalidades do casamento regular e válido”. Era necessário que o governo criasse uma lei que estabelecesse “o casamento civil livre de despesas”, a fim de moralizar a Corte. Em adição, a redação advertia que caso o governo fizesse uma “estatística das famílias regular e legitimamente constituídas”, ficaria evidente “o fato horroroso, que a maioria da nossa população vive em concubinato”. E ao se perguntar a classe pobre “sobre o motivo desta vergonhosa relaxação de costumes” muitos respondiam “que o sacramento do matrimônio é muito caro para gente pobre”.⁸⁴⁸ Desta forma, o jornal defendia a instituição do casamento civil para toda a sociedade brasileira, não apenas para os acatólicos. Esta era uma medida necessária para que se pudesse moralizar o povo. Portanto, o matrimônio regido pelo direito canônico e as leis para os matrimônios acatólicos eram insuficientes, a solução era o casamento civil realizado sem despesas caras demais.

A redação também criticou a forma como os casamentos mistos eram celebrados, para ela a solução também era o casamento civil. Ela transcreveu um artigo do *Jornal do Commercio*,

⁸⁴⁵ IMPRENSA EVANGELICA. O que é um Sacramento. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1866, p. 138. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>. Grifos do autor.

⁸⁴⁶ IMPRENSA EVANGELICA. O que é um Sacramento. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1866, p. 138. Grifos do autor.

⁸⁴⁷ IMPRENSA EVANGELICA. O que é um Sacramento. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1866, p. 185.

⁸⁴⁸ IMPRENSA EVANGELICA. O que é um Sacramento. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1866, p. 185.

assinado por “Puritano”,⁸⁴⁹ para criticar o posicionamento do deputado Burlamaque. Ele negou “a necessidade do casamento civil” e afirmou “que a legislação do Brasil” era liberal o suficiente “para assegurar aos estrangeiros e nacionais dissidentes a constituição da família”. Este artigo transcrevia um documento da câmara eclesiástica sobre a decisão acerca de um casamento misto, o articulista afirmava que tal documento deixava “bem patente a intolerância praticada atualmente em nome das leis do império”. O documento em questão tratava da dispensa do impedimento de culto em um casamento entre um luterano e uma católica. A mulher deveria cumprir penitências como: confessar-se e comungar uma vez, assistir a duas missas conventuais em sua igreja segurando velas acesas nas mãos, varrer duas vezes a igreja, rezar dez rosários de quinze mistérios, fazer dois jejuns ordinários e oferecer tudo “a sagrada paixão e morte de Nosso Senhor Jesus Cristo” como voto pelas almas no purgatório. Somente após de cumprir estas penitências, o pároco da igreja poderia recebê-la em matrimônio fora da igreja, em local “sem imagem e sem bênçãos”.⁸⁵⁰

O homem deveria assinar um termo jurando que sua esposa poderia praticar sua religião livremente e que seus filhos deveriam ser educados “nas máximas da mesma religião católica apostólica romana”. O pároco da igreja deveria, de sua parte, deixar a mulher católica ciente do “grave encargo que contrai de cuidar com todas as suas forças na conversão de seu futuro consorte”. Ela não deveria “se deixar iludir pela falsa doutrina que ele segue”, devendo exortar-se a si mesma e fortalecer-se nos preceitos católicos. O documento havia sido assinado por Félix Maria de Freitas e Albuquerque e pelo escrivão da câmara eclesiástica, padre José Antônio Rodrigues.⁸⁵¹ Diante do exposto no documento, o articulista indagou se “um dissidente que tem convicções religiosas poderá sujeitar-se a tudo isto sem sentir sua consciência atrozmente violentada”. Para mais, afirmou que as leis do Brasil tinham aparência de liberais e criticou o deputado em questão. O qual, da mesma forma que “os teólogos ultramontanos”, dizia que “a validade do casamento depende de seu caráter sacramental”, algo que o casamento civil não tinha, e, por isto era considerado inválido.⁸⁵²

⁸⁴⁹ Por mais que o texto seja do *Jornal do Commercio*, conjectura-se que a redação tenha o transcrito do jornal *Correio Paulistano* que também transcreveu, a pedido, o referido artigo em 23 de maio de 1866. A forma como o texto foi apresentado materialmente no *Imprensa Evangelica* segue a mesma forma do publicado no jornal paulista, com pequena modificação. Cf. A PEDIDO. O casamento civil. *Correio Paulistano*, São Paulo, 23 de maio de 1866, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁸⁵⁰ O CASAMENTO civil. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1866, p. 83-84. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁸⁵¹ O CASAMENTO civil. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1866, p. 83.

⁸⁵² O CASAMENTO civil. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1866, p. 83-84.

O articulista também questionou se aquele casamento misto teria sido um sacramento, pois um luterano não poderia receber qualquer sacramento da Igreja Católica. Entretanto, devido a “declaração das autoridades da igreja” este era um matrimônio válido. Se este era um casamento válido, concluía-se que o sacramento não fazia parte da essência do matrimônio. Logo, “o casamento civil tem todo o cabimento”, pois não ofendia “lei alguma”. Quanto ao deputado, ele e os que pensavam como ele estavam “em seu direito”, mas o país não tinha o que ver com suas defesas “das cláusulas do Concílio Tridentino”. A discussão destes deputados divertia o “mundo incrédulo” e lê-la lembrava “o imperador Nero tocando rebeca [sic], e Roma a arder”.⁸⁵³ Com a transcrição deste artigo, a redação protestante buscou não somente ridicularizar a forma como o casamento misto era contraído e discutido no Império, mas também apontar o ultraje que era realizado aos acatólicos que se submetiam a este tipo de união, a qual exigia a dispensa do impedimento de disparidade de culto “e o compromisso da educação dos filhos, segundo os preceitos da Igreja Católica”.⁸⁵⁴

De mais a mais, a redação também não aprovava a forma como os casamentos entre acatólicos estavam sendo conduzidos. Desta forma, comentaram a proposição de uma discussão sobre os casamentos dos dissidentes no Senado. Tal consistiu numa “interpelação ao governo sobre o casamento dos que não professam a religião do estado [sic]”. Vários senadores haviam se manifestado favoráveis a “medidas mais liberais que pusessem termo a esta questão”, no entanto, ninguém ali viu aquela ocasião como oportuna “para tentar encher esta lacuna na legislação do país”. Repercutiu uma informação de que o Visconde de Jequitinhonha iria a Roma “para se entender com a Santa Sé” sobre a questão, se isto fosse verdade, o governo estava “resolvido a nada fazer”.⁸⁵⁵ Motivo de celebração para a redação era quando a proposta de casamento civil buscava ser discutida pela elite política imperial. Em 1867, a redação deu notícia do projeto de casamento civil de Tavares Bastos, “cujos relevantes serviços o país reconhece”. O jornal conjecturou que o projeto seria votado em breve, uma vez que “a maioria da câmara é liberal”. O presidente do Conselho de Ministros, que na época era Zacarias de Góes e Vasconcelos, não apoiava a medida. Ele era “senhor da situação” e podia contar “com a adesão

⁸⁵³ O CASAMENTO civil. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1866, p. 84. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁸⁵⁴ PARTE Oficial. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 4 de março de 1866, p. 4. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁸⁵⁵ NOTICIARIO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1867, p. 112. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

da maioria da câmara”. Para o jornal, isto denunciava “a pouca fé que existe nos princípios da liberdade religiosa”.⁸⁵⁶ Como visto no primeiro capítulo, o projeto não foi aprovado.

Em conclusão, o jornal protestante esforçou-se para defender o casamento civil. Ele era a única resposta para viabilizar o matrimônio tanto para acatólicos, como para as classes pobres da população imperial. Além disso, o casamento civil era um dos meios para se moralizar o povo. Em suma, os protestantes do *Imprensa Evangelica* estavam em desacordo com a legislação matrimonial da época. Era um procedimento oneroso e que no caso das uniões mistas feria a consciência da parte protestante. Portanto, a instituição do casamento civil não dispendioso e disponível para toda a população era um dos pontos importantes no projeto de civilização cristã do grupo religioso. Visão diferente teve *O Apostolo*, o qual condenou em absoluto a instituição do casamento civil e defendeu os casamentos mistos e acatólicos na forma da lei da época. Além de reafirmar o estatuto sacramental do matrimônio. Para o jornal, a “família formada por Deus na união do primeiro homem e primeira mulher, recebeu o vínculo indissolúvel do contrato natural instituído pelo próprio Deus”. Este “contrato natural” tinha sido depois “elevado à Sacramento” por Jesus, logo, “poder nenhum humano pode intervir na formação da família, principalmente da família católica, sem cometer um crime, um sacrilégio”.⁸⁵⁷

Ademais, o periódico era contra o casamento civil para os acatólicos e para as uniões mistas, pois assim o governo permitiria que uma instituição atacasse os dogmas da religião que professava. Reconhecia que não era certo os acatólicos contraírem suas uniões de forma ilegítima ou serem forçados ao celibato, entretanto, afirmaram que medidas tomadas sem consultar a Igreja não seriam acertadas: “Mas qualquer que for essa medida, tomada sem intervenção da Igreja Católica, única que tem a missão de regularizar as uniões matrimoniais, seria inútil, porque a ilegitimidade seria a mesma; haveria apenas *concubinato legal*”. Aprovar o casamento civil para os acatólicos não resolveria a questão, pois eles “a rejeitariam, e contra ela protestariam, como já fizeram”. Além disso, eles já estavam violando a lei de 11 de setembro de 1861. Piores seriam as consequências de um casamento misto feito por meio de contrato civil, pois o cônjuge católico estaria exposto “ao perigo de desobedecer às leis da Igreja, a que

⁸⁵⁶ NOTICIARIO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1867, p. 116. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁸⁵⁷ CHRONICA DA SEMANA. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1867, p. 358. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

está sujeito”. Portanto, tal medida era “um atentado atroz contra a Igreja, que tem direito especial e exclusivo para regular os casamentos de seus filhos”.⁸⁵⁸

Desta forma, a redação ultramontana afirmava a superioridade da Igreja frente a sociedade civil, uma vez que as decisões políticas sobre matérias que julgava ser da sua jurisdição deveriam ser tomadas com a sua consulta. Caso a Igreja não interviesse, tais medidas não seriam legítimas. Assim, cabia somente à Igreja regularizar os casamentos no Império, neste sentido, o jornal condenou a ideia da instituição do casamento civil no Brasil. Ele criticou os que queriam a aprovação da medida e apontou que para estes o casamento civil era a “salvação pública”. Entre este grupo “dos inculcados preparadores do futuro do Brasil” estava a Sociedade Internacional de Imigração. Para o periódico, este grupo criava problemas para a imigração, pois se afastava do princípio da moderação em suas propostas de reforma. A associação ultrapassava “o necessário”, ao afirmar que “a emigração [sic] é incompatível com as leis mais vitais do Império Brasileiro”.⁸⁵⁹ Para estes ultramontanos, a imigração não implicava a reforma da “lei fundamental do Império” e nem a abjuração do catolicismo. Era possível receber os imigrantes “sem ferir os sentimentos religiosos dos brasileiros”.⁸⁶⁰

Em sua concepção, o jornal não era retrógrado ao condenar as ideias da Sociedade Internacional de Imigração, a associação que era retrógrada e fanática:

Fanatismo é esse furor com que quereis destruir todos os cultos ao passo que para favorecer o protestantismo, recomendais e pedis aos jornais do Império que se inspirem e propalem uma liberdade em matéria de Religião tão impossível como aquela que se permitisse nos deveres da honra, da probidade e da justiça.

Ideias retrógradas são as vossas que nos quereis fazer retrogradar renunciando essas belas e civilizadoras conquistas, que a custo do sangue de Jesus-Cristo, e de milhares de mártires tem alcançado o Catolicismo nas inteligências e nos costumes. Ideias retrógradas são as vossas, que nos quereis fazer recuar aos séculos de barbarismo, em que tudo era escravidão, tirania e ignorância dos princípios da moral e do direito, porque ainda não havia raiado a aurora da liberdade cristã; ainda não havia iluminado os povos a luz brilhante do Evangelho, que quereis apagar, deixando-nos nas trevas dessas eras, em que a força constituía o direito, o gozo material e a felicidade da vida.

Ideias retrógradas são essas, em que nos quereis arrastar pela fascinação de uma liberdade sem limites na consciência e no pensamento até os tempos de Voltaire, de Rousseau [sic], de Diderot, preparadores de um futuro sanguinolento para a França e para o mundo inteiro.

Quebrando de uma vez todos os laços religiosos [sic] com a inspiração dessas ideias bebidas em um panfleto sem crença, quereis arrancar do povo Brasileiro toda a

⁸⁵⁸ O APOSTOLO. 13 de Junho de 1869. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1869, p. 186. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>. Grifos do autor.

⁸⁵⁹ O APOSTOLO. O casamento civil. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 1 de abril de 1866, p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁸⁶⁰ O APOSTOLO. O casamento civil. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 1 de abril de 1866, p. 2.

crença, para deixá-lo no terreno raso e inculto de uma liberdade abstrata, de um racionalismo puro, de uma cousa enfim que, segundo o vosso idolatrado panfleto, é apenas o resultado do organismo animal mais perfeito no homem do que nos brutos.⁸⁶¹

Para mais, o jornal advertiu que protestantes “de boa fé” não apoiariam as ideias da Sociedade Internacional de Imigração, como o casamento civil. Ao favorecer as famílias protestantes a Sociedade despedaçava “todos os laços de família”, ao casarem-se conforme seus ritos estes protestantes não aceitariam a proposta de casamento civil da associação. Segundo o jornal ultramontano, para os protestantes “as legislações humanas são instáveis e insuficientes sobre o matrimônio” e era motivo de alegria adotar-se “uma legislação divina”. Portanto, não era necessária a adoção do casamento civil, isto era exceder os limites da necessidade, e com esta medida a associação desagradava tanto os católicos quanto os protestantes de “boa fé e sincera crença”. Persistir na ideia era atender de forma insuficiente os protestantes e desrespeitar os católicos. Na questão dos casamentos acatólicos era preciso limitar-se apenas à garantia dos “efeitos civis das uniões das seitas dissidentes”. Para se evitar episódios como o de Margarida Kerth era necessário estabelecer “um acordo com a Santa Sé”. Por fim, não se devia buscar beneficiar estrangeiros “destruindo a vossa casa”.⁸⁶²

Desta forma, o jornal ultramontano rechaçou mais uma vez o casamento civil e propôs soluções para o tema em conformidade com os princípios conservadores. A Sociedade Internacional de Imigração agia de forma imprudente para *O Apostolo*, pois defendia a mudança nas leis do país e a adoção do casamento civil, o que eram ideias retrógradas que levariam o Brasil ao regresso e à barbárie. Ao invés de procurarem destruir o próprio país, a associação devia buscar garantir os direitos estabelecidos pelas leis 1.144 e 3.069, a fim de que os direitos dos acatólicos fossem respeitados. Ademais, as reformas não deveriam exceder-se de suprir a necessidade para a qual haviam sido formuladas. Em suma, o casamento civil não era necessário para o jornal e nem a solução para a questão. Além disso, a redação julgava-se detentora da resposta para o problema da indissolubilidade do casamento civil: “Não é um sonho, não é uma visão o que avançamos: examine-se com prudência e calma a questão, que outra solução não terá senão a que lhe damos”.⁸⁶³ Debalde eram os esforços dos políticos para dar caráter indissolúvel ao casamento civil, pois ele não o poderia ter por ser um contrato civil, dependia

⁸⁶¹ O APOSTOLO. O casamento civil. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 1 de abril de 1866, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁸⁶² O APOSTOLO. O casamento civil. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 1 de abril de 1866, p. 2.

⁸⁶³ *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1866, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

apenas da vontade dos contraentes, bem como a sua dissolução. Assim o poder temporal do governo não tinha como fazer um contrato civil ser perpétuo.⁸⁶⁴

Com este argumento o jornal reforçava a ilegitimidade do casamento civil e julgava irracionais as tentativas do governo de formulá-lo como um contrato civil indissolúvel. De mais a mais, o casamento não poderia ser um contrato apenas civil nas nações em que o catolicismo era professado, porque Jesus o havia elevado “a dignidade de sacramento” e este “sacramento era indissolúvel”. Cabia aos católicos seguir “com toda integridade e pureza as leis evangélicas e os cânones católicos” e não adicionar “usos protestantes” em suas práticas. A indissolubilidade do casamento católico evitava abusos e protegia a moral cristã. O Estado deveria ter por base a religião católica, assim, o que fosse “prejudicial à religião” também o seria para o Estado. Desta forma, a introdução do casamento civil, contrariando desta maneira as leis da Igreja, traria muitos malefícios para o país:

Estabelecer-se no Brasil o casamento civil é abrir-se portas a inumeráveis males e muitos deles irremediáveis, é calcar com os pés a tranquilidade pública, é ofender gravemente a moralidade cristã.

De semelhante invenção, bem nenhum virá ao Brasil, engana-se grosseiramente quem pensa o contrário.

Querer tirar bom efeito de uma causa má, é querer colher flores onde se semeou espinhos.⁸⁶⁵

Neste artigo de Emilia Gomide Penido verifica-se que para o clero e os leigos ultramontanos o casamento civil não era indissolúvel e que sua adoção no Brasil só traria prejuízos. Ao passo que o casamento católico era indissolúvel, portanto, não passível de divórcio. Com o casamento civil os contraentes teriam “liberdade de divórcio”, o que acarretaria instabilidade para as famílias, pois o filho não respeitaria sua mãe diante da possibilidade de ela ser repudiada pelo pai e nem amaria seu pai quando este desamparasse sua mãe e lhe desse uma madrasta. Por fim, pela devoção e virtudes católicas os esposos viveriam “em harmonia” transmitindo aos filhos “o amor da virtude, da pátria e do trabalho”, contribuindo para o progresso do Brasil. No entanto, a abolição do sacramento do matrimônio levaria o país à destruição:

⁸⁶⁴ *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 6 de maio de 1866, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁸⁶⁵ PENIDO, Emilia A. C. de A. Gomide. A PEDIDO. O casamento civil. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1866, p. 4. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

Se estes nobres sentimentos reinaram [sic] nos ânimos da mocidade brasileira, o Brasil prosperará mesmo sem o auxílio de estrangeiros, e mais tarde ele ocupará um lugar distinto entre as nações poderosas.

Mas se abolirem o sacramento do matrimônio e em seu lugar estabelecer-se o casamento civil, o Brasil cairá de abismo, em abismo, até a mais completa ruína.⁸⁶⁶

Diante do exposto nesta seção, observou-se que o casamento civil foi mais uma pauta que dividiu católicos ultramontanos e protestantes. Ao defender a instituição do casamento civil o jornal *Imprensa Evangelica* buscou estender esta pauta para toda a sociedade brasileira e não somente aos acatólicos. Com o casamento civil a um custo acessível as classes pobres poderiam contrai-lo e abandonar a prática imoral dos concubinatos. Assim, ganharia a religião e o país, pois se moralizaria a sociedade. *O Apostolo*, ao contrário, fez jus aos direitos da Igreja de controlar a prática e a legislação matrimonial. Somente os casamentos católicos eram válidos, pois eram executados conforme as leis da Igreja, que lhe conferiam a celebração de um sacramento indissolúvel. A aprovação de uma lei para o casamento civil era desnecessária e nociva, os acatólicos deveriam celebrar seus matrimônios conforme as leis e os casamentos mistos deveriam continuar dependendo da sanção católica, liberando os nubentes do impedimento de disparidade de cultos. Para os ultramontanos, era ilógico querer que o casamento civil fosse indissolúvel, a fim de se evitar a prática do divórcio, porque enquanto um contrato civil estava sujeito apenas à volição de seus contraentes. Mais uma vez se verificou neste debate a tentativa da Igreja de salvaguardar seu monopólio de gestão do sagrado, ao passo que os protestantes buscaram questionar a legitimidade desta sua função.

3.2.3 A sepultura eclesiástica e o enterro de acatólicos

Outra discussão que gerou divergências no posicionamento dos dois jornais foi a questão dos sepultamentos de acatólicos. O estopim para estes debates se deu no final da década de 1860, mais precisamente no ano de 1869, em que ocorreu o episódio da negação de sepultura eclesiástica ao general João Inácio de Abreu e Lima e a David Sampson.⁸⁶⁷ Para entender esta questão faz-se necessário compreender como eram administrados os cemitérios no Brasil imperial. Os cemitérios que foram criados durante o século XIX eram públicos, mas

⁸⁶⁶ PENIDO, Emilia A. C. de A. Gomide. A PEDIDO. O casamento civil. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 1866, p. 5. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁸⁶⁷ RODRIGUES, Cláudia. Os cemitérios públicos como alvo das disputas entre Igreja e Estado na crise do Império (1869-1891). *Diálogos*, Maringá, v. 13, n. 1, 2009, p. 121. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Diálogos/article/view/36751>. Acesso em: 4 jan. 2023.

franqueados apenas aos católicos. Associações acatólicas buscaram proteger os sepultamentos daqueles que divergiam da religião do Estado, ademais, os cemitérios ingleses desempenharam um papel importante quanto a demanda dos sepultamentos acatólicos, porque neles poderiam ser enterrados tanto judeus como protestantes. O Conselho de Estado não alterou o teor bento dos cemitérios públicos, mas buscou dirimir certas atitudes do clero católico que se opusessem à caridade cristã, à tolerância e, mesmo, à higiene pública. Para isto, orientavam de forma frequente os clérigos acerca da necessidade de se separar um local nos cemitérios públicos para o sepultamento dos acatólicos.⁸⁶⁸

A legislação brasileira da época concernente à matéria tinha pontos de contradição. A lei de 1º de outubro de 1828 não assinalava a necessidade de reserva de áreas no cemitério para o sepultamento de acatólicos. Isto só entrou em vigor por meio do decreto n. 2.812 de 1861, o qual previa o estabelecimento destas áreas reservadas para aqueles que não professavam a religião do Estado, assim, se resolvia o conflito causado pela negação do clero de sepultar acatólicos no espaço sagrado do cemitério. Entretanto, o decreto n. 796 de 1851 tornava obrigatória a benção da Igreja para o funcionamento do cemitério e decretava que nenhum corpo poderia ter seu sepultamento negado, com a possibilidade de ser enterrado nos locais que ainda não tivessem sido abençoados pela Igreja.⁸⁶⁹ Desta forma, os cemitérios precisavam ser bentos pela autoridade eclesiástica para que pudessem ser utilizados e os enterramentos só poderiam ser realizados com a apresentação de uma declaração paroquial de encomendação do cadáver. Para a hierarquia católica, o ato de consagrar o cemitério o tornava uma extensão do terreno dos templos. Logo, os enterros eram considerados eclesiásticos e por mais que os cemitérios fossem públicos, eles eram considerados como exclusivos para o público católico. E, por público católico se entendia aqueles que estavam sob o domínio da Igreja e respeitavam suas regras.⁸⁷⁰

Entretanto, antes de 1869 a Igreja parecia comportar-se de maneira mais tolerante, com a permissão de sepultamentos, no interior dos cemitérios públicos ou ao redor das igrejas, de pessoas que recusaram os sacramentos, além do enterramento de ingleses, possíveis protestantes, nos cemitérios públicos onde não existia cemitérios específicos para eles. A mudança de postura da Igreja quanto à administração dos cemitérios públicos se deu devido ao

⁸⁶⁸ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade protestante nacional: a missão presbiteriana e o jornal *Imprensa Evangélica...*, p. 171-172.

⁸⁶⁹ Idem. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 155.

⁸⁷⁰ RODRIGUES, Cláudia. Os cemitérios públicos como alvo das disputas entre Igreja e Estado na crise do Império (1869-1891)..., p. 128-129.

ultramontanismo abraçado pelo episcopado.⁸⁷¹ Desta maneira, passou-se a aplicar as limitações canônicas à inumação dos corpos dos que segundo a Igreja foram hereges ou suicidas. Assim, para o clero os dogmas católicos deveriam ser rigidamente seguidos, enfatizando para os leigos que os que deixavam o catolicismo sofreriam as consequências de seus atos na vida eterna ao perder o direito de sepultamento no solo sagrado. Munidos destas ideias o clero interditou os sepultamentos do general Abreu e Lima e de David Sampson em 1869. O caso de Abreu e Lima tomou a imprensa da época e o caso de David Sampson, de menos repercussão por se tratar de um suicídio, mobilizou o Conselho de Estado, acarretando a criação de uma Resolução Imperial.⁸⁷²

O caso de Abreu e Lima repercutiu no Recife e no Rio de Janeiro e consistiu na negação de sepultura eclesiástica ao general pelo bispo D. Cardoso Aires. A interpretação dada ao caso na época foi a de que por meio da negação o bispo teria efetuado a sua vingança ao general. Enquanto para os ultramontanos o bispo teria agido de forma acertada, uma vez que Abreu e Lima em vida havia produzido escritos em que ridicularizava a Igreja, além de ter cometido a heresia de negar os dogmas da infalibilidade da mesma e da Trindade.⁸⁷³ Diante do caso, a redação de *O Apostolo* manifestou-se lamentando a situação do general e defendendo o bispo. Comentando o fato de o general ter sido enterrado em cemitério protestante, afirmou que a situação era “natural e razoável”, embora a Igreja Católica, “com extremos maternais”, o lamentava e fazia “ardentes votos para que semelhante exemplo” não fosse reproduzido. Quanto ao bispo, ele apenas tinha cumprido “a vontade do morto” e o seu dever enquanto bispo.⁸⁷⁴ Ademais, esta postura da Igreja era completamente justificável, pois:

A Igreja, considerada como uma sociedade livre, e independente, tem, em virtude de sua instituição, e organização, não só o poder de estabelecer leis, e preceitos, pelos quais devem conformar-se os seus súditos, ou membros, em ordem ao fim a que ela se dirige; mas ainda o poder coercitivo, impondo penas aos fiéis, que delinquirem no exercício dos seus deveres e obrigações.

Ora, assim constituída a Igreja com todos os meios indispensáveis para o exercício livre da sua ação, tudo pois que diz respeito à vida dos cristãos, à sua fé, seu caráter, seus usos, e costumes, seu culto, etc., é tudo sujeito, e regulado por sua própria autoridade; e por conseguinte todo o seu empenho consiste em fazer respeitar o que está preceituado, e não consentir demais a menor alteração estranha da sua fé, sua moral, seu culto, e sua disciplina.

Esta intolerância religiosa, aliás muito bem cabida à Igreja, na guarda, e garantia do sagrado depósito das verdades reveladas, que lhe foi cometido, e confiado

⁸⁷¹ Ibid. p. 122, 127.

⁸⁷² RODRIGUES, Cláudia. Os cemitérios públicos como alvo das disputas entre Igreja e Estado na crise do Império (1869-1891)..., p. 129-130.

⁸⁷³ Ibid. p. 130

⁸⁷⁴ O APOSTOLO. 28 de Março de 1869. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1869, p. 98. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

pelo divino Instituidor, deduz-se manifestamente do poder coercitivo, de que sempre dispuseram, e ainda hoje dispõem, os seus pastores, castigando os cristãos, que se tornaram culpados; e excluindo até de seu próprio seio os infiéis, e os que contra ela se revoltam pela dissidência de suas doutrinas, ou pelo escândalo da sua conduta.⁸⁷⁵

Esta declaração expressava a tendência intransigente romana cara ao modelo de secularização abraçado pelo jornal, mais uma vez se reafirmava a autoridade e independência da Igreja. E devido a esta constituição inerente a Igreja, ela tinha o poder coercitivo para aplicar penas àqueles que se afastavam de sua grei. A redação do *Imprensa Evangelica* também se manifestou sobre o caso. Elogiou Abreu e Lima, cujo “espírito” era “honesto e ilustre”, e afirmou que ele havia se indignado frente ao menosprezo em que se tinha a Bíblia e a “ilustração do nosso país”. Abreu e Lima tinha refutado as acusações da Igreja de que a bíblia era falsa e truncada por meio dos artigos de título *O Baculo quebrado* e depois no livro *Biblias falsificadas*. Para o jornal, o general havia se colocado para “fora da igreja romana por estes escritos” e que não era surpresa “haver ela negado sepultura ao seu corpo”. Para mais, os “amigos e defensores” do general não tinham razão em “atacar o pobre bispo pernambucano”, uma vez que ele era apenas “um instrumento cego e servo fiel de um sistema desapiedado”.⁸⁷⁶ Usaram também da ocasião para criticar a instituição e afirmar que ela não poderia trazer progresso ao país:

O que se deve admirar é que eles ainda tentem reconciliar o irreconciliável, este sistema com o progresso. Isto é querer andar sobre duas cavalgaduras que se afastam. É servir a dois senhores, o que “ninguém pode, porque ou há de aborrecer um e amar outro ou há de acomodar-se a este e desprezar aquele”.⁸⁷⁷

Além disso, a questão da sepultura eclesiástica era um problema que atingia tanto acatólicos como a população geral do Império. Mais uma vez vê-se a tentativa protestante de nacionalizar suas demandas políticas. Isto se dava, pois, estas medidas faziam parte de seu projeto de civilização. Portanto, o alcance do ideal de civilização cristã projetado por eles passava pela extensão da secularização política para toda a sociedade, não apenas para grupos de imigrantes. Isto é patente em um artigo apologético do jornal que criticava a prática católica da confissão auricular. Neste artigo a redação transcrevia um artigo do jornal católico cearense *Tribuna Catholica*. Segundo este artigo o Concílio de Latrão havia instituído o dogma da

⁸⁷⁵ SILVA, Cônego Pereira da. COMUNICADOS. Sepultura Ecclesiastica. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1869, 132. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁸⁷⁶ IMPRENSA EVANGELICA. A Liberdade religiosa – Sepultura ecclesiastica – Conferencia radical. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1869, p. 57. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁸⁷⁷ IMPRENSA EVANGELICA. A Liberdade religiosa – Sepultura ecclesiastica – Conferencia radical. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1869, p. 57. Grifos do autor.

confissão auricular, cuja prática habilitava o fiel ao ingresso na Igreja e à sepultura eclesiástica. Para o jornal protestante, isto tornava “o caminho para o céu e as condições da salvação” “cada vez mais difíceis e vexatórias”. Chamaram a atenção também para a determinação de que “quem não se confessa uma vez por ano cumprindo com a penitência que lhe for imposta, vivendo, está proibido o ingresso na igreja, e morrendo, nega-se lhe a sepultura eclesiástica”.⁸⁷⁸ Na sua concepção, isto era um contraste muito grande entre o catolicismo e o Evangelho da “religião da caridade e misericórdia”. Por fim, a redação concluía o artigo indagando sobre quem no Império teria o direito de “ingresso na igreja, ou de sepultura eclesiástica”. E afirmava que era evidente “que estes interditos” pesavam “sobre a maioria dos habitantes” do Brasil.⁸⁷⁹

Desta forma, para o jornal protestante, a questão da sepultura eclesiástica era uma matéria que importava a toda a população do Império. Para eles, não era certo que a sua concessão fosse presa à obediência dos dogmas da Igreja católica. Os ultramontanos de *O Apostolo*, por sua vez, defenderam a autoridade da Igreja sobre a administração dos cemitérios. No entanto, a interdição ao sepultamento de David Sampson promoveu uma mudança definitiva nas futuras construções de cemitérios públicos.⁸⁸⁰ David Sampson faleceu em 1869 devido a um suicídio e o pároco de Sapucaia, província do Rio de Janeiro, negou seu sepultamento no cemitério público. A proibição se deu pois além de se tratar de um suicídio, Sampson era protestante, a decisão do pároco foi confirmada pelo monsenhor Felix Maria de Freitas e Albuquerque. Justificando-a com o argumento de que as leis da Igreja proibiam o sepultamento em sagrado de indivíduos protestantes e de suicidas que não atestassem arrependimento antes de morrer.⁸⁸¹ O caso gerou discussões políticas e legais no Conselho de Estado e, por fim, gerou a implementação da Resolução imperial de 20 de abril de 1870, que determinava aos bispos que se reservasse espaço nos cemitérios públicos para o sepultamento daqueles a quem fossem negadas a sepultura eclesiástica. A construção dos cemitérios a partir daquele momento deveria separar sempre uma área para os enterros de acatólicos. Além disso, todos os presidentes de província deveriam ser avisados para tomar as providências para cumprir a medida.⁸⁸²

⁸⁷⁸ IMPRENSA EVANGELICA. A Confissão Auricular. *A Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1870, p. 49. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>. Grifos do original.

⁸⁷⁹ IMPRENSA EVANGELICA. A Confissão Auricular. *A Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1870, p. 49-50. Grifos do autor.

⁸⁸⁰ RODRIGUES, Cláudia. Os cemitérios públicos como alvo das disputas entre Igreja e Estado na crise do Império (1869-1891)..., p. 130.

⁸⁸¹ Ibid. p. 121-122.

⁸⁸² Ibid. p. 132-133.

O *Imprensa Evangelica* publicou em suas páginas “o decreto do governo sobre o *Enterro dos Acatolicos*” em “um número extraordinário” do jornal. Tal fato se deu pelo acúmulo de artigos “importantes” a serem publicados. Ademais, a redação chamou “a especial atenção dos leitores” para o decreto em questão.⁸⁸³ Ele era “a circular do Ministério do Império” sobre o sepultamento de acatólicos, a redação decidiu transcrever este texto “em sua íntegra”, ainda que fosse uma longa circular, devido “a [sic] importância do assunto” e às “considerações nela expendidas”.⁸⁸⁴ O texto da circular determinava a separação de local nos cemitérios públicos para o enterramento dos acatólicos e que os cemitérios que fossem construídos a partir daquele momento obedecessem a essa regra. O texto também continha a transcrição da consulta feita ao Conselho de Estado sobre a matéria. Para os conselheiros, era lamentável que num “país civilizado como o nosso, e neste século de tolerância civil e religiosa”, o enterramento de um indivíduo com sepultura negada pela Igreja fosse objeto de discussão. E que o Vigário Geral julgasse cumprir as leis da Igreja e a caridade “permitindo que se enterrasse o acatólico fora do muro do cemitério público”.⁸⁸⁵

Para o Conselho de Estado, não era caridade enterrar não católicos extramuros, pois isto expunha os cadáveres “aos animais e às profanações”. Para mais, se contrariava as leis do Império ao negar sepultura aos acatólicos, porque isto era “uma perseguição a injúria e aflição irrogadas à família daquele cujo corpo é excluído do cemitério público”. No entanto, em conformidade com a questão de que a maioria da população era católica, o Conselho de Estado não propunha que os cemitérios deixassem de ser bentos, mas decidiu por uma resolução simples: designar local separado “por muro ou vala” nos cemitérios para enterrar os acatólicos e aqueles “aos quais os cânones negam sepultura eclesiástica, como os meninos não batizados, os suicidas e duelistas”. No caso de cemitérios cuja área fosse toda benta “talvez convenha que as câmaras municipais se entendam com os párocos sobre as cerimônias que cumpre praticar para que fique profana a parte dos cemitérios distraída para o enterro das referidas pessoas”. De mais a mais, podia-se fazer demarcações no terreno “com marcos ou sinais conspícuos nos lugares em que for difícil o muro ou vala, pela escassez dos recursos municipais”.⁸⁸⁶ Por fim, a resolução do Conselho de Estado foi a seguinte:

⁸⁸³ IMPRENSA EVANGELICA. *Imprensa Evangelica*, 28 de maio de 1870, p. 81. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>. Grifos do autor.

⁸⁸⁴ ENTERRO dos Acatolicos. *Imprensa Evangelica*, 28 de maio de 1870, p. 82-83. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁸⁸⁵ ENTERRO dos Acatolicos. *Imprensa Evangelica*, 28 de maio de 1870, p. 83.

⁸⁸⁶ ENTERRO dos Acatolicos. *Imprensa Evangelica*, 28 de maio de 1870, p. 83-84.

Recomende-se aos reverendos bispos que mandem proceder às solenidades da igreja nos cemitérios públicos, cuja área toda estiver benta, para que neles haja espaço em que possam enterrar-se aqueles a quem a mesma igreja não concede sepultura em sagrado; e aos presidentes de província que providenciem para que nos cemitérios que d'ora em diante [sic] se estabelecerem se reserve sempre para o mesmo fim espaço necessário.⁸⁸⁷

Para a redação do jornal, esta medida era importante para todos aqueles que prezavam pelo “progresso e o bem-estar religioso e social do povo”. Tal medida era de extrema necessidade visto o caso do general Abreu e Lima, cujo “pecado mortal de emitir suas opiniões sobre assuntos religiosos” levou a recusa de seu “enterro em sagrado”, e todo o debate que esta situação gerou. De mais a mais, o decreto desenganaria muitos párocos que pensavam “que os cemitérios públicos ou municipais eram propriedade da igreja, e de tal sorte estavam sob sua jurisdição”, de modo que ninguém podia ser enterrado “sem seu prévio consentimento”. Depois, a redação mencionou casos de sepultamento onde se praticavam abusos por parte dos párocos, como negar sepultura aos pobres, desenterrar cadáveres para sepultá-los “fora no campo” sob a alegação de serem corpos de protestantes e a proibição de enterrar um homem que estudava a Bíblia.⁸⁸⁸ Para o *Imprensa Evangelica*, o decreto demonstrava uma cisão na Igreja católica, uma vez que os católicos membros do Conselho de Estado reprovaram a decisão de um “governador de um bispado brasileiro”, além de citarem as decisões dos concílios franceses contrárias à mesma decisão. Nisto a redação via “a guerra fraternal entre galicano e ultramontanos”.⁸⁸⁹

Acrescentando a este fato, o jornal também via no decreto “uma prova concludente da antipatia essencial entre o romanismo e as instituições livres de nosso país”:

As seções do conselho de estado *deploram que em um país civilizado como o nosso, e neste século de tolerância civil e religiosa, ainda seja objeto de questão* aquilo que as leis da igreja romana, oficialmente interpretadas, absolutamente proíbem. Enquanto as autoridades eclesiásticas dão a conhecer que a *intolerância religiosa* é o princípio essencial de sua igreja *infalível* e irreformável, as autoridades civis, que são do partido mais constitucional, as mandam proceder de conformidade com os princípios de *tolerância*, os quais estas reclamam como próprios do século e do país em que vivemos.

Vemos, pois, demonstrado mais uma vez nesta circular do governo, a inconveniência de uma igreja do estado. São inevitáveis os conflitos de jurisdição e por consequência lutas renhidas entre os poderes políticos e eclesiásticos, que em suas diversas esferas, deviam e podiam promover o bem do povo, mas que, pelo consórcio antinatural e ante-evangélico [sic] em que procuram viver, são forçados a ocupar-se de questões mesquinhas sobre as suas respectivas prerrogativas.⁸⁹⁰

⁸⁸⁷ ENTERRO dos Acatolicos. *Imprensa Evangelica*, 28 de maio de 1870, p. 85. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁸⁸⁸ ENTERRO dos Acatolicos. *Imprensa Evangelica*, 28 de maio de 1870, p. 85.

⁸⁸⁹ ENTERRO dos Acatolicos. *Imprensa Evangelica*, 28 de maio de 1870, p. 86.

⁸⁹⁰ ENTERRO dos Acatolicos. *Imprensa Evangelica*, 28 de maio de 1870, p. 86. Grifos do autor.

Assim, estes protestantes afirmaram que o decreto deixava evidente que a união entre o Estado e a Igreja era algo contrário tanto à natureza quanto ao Evangelho, defendendo, implicitamente, a necessidade de separação destas duas instâncias. Não deixaram também de criticar o Estado, que por sua insistência na manutenção de um governo com uma religião oficial se via obrigado a ter que decidir sobre questões acerca dos deveres que caberiam a si e à Igreja. O jornal *O Apostolo* também se manifestou sobre a situação. Em editorial de 8 de maio de 1870, o jornal, primeiramente, assinalou que estava publicando naquela edição o parecer do Conselho de Estado sobre a questão, nisto acreditava “prestar um serviço” aos seus leitores devido à “importância da matéria”.⁸⁹¹ Nota-se aqui proceder semelhante ao da folha protestante e como ela o jornal ultramontano registrou seus comentários sobre a resolução. Para o jornal ultramontano, sempre houve confusão entre “as obrigações do Estado para com os cidadãos” e as “da Igreja em relação aos fiéis”. E que no que tangia aos cemitérios era “até indecoroso o que se tem observado e praticado sem nenhum respeito às leis canônicas, confundindo no mesmo lugar o réprobo e o justo”.⁸⁹²

Afirmou que com razão se escandalizavam aqueles que conheciam “o pensamento católico” sobre o cemitério, pois se via “enterrados sem distinção, no mesmo lugar sagrado com os católicos, protestantes, suicidas, duelistas e todos os que se ostentaram inimigos declarados da Igreja Católica e assim morreram”. Era escandaloso que isto se passassem em um país católico, em que “para cortejar os falsos princípios de uma *tolerância* prejudicial, se sacrifica a crença de quase todos à descrença de alguns”. Com o crescimento dos escândalos se chegaria à permissão da “plena *liberdade religiosa* em favor dos poucos *dissidentes e indiferentes*” existentes no Império, ao passo que se limitaria “a liberdade de praticar seu culto aos que estão de posse legítima dele e tem-no garantido expressamente na lei fundamental do Império”. Em seguida, criticou a “tutela vergonhosa e absurda exercida pelos governos” na Igreja, à qual o clero combatia. Ademais, não concordava que os cemitérios públicos fossem “dependentes das câmaras municipais”, julgava isto uma secularização das instituições da Igreja. Ao comentar sobre a consulta do Conselho de Estado afirmou que os problemas relatados pelos conselheiros eram as “consequências legítimas do indiferentismo e pouco caso com que os governos do Brasil têm olhado para as instituições católicas”.⁸⁹³

⁸⁹¹ O APOSTOLO. 8 de Maio de 1870. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1870, p. 143. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁸⁹² O APOSTOLO. 8 de Maio de 1870. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1870, p. 143.

⁸⁹³ O APOSTOLO. 8 de Maio de 1870. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1870, p. 143. Grifos do autor.

Desta maneira, para a redação do jornal, os cemitérios já eram secularizados por dependerem das câmaras municipais. Ao promover tal secularização, entretanto, os governos não consideraram a necessidade de se separar local para enterrar os “cidadãos, e estrangeiros que morrerem fora da comunhão católica ou estivessem incursos nas disposições canônicas” ou de estabelecer “dentro dos seus cemitérios lugar separado daqueles que fosse destinado para os católicos, e que não recebesse bênção”. Para resolver o problema apontado pelo Conselho dos cemitérios cujo território estivesse todo bento a redação apontou a prática corrente na França, em que o cura benzia a sepultura no momento do descimento do corpo. Para mais, a redação avisou que não se estenderia no exame do parecer e de seu preâmbulo, pois, para estes ultramontanos, bastava “lamentar que homens eminentes e tão práticos dos negócios públicos desconheçam que os conflitos” da época sobre os sepultamentos eram resultado da falta de atenção às leis da Igreja.⁸⁹⁴

Logo, era sem razão culpar a autoridade eclesiástica, pois:

Como pode merecidamente ser censurada a autoridade eclesiástica, pelo desleixo com que os legisladores católicos fazem leis, que tem relação com as da Igreja Católica, e que implicam com a crença quase geral dos cidadãos sem harmonizarem-nas com os cânones?

Se os membros das seções do império e justiça considerassem maduramente nas causas do que chamam *intolerância civil e religiosa*, por certo que não lamentariam o proceder do Sr. Monsenhor Vigário Geral Governador do Bispado.

A ele não compete dispensar na lei.

Este parecer veio ainda uma vez mostrar a deficiência que existe na organização do Conselho de Estado, donde são excluídos os altos funcionários da Igreja para ficarem entregues a homens, em quem nós reconhecemos muita aptidão como políticos e financeiros, mas que declinaremos em muitos casos de seus juízos em matérias eclesiásticas, a disciplina da Igreja e a execução de seus cânones.⁸⁹⁵

Em suma, o Estado sofria por não respeitar as leis da Igreja. Diante do exposto, vê-se que *O Apostolo* não discordava da medida do governo, entretanto o culpava por não prestar a devida atenção às leis da Igreja, o que causava todo este problema na sua visão. Uma solução era colocar membros da hierarquia no Conselho de Estado, a fim de evitar problemas e conflitos futuros. Em resumo, os posicionamentos dos dois jornais refletiam seus modelos de secularização. *O Imprensa Evangelica* rejeitava toda a jurisdição católica sobre os enterramentos e celebrou muito a resolução do Conselho de Estado. Mas, não deixou de

⁸⁹⁴ O APOSTOLO. 8 de Maio de 1870. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1870, p. 143. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁸⁹⁵ O APOSTOLO. 8 de Maio de 1870. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1870, p. 144. Grifos do autor.

condenar o Estado afirmando que tal situação era o resultado de sua união com a Igreja. *O Apostolo*, por sua vez, defendeu a autoridade da Igreja sobre os sepultamentos, pois a ela cabia conceder ou não a sepultura eclesiástica. E, como o jornal protestante, não deixou de evidenciar a parcela de culpa do Estado acerca da situação vigente, a qual era uma consequência de sua não observância das leis da Igreja. Deste modo, chocavam-se as propostas de separação da Igreja do Estado e de reconhecimento da independência e autoridade da Igreja.

3.2.4 Um diálogo possível? Pautas de interesse comum entre protestantes e católicos ultramontanos

Como visto ao longo das seções anteriores, os protestantes do jornal *Imprensa Evangelica* e os ultramontanos do jornal *O Apostolo* defenderam proposições distintas e muitas vezes atacaram a religião do outro, como representando uma influência ruim para o Império, contrária ao progresso da nação brasileira. Entretanto, na discussão de algumas pautas observa-se uma convergência no discurso dos dois jornais e, conseqüentemente, em seus projetos de civilização. Estas pautas são a guarda do domingo e a condenação do racionalismo, o discurso dos jornais se moveu nestas direções porque enquanto impressos produzidos por grupos religiosos cristãos não podiam negar crenças principais do Cristianismo. Isto se deu, pois os concorrentes dentro de um campo religioso compartilham entre si de crenças fundamentais comuns, de modo que, por mais que fossem concorrentes, também eram cúmplices na defesa destas crenças. Assim, ocorreu uma cooperação oculta entre presbiterianos e ultramontanos e desta forma ambos combateram a indiferença religiosa e o racionalismo, ainda que por motivações divergentes.⁸⁹⁶ Este posicionamento os aproximou das ideias conservadoras, de modo que, como citado anteriormente, o *habitus* religioso político do *Imprensa Evangelica* era caracterizado por um liberalismo conservador, ao passo que o de *O Apostolo* consistia em um conservadorismo tradicionalista.

No decorrer das páginas deste capítulo se tornou evidente a condenação de ambos ao indiferentismo religioso, portanto, esta seção é reservada para a análise de como protestantes e ultramontanos se colocaram a favor da guarda do domingo e contra o racionalismo. Sobre a primeira pauta, a guarda do domingo, é importante ressaltar que na época em tela havia um debate político sobre este tema. Nos anos 1850 houve o começo da discussão na imprensa sobre

⁸⁹⁶ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalnte de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 179.

a validade ou não de estabelecer dias de folga do trabalho nos dias santos e nos domingos. A interdição do funcionamento de casas de comércio, farmácias, hotéis, casas de pasto, confeitarias, padarias, botequins, cafés, açougues e bilhares apenas foi aprovada na cidade do Rio de Janeiro em 1890. E foi considerada uma medida de civilização, na proporção em que possibilitava um dia de descanso, lazer ou oração.⁸⁹⁷ Entretanto, até a aprovação desta medida nos tempos republicanos, houve no Império a proposição de uma lei para a guarda do domingo nos anos 1860.

Para a comunidade presbiteriana a guarda do domingo era importante, Alexander Latimer Blackford se decepcionou com o fato de que, no Brasil, o domingo era o dia em que muitos faziam negócios e em que habitantes do interior faziam compras de alimentos para a semana. Ainda segundo ele, os que trabalhavam em casas de comércio ficavam no impasse entre garantir seu emprego ou desobedecer a lei divina. Para mais, os donos de comércio que fechassem seus estabelecimentos aos domingos perderiam sua clientela. Para o missionário, o povo brasileiro não conhecia os mandamentos de Deus, visto que a forma como tratavam o domingo era uma desobediência ao quarto mandamento,⁸⁹⁸ este dia da semana deveria ser consagrado a Deus.⁸⁹⁹ Além disso, na nascente comunidade presbiteriana nos anos 1860 um membro foi suspenso por trabalhar no domingo, pois isto era considerado uma infração do quarto mandamento.⁹⁰⁰

Em 1868, o jornal dedicou um editorial para abordar a guarda do domingo. Neste texto abordou que Deus havia descansado de sua obra de criação do mundo no sétimo dia e que o decálogo estabelecia no quarto mandamento o sábado como dia de descanso. Acrescentou que a “igreja cristã” entendia este dia ser o domingo, o qual deveria ser guardado como “dia de descanso”, ademais o domingo simbolizava “o dia do Senhor, em memória da ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo, que teve lugar neste dia”. Em seguida, a redação transcreveu um artigo de *O Apostolo* sobre a guarda domingo, o qual havia sido transcrito no *Diario do Rio de Janeiro*. No artigo do jornal católico, o articulista lamentava “o esquecimento absoluto” da importância do domingo, entretanto, a redação protestante demonstrou oposição a determinadas

⁸⁹⁷ ABREU, Martha. *O Imperio do Divino...*, p. 271, 346.

⁸⁹⁸ Êxodo 20:9-11: Seis dias trabalharás, e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o Sábado do SENHOR teu Deus: não farás nenhuma obra, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu estrangeiro, que está dentro das tuas portas. Porque em seis dias fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo que neles há, e ao sétimo dia descansou: portanto abençoou o SENHOR o dia do Sábado, e o santificou. Cf. BÍBLIA. Português. *A Biblia sagrada contendo o velho e o novo testamento traduzido em portuguez pelo padre João Ferreira D'Almeida revista e correctada...*, p. 83. Grifos do autor.

⁸⁹⁹ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 193.

⁹⁰⁰ Ibid. p. 202.

afirmações feitas no artigo ultramontano. Estas afirmações eram acusações feitas aos protestantes, cujas reuniões eram compostas pelas “*blasfêmias que articulam, dos erros que proclamam; da mentira com que se vestem, do embuste com que se mantêm*”. Era, sobretudo, uma vergonha que as igrejas católicas estivessem vazias, ao passo que “*os depósitos de cerveja dos protestantes*” estivessem cheios.⁹⁰¹

A redação rebateu as críticas lançadas pelo *O Apostolo* apontando que o jornal não dava exemplos de “*blasfêmia*”, “*mentira*”, “*erro*” ou “*embuste*” aos quais se referia. Afirmou que em nenhum país protestante o domingo era esquecido como no Brasil, além disso, sobre esta questão, “*como em tudo o mais que toca à moral*”, o Brasil tinha postura semelhante à de “*qualquer outro país católico romano*”. E que a causa de os católicos terem pouco sucesso no ensino da guarda do domingo era porque este ensino não se fundamentava “*sobre a autoridade de Deus*”, mas “*sobre uma autoridade que o coração do homem desconhece e a razão esclarecida repugna*”.⁹⁰² Em suma, a redação do jornal concordou com *O Apostolo* no que concernia que a guarda do domingo era um preceito não respeitado pelos habitantes do Império, entretanto, defendeu o protestantismo quando este foi atacado pela redação ultramontana, criticando, inclusive, que a falta de eficácia do ensino católico sobre este tema era o fato de seu ensino não ter a autoridade divina.

No ano anterior, o jornal comemorou um projeto apresentado na Câmara dos Deputados sobre a guarda do domingo, o qual decretava o fechamento das casas de negócio nos domingos. O periódico reconheceu que o projeto encontraria muita oposição, pois muitos eram “*da opinião que toda legislação sobre o domingo é uma medida intolerante e opressiva*”. Entretanto, a lei só seria violenta se penetrasse na liberdade de consciência proibindo ou obrigando uma pessoa a adorar Deus “*por um modo prescrito*”. Estabelecer que casas de negócios fechassem aos domingos não era esta violência. Por mais que os lojistas alegassem ter a “*liberdade de ação*” reduzida, o mesmo já acontecia com seus empregados, os quais não tinham “*arbítrio*” de decidir sobre o que fariam aos domingos. Assim, o projeto apresentado, caso aprovado, daria “*a liberdade a muitos, tirando-a de poucos, e isto em proveito de todos*”. O jornal esperava que o projeto de lei fosse aprovado, porque: “*Sem um dia de descanso, as forças tanto físicas como*

⁹⁰¹ IMPRENSA EVANGELICA. Guarda do Domingo. *A Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1868, p. 17-18. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>. Grifos do autor.

⁹⁰² IMPRENSA EVANGELICA. Guarda do Domingo. *A Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1868, p. 18. Grifos do autor.

morais de um povo definham, porque o preceito do domingo está impresso tanto na própria constituição do homem como também na lei de seu Criador”.⁹⁰³

Ainda em 1867, o jornal defendeu a guarda do domingo como uma das bases da reforma religiosa que tinha em mente. Este ponto era fundamental para uma reforma religiosa no Brasil e sem o seu ensino todo o projeto falharia. A guarda do domingo era importante porque:

A falta de um descanso periódico desfaz todos os planos para a elevação da nossa sociedade. As classes abastadas não sentem tanto esta falta porque podem dispor de seu tempo a seu bel-prazer, mas para as classes laboriosas ela é fatal, importando nada menos que a sua degradação permanente. Os mais belos discursos e escritos em prol da educação moral do povo, faltando-lhes como ponto de partida a guarda de um dia de descanso periódico, se reduzem a frases ocas, soando bem mas nada significando, como o *Deus te favoreça* com que se despedem os mendigos aos sábados pelas ruas desta corte.

A sabedoria divina, que tudo previne, há 33 séculos, determinou que uma sétima parte do tempo devia ser reservada para o descanso do corpo e o alimento da alma. Pelo consenso unânime dos cristãos o domingo é o dia de descanso que se deve guardar.⁹⁰⁴

Em suma, defendendo a necessidade da retomada da conservação de uma ordem anterior e instituída divinamente,⁹⁰⁵ a redação do jornal protestante esforçou-se para defender a guarda do domingo. Para isto, utilizou-se de um texto de *O Apostolo*, comentários sobre um projeto de lei e a proposta de uma reforma religiosa. Guardar o domingo era essencial para que se obedecesse ao quarto mandamento do decálogo e por meio desta ação o povo seria moralizado e os trabalhadores poderiam ter um dia de descanso. Tal demanda foi importante para o jornal, tendo em vista que os membros de sua comunidade religiosa se encontravam em conflito sobre esta questão, como relatado pelo missionário Blackford acima. Como apontado, *O Apostolo* também se colocou como um defensor da guarda do domingo, mas não apenas deste dia como os outros dias santos. Para que as prescrições da Santa Sé fossem colocadas em prática no Brasil, era importante que toda a sociedade brasileira fosse compromissada em guardar o domingo e demais dias santos, além de outros pontos.⁹⁰⁶ Em editorial de 1866, o jornal dedicou-se a defender a guarda do domingo, “uma lei da Igreja que a indiferença de uns, a descrença de

⁹⁰³ NOTICIÁRIO. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1867, p. 111-112. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁹⁰⁴ IMPRENSA EVANGELICA. As bases de uma reforma religiosa. *Imprensa Evangelica*, 17 de agosto de 1867, p. 121-122. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>. Grifos do autor.

⁹⁰⁵ KOLAR, Fabio; MÜCKE, Ulrich. *Introduccion...*, p. 16.

⁹⁰⁶ SILVA, Ana Rosa Cloctet da. *Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal O Apostolo...*, p. 559-560.

outros, e finalmente por ignorância de muitos, corre o risco iminente de ser por todos desprezada”.⁹⁰⁷

O jornal criticou a falta de frequência às missas de domingo, o que era desobedecer a lei da Igreja que mandava “ouvir Missa nos Domingos e dias santificados”, além disso, criticou os que faltavam com este dever para descansar. Deixando a análise da esfera doméstica e adentrando no exame da esfera pública, apontou os que autorizavam o trabalho nos dias de domingo como indiferentes à religião:

O indiferentismo, dos que devem sustentar a moralidade pública, autorizar o trabalho público até nos estabelecimentos do governo, consentir que permaneçam abertas para saciar a avidez dos comerciantes, as lojas de negócio.

Este indiferentismo que é consequência ou melhor, filho da descrença, faz ao povo, mal-educado e desprevenido, terrível mal e quase sempre o arrasta até à descrença e o torna ímpio; ou então conserva-o inativo e tira-lhe a vontade de aprender aquilo que só por ignorância não pratica.⁹⁰⁸

Para o periódico, muitos estavam em falta com este dever por desconhecer que “ouvir missa aos domingos e dias santificados” era “*um preceito da Igreja*” e não uma devoção. Além disso, ao não cumprirem este preceito se transgredia uma das leis da Igreja, cometendo-se “um pecado mortal”. Assim, os motivos para a falta de observância desta lei eram o indiferentismo religioso e a ignorância. A fim de esclarecer o povo, o jornal deu uma definição do domingo, o qual era “o dia do Senhor, o dia que lhe é especialmente reservado”. E que a vontade de Jesus era que este dia fosse empregado “em seu serviço, e ao cuidado de nossa alma, assistindo aos santos ofícios, exercícios de piedade, prática de boas obras com abstenção de todo serviço”. Era desta doutrina que a referida lei da Igreja derivava, impondo aos fiéis a tarefa de “ouvir missa aos domingos”.⁹⁰⁹ Os únicos casos em que se dispensava desta obrigação eram:

Impossibilidade física ou moral, como seja a moléstia grave, o estado de convalescença a distância da Igreja, sobretudo quando o tempo não permitir; sempre que se não possa ir a uma missa sem grave inconveniente espiritual ou temporal;

*O desempenho de uma ou outra obrigação urgente como a de socorrer ou tratar um doente, que não tenha enfermeiro.*⁹¹⁰

⁹⁰⁷ O APOSTOLO. Santificação do Domingo. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1866, p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁹⁰⁸ O APOSTOLO. Santificação do Domingo. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1866, p. 1-2.

⁹⁰⁹ O APOSTOLO. Santificação do Domingo. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1866, p. 2.

⁹¹⁰ O APOSTOLO. Santificação do Domingo. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1866, p. 2. Grifos do autor.

Desta forma, o jornal buscava inculcar nas consciências o dever de observar esta lei da Igreja. Por fim, recomendava que os pais de família deveriam fazer “com que todos os membros da família até os fâmulos” obedecessem a esta regra e as mães deveriam ensinar aos filhos “esta obrigação”, pois “a elas em grande parte pertence o ensino da religião e a formação do coração de seus inocentes filhos”.⁹¹¹ A redação ultramontana também elogiou o projeto de lei sobre a guarda do domingo apresentado na Câmara dos Deputados em 1867, na seção “Chronica da Semana” o jornal afirmou ter dado graças pelo projeto, pois há muito tempo que sentiam “a necessidade de uma lei, que em todo o império [sic] estabelecesse o cumprimento da lei de Deus, até porque harmonizava e uniformizava os costumes de todos os habitantes do Brasil”. Entretanto, julgava que o projeto era incompleto por apenas proibir a abertura das casas de comércio nos domingos e dias santificados. O projeto era insuficiente, pois não interditava o trabalho nos consertos de casas, pinturas, regatas, corridas de cavalo, entre outros. Para que a lei fosse eficiente era necessário que ela também proibisse os trabalhos que haviam apontado e os divertimentos. Só assim se mostraria ao povo que era necessário não apenas cuidar da vida material, mas sobretudo da alma, rendendo culto a Deus.⁹¹²

O texto mencionado pelo *A Imprensa Evangelica* em 1868 foi publicado no *O Apostolo* em editorial de 10 de novembro de 1867. Neste editorial o jornal defendeu que o domingo era um dia para descansar o corpo e de vigília para a alma dos homens. Para os cristãos, o dia devia ser uma memória a ressurreição de Jesus, onde se deveria alegrar-se, ser grato e reabilitar-se. Entretanto, o domingo tinha a sua importância esquecida, até aqueles que compareciam “ao santo sacrifício da missa” depois voltavam a praticar “atos reprovados” e ocuparem-se em coisas inúteis, ademais, havia os que trocavam o dia do Senhor pelas reuniões protestantes. Diante deste cenário, a redação emitiu o seguinte posicionamento:

Para evitar este mal nós não invocamos o nome da polícia, nem pedimos a presença de um bonet dos agentes da força pública, isso seria ignominioso (ao dizer deles) ainda que justo, o que pedimos, e pedimos aos mesmos católicos, é, que se convençam, que estão dando um grande escândalo, estão se expondo a grandes perigos, tomando parte nessas reuniões dos protestantes, onde eles com a presença dos católicos se orgulham e se gloriam, e estes se aviltam aos olhos deles, se amesquinham a vista da sociedade, e se condenam a vista da consciência.⁹¹³

⁹¹¹ O APOSTOLO. Santificação do Domingo. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1866, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁹¹² CHRONICA DA SEMANA. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1867, p. 228-229. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁹¹³ O APOSTOLO. Guarda do domingo. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1867, p. 353-354. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

Em resumo, para *O Apostolo* era importante que se guardasse o domingo para que se cumprisse a lei da Igreja assistindo-se à missa. Neste dia os fiéis deveriam se abster completamente de qualquer trabalho e divertimento, além de não comparecer às reuniões protestantes. Diante do exposto, percebe-se que tanto protestantes quanto ultramontanos buscavam restaurar na sociedade da época a observância de um preceito que, conforme os seus entendimentos, havia sido estabelecido por Deus. Tal defesa expressava um posicionamento político conservador, na medida em que ambos buscavam restaurar uma ordenação societária divina.⁹¹⁴ Portanto, a guarda do domingo fazia parte dos projetos de civilização dos dois jornais, para os protestantes era uma observância do quarto mandamento, ao passo que para os ultramontanos era se fazer cumprir a lei da Igreja. Além disso, ambos convergiam com a ideia de que a elevação da moralidade do povo dependia da guarda do domingo.

Outro ponto em que os dois jornais se aproximaram em seus discursos foi a condenação do racionalismo. Assim, o *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* uniram-se no combate a esta doutrina, que excluía a revelação como meio de conhecimento e defendia a razão como único meio de conhecimento sobre a natureza e a sociedade.⁹¹⁵ O *Imprensa Evangelica* opôs-se ao racionalismo, pois ele agredia seus princípios religiosos, o que demonstra uma adaptação do discurso liberal.⁹¹⁶ Comentando uma conferência pastoral da Igreja Reformada francesa, a redação apontou a entrada do racionalismo no protestantismo. Contextualizou seus leitores esclarecendo a situação da França, a qual proibia a Igreja Reformada de celebrar sínodos. Diante deste impedimento a referida congregação celebrava conferências anuais “em Paris para conferirem sobre os interesses da religião”. Em seguida, mencionou que nestas ocasiões foi descoberto o racionalismo de alguns pastores, “que duvidavam dos fatos fundamentais da religião cristã”.⁹¹⁷ Assim, a redação alertava que o racionalismo se manifestava até mesmo entre pastores, com o questionamento dos pontos fundamentais do Cristianismo. Em um editorial o jornal se mostrou atento a esta questão e advertiu que: “Pela CRUZ todo o coração será provado; e pela CRUZ todo o princípio deve ser julgado. Por ELA devemos examinar os erros que se manifestam no seio da Cristandade”.⁹¹⁸

⁹¹⁴ KOLAR, Fabio; MÜCKE, Ulrich. Introduccion..., p. 16.

⁹¹⁵ KAHANE, Ernest. Rationalisme..., p. 35.

⁹¹⁶ MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade...*, p. 14.

⁹¹⁷ A CONFERENCIA pastoral da Igreja Reformada em França. *Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1866, p. 99. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁹¹⁸ IMPRENSA EVANGELICA. A Cruz. *A Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1868, p. 58. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>. Grifos do autor.

Estes erros eram o racionalismo, a superstição, a legalidade e o misticismo. Sobre o racionalismo a redação afirmou que este julgava “todas as cousas pela medida da razão, e pondo de parte a cruz como manifestação de quanto o pecado é ofensivo a Deus, reduz o Cristianismo a um sistema de simples moralidade”.⁹¹⁹ Portanto, para o jornal o racionalismo era extremamente prejudicial para o Cristianismo, pois anulava a necessidade de salvação e comprimia o Cristianismo a um código moral simples. Semelhante posicionamento de rechaço do racionalismo esteve presente no discurso de *O Apostolo*, que o via como danoso para a sociedade. Entretanto, o jornal compreendia o racionalismo de uma forma mais ampla que o *Imprensa Evangelica*, para estes ultramontanos o racionalismo correspondia às diversas invenções fundadas na razão, às quais se expressavam numa liberdade sem limites que tomava as formas da anarquia, do republicanismo, do filosofismo e do protestantismo.⁹²⁰ Em editorial de 1868, o jornal advertiu que no século XIX o racionalismo tinha “esgotado todo o repertório de suas manifestações práticas”, o que se expressava na arte, na indústria e nas ciências. Todavia, em meio a tantas alegrias materiais, o coração humano era esmagado. Ademais, em breve o brilho do racionalismo se desfaria e “o abismo” logo se abriria:

Falemos claro: hoje mais do que nunca é necessário, é urgente. Um vulcão ruge debaixo dos nossos pés e pode rebentar a todo o momento. O fogo que lhe ferve nas entranhas é o fogo do inferno que tem preparado por diversos motivos todos os combustíveis para a hora da desgraça. A palavra do século é a última palavra da impiedade: “Acabemos a religião, se ela alguma vez foi uma necessidade, está já cessou”.⁹²¹

Seguindo o racionalismo estava a dissolução da humanidade e a sociedade vivia sem religião.⁹²² De mais a mais, o racionalismo introduzia a dúvida no povo, abalando a sua “crença religiosa” e induzindo-o “a aceitar somente o que a razão ditasse como verdade”. Esta era a escola racionalista “, que, substituindo o protestantismo, marcha amparada pelos espíritos fortes, negando ou duvidando de tudo; estabelecendo a razão uma e única capaz de guiar o homem”.⁹²³ Em resumo, para *O Apostolo*, o racionalismo continha em si o potencial de acabar com a humanidade na medida em que introduzia a dúvida na população e causava o abalo das crenças religiosas, contribuindo para a sua futura eliminação da sociedade. Para concluir,

⁹¹⁹ IMPRENSA EVANGELICA. A Cruz. *A Imprensa Evangelica*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1868, p. 58. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>.

⁹²⁰ SILVA, Ana Rosa Clochet da. Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal *O Apóstolo*..., p. 554.

⁹²¹ O APOSTOLO. A sociedade sem a religião. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1868, p. 26. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

⁹²² O APOSTOLO. A sociedade sem a religião. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1868, p. 26.

⁹²³ O APOSTOLO. Santificação do Domingo. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1866, p. 1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/apostolo/343951>.

observou-se que apoiados em seus princípios religiosos e em princípios conservadores, os jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo* combateram o racionalismo e defenderam a guarda do domingo. Condenar o racionalismo era importante para que conservassem suas crenças e o esforço pela instituição da guarda do domingo era importante para que se obedecesse aos princípios religiosos. Neste movimento, ambos buscavam preservar e restaurar uma ordem superior à sociedade, que na sua concepção havia sido instituída por Deus.

Para concluir, neste capítulo buscou-se apresentar os projetos de civilização correspondentes aos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*, os quais buscavam promover a implantação de modelos distintos de civilização cristã. Tal civilização tinha uma concepção peculiar sobre o papel do Estado em suas relações com a religião, a qual implica a defesa de modelos distintos de secularização. Para os protestantes presbiterianos, esta civilização deveria ser laica, com leis civis liberadas da influência religiosa, com a adoção do casamento civil e da liberdade religiosa. Entretanto, isto não tornaria a sociedade irreligiosa, uma vez que pelo ensino religioso se fundaria uma sociedade ciente de suas obrigações, a qual leria a bíblia e guardaria o domingo. Este seria o modelo de civilização mais propenso a alcançar o progresso moral e material, segundo o jornal.

No entanto, o racionalismo, a superstição e o regalismo do Estado eram entraves à concretização deste projeto de civilização. A civilização cristã ultramontana previa um Estado unido à Igreja, mas completamente consciente de que ela era uma instância independente, a qual deveria ser por ele protegida e consultada para a confecção da legislação. Nesta civilização os católicos praticariam os ensinamentos da Igreja, guardando e santificando o domingo e comparecendo a catequese. Cumprindo as suas funções de proteção da Igreja o Estado não aprovaria o casamento civil e nem a liberdade religiosa, mas se guiaria pelo princípio da tolerância, a qual não significava a tolerância com as doutrinas dissidentes. No entanto, o protestantismo, o regalismo do Estado, o racionalismo e a superstição eram obstáculos para o estabelecimento deste projeto de civilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise apresentada ao longo dos capítulos desta dissertação pode-se constatar que a década de 1860, marcada pela agitação da política interna e pela Guerra da Tríplice Aliança, é um período histórico de extrema importância para a história política do Brasil, em seu final ocorreu o início ao processo de desagregação do regime imperial brasileiro. Além disso, debates muito pertinentes aconteceram nos anos 1860, principalmente, no que tange às relações entre política e religião. Por exemplo, a existência de um processo de secularização no Brasil e a concorrência entre modelos de secularização. Viu-se um Estado preocupado em garantir direitos civis para os acatólicos, mas também ciente de sua aliança com a Igreja Católica, que no auge do período em tela experimentou a intensificação do processo de reforma ultramontana. Neste contexto histórico a imprensa religiosa experimentou sua ampliação e os novos elementos do campo religioso em pouco tempo fundaram seus órgãos. Tal ampliação pode ser inserida no movimento de expansão da esfera pública ocorrida nesta época. No conjunto dos periódicos religiosos fundados neste recorte temporal destacaram-se os jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*, os quais travaram polêmicas religiosas entre si e foram além do conteúdo propriamente religioso, criando seus discursos políticos.

Como se viu neste trabalho, estes discursos políticos estiveram alinhados com o processo de secularização brasileiro. Assim, protestantes seguiram o modelo liberal e ultramontanos o modelo intransigente romano. Ambos combatiam o modelo regalista do Estado imperial e apresentaram suas propostas para o progresso da nação sob a forma de projetos de civilização. O discurso destes projetos de civilização esteve permeado por lutas simbólicas derivadas do ordenamento das posições destes grupos no campo religioso e das pressões do processo de secularização. Desta forma, foi possível confirmar as hipóteses que fundamentaram a proposta desta pesquisa. Seus objetivos foram igualmente satisfeitos, pois ao longo destes capítulos foi possível conhecer o contexto político e religioso dos anos 1860 e a forma como a questão da secularização se apresentou para os agentes da época. Ademais, a narrativa deste trabalho permitiu a demonstração de como os grupos religiosos em tela adentraram na esfera pública por meio dos periódicos, exercendo desta maneira uma modalidade de participação política. Evidenciando-se que por mais que as redações destes jornais fossem compostas por religiosos isto não foi um fator limitante de sua ação política ou algo que os conduzisse a um alheamento do mundo político.

Estes religiosos mobilizaram-se na esfera pública por meio do discurso publicado em seus jornais, demonstrando o interesse que tinham pelos rumos da política nacional. Certamente que a maioria dos assuntos que trataram eram relacionados aos tópicos político-religiosos, mas, como se viu, estes agentes tinham uma preocupação geral com o mundo político em que estavam inseridos. A produção discursiva esteve estritamente vinculada ao *habitus* religioso desses grupos, representado no *Imprensa Evangelica* por um conjunto de ideias liberal-conservadoras e no *O Apostolo* por um ideário composto de ideias conservadoras-tradicionistas acrescentados às diretrizes ultramontanas do grupo. Partindo destas bases e influenciados pela dinâmica do campo religioso e pelas demandas de secularização política, estes periódicos se tornaram os porta-vozes de protestantes e católicos ultramontanos.

Diante do cenário da época, que para esses grupos religiosos era permeado pelo indiferentismo religioso e pela imoralidade, os jornais analisados levantaram as bandeiras políticas dos grupos que buscaram representar na arena pública. Os discursos políticos produzidos, e várias vezes encontrados em textos que à primeira vista seriam artigos religiosos, não tinham o objetivo de somente registrar a opinião de protestantes e ultramontanos frente a questões político-religiosas pontuais, mas também sugerir a criação de uma sociedade brasileira ideal. Por isso, o discurso político destes jornais não foi analisado apenas enquanto discursos políticos, mas como projetos de civilização, pois se percebeu que as pautas defendidas ou rechaçadas confluíam para um projeto político específico que visava à implantação de modelos de civilização cristã distintos. Protestantes e ultramontanos viam no período histórico trabalhado a necessidade de se civilizar o povo brasileiro, a fim de que a nação alcançasse o progresso material e o progresso moral, o que neste contexto transmitia a ideia de adiantamento material e moral. Como se demonstrou ao longo do terceiro capítulo, estes projetos de civilização eram antagônicos entre si, no entanto, tiveram pautas comuns como a guarda do domingo e o combate ao racionalismo.

Em suma, a realização desta dissertação buscou preencher uma lacuna na historiografia do Brasil e na historiografia da imprensa religiosa. Com este trabalho procurou-se colaborar para a valorização da década de 1860 na história política brasileira, o que também permitiu à pesquisa contribuir para a História do Brasil Império, na medida em que se trabalhou com o recorte temporal citado e com as relações entre política e religião durante o regime imperial. Outras contribuições foram dadas para a História da Religião no Brasil, ao se enfatizar a inserção protestante e a reforma ultramontana, bem como as legislações e debates políticos que concerniam à religião no contexto supracitado e que refletiam as necessidades de secularização

política. Assim, este trabalho também auxiliou na visualização de um processo de secularização no Brasil oitocentista. De mais a mais, objetivou-se também oferecer subsídios para a História da imprensa brasileira, fornecendo um panorama histórico sobre o desenvolvimento da imprensa religiosa entre 1830 e 1860. Por fim, com esta dissertação também se colabora para os estudos sobre os periódicos *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*, fornecendo mais dados sobre a trajetória e a dinâmica destes jornais.

Em conclusão, esta dissertação ao analisar o discurso político dos jornais mencionados colaborou com variadas áreas da História, podendo, assim, contribuir para a produção acadêmica de trabalhos futuros. Salienta-se a necessidade de mais trabalhos sobre a década de 1860, sobre as relações entre política e religião no Império, sobre o processo de secularização no Brasil oitocentista, sobre a imprensa confessional e sobre os jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*. Estes jornais possuem em suas páginas vasto material a ser analisado, por perspectivas diversas, como, os textos de autoria feminina publicados nos jornais, os artigos sobre a Guerra da Tríplice Aliança, o discurso de defesa ao papa Pio IX em *O Apostolo*, a função das estampas no *Imprensa Evangelica*, entre outros temas e objetos de estudos. Para mais, ressalta-se também a escassez de trabalhos sobre a imprensa religiosa brasileira. Em suma, espera-se com este trabalho provocar novas questões a serem trabalhadas no labor histórico, bem como apontar para novos objetos de estudo e indicar fontes para produções acadêmicas futuras.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira/FAPESP, 2008. (Histórias do Brasil).
- ANDRÉS-GALLEGO, José. Algunas claves para entender el papel de la Iglesia en el mundo moderno. *Prohistoria*. Historia, políticas de la historia, Rosario, n. 6, p. 255-259, 2002. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5839704>. Acesso em: 3 abr. 2021.
- AZEVEDO, Ferdinand. A inesperada trajetória do ultramontanismo no Brasil Império. *Perspectiva teológica*, Belo Horizonte, v. 20, n. 51, p. 201-218, 1988. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1680>. Acesso em: 11 mar. 2022.
- AZEVEDO, Joaquim; RAMOS, José. Inventário da imprensa católica entre 1820 e 1910. *Lusitânia Sacra*, Lisboa, t. 3, p. 215-264, 1991. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4890>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2003.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Formas de fazer jornal: história das práticas e processos jornalísticos. *Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional*, São Paulo, v. 13, n. 13, jan./jun., p. 55-70, 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/AUM/article/view/2193>. Acesso em: 12 mai. 2022.
- BARBOSA, Marialva. Introdução. In: *História cultural da imprensa*. Brasil – 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 11-18.
- BARBOSA, Marialva. O teatro do jornalismo: polêmicas, insultos e arena política. In: *História Cultural da Imprensa*. Brasil – 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 49-78.
- BARBOSA, Silvana Mota. “Panfletos vendidos como *canela*”: anotações em torno do debate político dos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 154-183.
- BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 293-324.
- BARROS, Roque Spencer M. de. Vida Religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.). *O Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel, 1974, p. 317-337. (História Geral da Civilização Brasileira, 6).
- BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos P. (Org.). *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 37-62.

- BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História Geral do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016, p. 175-291.
- BERNARDES, Maria Theresa Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro – Século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989. (Coroa vermelha, 9).
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. 6. ed. 11. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- BOEHRER, George C. A. A Igreja no Segundo Reinado: 1840-1889. In: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S. F. (Org.). *Conflito e continuidade na sociedade brasileira – Ensaio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 134-167.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 8-12. (Memória e Sociedade).
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 151-168.
- BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: *A economia das trocas simbólicas*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 27-78. (Estudos, 20).
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. 11. ed. 9 reimpr. Campinas: Papyrus, 2020, p. 13-28.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. 3. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Ensaio geral, 3).
- BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Org.). *Dicionário de política*. 7. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995, p. 242-246, 1 v.
- BROTTO, Renata Batista. *Médicos e padres: maternidade e representações dos papéis sociais da mulher (1860-1870)*. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6110>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. Suplemento histórico: o Brasil. In: *Imprensa feminina*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 36-56. (Série Princípios, 41).
- CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2310>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: Tipos e Percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 337-359, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2029>. Acesso em: 5 jun. 2020.
- CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 a, p. 9-14.

CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 b, p. 17-41.

CARVALHO, José Murilo de. Liberalismo, radicalismo e republicanismo no século dezenove. Working Paper. Oxford: Centre for the Brazilian Studies, n. 87, 2007 c, p. 1-23. Disponível em: <https://www.lac.ox.ac.uk/sites/default/files/lac/documents/media/wp87-murilo.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. Radicalismo e republicanismo. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 a, 19-48.

CARVALHO, José Murilo de. Apresentação. In: ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. Organizador José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009 b, p. VII-XXXI. (Afrânio Peixoto, 90). Disponível em: <https://www.academia.org.br/publicacoes/cartas-de-erasmo>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891). In: CARVALHO, José Murilo de et al (Org.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora de FGV, 2011, p. 15-35.

CARVALHO, José Murilo de. O papel e a complexidade do liberalismo no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 389-394, Set./Dez. 2012. Entrevista concedida a Estudos Avançados. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000300033. Acesso em: 24 mar. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. “*Clamar e agitar sempre*”: os radicais na década de 1860. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução: Mapa da viagem. In: *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 13-19.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de. (Coord.). *A construção nacional 1830-1889*. 10. reimpr. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020, p. 83-129. (História do Brasil Nação: 1808-2010, 2).

CARVALHO, Thaís da Rocha. *Liberdade religiosa no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal ultramontano O Apostolo (1866-1901)*. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião – Programa da Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1244?mode=full>. Acesso em: 11 fev. 2022.

CASTRO, Zília Osório. Antecedentes do Regalismo Pombalino: O Padre José Clemente. In: *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, 1 v, p. 323-331. Disponível em:

<https://ler.letras.up.pt/site/geral.aspx?id=3&tit=Lista%20de%20autores&tp=4&a=Castro&n=Zilia%20Os%20C3%B3rio%20de&ida=800>. Acesso em: 06 out. 2021.

CATROGA, Fernando. A semântica da secularização. In: *Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010, p. 47-63.

CHAMON, Carla Simone. Introdução. In: *Escolas em reforma, saberes em trânsito: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 21-41. (História da Educação).

CHAMON, Carla Simone. O presbiterianismo como chave de leitura. In: *Escolas em reforma, saberes em trânsito: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 42-74. (História da Educação).

CHARTIER, Roger. Introdução. Para uma sociologia histórica das práticas culturais. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28. (Memória e Sociedade).

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 16 jun. 2021.

CHARTIER, Roger. La nouvelle histoire culturelle existe-t-elle? *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, Paris, n. 31, p. 1-11, 2003. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ccrh/291#:~:text=4La%20nouvelle%20histoire%20culturelle,de%20l'histoire%20intellectuelle%20classique>. Acesso em: 28 jun. 2020.

CHARTIER, Roger. *Formas e sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011 a. (Histórias de leitura).

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011 b. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>. Acesso em: 11 mar. 2022.

CHARTIER, Roger. El sentido de la representación. *Pasajes: Revista de pensamiento contemporáneo*, Valência, n. 42, p. 39-51, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4545025>. Acesso em: 3 abr. 2021.

CHARTIER, Roger. Literatura e cultura escrita: Permanência das obras, mobilidade dos textos, pluralidade das leituras. In: CHARTIER, Roger; RODRIGUES, José Damião; MAGALHÃES, Justino. (Org.). *Escritas e culturas na Europa e no Atlântico modernos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2020, p. 19-39. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/46330>. Acesso em: 19 out. 2021.

COUTROT, Aline, Religião e política. In: RÉMOND, René. (Dir.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 331-363.

CRUZ, Karla Janaína Costa. O jornal *Imprensa Evangélica* e o jornal laico: entre modelos e relações. In: LEONEL, João; SILVA, Ivanilson Bezerra da; SOUZA, Silas Luiz de. (Org.). *O*

jornal 'Imprensa Evangelica' e o protestantismo brasileiro. 1. ed. Votorantim: Linha Fina, 2020, p. 33-60.

DI STEFANO, Roberto. Disidencia religiosa y secularización en el siglo XIX iberoamericano: cuestiones conceptuales y metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, v. 37, p. 157-178, ago./dez. 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/3050>. Acesso em: 24 mai. 2022.

DI STEFANO, Roberto. Por una historia de la secularización y de la laicidad en la Argentina. *Quinto Sol*, La Pampa, v. 15, n. 1, p. 1-30, ene./jun. 2011. Disponível em: <https://cerac.unlpam.edu.ar/index.php/quintosol/article/view/116>. Acesso em: 09 nov. 2022.

DOLHNIKOFF, Miriam. Governo representativo e eleições no século XIX. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, v. 474, p. 15-46, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-474/item/108562-governo-representativo-e-eleicoes-no-seculo-xix.html>. Acesso em: 9 jun. 2021.

DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti. A mulher de letras: nos rastros de uma história. *IPÓTESI*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 11-19, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19180>. Acesso em: 21 fev. 2021.

ELIAS, Norbert. Norbert Elias: verbete “civilização” [“*Zivilization*”] para um léxico de sociologia. Tradução de Leopoldo Waizbort. *Plural*, São Paulo, v. 5, p. 185-190, 1º sem. 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/76249>. Acesso em: 3 abr. 2021.

ELIAS, Norbert. Do Controle Social ao Autocontrole. In: *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. 14. reimpr. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, 2 v, p. 193-207.

FAORO, Raymundo. O Renascimento liberal e a República. In: *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5. ed. 9. reimpr. São Paulo: Globo, 2020, p. 501-563.

FARIA, Sheila de Castro. Casamento. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2000, p. 106-109.

FARIA, Sheila de Castro. Concubinato. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 130-132.

FEITOZA, Pedro Barbosa de Souza. “*Que venha o Teu Reino*”: estratégias missionárias para a inserção do protestantismo na sociedade monárquica (1851-1874). 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10788>. Acesso em: 11 fev. 2022.

FEITOZA, Pedro. Letramento missionário e imaginação protestante nas páginas da *Imprensa Evangelica*. In: LEONEL, João; SILVA, Ivanilson Bezerra da; SOUZA, Silas Luiz de. (Org.). *O jornal 'Imprensa Evangelica' e o protestantismo brasileiro*. 1. ed. Votorantim: Linha Fina, 2020, p. 143-166.

FRÓES, Carolina Silveira. A imprensa católica no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: O Apostolo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 25. 2009. Fortaleza: Anpuh. *Anais [...]*. Fortaleza: Anpuh, 2009, p. 1-15. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/download/1242870788_ARQUIVO_AIMPrensa_CATOLICADORIODEJANEIRONASEGUNDAMETADEDOSECULOXIX.doc. Acesso em: 20 abr. 2022.

GÉRSON, Brasil. *O regalismo brasileiro*. Rio de Janeiro/Brasília: Editora Cátedra/Instituto Nacional do Livro, 1978.

GOMES, Daniela Gonçalves. O poder da palavra escrita: os jornais católicos e a difusão dos ideais ultramontanos na diocese de Mariana (1844-1876). *Revista de História da UEG*, Morrinhos, v. 1, n. 2, p. 11-22, 2012. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1302>. Acesso em: 29 abr. 2022.

GOMES, Eveline Viterbo. Clama itaque, ne cesses: a trajetória do periódico católico O Apóstolo em defesa da educação católica. *PLURA*, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. 80-98, 2020. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1729>. Acesso em: 20 abr. 2022.

GUERRA, François-Xavier. El renacer de la historia política: razones y propuestas. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (dir). *New History, Nouvelle Histoire: Hacia una Nueva Historia*. Madrid: Actas, 1993, p. 221-245.

GUERRA, François-Xavier. De la política antigua a la política moderna: algunas proposiciones. *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico Sociales*, Buenos Aires, n. 18, p. 201-212, 2003. Disponível em: <http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/resumenes/2003/6%20De%20la%20pol%C3%ADtica%20antigua%20a%20la%20pol%C3%ADtica%20moderna%20algunas%20proposiciones.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick. Introducción. In: GUERRA, François Xavier. *et al. Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas*. Siglos XVIII-XIX. México: Centro de Estudios mexicanos y centroamericanos, 2008, p. 5-14. Disponível em: <https://books.openedition.org/cemca/1446>. Acesso em: 26 abr. 2020.

HABERMAS, Jürgen. Espaço público (um verbete de enciclopédia). *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 218-227, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4810135>. Acesso em: 3 abr. 2021.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HAUCK, João Fagundes. O protestantismo no Brasil Imperial. In: HAUCK, João; FRAGOSO, Hugo; BEOZZO, José Oscar. *História da Igreja no Brasil: Segunda Época – A Igreja no Brasil no Século XIX*. Petrópolis: Vozes, t. 2, p. 237-248. (História Geral da Igreja na América Latina, II)

HERNANDES, Paulo Romualdo. Epistemologia. *Intellectus: Revista Digital das Faculdades Unopec*, Jaguariúna, n. 4, jan./jul., p. 82-94, 2005. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/VisualizacaoArtigo.aspx?id=4>. Acesso em: 23 jul. 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque. A letra e o espírito do regime. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.). *O Brasil Monárquico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 21-40. (História Geral da Civilização Brasileira, 7).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. Organização de Fernando Novais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.). *O Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002, p. 9-112. (História Geral da Civilização Brasileira, 5).

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 385-424.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. (Org.). *História dos conceitos: Debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/ Edições Loyola/ IUPERJ, 2006, p. 9-38.

KAHANE, Ernest. Rationalisme. *Raison présente*, Paris, n. 55, 2^o trimestre. 1980, p. 35. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/raipr_0033-9075_1980_num_55_1_2077. Acesso em: 28 dez. 2022.

KLAUCK, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. *Mneme*, Natal, v. 12, n. 29, p. 132-148, jan./julho. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1022>. Acesso em: 11 mai. 2022.

KOLAR, Fabio; MÜCKE, Ulrich. Introducción. In: KOLAR, Fabio; MÜCKE, Ulrich. (Ed.). *El pensamiento conservador y derechista en América Latina, España y Portugal: Siglos XIX y XX*. Madrid/Frankfurt am Main: Ibero-americana/Vervuert, 2018, p. 9-36. (Bibliotheca Ibero-americana, 173). Disponível em: https://publications.iai.spk-berlin.de/receive/riai_mods_00003001;jsessionid=6E49EBA63809103F251B1B35FEE41B85?lang=en. Acesso em: 29 abr. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. 3. reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC Rio, 2012, p. 305-327.

KOSELLECK, Reinhart. Abreviação do tempo e aceleração. Um estudo sobre a secularização. In: *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2014, p. 165-188.

LARA, Tiago Adão. *Tradicionalismo Católico em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangna, 1988.

LARAIA, Roque de Barros. O desenvolvimento do conceito de cultura. In: *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986, p. 33-34. (Antropologia Social).

LESSA, Vicente Themudo. *Anais da Primeira Igreja Presbiteriana de S. Paulo (1863-1903)*. São Paulo: Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo, 1965.

LIMA, Mariana da Silva Rodrigues de. Iconografia e imprensa religiosa: notas sobre os emblemas dos jornais *Imprensa Evangelica* e *O Apostolo*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS. 3. 2021. Rio de Janeiro: Anpuh-RJ. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Anpuh, 2022, Não paginado. Disponível em: https://www.historiaeparcerias.rj.anpuh.org/resources/anais/19/hep2021/1636155876_ARQUIVO_7e9bde594b0be11622f0765638e84142.pdf. Acesso em: 8 jun. 2022.

LÓPEZ, Emílio La Parra. Concepto de Iglesia y proceso de secularización: notas sobre España en el siglo XX. *Pasajes: Revista de pensamiento contemporáneo*, Valência, n. 18, p. 25-34, 2005. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2254583>. Acesso em: 21 abr. 2022.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850). *Lua Nova*, São Paulo, n. 74, p. 59-92, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000200004. Acesso em: 30 abr. 2021.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. *Lua Nova*, São Paulo, n. 100, p. 313-362, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452017000100313&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 24 mar. 2021.

MARIN, Jérri Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 197-217, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/5XrCTGSfCVtrkBgz7tcpZch/?lang=pt>. Acesso em: 04 mai. 2022.

MATOS, Alderi S. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900)*: Missionários, pastores e leigos do século XIX. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 163-171, 1989.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Access Editora, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial, volume II: 1830-1870*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 13-51.

MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Pelo progresso da sociedade: a imprensa protestante no Rio de Janeiro imperial (1864-1873)*. 2014. 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5388?mode=full>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. A imprensa religiosa como espaço de afirmação da identidade do protestantismo nacional: a missão presbiteriana e o jornal *Imprensa Evangélica*. In: BESSONE, Tânia. *et al.* (Org.). *Imprensa, livros e política no Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 149-184. Disponível em:

<https://www.alamedaeditora.com.br/imprensa-livros-e-politica-no-oitocentos/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MEDEIROS, Pedro Henrique Cavalcante de. *Por Cristo e pela Pátria brasileira: Abolicionismo, Laicidade e Conservadorismo na imprensa protestante Oitocentista (1880-1904)*. 2020. 259 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9422810. Acesso em: 05 out. 2022.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir: A inserção do protestantismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MOREAU, Pierre-François. Sociedad civil y civilizacion. In: CHATELET, François. (Dir). *Historia de las Ideologias*. Bilbao/Madrid: Zero/ZYX, 1978, t. 2, p. 17-25. (Por un nuevo saber, 8).

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (Passado presente).

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2 v.

NADER, Maria Beatriz. Da família à família nuclear burguesa: uma perspectiva histórica e social. *Dimensões*, Vitória, n. 3, p. 55-67, 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2229>. Acesso em: 12 mai. 2022.

NEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 10, p. 5-22, nov. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11722>. Acesso em: 24 mar. 2021.

NEVES, Guilherme Pereira das. Constituições sinodais. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 145-146.

NEVES, Guilherme Pereira das. Igreja. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 292-296.

NEVES, Guilherme Pereira das. Padroado. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 466-467.

NEVES, Guilherme Pereira das. Reformas pombalinas. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 501-505.

NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do Império e a Igreja. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 377-428.

NEVES, Lúcia M. Bastos P. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1830*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 95-136.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa pedagógica no século XIX. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 104, p. 144-161, junho.

1998. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/723>. Acesso em: 3 mai. 2022.

PALTI, Elias José. O século XIX brasileiro, a nova história política e os esquemas teleológicos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.), *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 581-597.

PEREIRA, José Aparecido. A filosofia do senso comum de Thomas Reid. *Perspectiva Filosófica*, Recife, v. 45, n. 2, p. 125-139, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/246560>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PINHEIRO, Alceste. O Apóstolo, ano I: a autocompreensão de um jornal católico do século XIX. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE. 14, 2009. Rio de Janeiro. *Anais[...]* Rio de Janeiro: Intercom/Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009, p. 1-12. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/lista_area_DT01.htm. Acesso em: 19 mar. 2020

PINHEIRO, Alceste. A emancipação dos escravos no Ceará em um jornal católico. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v.1, n.1, p. 53-60, jan.-jun., 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/3797>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PINHO, Wanderley. *Politica e politicos do imperio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar A. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 21, n. 1, Não paginado, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/773>. Acesso em: 18 set. 2021.

REIS, Marcos Vinícius Freitas; SOUTO, Josias Freitas. A relação Igreja-imprensa: O nascimento da imprensa católica no Brasil no século XIX. *Diversidade religiosa*, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 156-182, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/dr/article/view/31334>. Acesso em: 05 mai. 2022.

ROCHA, Alessandro Santos da. Modernização e laicidade: o modelo formativo da imprensa espírita brasileira no século XIX. *Educere et Educare*, Cascavel, v. 14, n. 31, Não paginado, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/19641>. Acesso em: 05 mai. 2022.

RODRIGUES, Cláudia. Os cemitérios públicos como alvo das disputas entre Igreja e Estado na crise do Império (1869-1891). *Diálogos*, Maringá, v. 13, n. 1, p.119-142, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36751>. Acesso em: 4 jan. 2023.

SANI, Giacomo. Participação Política. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Org). *Dicionário de política*. 7. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995, p. 888-890, 2 v.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência: os bispos ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)*. Belo Horizonte/São Luís: Fino Traço/EDUFMA, 2015. (História, 57).

SANTOS, Edwiges Rosa dos. *O jornal Imprensa Evangelica: Diferentes fases no contexto brasileiro (1864-1892)*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. As experiências da modernidade e da secularização no discurso ultramontano da segunda metade do século XIX: uma discussão a partir da História dos Conceitos. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO. 6, 2017, Goiás. *Anais [...]*. Goiás: Anptecre/PUC-Goiás, 2017, p. 101-108. Disponível em: <https://www.anptecre.org.br/downloads>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Matizes ibéricas da Teologia política no pensamento ultramontano brasileiro do século XIX. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO. 7, 2019, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Anptecre/PUC-RJ, 2019, p. 693-700. Disponível em: <https://www.anptecre.org.br/downloads>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SILVA, Ana Rosa Clochet. Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal *O Apóstolo*. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 18, n. 56, p. 542-569, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/22842>. Acesso em: 1 abr. 2022.

SILVA, Ana Rosa Clochet da; CAMPOS, Breno Martins; CARVALHO, Thaís da Rocha. A liberdade religiosa nas páginas do jornal *Imprensa Evangelica (1864-1892)*. In: LEONEL, João; SILVA, Ivanilson Bezerra da; SOUZA, Silas Luiz de. (Org.). *O jornal 'Imprensa Evangelica' e o protestantismo brasileiro*. 1. ed. Votorantim: Linha Fina, 2020, p. 79-100.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *et al.* Religião y civilización en Argentina, Brasil y Uruguay (1750-1899). *Ariadna Histórica*, Leioa, n. 9, p. 17-52, 2020. Disponível em: <https://ojs.ehu.eus/index.php/Ariadna/article/view/22182>. Acesso em: 2 jan. 2023.

SILVA, Antonio Ozaí da. O Pensamento Conservador. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 9, n. 107, Abril de 2010, p. 53-55, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9912>. Acesso em: 4 jan. 2023.

SILVA, Rafaela de Albuquerque. Impressos, cidadania e política no Rio de Janeiro (1858-1861). In: SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA: POLÍTICA, CONFLITOS E IDENTIDADES NA MODERNIDADE. 9, 2014, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Programa da Pós-Graduação em História/UERJ, 2014, p. 2842-2851. Disponível em: <http://semanahistoriauerj.net/anais-da-semana-de-historia/>. Acesso em: 8 nov. 2019.

SILVA, Rafaela de Albuquerque. Cidadania, religião, imigração e política no Brasil Imperial: apontamentos para um estudo da circulação de impressos no Rio de Janeiro (décadas de 1850-1860). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE MOBILIDADE HUMANA E CIRCULAÇÃO DE IDEIAS. 1, 2016. Vitória. *Anais [...]*. Vitória: UFES, 2016, p. 179-186.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/lemm/article/view/12582/8733>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. A imprensa do Império. *In: A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 208-286.

SOUZA, Silas Luiz de. O início do presbiterianismo brasileiro e o uso do jornal. *In: LEONEL, João; SILVA, Ivanilson Bezerra da; SOUZA, Silas Luiz de. (Org.). O jornal 'Imprensa Evangelica' e o protestantismo brasileiro*. 1. ed. Votorantim: Linha Fina, 2020, p. 61-78.

TAVARES, Mauro Dillmann. Progresso e civilização à luz ultramontana: jornais católicos no sul do Brasil – Porto Alegre, século XIX. *Histórica*, São Paulo, n. 12, p. 1-7, julho. 2006.

Disponível em:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao12/materia03/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Tip. 2 de dezembro, 1853, p. 107 apud SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência: os bispos ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)*. Belo Horizonte/São Luís: Fino Traço/EDUFMA, 2015. (História, 57).

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980. (Temas Brasileiros).

VIEIRA, Dilermando Ramos. A gestação de uma nova realidade religiosa nacional. *In: História do Catolicismo no Brasil (1500-1889): volume I*. Aparecida: Editora Santuário, 2016, p. 445-467.

WEHLING, Arno. Absolutismo e regalismo: a alegação jurídica do Bispo Azeredo Coutinho. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, v. 439, p. 255-274, abr./jun. 2008. Disponível em:

<https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-439/item/108504-absolutismo-e-regalismo-a-alegacao-juridica-do-bispo-azeredo-coutinho.html>. Acesso em: 06 out. 2021.

SITES CONSULTADOS

<https://origemdapalavra.com.br/palavras/paralipomenos/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

FONTES

1) Bíblia

Fundação Biblioteca Nacional

BÍBLIA. Português. *A Bíblia sagrada contendo o velho e o novo testamento traduzido em portuguez pelo padre João Ferreira D'Almeida revista e correcta*. Lisboa: [s.n.], 1877.

Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

2) Diários pessoais

SIMONTON, Ashbel G. *Diário, 1852-1867*. Tradução de D. R. de Moraes Barros. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1982.

3) Documentos oficiais

Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados Terceiro anno da duodecima legislatura sessão de 1865. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1866, p. 78. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados quarto anno da duodecima legislatura sessão de 1866. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1866, p. 4-6. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados Primeiro ano da decima-terceira legislatura Sessão de 1867. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1867, p. 282-285. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados primeiro anno da decima-quarta legislatura sessão de 1869. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1869, p. 6-7. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Biblioteca Digital do Senado Federal

BRASIL. *Fallas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889, acompanhadas dos respectivos votos de graça da Camara temporaria e de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinarias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões com um quadro das epochas e motivos que deram lugar a reunião das duas camaras e competente historico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 533-537. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227319>. Acesso em: 31 jul. 2020.

4) Impressos

Biblioteca Digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

AZEVEDO, Moreira de. Seminário de S. José. In: *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877, 1 v, p. 349-354. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=28980&view=detalhes>. Acesso em: 17 de junho de 2021.

Biblioteca Digital do Senado Federal

BRASILIENSE, A. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179482>. Acesso em: 28 mar. 2020.

Bibliothèque nationale de France

PIE IX. *Le Syllabus et L'Encyclique. Texte officiel et quelques notes, 5^e édition augmentée du texte latin du Syllabus*. Paris: Sandoz et Fischbacher, 1877. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k992615n.image>. Acesso em: 3 dez. 2021.

5) Legislação

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

BRASIL. Decreto n. 1.144, de 11 de setembro de 1861. Faz extensivo os efeitos dos casamentos, celebrados na forma das Leis do Império, aos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado, e determina que sejam regulados o registro e provas destes casamentos e dos nascimentos e óbitos das ditas pessoas, bem como as condições necessárias para que os Pastores de religiões toleradas possam praticar actos que produzão efeitos civis. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1861*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862, p.21-22. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao6.html. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. Decreto n. 3.069, de 17 de abril de 1863. Regula o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1863*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863, p. 85-97. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao6.html. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1830*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876, p. 142-200. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html. Acesso em: 9 mar. 2020.

BRASIL. Decreto de 3 de novembro de 1827. Declara em efectiva observância as disposições do Concílio Tridentino e da Constituição do Arcebispado da Bahia sobre matrimônio. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 83, 1878. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. [Constituição (1824)]. Constituição Política do Império do Brasil. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1824*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, 38 p. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html. Acesso em: 9 mar. 2020.

6) Panfleto

Biblioteca Digital do Senado Federal

ALENCAR, José de. *Página da Actualidade – Os Partidos*. Rio de Janeiro: Typ. de Quirino e Irmão, 1866. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179472>. Acesso em: 28 mai. 2021.

7) Periódicos

Centro de Documentação da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro (CENDOC)

Imprensa Evangelica, Rio de Janeiro, 1864-1867.

Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional

A Actualidade, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1863.

A Esperança, Recife, 2 de dezembro de 1864.

A Fé, Maranhão, 4 de setembro de 1864.

A Marmota, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1861.

A Semana: Revista Catholica, Litteraria e de Instrucção Publica, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1856.

A Semana Illustrada, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1866 e 21 de outubro de 1866.

A Voz da Religião no Cariri, Crato, 8 de dezembro de 1868.

A Voz do Christão na Terra de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1864.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrioso do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1865.

Almanach Brasileiro Illustrado, Paris, 1876.

Correio da Tarde, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1861.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1861, 3 de agosto de 1861, 5 de novembro de 1864, 11 de março de 1865, 7 de janeiro de 1866, 28 de março de 1866.

Correio Paulistano, São Paulo, 23 de maio de 1866.

Cruzeiro do Brasil, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1864, 6 de novembro de 1864 e 13 de novembro de 1864.

Diario do Brazil, Rio de Janeiro, 19 e 20 de março de 1883.

Diario do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1864, 5 de novembro de 1864 e 14 de julho de 1869.

Imprensa Evangelica/ A Imprensa Evangelica, Rio de Janeiro, 1864-1870.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1867, 15 de dezembro de 1867, 17 de dezembro de 1867, 8 de abril de 1869, 10 de abril de 1869.

O Apostolo, Rio de Janeiro, 1866-1870.

O Conservador, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1879.

O Iris da Verdade, Pernambuco, 18 de março de 1865.

O Lirio, São Paulo, 28 de junho de 1860.

O Pae de Familia Catholico, Rio de Janeiro, 1 e 8 de agosto de 1858.

Opinião Liberal, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1869

Revista Catholica, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1856.

Selecta Catholica, Mariana, 1 de julho de 1846.

New York Public Library

The Foreign Missionary, New York, v. XXVI, 1867-1868. Disponível em:

<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=nyp.33433068278328&view=1up&seq=1&skin=2021>.

8) Obras de referência

Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin Digital

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. t. 9. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5430>. Acesso em: 19 out. 2020.

Biblioteca Digital do Senado Federal

SILVA, Antonio de Moraes e. *Diccionario da lingua portuguesa recopilado de todos os impressos ate' o presente*. 3. ed. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562936>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883, 1 v. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1895, 3 v. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1898, 4 v. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1899, 5 v. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 22 mar. 2020.

APÊNDICE A – Relação de gabinetes políticos da década de 1860⁹²⁴

Gabinete	Duração	Presidente do Conselho de Ministros
Gabinete de 10 de agosto	10/08/1859 a 01/03/1861	Ângelo Muniz da Silva Ferraz
Gabinete de 2 de março	02/03/1861 a 23/05/1862	Marquês de Caxias
Gabinete de 24 de maio	24/05/1862 a 29/05/1862	Zacarias de Góes e Vasconcellos
Gabinete de 30 de maio	30/05/1862 a 14/01/1864	Marquês de Olinda
Gabinete de 15 de janeiro	15/01/1864 a 30/08/1864	Zacarias de Góes e Vasconcellos
Gabinete de 31 de agosto	31/08/1864 a 11/05/1865	Francisco José Furtado
Gabinete de 12 de maio	12/05/1865 a 02/08/1866	Marquês de Olinda
Gabinete de 3 de agosto	03/08/1866 a 15/07/1868	Zacarias de Góes e Vasconcellos
Gabinete de 16 de julho	16/07/1868 a 28/08/1870	Visconde de Itaboraí
Gabinete de 29 de setembro	29/09/1870 a 06/03/1871	Visconde de São Vicente

Fonte: NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2 v, p. 1172-1176.

⁹²⁴ Nesta pesquisa a década de 1860 compreende o período entre 1861 e 1870, por isto os gabinetes de Ferraz e São Vicente foram incluídos na tabela, pois abrangeram os anos de 1861 e 1870, respectivamente.

APÊNDICE B – Condenações do *Syllabus* por blocos temáticos

Bloco temático	Nº	Proposição condenada
Panteísmo, Naturalismo e Racionalismo absoluto	1	Não existe nenhum Ser divino, supremo e soberano. Deus e natureza são a mesma coisa.
	2	Deve-se negar toda ação de Deus sobre os homens e sobre o mundo.
	3	A razão humana, sem considerar a ideia de Deus, é o único árbitro para determinar o bem do mal, o verdadeiro do falso.
	4	Todas as verdades da religião são derivadas das forças da razão humana.
	5	A revelação divina é imperfeita.
	6	A fé cristã é oposta à razão humana e a revelação divina não tem utilidade.
	7	As profecias e milagres das Escrituras são invenções poéticas, os mistérios da fé cristã são resultado de pesquisas filosóficas, o Velho e o Novo Testamentos são encerrados em ficções míticas e Jesus é um mito.
Racionalismo moderado	8	A razão humana deve ser colocada no mesmo nível que a religião e as ciências teológicas devem ser tratadas como ciências teológicas.
	9	Todos os dogmas da religião cristã pertencem ao domínio da ciência natural ou da filosofia.
	10	A filosofia não deve se submeter a nenhuma autoridade.
	11	A Igreja não deve censurar a filosofia, mas tolerar seus erros e deixá-la corrigir-se por si mesma.
	12	Os decretos da Santa Sé Apostólica e das Congregações romanas entram o progresso da ciência.
	13	Os métodos e princípios escolásticos não estão em harmonia com a época presente e nem com o progresso das ciências.
	14	Os estudos filosóficos não devem considerar a revelação sobrenatural.
Indiferentismo, Latitudinarismo	15	Cada um é livre para abraçar e professar a religião que julgar ser a verdadeira, conforme a sua razão.
	16	Os homens podem em qualquer culto encontrar o caminho da salvação eterna e segui-lo.
	17	Deve-se ter a esperança pela salvação eterna de que aqueles que não estão na Igreja verdadeira de Jesus Cristo.
	18	O protestantismo é uma forma diferente da mesma religião cristã verdadeira encontrada na Igreja Católica.
Socialismo, Comunismo, Sociedades Secretas, Sociedades bíblicas, Sociedades clérico-liberais		Estas matérias foram condenadas na Encíclica de 9 de novembro de 1846, na Alocução de 20 de abril de 1849, na Encíclica de 8 de dezembro de 1849, na Alocução de 9 de dezembro de 1854 e na Encíclica de 10 de agosto de 1863.

Erros relativos à Igreja e aos seus direitos	19	A Igreja não é uma sociedade verdadeira e perfeitamente livre, ela não possui direitos e cabe ao poder civil determinar seus limites.
	20	O poder eclesiástico não pode ser exercido sem a permissão e assentimento do governo civil.
	21	A Igreja não pode definir dogmaticamente que a religião católica é a única verdadeira.
	22	A submissão dos professores e escrivães católicos se limita aos temas julgados infalíveis que a Igreja impõe a todos para serem cridos como artigos de fé.
	23	Os Pontífices romanos e os Concílios ecumênicos ultrapassaram os limites do seu poder e usurparam os direitos dos monarcas, além de terem errado nas definições relativas à fé e aos costumes.
	24	A Igreja não tem o direito de empregar a força, ela não tem nenhum poder direto ou indireto.
	25	No que tange o poder inerente do episcopado, a ele foi concedido um poder temporal pelo poder civil, o qual pode ser retirado pelo mesmo.
	26	A Igreja não tem nenhum direito natural de adquirir ou possuir.
	27	Os ministros da Igreja e o Pontífice romano devem ser excluídos de todo o direito de gestão e de propriedade, posto que a propriedade é algo temporal.
	28	Não é permitido aos bispos a publicação, mesmo das Letras Apostólicas, sem a permissão do governo.
	29	Os favores do Pontífice romano devem ser vistos como nulos, caso não tenham sido solicitados pela intervenção do governo.
	30	As imunidades da Igreja e das pessoas eclesiásticas têm a sua origem no direito civil.
	31	O foro eclesiástico, para as causas temporais civis e criminais do clero, deve ser abolido, mesmo sem consultar a Santa Sé.
	32	A imunidade pessoal, por meio da qual os clérigos são isentos do serviço militar, pode ser anulada sem ferir os costumes do mundo, a equidade e o direito natural.
	33	O poder eclesiástico de jurisdição não possui direito próprio e inato para dirigir os estudos teológicos.
	34	A doutrina que define o Pontífice romano como um príncipe livre, que exerce poder sobre a Igreja universal prevaleceu na Idade Média.
	35	Pela ação de um Concílio geral ou ação conjunta dos povos o Soberano Pontificado seja transferido ou que um bispo ou a cidade de Roma sejam transferidos a um outro bispo ou a uma outra cidade.
36	A definição de um Concílio nacional exclui discussões e a administração civil pode, nos seus próprios limites, decidir uma matéria.	
37	Igrejas nacionais podem ser estabelecidas subtraídas da autoridade do Pontífice romano e separadas dele.	

	38	Foram os atos arbitrários dos Pontífices romanos que contribuíram para a divisão da Igreja em oriental e ocidental.
Erros relativos à sociedade civil considerada em si, ou considerada nas relações com a Igreja	39	O Estado possui um direito que não reconhece limites.
	40	A doutrina da Igreja Católica é contrária ao bem e à prosperidade da sociedade humana.
	41	O poder civil possui autoridade direta negativa sobre as coisas sagradas.
	42	No caso de conflito entre as leis derivadas das duas autoridades, civil e eclesiástica, prevalece o direito civil.
	43	O poder laico pode romper, anular e declarar inválidas as concordatas estabelecidas com a Santa Sé, sem a autorização desta e apesar de suas reclamações.
	44	A autoridade civil poder imiscuir-se dos assuntos relacionados à religião, aos costumes e ao governo espiritual. Ela pode, por consequência, pronunciar seus julgamentos sobre instruções publicadas pela Igreja e regular a administração dos sacramentos.
	45	Toda a direção das escolas públicas, e em alguma medida a dos seminários episcopais, podem ser colocadas sob a responsabilidade da autoridade civil.
	46	O método dos estudos nos seminários eclesiásticos deve estar submetido à autoridade civil.
	47	As escolas populares e os estabelecimentos de ensino públicos devem ser completamente submissas à autoridade civil.
	48	Os católicos podem aprovar um sistema de ensino exterior à fé católica e à autoridade da Igreja.
	49	A autoridade civil pode colocar obstáculos na liberdade de comunicação entre os bispos e fiéis com a Pontífice romano.
	50	O poder laico tem o direito de apresentar os bispos e poder exigir que eles tenham a administração de suas dioceses antes de terem recebido a instituição canônica pela Santa Sé e as Bulas Apostólicas.
	51	O governo civil tem o direito de elevar os bispos ao exercício do ministério pastoral.
	52	O governo pode mudar a idade prescrita para a profissão religiosa e ordenar que as comunidades religiosas não admitam alguém aos votos solenes sem a sua autorização.
	53	As leis que protegem a existência das ordens religiosas devem ser abolidas, assim como as leis que concernem os seus direitos e deveres. O poder civil também tem autoridade para prestar seu apoio aos que quiserem renunciar o estado religioso e romper os seus votos solenes, ele pode também suprimir estas comunidades religiosas, além de adquirir e reivindicar a administração dos seus bens e rendas para si.
	54	Os reis e os príncipes são livres da jurisdição da Igreja, mas são superiores a ela quando se trata de cortar as questões de jurisdição.
	55	A Igreja deve ser separada do Estado e o Estado separado da Igreja.

Erros concernindo a moral natural e cristã	56	As leis morais não precisam de sanção divina e não é necessário que as leis humanas estejam em conformidade com o direito natural, ou que recebam força obrigatória de Deus.
	57	A ciência das coisas filosóficas e morais, como as leis civis, podem e devem ser subtraídas da autoridade divina e eclesiástica.
	58	As únicas forças que devem ser reconhecidas são as materiais e toda moral e probidade consistem em acumular e aumentar a riqueza por todos os meios possíveis para satisfazer as paixões.
	59	O direito reside no fato material, todos os deveres dos homens são uma palavra vazia e sem sentido e todos os fatos humanos constituem um direito.
	60	A autoridade é o resultado do número de forças materiais.
	61	A injustiça de um fato consumado com sucesso não tem relação com a santidade do direito.
	62	O princípio de não intervenção deve ser proclamado e observado.
	63	É permitido recusar obediência aos príncipes legítimos e se revoltar contra eles.
	64	A violação de um juramento e toda ação criminosa e vergonhosa contrária à lei eterna não deve ser condenada, elas são lícitas e dignas quando inspiradas pelo amor à pátria.
Erros concernindo o casamento cristão	65	Não se pode admitir que Jesus Cristo tenha elevado o matrimônio à dignidade de sacramento.
	66	O sacramento do casamento é algo anexado ao contrato e pode separado dele, somente a benção nupcial que consiste no sacramento.
	67	O laço de casamento não é indissolúvel devido ao direito natural e em diferentes casos o divórcio pode ser sancionado pela autoridade civil.
	68	A Igreja não tem o poder de estabelecer os impedimentos dirimentes ao casamento, este poder pertence à autoridade civil, que deve abolir os impedimentos em vigor.
	69	Com o passar dos séculos, a Igreja começou a introduzir os impedimentos dirimentes, não porque possuísse direito próprio para isso, mas porque usava do direito que o poder civil a havia emprestado.
	70	Os cânones do Concílio de Trento ou não são dogmáticos ou não devem entender-se com estes do poder emprestado.
	71	A forma prescrita pelo Concílio de Trento não obriga sob pena de nulidade quando a lei civil estabeleceu outra condição para a validade do casamento.
	72	Foi Bonifácio VIII o primeiro a declarar que o voto de castidade, pronunciado na ordenação, torna o casamento nulo.
	73	Devido ao contrato civil o casamento verdadeiro entre cristãos pode existir, é falso que o contrato de casamento entre cristãos é um sacramento ou que este contrato seja nulo na ausência do sacramento.

	74	As causas matrimoniais e esponsais são pertencentes à jurisdição civil.
Erros sobre a Soberania temporal do Pontífice romano	75	Os filhos da Igreja cristã católica não estão de acordo sobre a compatibilidade da soberania temporal com o poder espiritual.
	76	A ab-rogação da soberania civil, da qual a Santa Sé tem posse, favorizaria a liberdade e prosperidade da Igreja.
Erros relacionados ao liberalismo moderno	77	Não é mais conveniente à nossa época que a religião católica seja considerada a única religião do Estado, com exclusão de todos os outros cultos.
	78	Não podem ser louvados certos países católicos onde a lei proíbe que os estrangeiros exerçam publicamente os seus cultos específicos.
	79	É falso que a liberdade civil de todos os cultos e a plena faculdade de todos manifestarem, abertamente e publicamente, todos os seus pensamentos e opiniões contribuam para a corrupção dos espíritos e corações dos povos, bem como a propagar a peste do Indiferentismo.
	80	O Pontífice romano pode e deve se reconciliar e colocar-se em harmonia com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna.

Fonte: PIE IX. *Le Syllabus et l'encyclique. Texte officiel et quelques notes. 5^e édition, augmentée du texte latin du Syllabus.* Paris: Sandoz et Fischbacher, 1877, p. 31-62. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k992615n.image>. Acesso em: 3 dez. 2021. Tradução nossa.

APÊNDICE C – Jornais religiosos que circularam no Brasil (1830-1860)

	Título do jornal	Local de publicação	Período de circulação	Religião
1	<i>O Catholico</i>	Sem dados	1833	Catolicismo
2	<i>Selecta Catholica: jornal religioso</i>	Rio de Janeiro	1836-1837	Catolicismo
3	<i>O Echo da Religião e do Imperio</i>	Pernambuco	1837-1838	Catolicismo
4	<i>Selecta Catholica: jornal religioso</i>	Mariana (MG)	1846-1847	Catolicismo
5	<i>A Voz da Religião: Unus Dominus, Una Fides</i>	Pernambuco	1846-1848, 1850	Catolicismo
6	<i>Synopsis Ecclesiastica: Jornal Religioso</i>	Pará	1848-1849	Catolicismo
7	<i>O Noticiador Catholico: periodico consagrado aos interesses da religião, sob os auspícios do excelentissimo e reverendissimo senhor Dom Romualdo Antonio Seixas, Arcebispo da Bahia</i>	Bahia	1849-1855	Catolicismo
8	<i>O Romano</i>	Mariana (MG)	1851-1852	Catolicismo
9	<i>O Christianismo: semanario religioso</i>	Porto	1852-1853	Catolicismo

10	<i>O Amigo da Religião</i>	São Paulo	1852 ou 1853-?	Catolicismo
11	<i>A Abelha Religiosa</i>	Rio de Janeiro	1854	Catolicismo
12	<i>O Christianismo: semanário religioso</i>	Maranhão	1854-1855	Catolicismo
13	<i>O Domingo: Jornal do Clero Portuguez</i>	Porto	1855-1857	Catolicismo
14	<i>A Semana: Revista Catholica, Litteraria e de Instrucção Publica</i>	Rio de Janeiro	1856	Catolicismo
15	<i>Revista Catholica: Jornal do Instituto Episcopal Religioso, Publicado pela Empresa da – Semana</i>	Rio de Janeiro	1856	Catolicismo
16	<i>O Bem Publico: Jornal Catholico, Scientifico, e Litterario</i>	Lisboa	1857-1877	Catolicismo
17	<i>O Progresso: Folha Catholica, Litteraria e Noticiosa</i>	Recife (PE)	1857-1858	Catolicismo
18	<i>O Brazil: Jornal Catholico, Litterario e Noticioso</i>	Rio de Janeiro	1857-?	Catolicismo
19	<i>O Pae de Familia Catholico</i>	Rio de Janeiro	1858-1859	Catolicismo
20	<i>A Assembleia Catholica: periódico consagrado aos interesses da religião</i>	São Cristóvão (SE)	1859-?	Catolicismo

21	<i>O Lirio: Jornal de Variedade</i>	São Paulo	1860	Catolicismo
22	<i>A Cruz: Jornal religioso, litterario, historico e philosophico</i>	Rio de Janeiro	1861-1864	Catolicismo
23	<i>A Estrella do Sul: Periodico consagrado aos interesses da religião</i>	Porto Alegre (RS)	1862-1869	Catolicismo
24	<i>A Estrella do Norte: Periodico religioso</i>	Pará	1863-1869	Catolicismo
25	<i>O Brazil: Jornal Catholico, Litterario e Noticioso</i>	Bahia	1863	Catolicismo
26	<i>A Fé: Jornal religioso, e litterario</i>	Maranhão	1864-1868	Catolicismo
27	<i>Cruzeiro do Brasil: Orgão do Instituto Catholico</i>	Rio de Janeiro	1864-1865	Catolicismo
28	<i>Imprensa Evangelica</i>	Rio de Janeiro/São Paulo	1864-1892	Protestantismo
29	<i>Oito de Dezembro</i>	Pernambuco	1864-?	Catolicismo
30	<i>A Esperança: Jornal religioso, politico, scientifico e litterario</i>	Recife (PE)	1864-1867	Catolicismo
31	<i>A voz do Christão na Terra de Santa Cruz: Jornal religioso</i>	Rio de Janeiro	1864-1865, 1868	Catolicismo

32	<i>O Iris da Verdade: Periodico religioso, literário, e politico</i>	Pernambuco	1864-?	Catolicismo
33	<i>O Missionario Catholico: Jornal religioso, litterario, historico e philosophico</i>	Rio de Janeiro	1865	Catolicismo
34	<i>Exposição Evangelica</i>	Maranhão	1865	Catolicismo
35	<i>O Apostolo: Periodico religioso e doutrinario consagrado aos interesses da religião e da sociedade</i>	Rio de Janeiro	1866-1901	Catolicismo
36	<i>Tribuna Catholica</i>	Ceará	1866-1869	Catolicismo
37	<i>A Voz da Religião no Cariri: Ide em todos os pontos, ensinae a todos os povos</i>	Crato (CE)	1868-1870	Catolicismo
38	<i>O Écho D'Além Tumulo: Monitor d'o Spiritismo 'n-o Brazil</i>	Salvador (BA)	1869-1870	Espiritismo/Kardecismo
39	<i>O Catholico</i>	Recife (PE)	1869-1872	Catolicismo
40	<i>Chronica Religiosa</i>	Bahia	1869-1874	Catolicismo

Fontes: Bibliografia mencionada, pesquisas no acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional e dados presentes no jornal *O Apostolo*.